

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

**INSTITUTO CEPA/SC** — INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA  
AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

# **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**

- **Infra-estrutura**
- **Potencialidades**
- **Desempenho**
- **Perspectivas**

**1983**

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

**INSTITUTO CEPA/SC** — INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA  
AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

**Síntese Anual  
da  
Agricultura  
de  
Santa Catarina — 1983**

FLORIANÓPOLIS

— 1983 —

É permitida a reprodução total ou parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

Instituto de Planejamento e Economia Agrí-  
de Santa Catarina.

Síntese anual da agricultura de Santa  
Catarina - 1983. Florianópolis, 1983.

374 p.

1. Agricultura - Santa Catarina. I. Títu-  
tulo.

CDU 631(816.4)

## **SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA — 1983**

### **ELABORAÇÃO:**

Econ. Luiz Marcelino Vieira — **COORDENADOR**

Engº Agrº Cesar Augusto Freyesleben Silva

Engº Agrº Guido Boeing

Engº Agrº Ingo Jordan

Engº Agrº José Carlos Madruga da Silva

Méd. Vet. José Eláudio Della Giustina

Engº Agrº José Maria Paul

Méd. Vet. Jurandi Soares Machado

Engº Agrº Osmar Alcides da Conceição

Engº Agrº Roberto Luiz Colaço

Engº Agrº Simão Brugnago Neto

### **PARTICIPAÇÃO (Bolsistas — convênio INSTITUTO CEPA/SC — UFSC)**

Antônio dos Santos Amaral

Carlos Eduardo Arns

Tabajara Marcondes

Paulo Ceser Zoldan

Fernando Humberto Faccio



## **INSTITUTO CEPA/SC**

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

### **CONSELHO DELIBERATIVO**

Sérgio Martinho Nerbass -- Presidente  
Francisco Hoeltgebaum -- Vice-Presidente  
Ingo Norberto Zadrozny -- Membro  
Eriberto Antonio Kegler -- Membro  
Ivo Tadeu Bianchini -- Membro

### **SECRETÁRIO EXECUTIVO**

Walter Antônio Casagrande

### **SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO**

Hugo Gustavo Hädrich

### **COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO**

Engº Agrº Ingo Jordan  
Econ. Jesiel de Marco Gomes  
Engº Agrº José Carlos Madruga da Silva  
Engº Agrº José Maria Paul  
Engº Agrº Júlio Alberto Rodigheri  
Engº Agrº Luiz Toresan

### **COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE CONJUNTURAL**

Engº Agrº Cesar Augusto Freyesleben Silva  
Engº Agrº Guido Boeing  
Méd. Vet. José Eláudio Della Giustina  
Méd. Vet. Jurandi Soares Machado  
Engº Agrº Osmar Alcides da Conceição  
Engº Agrº Roberto Luiz Colaço  
Engº Agrº Simão Brugnago Neto

### **COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO**

Econ. Luiz Marcelino Vieira  
Bibl. Telmelita Maria Senna Ronsoni  
Bibl. Édina Nami Regis  
Cláudio Cesar Reiter

### **UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Econ. Custódio Horácio da Silveira  
Janice Maria Waintuch  
João Manoel Anderson  
Jocenir Miriam Cardoso de Souza  
Manoel de Aguiar Pereira  
Paulo César da Silva  
Ricardo Jesus de Souza  
Sidaura Lessa  
Terezinha Maria Pamplona  
Vanildo Antônio Furtado

## APRESENTAÇÃO

Para embasar qualquer estudo, plano, programa ou projeto, na área agrícola, torna-se sempre necessária e indispensável a utilização de informações sobre as características da área analisada.

No intuito de facilitar o acesso dos interessados, tanto do setor público como da iniciativa privada, à grande maioria das informações pertinentes disponíveis no Estado, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento edita anualmente, através da CEPA/SC (agora Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina), uma publicação que reúne o máximo de dados estatísticos e informações sobre a infra-estrutura e as potencialidades do setor agrícola catarinense, bem como informes conjunturais sobre o desempenho das últimas safras e as perspectivas para a próxima.

Tenho, agora, a satisfação de apresentar a 7ª edição atualizada da SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA, que foi elaborada com a colaboração de diversas entidades ligadas ao setor, às quais deixo, na oportunidade, registrados os mais sinceros agradecimentos.

Florianópolis, fevereiro de 1983.

SÉRGIO MARTINHO NERBASS  
Secretário da Agricultura e do  
Abastecimento de Santa Catarina

## SUMÁRIO

	p.
I - ASPECTOS GERAIS DO SETOR AGRÍCOLA .....	25
1. CARACTERIZAÇÃO SINTÉTICA DA AGRICULTURA .....	27
2. RECURSOS NATURAIS .....	35
3. ESTRUTURA FUNDIÁRIA .....	38
4. POPULAÇÃO E MÃO DE OBRA .....	46
5. ELETRIFICAÇÃO RURAL .....	52
6. ARMAZENAMENTO .....	53
7. CRÉDITO AGRÍCOLA .....	57
8. INSUMOS AGRÍCOLAS .....	75
8.1. Fertilizantes .....	75
8.2. Sementes selecionadas .....	77
9. EVOLUÇÃO RECENTE DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA .	82
9.1. Área .....	82
9.2. Rendimento .....	85
9.3. Produção .....	87
10. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁ - RIOS .....	104
11. EXPORTAÇÃO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS ....	107
12. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA .....	112
12.1. Material e Métodos .....	112
12.2. Considerações sobre o VBP .....	113
II - DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DO SETOR .....	131
1. A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA NACIONAL E SEUS REFLEXOS SOBRE A AGRICULTURA CATARINENSE .....	133
1.1. Introdução .....	133
1.2. A mudança da Política Agrícola Nacional .....	134
1.3. Repercussões sobre a Agricultura Catarinense ...	136
2. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL .....	145
2.1. Alho .....	145
2.2. Arroz .....	158
2.3. Banana .....	174
2.4. Batata-inglesa .....	179
2.5. Cana-de-açúcar .....	187
2.6. Cebola .....	191

2.7. Feijão .....	203
2.8. Fumo .....	214
2.9. Maçã .....	219
2.10. Mandioca .....	230
2.11. Milho .....	240
2.12. Soja .....	254
2.13. Tomate .....	266
2.14. Trigo .....	272
2.15. Uva .....	281
2.16. Produção Florestal .....	285
3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL .....	289
3.1. Avicultura .....	289
3.2. Bovinos de corte .....	309
3.3. Bovinos de leite .....	322
3.4. Mel de Abelha .....	333
3.5. Pescado .....	336
3.6. Suínos .....	345
III - FONTES CONSULTADAS .....	367

## LISTA DE GRÁFICOS

	p.
1. Montante de crédito (total, lavoura e pecuária) concedido a produtores e cooperativas, Santa Catarina, 1976 a 1981 (a preços de set/82) .....	68
2. Montante de crédito concedido para produtores e cooperativas, para a atividade de pecuária, Santa Catarina, 1976 a 1981 (a preços de set/82) .....	69
3. Montante de crédito agrícola concedido a produtores e cooperativas, para a atividade de lavoura, Santa Catarina, 1976 a 1981 (a preços de set/82) .....	70
4. Crédito agrícola concedido a produtores e cooperativas, em número de contratos, para a atividade de lavoura, Santa Catarina, 1976 a 1981 .....	71
5. Crédito agrícola concedido a produtores e cooperativas, em número de contratos, para a atividade de pecuária, Santa Catarina, 1976 a 1981 .....	72
6. Valor médio dos contratos de crédito agrícola concedido a produtores e cooperativas, para a atividade de lavoura, Santa Catarina, 1976 a 1981 (a preços de set/82)	73
7. Valor médio dos contratos de crédito agrícola concedido a produtores e cooperativas, para a atividade de pecuária, Santa Catarina, 1976 a 1981 (a preços de set/82)..	74
8. Preços mensais recebidos pelos produtores de frango de corte de Santa Catarina, 1981 e 1982 (a preços de set/82)..	305
9. Preços mensais de frango de corte no atacado, Santa Catarina, 1981 e 1982 (a preços de set/82) .....	306
10. Preços mensais de ovos vermelhos recebidos pelos produtores de Santa Catarina, 1981 e 1982 (a preços de set/82)...	307
11. Preços mensais de ovos brancos recebidos pelos produtores de Santa Catarina, 1981 e 1982 (a preços de set/82)...	308
12. Preços mensais recebidos pelos produtores de bovinos de corte em Santa Catarina, 1981 e 1982 (a preços de set/82) .....	321

13. Volume mensal de leite "in natura", recebido pelos usineiros de Santa Catarina, de 1980 a 1982 .....	331
14. Volume mensal de leite pasteurizado pelas usinas de Santa Catarina, de 1980 a 1982 .....	332
15. Relação preços do milho/preços de suíno, praticados na região Sul, 1981 e 1982 .....	363
16. Preços médios mensais, a nível de varejo em São Paulo (capital), de carnes e gorduras, 1981 e 1982 .....	364
17. Preços recebidos pelos suinocultores de Santa Catarina no período de jan/81 a dez/82 (a preços de set/82) ...	365

LISTA DE MAPAS

	p.
1. Participação das principais MRH na produção de alho em Santa Catarina, 1981/82 .....	157
2. Participação das principais MRH na produção de arroz irrigado em Santa Catarina, 1981/82 .....	172
3. Participação das principais MRH na produção de arroz sequeiro em Santa Catarina, 1981/82 .....	173
4. Participação das principais MRH na produção de banana em Santa Catarina, 1981/82 .....	178
5. Participação das principais MRH na produção de batata inglesa em Santa Catarina, 1981/82 .....	186
6. Participação das principais MRH na produção de cana-de-açúcar em Santa Catarina, 1981/82 .....	190
7. Participação das principais MRH na produção de cebola em Santa Catarina, 1981/82 .....	202
8. Participação das principais MRH na produção de feijão em Santa Catarina, 1981/82 .....	213
9. Participação das principais MRH na produção de fumo em Santa Catarina, 1981/82 .....	218
10. Participação das principais MRH na produção de maçã em Santa Catarina, 1981/82 .....	229
11. Participação das principais MRH na produção de mandioca em Santa Catarina, 1981/82 .....	239
12. Participação das principais MRH na produção de milho em Santa Catarina, 1981/82 .....	253
13. Participação das principais MRH na produção de soja em Santa Catarina, 1981/82 .....	265
14. Participação das principais MRH na produção de tomate em Santa Catarina, 1981/82 .....	271
15. Participação das principais MRH na produção de trigo em Santa Catarina, 1981/82 .....	280

16. Participação das principais MRH na composição do rebanho avícola em Santa Catarina, 1982 .....	294
17. Participação das principais MRH na composição do rebanho bovino em Santa Catarina, 1982 .....	312
18. Participação das principais MRH na composição do rebanho suíno em Santa Catarina, 1982 .....	352



## LISTA DE TABELAS

	p.
1. Participação relativa das MRH no VBP das lavouras, pecuária e total, Santa Catarina, 1982 .....	32
2. Estabelecimentos e Área total, Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980 .....	41
3. Distribuição da área explorada, por estrato, Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980 .....	42
4. Uso atual do solo, por estrato de área, Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980 .....	42
5. Condição do produtor, segundo os estratos de área, Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980 .....	43
6. Utilização das terras de Santa Catarina, segundo as classes de áreas, 1972 .....	44
7. Utilização das terras de Santa Catarina, segundo as classes de áreas, 1978 .....	44
8. Evolução das terras utilizadas em Santa Catarina, por estrato de área, segundo as dados recadastrados em 1972 e 1978 .....	44
9. Número de estabelecimentos agrícolas em Santa Catarina, por MRH, na data dos censos de 1970, 1975 e 1980 .....	45
10. População de Santa Catarina, por MRH, 1980 .....	49
11. Taxa anual de crescimento da população urbana, rural e total, por MRH, Santa Catarina, conforme dados dos censos demográficos de 1970 e 1980 .....	50
12. Pessoal ocupado segundo o grupo de área total, Santa Catarina, 1975 a 1980 .....	50
13. Pessoal ocupado, por sexo e idade, Santa Catarina, 1970 e 1980 .....	51
14. Pessoal ocupado e número de tratores, por MRH, Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980 .....	51
15. Capacidade estática de armazenagem a nível de produtor, por MRH, Santa Catarina, 1975 .....	56

16. Crédito agrícola concedido a produtores e cooperati <u>vas</u> de Santa Catarina, 1976 a 1982 (preços correntes).	60
17. Valor médio dos contratos de crédito agrícola conce <u>di</u> do a produtores e cooperativas de Santa Catarina, 1976 a 1982 (a preços correntes) .....	61
18. Crédito concedido ao setor agropecuário catarinense, 1979 ( a preços correntes ) .....	61
19. Crédito concedido ao setor agropecuário catarinense, 1980 (a preços correntes) .....	62
20. Crédito concedido ao setor agropecuário catarinense, 1981 (a preços correntes) .....	62
21. Crédito agrícola concedido a produtores e cooperati <u>vas</u> de Santa Catarina, 1976 a 1982 (a preços de set/82) .....	63
22. Valor médio dos contratos de crédito agrícola, con <u>ce</u> di <u>do</u> a produtores e cooperativas de Santa Catarina, 1976 a 1981 (a preços de set/82) .....	64
23. Crédito concedido ao setor agropecuário catarinense, 1979 (a preços de set/82) .....	65
24. Crédito concedido ao setor agropecuário catarinense, 1980 (a preços de set/82) .....	66
25. Crédito concedido ao setor agropecuário catarinense, 1981 (a preços de set/82) .....	66
26. Crédito rural orientado aplicado em Santa Catarina, 1976 a 1982 .....	67
27. Consumo aparente de fertilizantes em Santa Catarina, 1981 .....	76
28. Consumo estimado de fertilizantes em Santa Catarina, safra 1982/83 .....	76
29. Área e produção de sementes fiscalizadas das princi <u>pais</u> culturas, Santa Catarina, safra 1981/82 .....	79
30. Grau de utilização de sementes fiscalizadas em Santa Catarina, safra 1982/83 .....	79

31. Estimativa da produção de sementes fiscalizadas em Santa Catarina, safra 1982/83 .....	80
32. Evolução da produção de sementes básicas, mudas básicas e plantas matrizes de cultivares de várias espécies vegetais, Santa Catarina, 1976/77 a 1982/83.	81
33. Área cultivada dos principais produtos agrícola, Santa Catarina, safras 1976/77 a 1981/82 .....	90
34. Produção dos principais produtos agropecuários, Santa Catarina, safras de 1976/77 a 1981/82 .....	91
35. Evolução da área cultivada dos principais produtos da lavoura e frutas, Santa Catarina, safras de 1976/77 a 1981/82 .....	92
36. Evolução da produção dos principais produtos agropecuários de Santa Catarina, safras de 1976/77 a 1981/82 .....	93
37. Rendimento dos principais produtos agrícolas, Santa Catarina, safras de 1976/77 a 1981/82 .....	94
38. Evolução do rendimento dos principais produtos agrícolas em Santa Catarina, safras de 1976/77 a 1981/82 .....	95
39. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1975/76 .....	96
40. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1976/77 .....	96
41. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1977/78 .....	97
42. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1978/79 .....	97
43. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1979/80 .....	98
44. Área plantada dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1980/81 .....	98
45. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1980/81 .....	99

46. Área plantada dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1981/82 .....	99
47. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1981/82 .....	100
48. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, safra 1975/76 .....	100
49. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, safra 1976/77 .....	101
50. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, safra 1977/78 .....	101
51. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, safra 1978/79 .....	102
52. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, safra 1979/80 .....	102
53. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, safra 1980/81 .....	103
54. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, safra 1981/82 .....	103
55. Estimativa do balanço de oferta e demanda de produtos agrícolas de Santa Catarina, 1982 .....	106
56. Estimativa do balanço de oferta e demanda de produtos agrícolas de Santa Catarina, 1983 .....	106
57. Exportação catarinense de produtos de origem agrícola, "in natura", elaborados e semi-elaborados, para o mercado internacional, 1977 a 1982 .....	109
58. Participação relativa dos produtos de origem vegetal e animal no total exportado pelo setor agropecuário de Santa Catarina, 1977 a 1982 .....	110
59. Taxa anual de crescimento das exportações dos principais produtos de origem agrícola, "in natura", elaborados e semi-elaborados, Santa Catarina, 1977 a 1981 .....	111

60. VBP dos principais produtos agropecuários de Santa Catarina, 1975/76 a 1981/82 (a preços correntes) ...	116
61. VBP dos principais produtos agropecuários de Santa Catarina, 1975/76 a 1981/82 (a preços de set/82) ...	117
62. Participação relativa dos principais produtos agropecuários na formação do VBP, Santa Catarina, 1975/76 a 1981/82 .....	118
63. Participação relativa dos produtos no VBP, por sub-setor, Santa Catarina, 1975/76 a 1981/82 .....	119
64. Evolução do VBP dos principais produtos agropecuários de Santa Catarina, 1975/76 a 1981/82 .....	120
65. VBP dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, 1975/76 (a preços correntes) ..	121
66. VBP dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, 1976/77 (a preços correntes) ..	121
67. VBP dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, 1977/78 (a preços correntes) ..	122
68. VBP dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, 1978/79 (a preços correntes) ..	122
69. VBP dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, 1979/80 (a preços correntes) ..	123
70. VBP dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, 1980/81 (a preços correntes) ..	123
71. VBP dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, 1981/82 (a preços correntes) ..	124
72. VBP dos principais produtos de lavoura, por MRH, Santa Catarina, 1975/76 (a preços de set/82) .....	124
73. VBP dos principais produtos de lavoura, por MRH, Santa Catarina, 1976/77 (a preços de set/82) .....	125
74. VBP dos principais produtos de lavoura, por MRH, Santa Catarina, 1977/78 (a preços de set/82) .....	125
75. VBP dos principais produtos de lavoura, por MRH, Santa Catarina, 1978/79 (a preços de set/82) .....	126

76. VBP dos principais produtos de lavoura, por MRH, Santa Catarina, 1979/80 (a preços de set/82) .....	126
77. VBP dos principais produtos de lavoura, por MRH, Santa Catarina, 1980/81 (a preços de set/82) .....	127
78. VBP dos principais produtos de lavoura, por MRH, Santa Catarina, 1981/82 (a preços de set/82) .....	127
79. Preços médios recebidos pelos agricultores de Santa Catarina, 1976 a 1982 (a preços correntes) .....	128
80. Preços médios recebidos pelos agricultores de Santa Catarina, 1976 a 1982 (a preços de set/82) .....	128
81. Preços pagos pelos agricultores de Santa Catarina, 1982 (a preços correntes) .....	129
82. Preços pagos pelos agricultores de Santa Catarina, 1982 (a preços de set/82) .....	130
83. Evolução da distribuição do crédito de custeio entre os principais produtos da agricultura catarinense, 1969 a 1981 (a preços de set/82) .....	141
84. Comparativo entre os preços mínimos reais e preços médios reais recebidos pelo agricultor em Santa Catarina, 1971 a 1982 .....	143
85. Razões entre os preços médios recebidos pelo produtor e os preços mínimos, por produto, Santa Catarina, 1970 a 1981 .....	143
86. Comparação entre os custos de produção e os preços médios recebidos pelo produtor e os mínimos, Santa Catarina, dezembro/79 a setembro/82 .....	144
87. Volume mensal de banana comercializada na CEASA, Santa Catarina, 1980 a 1982 .....	177
88. Preços a nível de produtor, atacado e varejo para a cultura da banana, 1980 a 1982 .....	177
89. Uva - Área plantada, produção obtida, número de plantas, número de produtores, consumo e produção comercializada, Santa Catarina, safra 1981/82 .....	283

89 A. Uva - Número de plantas acima de 2 anos, e total, Santa Catarina, safra 1981/82 .....	284
89 B. Produção de vinhos, Santa Catarina, 1978 a 1982 .	284
90. Produção de madeira beneficiada e transformada em Santa Catarina, 1979 a 1982 (volume total resultante do 1º uso dos toros) .....	287
90 A. Extração de madeira bruta, Santa Catarina, 1979 a 1982 .....	287
91. Valor da produção madeireira de Santa Catarina, 1982.	288
92. Área reflorestada em Santa Catarina, conforme projeto registrado no IBDF, de 1967 a mar/82 .....	288
93. Principais países produtores de carne de aves, média de 1973-77 e anual de 1978 a 1982 .....	295
94. Comércio internacional de carne de frango, média de 1973-78 e anual de 1979 a 1982 .....	295
95. Estimativa da produção nacional de carnes de frangos, 1981 e 1982 .....	296
96. Abate total de aves (SIF, não SIF e Autoconsumo), Santa Catarina, 1980 a 1982 .....	297
97. Abate de aves sob Inspeção Federal em Santa Catarina, 1975 a 1982 .....	298
98. Volume e valor das exportações de carnes de frango praticado nos mercados de Santa Catarina, média de 1975-77 e anual de 1978-81 .....	298
99. Destino da produção catarinense de carnes de aves no período de 1980 a 1982 .....	299
100. Comércio interno, interestadual e internacional de carnes de aves, Santa Catarina, de janeiro a dezembro de 1980 .....	299
101. Comércio interno, interestadual e internacional de carnes de aves, Santa Catarina, de janeiro a dezembro de 1981 .....	300
102. Preços mensais recebidos pelos produtores de frango de corte de Santa Catarina, 1981 e 1982 .....	301

103. Preços mensais de frango de corte no atacado, Santa Catarina, 1981 e 1982 .....	302
104. Produção, importação e consumo de ovos, Santa Catarina, 1980 a 1982 .....	303
105. Preços de ovos vermelhos recebidos pelos produtores, Santa Catarina, janeiro a dezembro/81 - janeiro a novembro/82 .....	303
106. Preços de ovos brancos recebidos pelos produtores, Santa Catarina, janeiro a dezembro/81 - Janeiro a novembro/82 .....	304
107. Principais países produtores de carne bovina e vitela, média 1973-77 e anual de 1978-82 .....	313
108. Comércio internacional de carne bovina e vitela, média de 1974-78 e anual de 1979-82 .....	313
109. Rebanho bovino brasileiro e catarinense, e participação de Santa Catarina no total, segundo dados censitários de 1940 a 1980 e estimativas para 1981 e 1982 .....	314
110. Rebanho bovino catarinense, por faixa etária, segundo dados censitários de 1950 a 1980 e estimativa para 1981 e 1982 .....	315
111. Abate total de bovinos (SIF, não SIF e Autoconsumo), Santa Catarina, 1980 a 1982 .....	316
112. Produção de carne bovina, Santa Catarina, 1974 a 1982 .....	317
113. Rebanho bovino, taxa de abate e desfrute, Santa Catarina, 1975 e 1980 .....	317
114. Preços recebidos pelos produtores de bovinos para abate, Santa Catarina, janeiro a dezembro/81 - janeiro a dezembro/82 .....	318
115. Produção e importação de carne bovina no Estado de Santa Catarina, jan/80 a out/82 .....	319
116. Custo de produção de bovinos .....	319
117. Custo de produção de carneiro de um ano (Índice de natalidade 55%) .....	320



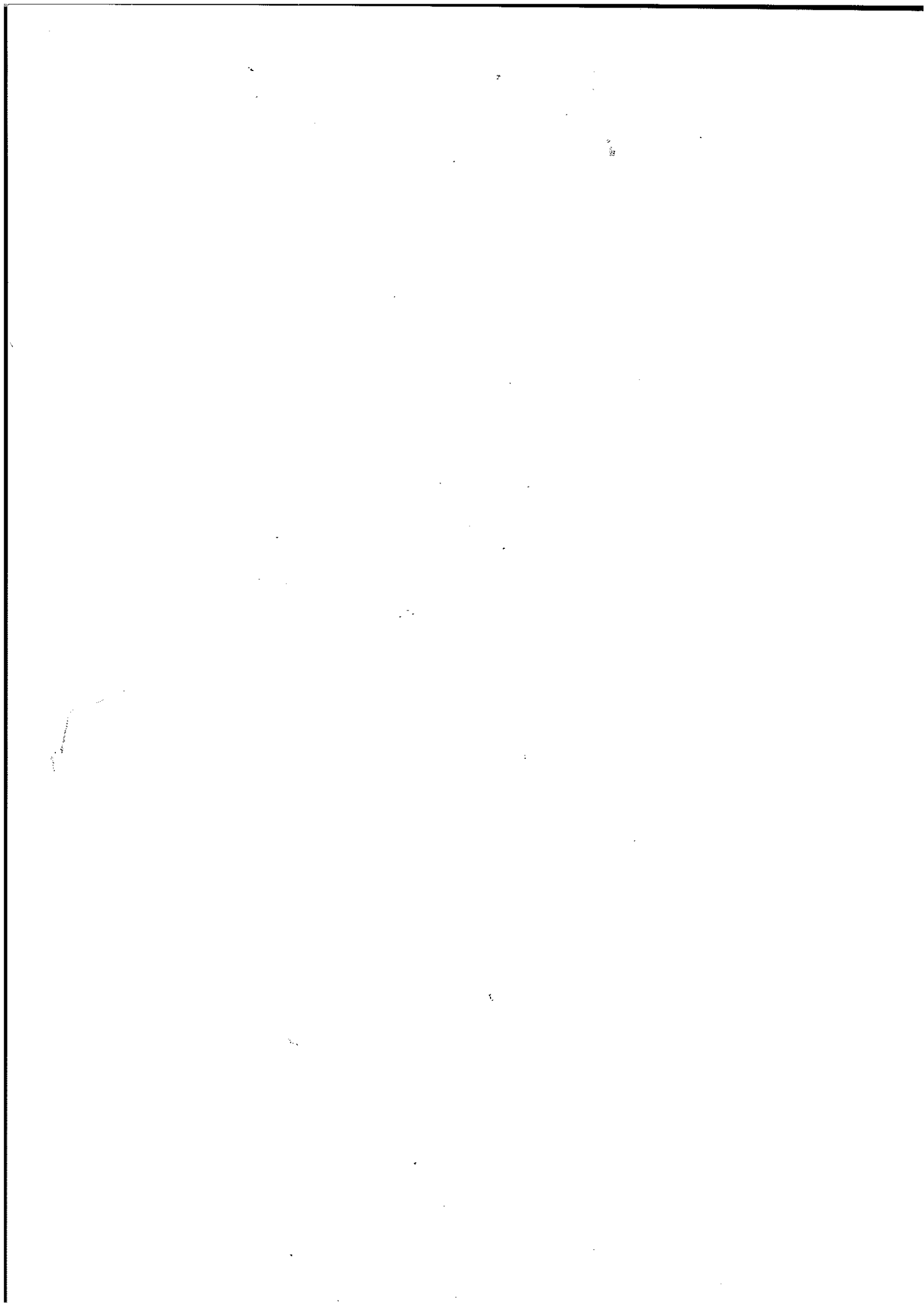
118. Custo de produção de terneiro de um ano (índice de natalidade 85%) .....	320
119. Custo de produção de terneiro de um ano (bubalino).	320
120. Número de bovinos, vacas ordenhadas e produção de leite, por MRH, Santa Catarina, 1980 .....	325
121. Rebanho, produção leiteira aparente e industrializada, Santa Catarina, 1971 a 1982 .....	326
122. Leite recebido pelas indústrias de Santa Catarina, 1981 e 1982 .....	327
123. Custo de produção do leite produzido, nos meses de dezembro de 1982 .....	328
124. Preço médio ponderado do litro de leite em Santa Catarina, conforme portarias da SUNAB, 1971 a 1982 ..	328
125. Comparativo entre preços de leite e custo de produção .....	329
126. Balanço de oferta e demanda de leite, Santa Catarina, 1982 .....	329
127. Produção brasileira e catarinense de leite "in natura", de 1970 a 1981 .....	330
128. Desembarque de pescado controlado em Santa Catarina, 1977 a 1982 .....	342
129. Índice de crescimento do pescado desembarcado nos principais portos e locais, Santa Catarina, 1978 a 1982 .....	342
130. Valor bruto do pescado desembarcado, Santa Catarina, 1977 a 1982 (a preços correntes) .....	342
131. Valor bruto do pescado desembarcado, Santa Catarina, (a preços de set/82) .....	343
132. Produção, transformação e comercialização das indústrias de pescado inspecionadas em Santa Catarina, 1980 .....	343
133. Produção, transformação e comercialização das indústrias de pescado inspecionadas em Santa Catarina, 1981 .....	343

134. Produção, transformação e comercialização das indústrias de pescado inspecionadas em Santa Catarina, 1982 .....	344
135. Vendas de produtos pesqueiros para o mercado de Santa Catarina e para o mercado interestadual, 1976 a 1982 ..	344
136. Exportação internacional de produtos pesqueiros, Santa Catarina, 1978 a 1982 .....	344
137. Principais países produtores de carne suína, média de 1973-77 e anual de 1978 a 1982 .....	353
138. Comércio internacional de carne suína, média de 1974-78 e anual de 1979 a 1981 .....	353
139. Rebanho suíno, abate, taxa de abate e produção de carne em equivalente carcaça no Brasil, 1970, 1975 e 1980 a 1983 .....	354
140. Rebanho suíno, abate, taxa de abate e produção de carne em equivalente carcaça no Brasil, 1977 a 1983	354
141. Abate suíno, produção, taxa de abate e desfrute em Santa Catarina, 1977 a 1983 .....	355
142. Suínos abatidos e comercializados para outros estados da federação, Santa Catarina, 1975 a 1983 .....	356
143. Abate total de suínos (SIF, não SIF e autoconsumo), Santa Catarina, 1980 a 1982 .....	357
144. Relação de preços do milho/preços do suíno, praticados na região Sul, 1981 e 1982 .....	358
145. Preços recebidos pelos suinocultores da região Sul, 1981 e 1982 .....	359
146. Preços médios mensais, a nível de varejo em São Paulo (capital), de carnes e gorduras, 1981 e 1982 ...	360
147. Preços recebidos pelos suinocultores de Santa Catarina no período de janeiro/81 a dezembro/82 .....	361
148. Rebanho bovino no Brasil e Santa Catarina segundo os censos agropecuários de 1940 a 1980 .....	362
149. Custo de produção de suínos .....	362

# *I. Aspectos Gerais do Setor Agrícola*

---

- CARACTERIZAÇÃO SINTÉTICA DA AGRICULTURA CATARINENSE
- RECURSOS NATURAIS
- ESTRUTURA FUNDIÁRIA
- POPULAÇÃO E EMPREGO
- ELETRIFICAÇÃO RURAL
- ARMAZENAMENTO
- CRÉDITO AGRÍCOLA
- INSUMOS AGRÍCOLAS
- EVOLUÇÃO RECENTE DA AGRICULTURA DE SC
- BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
- EXPORTAÇÃO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
- VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA



## 1 - CARACTERIZAÇÃO SINTÉTICA DA AGRICULTURA CATARINENSE

Santa Catarina possui uma área total de 95.985 km<sup>2</sup>, distribuídos entre 95.483 km<sup>2</sup> de área terrestre e 502 km<sup>2</sup> de águas internas; está localizada na região Sul do Brasil, entre os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná; representa 1,13% do território nacional e 16,1% da região Sul.

A participação da economia catarinense na geração da renda interna do Brasil e da região Sul, conforme dados disponíveis e preliminares da FGV, em 1975 foi de 3,24% e 18,83%, respectivamente, evidenciando, a grosso modo, um uso do território economicamente mais eficiente do que é feito no País e na região.

Se for considerado apenas o setor primário, a participação catarinense (em 1975) é de 7,10% da renda interna do Brasil e de 17,13% da região Sul, o que faz com que este setor seja mais importante para a economia de Santa Catarina do que é para a média do País e tenha aproximadamente a mesma importância no Estado e na região Sul.

O setor primário estadual participava, em 1960, com 43,90% no total da renda interna gerada; em 1970, essa participação foi de 23,69%, baixando para 23,12% em 1975. A diminuição relativa do setor primário, comparada com os demais setores, é considerada perfeitamente normal num processo de desenvolvimento que tem seu centro mais dinâmico na industrialização. Entretanto, se for adicionada a contribuição das indústrias que transformam produtos de origem agrícola, ver-se-á que esse conjunto (agricultura-agroindústrias) representa uma parcela considerável na formação da renda interna estadual. O Estado destaca-se, a nível nacional, como o primeiro produtor de maçã, (59%) de carne de aves (22,7%), de fumo (35,3%) e de mel (22%); segundo produtor de suínos (25,90%) e de alho (15,82%); terceiro produtor nacional de cebola (16,77%); quarto produtor de feijão (10,80%); quinto produtor de milho (11,92%) e de batata inglesa (7,68%); sexto produtor de soja (4,17%); sétimo produtor de arroz (3,86%) e oitavo produtor brasileiro de carne bovina (2,75%) e de mandioca (4,70%).

A agricultura catarinense, além de ter expressão a ní-

vel nacional, tem características próprias, quais sejam a diversificação da produção e a quase auto-suficiência do Estado quando se considera a produção e o consumo.

A diversificação da produção pode ser verificada no fato de que, numa pauta de trinta produtos, explorados no período de 1976 a 1982, o de maior participação na formação do Valor Bruto da Produção Agropecuária, o milho, apresentou média de 16,53%, sendo a participação máxima de 19,61% verificada na safra 1979/80 e a mínima de 13,01 na safra 1978/79. Ou, dos trinta produtos componentes da safra 1981/82, para se alcançar 90% do VBP foram necessários 12 produtos, sendo 6 de lavoura, 4 de pecuária e 2 de extração vegetal.

O Estado, em 1982, foi auto-suficiente na maioria dos produtos: alho, arroz, batatinha, cebola, feijão, fumo, mandioca, milho, tomate, banana, maçã, uva, carne de aves, carne suína, leite e mel, dentre outros.

Além do abastecimento interno do Estado e do comércio interestadual, o setor primário catarinense exporta para o mercado internacional sob a forma de produtos agrícolas "in natura" elaborados e simi-elaborados. Em 1981, por exemplo, foi exportado um volume total de 1.372.170 toneladas, das quais 1.227.618 toneladas eram produtos de origem vegetal, enquanto 144.552 toneladas eram de origem animal, representando um valor total de 692.876.000 dólares (valor FOB).

O Valor Bruto da Produção Agrícola "in natura" das principais atividades de lavoura, frutas, pecuária, extrativa vegetal e pescado, considerados apenas os principais produtos agropecuários, foi, em 1982, de cerca de 414 bilhões de cruzeiros (a preços de set/82). Deve-se salientar que, para a determinação do VBP catarinense, tem-se que subtrair do valor acima citado os valores gastos com milho, soja, mandioca, etc, utilizados na alimentação animal.

A exploração agrícola, no entanto, não tem distribuição homogênea em todo o Estado. As diferenciações climáticas e edafo-topográficas, por um lado, além das condicionantes históricas e da disponibilidade de recursos humanos, por outro, produziram significativas disparidades a nível microrregional.

Isso fica claro quando se verifica que, na safra 1981/82, de um total de 16 microrregiões homogêneas, as 6 que têm participação acima de 5% no valor bruto das lavouras somaram 69% do total, enquanto a maioria (as demais 10 microrregiões) participaram com apenas 31%.

Entre as 6 microrregiões que se destacam, há também grandes disparidades. A microrregião Colonial do Oeste Catarinense se colocou-se muito à frente das demais, com 34,69% do valor bruto das lavouras do Estado. Esse destaque deveu-se principalmente a três produtos: soja, milho e feijão, que foram responsáveis por 66,19%, 57,50% e 51,52%, respectivamente, do valor bruto dessas lavouras no Estado.

A segunda microrregião, que participa com menos de 1/3 da primeira, é a Colonial do Alto Itajaí, responsável por 11,48% do valor bruto das lavouras do Estado. Contribuem para isso, principalmente, a cebola, com 51,98%; a mandioca, com 24,79%; o fumo, com 23,22%; e a batata, com 10,54%.

A microrregião Colonial do Rio do Peixe coloca-se na terceira posição, com 9,55% do Estado, sendo as contribuições mais destacadas as do milho (19,59%), do alho (13,03%), da soja (10,43%) e da batata (8,58%).

Segue-se a do Planalto de Canoinhas, que participa com 7,79%, divididos principalmente entre a batata (15,17%), o feijão (14,41%), a soja (11,17%), o trigo (9,25%), o fumo (8,45%) e a mandioca (7,26%), havendo portanto maior uniformidade na contribuição das lavouras.

Com 5,85% do valor das lavouras do Estado, a microrregião de Campos de Curitibanos ocupa a quinta posição, devida principalmente ao alho (66,22%), ao tomate (11,39%); à soja (10,38%).

A sexta posição na formação do Valor Bruto da Produção da lavoura estadual é da Carbonífera, com 5,43%, destacando-se a batata (16,92%), o fumo (15,48%), o tomate (13,30%) e o arroz (6,03%).

As microrregiões Colonial Serrana Catarinense, Colonial de Blumenau, Colonial Sul Catarinense e Litoral Sul Catarinense

se ocupam as posições seguintes, com participações individuais superiores a 3%, enquanto as demais 6 microrregiões contribuem com valores inferiores a esse percentual.

A pecuária estadual, expressa na forma de Valor Bruto da Produção e tendo como base os dados censitários do rebanho de Santa Catarina (bovinos, suínos e aves), sobre os quais calcularam-se as respectivas taxas de desfrute e conseqüente produção, apresenta uma concentração maior que a das lavouras, devido à significativa ocorrência da exploração avícola e suinícola nas microrregiões homogêneas Colonial do Oeste Catarinense e do Rio do Peixe. Essas duas microrregiões somam 69,27% do Valor Bruto da Produção da pecuária estadual, enquanto as outras 14 MRH são responsáveis por 30,73%.

A microrregião Colonial do Oeste Catarinense detém a primeira colocação, contribuindo com 37,61% do Valor Bruto da Produção pecuária, tendo expressão relativa maior que nas lavouras (34,69%). Neste destaque, a distribuição é de 51,56% para suínos, 31,01% para aves e 19,12% para bovinos.

Aparece na segunda posição a microrregião Colonial do Rio do Peixe, que participa com 31,66% do Valor Bruto da Produção pecuária, representado por 13,98% de bovinos, 29,02% de suínos e 40,77% de aves, sendo esta MRH a maior produtora de frangos do Estado.

A microrregião Carbonífera é a que apresenta o terceiro desempenho, alcançando 4,14% do Valor Bruto da Produção pecuária, sendo 6,09% de participação de bovinos, 3,89% de suínos e 3,65% de aves.

A seguir, aparecem os Campos de Curitibanos com 3,68%, com 12,98% de participação de bovinos e, com menor expressão, as aves, com 2,28% e os suínos, com 1,56%.

A microrregião Colonial de Blumenau ocupa o 5º lugar com 3,56% do Valor Bruto da Produção da pecuária, creditando-se 5,02% aos bovinos, 4,74% às aves e 1,78% aos suínos.

A microrregião do Planalto de Canoinhas aparece na sexta posição, somando uma contribuição percentual de 3,54% da qual destacam-se os bovinos, com 5,93%; os suínos, com 4,47% e as aves, com 1,76%.



Ainda participando com mais de 3% na formação do Valor Bruto da Produção pecuária, aparecem as microrregiões Colonial do Alto Itajaí (3,29%) e Campos de Lages (3,17%).

A microrregião de Florianópolis apresenta uma contribuição com mais de 2%, ficando as 9 restantes com participação abaixo de 2%.

Adicionando-se os valores brutos das lavouras aos da pecuária, que compõem parte substancial da agricultura, pois não estão sendo considerados a extração vegetal, os hortigranjeiros (fruticultura e olericultura) e o pescado, obtém-se a seguinte distribuição, conforme tabela 1:

. as 6 microrregiões que possuem participação acima de 5% somam 78,64% do valor bruto das lavouras e dos rebanhos, vistos em conjunto;

. a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, sozinha, é responsável por 35,92% do total estadual, vindo logo a seguir a Colonial do Rio do Peixe que, apesar de estar bem à frente das demais, participa com 18,88%;

. as outras 4 microrregiões que se salientam ocupam um terceiro patamar: Colonial do Alto Itajaí (8,02%), Planalto de Canoinhas (6,00%), Campos de Curitibanos (4,94%) e Carbonífera (4,88%), ficando 10 microrregiões restantes com 21,36%, ou seja, aproximadamente 60% da microrregião que se coloca em primeiro lugar.

Tabela 1:

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS MRH NO VALOR BRUTO DA  
PRODUÇÃO DAS LAVOURAS, PECUÁRIA E TOTAL,  
- SANTA CATARINA, 1982 -

MRH	LAVOURA	PECUÁRIA	TOTAL
Colonial de Joinville	2,40	1,73	2,12
Litoral de Itajaí	0,93	0,47	0,73
Colonial de Blumenau	4,26	3,56	3,97
Colônia Itajaí Norte	1,70	0,78	1,31
Colonial Alto Itajaí	11,48	3,29	8,02
Florianópolis	1,32	2,34	1,75
Colonial Serrana Catarinense	4,58	1,22	3,16
Litoral de Laguna	0,53	0,43	0,49
Carbonífera	5,43	4,14	4,88
Litoral Sul Catarinense	3,95	1,36	2,86
Colonial Sul Catarinense	4,03	1,02	2,76
Campos de Lages	1,51	3,17	2,21
Campos de Curitibanos	5,85	3,68	4,94
Colonial do Rio do Peixe	9,55	31,66	18,88
Colonial do Oeste Catarinense	34,69	37,61	35,92
Planalto de Canoinhas	7,79	3,54	6,00

Fonte dos dados básicos: IBGE, Agroindústrias, Cooperativas, FGV,  
EMATER-SC/ACARESC e CEPA/SC

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

COMPOSIÇÃO DAS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA (\*)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	DENOMINAÇÃO
1 292	Colonial de Joinville
2 293	Litoral de Itajaí
3 294	Colonial de Blumenau
4 295	Colonial de Itajaí Norte
5 296	Colonial do Alto Itajaí
6 297	Florianópolis
7 298	Colonial Serrana Catarinense
8 299	Litoral de Laguna
9 300	Carbonífera
10 301	Litoral Sul Catarinense
11 302	Colonial Sul Catarinense
12 303	Campos de Lages
13 304	Campos de Curitibanos
14 305	Colonial do Rio do Peixe
15 306	Colonial do Oeste Catarinense
16 307	Planalto de Canoinhas

(\*) Ver mapa do Estado de Santa Catarina apresentado a seguir.



## 2 – RECURSOS NATURAIS

Os recursos naturais podem ser conceituados em duas categorias: recursos naturais de uso direto e recursos naturais de suporte.

Os recursos de uso direto pelo setor rural de Santa Catarina compreendem basicamente a exploração de espécies naturais da fauna e da flora de cada região.

Entre os recursos faunísticos, permanece com destacada participação apenas a pesca de águas salgadas, ou seja, a captura feita nas lagoas em contato com o mar e nas faixas costeiras e oceânicas em frente ao litoral catarinense. Nesses locais são capturadas, anualmente, expressivas quantidades de diversas espécies de peixes e crustáceos que se criam naturalmente: siri, berbigão, camarão, tainha, corvina, sardinha, atum, etc. (maiores in formações no item sobre pescado).

Os recursos naturais vegetais compreendem a vegetação nativa, utilizada para fins econômicos. Esses recursos são os campos nativos, ou seja, as pastagens naturais, já utilizadas há séculos no Planalto e alguns trechos montanhosos, para extensas criações de gado. Nessas regiões, os rigores de inverno são compensados pela salubridade do clima e pela recuperação natural das pastagens, permitindo até hoje a criação por sistemas extensivos bastante simples.

Como recursos vegetais alimentícios, existem produtos de alto valor e importância na dieta alimentar dos catarinenses. Tem-se como exemplo o palmito, que cresce facilmente na maior parte da Mata Atlântica, e a erva-mate e o pinhão, que são importantes componentes no Planalto e no Oeste. O pinhão também é largamente consumido pela fauna e pelos porcos criados em regime extensivo naquelas regiões. A erva-mate e o palmito são tradicionais componentes da exportação do Estado.

Como recursos alimentícios pode-se também considerar as flores da vegetação nativa, cujo néctar é extraído pelas abelhas para, juntamente com néctar de espécies cultivadas e exóticas, por milhares de toneladas de mel.

Há, ainda, recursos vegetais industriais, ou seja, produtos que são insumos ou componentes de artigos industriais, notadamente plantas medicinais e óleo de sassafrás.

No entanto, a fração mais importante que a vegetação nativa oferece são os recursos madeireiros, nas florestas que cobrem cerca de 33% da superfície do Estado e que contêm dezenas de espécies arbóreas, que possibilitam uma infinidade de usos e aplicações, tal a diversidade de madeiras para construção, mobiliário, instrumentos e ferramentas, veículos (barcos, carroças, caixas de caminhões), celulose (pinheiro), embalagens e combustível.

Quanto ao aspecto energético, convém ressaltar o retorno da lenha como combustível altamente importante e, inclusive, estratégico, dada a problemática atual e futura dos combustíveis fósseis como o carvão e o petróleo.

Recursos naturais de suporte constituem o que, em ecologia, denomina-se biótopo, ou seja, consumo de fatores físicos que influenciam a atividade dos seres vivos em determinada região. Assim tem-se o ar, a água e o solo.

Deve-se considerar o ar não apenas como o envoltório gaseoso da terra, mas também como o meio que distribui a umidade e que transmite e seleciona a energia vital para todos os seres - a energia do sol - tanto diretamente, pela irradiação solar, que aquece e estimula a criação de matéria vegetal através da fotossíntese, como indiretamente, pela ação dos ventos.

Quanto a água, em Santa Catarina, as condições médias de precipitação pluviométrica, salvo poucas ocasiões de excesso ou falta, propiciam não só razoáveis teores de umidade no ar, como também alimentam um sem número de rios e riachos permanentes que constituem a rede hidrográfica catarinense.

São os solos, porém, os responsáveis diretos pelo sucesso da agricultura em determinadas regiões, como os solos Erechim, no Planalto, e Tubarão, no Litoral. De um modo geral, o uso da terra é bem mais intenso nas áreas de solos férteis.

O recurso natural solo é em geral classificado de acordo com as condições naturais de topografia e de textura, através dos quais se podem determinar as disponibilidades de terras mecanizáveis ou em condições de receber lavouras anuais ou perma

nentes, sem que esse recurso natural de suporte seja perdido ou degradado através de práticas inadequadas de uso ou manejo.

### 3 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O Estado de Santa Catarina apresenta uma estrutura fundiária caracterizada pela pequena propriedade. A área média dos estabelecimentos, segundo a Fundação IBGE, foi de 33,90 ha em 1970, de 33,30 ha em 1975 e de 34,07 ha em 1980.

A área total dos estabelecimentos apresentou uma taxa anual de crescimento, no período de 1970-80, de 0,48%. Isso se deve, provavelmente, à legitimação de terras devolutas, ao cadastramento de produtores até então não registrados e à correção de declarações anteriores, com a inclusão de áreas já ocupadas pelos agricultores e ainda não computadas.

Quanto ao número total de estabelecimentos agrícolas no Estado, constata-se, no mesmo período, uma taxa anual média de crescimento de 0,43%, passando de 207.199, em 1970, para 215.806, em 1980.

Com relação à distribuição da área explorada, segundo a mesma fonte, em 1970 as terras ocupadas com lavoura somavam um total de 1.331.679 ha, representando 18,96% da área total das propriedades. No mesmo ano em análise, a área ocupada com pastagem foi de 2.467.985 ha, representando 35,13% da área total, enquanto a área ocupada com matas foi de 1.751.554 ha, ou seja, 24,93% da soma total. Restavam, portanto, 1.109.971 ha com terras em descanso e terras produtivas não utilizadas (tabela 2).

Em 1975, a área ocupada com lavouras foi de 1.434.431 ha (20,86%); com pastagem, de 2.404.029 ha (34,96%); com matas, de 1.628.097 ha (23,67%); com terras em descanso e terras produtivas não utilizadas, de 961.219 ha (13,98%).

O Censo Agropecuário de 1980 informa, em sua versão preliminar, que a área total ocupada com estabelecimentos rurais no Estado é de 7.369.529 ha, sendo que, desse total, ao subsetor lavouras corresponde uma área de 1.792.519 ha. Para os demais itens (pastagens, matas, terras em descanso e terras produtivas não utilizadas), o último Censo não forneceu tais informações, impossibilitando qualquer tipo de análise ou conclusões.

Analisando o aspecto "condição do produtor" (tabela 5),



restringindo a observação à categoria dos proprietários, verifica-se que ocorreu, no período considerado (1970-80), uma diminuição absoluta da área média dos estabelecimentos com área de até 50 ha (pequena propriedade); uma estabilização tanto na área ocupada quanto no número dos estabelecimentos situados entre 50 e 500 ha, aqui considerados como sendo as propriedades médias; e um ganho de áreas para aqueles estabelecimentos com área superior a 500 ha, ou seja, as grandes propriedades.

Com relação à categoria dos arrendatários e dos parceiros, ocorreu praticamente o mesmo e verifica-se no geral um aumento da área média das propriedades arrendadas, sendo beneficiados os estabelecimentos situados entre 50 e 500 ha, enquanto aqueles de até 50 ha foram os que cederam área, e os estabelecimentos com área superior a 500 ha mantiveram inalterada sua posição.

No que se relaciona à classe dos ocupantes, também se verifica, no geral, um acréscimo mais significativo da área ocupada pelos estabelecimentos do que propriamente o número de estabelecimentos. Pelos dados observados, verifica-se claramente uma diminuição desta categoria de produtores nas propriedades médias e grandes e o seu crescimento na pequena propriedade, inclusive ocupando maior área.

Antes de analisar o grau de concentração da terra em Santa Catarina, faz-se necessário explicar a diferença existente entre imóvel rural e estabelecimento rural.

O artigo 4º do Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 30/11/64, define imóvel rural (denominação dada pelo INCRA) como sendo "o conjunto de áreas contínuas do mesmo contribuinte, que se destinam à exploração para fins agrícola, pecuário, extrativo vegetal e agroindustrial, independente de sua localização, seja na área rural ou no perímetro urbano". Por outro lado, a Fundação IBGE, através do Censo Agropecuário de 1975, define estabelecimento rural como sendo "todo o terreno ou área contínua, independente do tamanho ou localização (áreas urbana, suburbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeiro a uma única administração (áreas ocupadas segundo diferentes condições legais: próprias, arrendadas ou ocupadas gratuitamente), onde se processa uma exploração agropecuária".

Segundo o INCRA, o número de imóveis cadastrados em 1972, no Estado, atingiram 249.977, baixando em 1978 para 211.811<sup>(1)</sup>. Ao se comparar as informações dos recadastramentos do INCRA de 1972 e 1978 (tabelas 6 e 7), verifica-se que a área aproveitável com relação à total permaneceu praticamente a mesma (87,34% em 1972 e 87,24% em 1978). A área inaproveitável foi ligeiramente maior em 1978 (10,26%) que em 1972 (9,98%). A área com destino para floresta de reserva legal, (o Código Florestal prevê 20% da área da propriedade) diminuiu, no último recadastramento, de 3,68% para 2,49%.

A maior diferenciação deu-se nas parcelas da área aproveitável quanto a ser explorada ou não: em 1972, a área não explorada representava 20,98% do total geral, tendo em 1978 aumentado para 39,75%.

No que concerne à distribuição dos estratos de área, a modificação de 1972 para 1978 deu-se num único sentido: todos os estratos com menos de 500 ha perderam área, tanto em termos absolutos como em termos percentuais (79,10% para 76,82%). Em contrapartida, os estratos acima de 500 ha incorporaram área, tanto em termos de hectares como em termos percentuais (de 20,90% para 23,18%).

Os estratos de área até 10 hectares, além de terem diminuído sua área e sua participação, tiveram diminuída sua área aproveitável de 88,43% para 85,40%. Os estratos de 10 a 500 hectares, ao contrário, aumentaram levemente sua área aproveitável, apresentando uma média aritmética que cresceu de 86,61% para 87,60%, enquanto os acima de 500 ha diminuíram sua área aproveitável de 89,39% para 86,75%.

Ao se compararem os dados do recadastramento de 1978 aos de 1972, quanto à distribuição dos imóveis por classe de área (tabela 8), observa-se uma diminuição relativa no total geral dos imóveis de 11,30% e na área total geral de 3,50%, sendo que as classes de áreas de até 500 ha apresentaram uma involu

---

(1) Como o cadastramento é dinâmico, tais dados devem ser considerados como amostragem, extremamente útil quando a finalidade não for o uso dos totais, sendo necessário, para este último caso, usar os dados do IBGE.

ção média de 11,37% e de 10,87%, respectivamente, nos números de imóveis e na área total. Entretanto, os estratos acima de 500 ha demonstraram acréscimos positivos de 16,37% nos imóveis e de 17,97% na área total.

Quanto à área aproveitável explorada, verifica-se um decréscimo, no período, de 29,90%, enquanto na não explorada houve um incremento de 82,20%. O primeiro fato é ocasionado pelo uso mais amplo da terra com finalidade especulativa, havendo um aumento de ociosidade<sup>(2)</sup> em todos os estratos, acentuando-se nos acima de 50 ha, além do aumento do número das áreas destinadas para lazer. No segundo, a situação tende a ser o inverso da primeira.

Tabela 2

ESTABELECIMENTOS E ÁREA TOTAL, SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

GRUPO DE ÁREA TOTAL	(Em hectares)								
	1970			1975			1980		
	Nº de Esta- belecimentos	Área Total	Área Média do Estab.	Nº de Esta- belecimentos	Área Total	Área Média do Estab.	Nº de Esta- belecimentos	Área Total	Área Média do Estab.
Menos de 10	66.074	339.873	5,14	69.921	344.507	4,93	75.985	376.899	4,96
10 a menos de 50	117.416	2.622.721	22,34	113.238	2.505.718	22,13	116.343	2.538.468	21,82
50 a menos de 100	14.764	987.259	66,87	14.693	979.683	66,68	14.283	955.967	66,93
100 a menos de 200	4.939	665.133	134,67	4.779	642.689	134,48	5.004	678.991	135,69
200 a menos de 500	2.664	806.639	302,79	2.559	773.077	302,10	2.929	890.467	304,02
500 a menos de 1000	874	591.453	676,72	832	570.245	685,39	1.020	701.425	687,67
Mais de 1000	468	1.012.247	2.162,92	475	1.061.361	2.234,44	578	1.227.312	2.123,38
Sem Declaração	19	-	-	8	-	-	182	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>207.218</b>	<b>7.025.325</b>	<b>33,90</b>	<b>206.505</b>	<b>6.877.280</b>	<b>33,30</b>	<b>216.324</b>	<b>7.369.529</b>	<b>34,07</b>

Fonte: IBGE

Elaboração: CEPAS/SC

(2) Esta considerável redução da área explorada deixa dúvidas, devido à falta de explicação dos dados estatísticos, uma vez que a área de matas praticamente duplicou e que possivelmente teria sido considerada inexplorada em 1978, ao contrário de 1972.

Tabela 3

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA EXPLORADA, POR ESTRATO, SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

CLASSE DE ÁREA-HA	ANOS	ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS		LAVOURAS		PASTAGENS		MATAS		TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS	
		ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Menos de 10	1970	339.874	100	213.195	62,73	50.216	14,77	25.820	7,60	35.872	10,55
	1975	344.507	100	207.525	60,24	56.911	16,52	22.080	6,41	27.294	7,92
	1980	376.899	100	238.390	63,25						
10 a menos de 50	1970	2.622.721	100	854.275	32,57	495.952	18,91	533.033	20,32	574.648	21,91
	1975	2.505.718	100	653.131	34,05	519.219	20,72	443.630	17,70	489.922	19,55
	1980	2.538.468	100	1.006.694	39,66						
50 a menos de 100	1970	987.259	100	160.032	16,21	283.078	28,67	239.948	24,30	245.028	24,82
	1975	979.683	100	181.955	18,57	285.678	29,16	220.020	22,46	225.424	23,01
	1980	955.967	100	220.033	23,02						
100 a menos de 200	1970	665.133	100	51.998	7,82	288.515	43,38	185.475	27,89	107.350	16,14
	1975	642.689	100	75.687	11,78	272.032	42,33	158.695	24,69	101.551	15,80
	1980	678.991	100	106.402	15,67						
200 a menos de 500	1970	806.639	100	29.947	3,71	445.171	55,19	230.036	28,52	69.252	8,59
	1975	773.077	100	57.252	7,41	400.215	51,77	217.833	28,18	61.164	7,91
	1980	890.467	100	103.776	11,65						
500 a menos de 1000	1970	591.453	100	11.616	1,96	348.462	58,92	176.051	29,77	32.382	5,47
	1975	570.245	100	29.701	5,21	309.242	54,23	179.862	31,54	26.289	4,61
	1980	701.425	100	51.527	7,35						
Mais de 1000	1970	1.012.247	100	10.616	1,05	556.591	54,99	361.191	35,68	45.439	4,49
	1975	1.061.361	100	29.180	2,75	560.732	52,83	385.977	36,37	29.575	2,79
	1980	1.227.312	100	65.697	5,35						
Totais	1970	7.025.326	100	1.331.679	18,96	2.467.985	35,13	1.751.554	24,93	1.109.971	15,60
	1975	6.877.280	100	1.434.431	20,86	2.404.029	34,96	1.628.097	23,67	961.219	13,98
	1980	7.369.529	100	1.792.519	24,32						

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1970 e 1975; Sinópse preliminar do Censo Agropecuário de 1980

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 4

USO ATUAL DO SOLO, POR ESTRATO DE ÁREA, SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

CLASSES DE ÁREA-HA	ANOS	ÁREA TOTAL DECLARADA DOS ESTABELECIMENTOS		LAVOURAS				PASTAGENS				MATAS				TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS	
		ha	%	Permanentes		Temporárias		Naturais		Plantadas		Naturais		Plantadas		ha	%
				ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%		
Menos de 10	1970	339.874	100	9.806	2,89	203.389	59,84	34.445	10,13	15.771	4,64	24.231	7,13	1.589	0,47	35.872	10,55
	1975	344.507	100	4.702	1,36	202.823	58,87	44.482	12,91	12.429	3,63	20.253	5,85	1.827	0,53	27.294	7,92
	1980	376.899	100	6.669	1,77	231.730	61,48										
10 a menos de 50	1970	2.622.721	100	44.194	1,69	810.081	30,89	324.338	12,37	171.614	6,54	520.264	19,84	12.789	0,49	574.648	21,91
	1975	2.505.718	100	23.920	0,95	829.211	33,09	373.520	14,91	145.699	5,81	426.059	17,0	17.571	0,70	489.922	19,55
	1980	2.538.468	100	36.444	1,44	970.250	38,22										
50 a menos de 100	1970	987.259	100	8.853	0,90	151.179	15,31	217.564	22,04	65.514	6,64	233.692	23,65	6.456	0,65	245.028	24,82
	1975	979.683	100	5.955	0,61	176.000	17,96	219.468	22,4	66.210	6,76	210.936	21,53	9.084	0,93	225.424	23,01
	1980	955.967	100	10.130	1,06	209.903	21,96										
100 a menos de 200	1970	665.133	100	2.824	0,42	49.174	7,39	249.959	37,58	38.556	5,80	177.999	26,76	7.476	1,12	107.350	16,14
	1975	642.689	100	1.964	0,31	73.723	11,47	221.984	34,54	50.048	7,79	148.231	23,06	10.464	1,63	101.551	15,80
	1980	678.991	100	5.935	0,88	100.427	14,79										
200 a menos de 500	1970	806.639	100	1.943	0,24	28.004	3,47	406.015	50,33	39.156	4,88	211.869	26,27	18.167	2,25	69.252	8,59
	1975	773.077	100	2.111	0,27	55.141	7,13	343.166	44,39	57.049	7,38	192.484	24,9	25.349	3,28	61.164	7,91
	1980	890.467	100	6.132	0,69	97.644	10,97										
500 a menos de 1000	1970	591.453	100	720	0,12	10.896	1,84	323.435	54,68	23.027	4,23	156.741	26,52	19.310	3,26	32.382	5,47
	1975	570.245	100	1.267	0,22	28.434	4,99	279.243	48,97	29.939	5,26	132.843	23,60	27.013	4,74	26.289	4,61
	1980	701.425	100	4.272	0,61	47.255	6,74										
Mais de 1000	1970	1.012.247	100	1.922	0,19	8.694	0,86	532.925	52,65	23.666	2,34	298.643	29,50	62.548	6,18	45.439	4,49
	1975	1.061.361	100	2.710	0,25	26.470	2,49	495.381	46,67	65.351	6,16	283.041	26,67	102.936	9,70	29.575	2,79
	1980	1.227.312	100	9.493	0,77	56.204	4,58										
Total	1970	7.025.326	100	70.262	1,0	1.261.417	17,96	2.088.681	29,73	379.304	5,40	1.623.219	23,11	128.335	1,83	1.109.971	15,60
	1975	6.877.280	100	42.629	0,62	1.391.802	20,24	1.977.244	28,75	426.785	6,21	1.433.853	20,85	194.244	2,8	961.219	13,98
	1980	7.369.529	100	79.106	1,07	1.713.413	23,25										

Fonte: Censos Agropecuários de 1970 e 1975 e Sinópse preliminar do Censo Agropecuário de 1980

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 5  
 CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO OS ESTRATOS DE ÁREA, SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980.

CLASSES DE ÁREA-HA	ANOS		PROPRIETÁRIO			ARRENDATÁRIO			PARCEIRO			OCUPANTE			TOTAL						
	Estabec.	%	Área	%	Estabec.	%	Área	%	Estabec.	%	Área	%	Estabec.	%	Área	%	Estabec.	%	Área	%	
Menos de 10	1970	43.423	65,7	236.791	69,7	6.581	10,0	30.791	9,0	7.288	11,0	32.818	9,6	8.782	13,3	39.474	11,6	66.074	100	339.874	100
	1975	44.969	64,3	230.385	67,4	6.558	9,4	30.847	9,0	7.119	10,2	34.809	10,0	11.277	16,1	45.508	13,3	69.923	100	341.549	100
	1980	45.393	59,8	234.736	62,4	8.457	11,1	41.458	11,0	9.215	12,1	44.979	11,9	12.798	16,8	55.190	14,7	75.863	100	376.363	100
10 a menos de 50	1970	105.970	90,2	2.393.059	91,2	3.651	3,1	73.232	2,8	3.171	2,7	62.105	2,4	4.624	3,9	94.325	3,6	117.416	100	2.622.721	100
	1975	102.472	90,4	2.298.204	91,7	3.029	2,6	57.755	2,3	2.914	2,5	54.117	2,1	4.823	4,2	95.642	3,8	113.238	100	2.505.718	100
	1980	101.178	57,0	2.246.686	88,6	4.588	3,9	88.414	3,5	4.392	3,7	81.788	3,2	6.044	5,2	118.643	4,7	116.202	100	2.535.531	100
50 a menos de 200	1970	18.189	92,3	1.522.286	92,1	505	2,5	42.267	2,6	256	1,2	19.678	1,1	753	3,8	68.162	4,1	19.703	100	1.652.393	100
	1975	18.351	94,2	1.525.833	94,0	329	1,6	29.548	1,8	212	1,0	16.607	1,0	580	2,9	50.385	3,1	19.472	100	1.622.373	100
	1980	17.558	91,1	1.487.415	91,1	587	3,0	52.352	3,2	323	1,6	25.515	1,6	788	4,0	66.469	4,0	19.256	100	1.631.751	100
200 a menos de 500	1970	2.494	93,6	757.032	93,8	65	2,4	19.387	2,4	22	0,8	5.881	0,7	83	3,1	24.338	3,0	2.664	100	806.638	100
	1975	2.379	93,0	721.312	93,3	67	2,6	19.847	2,6	21	0,8	6.229	0,8	92	3,5	25.689	3,3	2.559	100	773.077	100
	1980	2.623	90,2	798.615	90,4	141	4,8	42.194	4,8	50	1,7	14.283	1,6	92	3,1	28.038	3,2	2.906	100	883.130	100
500 a menos de 1000	1970	802	91,7	544.143	92,0	31	3,5	20.400	3,4	12	1,3	7.778	1,3	29	3,3	19.132	3,2	874	100	591.453	100
	1975	787	94,5	539.607	94,6	17	2,0	11.139	1,9	8	0,9	5.420	0,9	20	3,4	14.070	2,5	832	100	570.246	100
	1980	920	91,1	532.676	91,4	37	3,6	25.478	3,7	18	1,7	11.743	1,7	34	3,3	22.330	3,2	1.009	100	692.227	100
Mais de 1000	1970	442	94,4	955.408	94,4	11	2,3	20.787	2,0	3	0,6	8.243	0,8	12	0,4	27.810	2,7	468	100	1.012.248	100
	1975	457	96,2	1.028.255	96,9	2	0,4	2.265	0,2	5	1,0	13.716	1,3	11	2,3	17.125	1,6	475	100	1.061.361	100
	1980	532	93,3	1.137.350	94,2	18	3,1	33.387	2,8	7	1,2	13.189	1,0	13	2,2	21.739	2,0	570	100	1.207.665	100
TOTAL	1970	171.320	82,6	6.408.719	91,2	10.844	5,2	206.864	2,9	10.752	5,1	156.583	1,9	14.283	6,8	273.241	3,9	207.199	100	7.025.327	100
	1975	169.415	82,0	6.343.596	92,3	10.002	4,8	151.401	2,2	10.279	4,9	130.908	1,9	16.803	8,1	248.419	3,6	206.499	100	6.874.324	100
	1980	168.204	77,8	6.537.478	89,2	13.828	6,4	283.283	3,9	14.005	6,7	191.497	2,6	19.769	9,1	314.409	4,3	215.806	100	7.326.657	100

Fonte: IBGS  
 Elaboração: CEPR/SC

Tabela 6

## UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS, 1972

(em hectares)

CLASSES DE ÁREA	NÚMERO TO TAL DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL	PARTI- CIPA- ÇÃO DO ESTRA- TO NA ÁREA-%	ÁREA APROVEITÁVEL						INAPROVEITÁVEL		FLORESTA DE RESERVA LEGAL	
				Total		Explorada		Não Explorada		Área	%	Área	%
				Área	%	Área	%	Área	%				
Menos de 5	44.676	114.744,3	1,44	103.199,2	89,94	78.633,4	68,53	24.565,8	21,41	10.746,2	9,37	798,9	0,70
5 — 10	37.392	273.223,6	3,42	241.608,6	88,43	181.344,9	66,37	60.263,7	22,06	28.585,0	10,46	3.030,0	1,11
10 — 25	93.790	1.548.400,5	19,40	1.336.431,0	86,31	926.718,7	59,85	409.712,3	26,46	184.767,2	11,93	27.202,3	1,76
25 — 50	47.520	1.602.752,7	20,08	1.363.874,1	85,10	902.867,3	56,33	461.005,8	28,76	199.990,1	12,48	38.889,5	2,43
50 — 100	16.265	1.086.542,9	13,61	935.129,0	86,06	652.892,6	60,09	282.236,4	25,98	119.292,7	10,98	32.121,2	2,96
100 — 500	8.918	1.725.550,2	21,61	1.535.582,9	88,99	1.247.944,2	72,32	207.638,7	12,03	138.590,9	8,03	131.376,4	7,61
500 — 2.000	1.270	1.118.057,5	14,00	1.000.387,3	89,48	866.858,8	77,53	133.528,5	11,94	76.959,0	6,88	40.711,2	3,64
2.000 — 5.000	128	364.692,5	4,57	321.522,4	88,16	257.238,1	70,54	64.284,3	17,63	27.803,8	7,62	15.366,3	4,21
Acima de 5.000	18	149.590,5	1,87	135.425,0	90,53	104.036,2	69,55	31.389,8	20,98	10.152,6	6,79	4.011,9	2,68
<b>TOTAL</b>	<b>249.977</b>	<b>7.983.554,7</b>	<b>100,00</b>	<b>6.973.159,5</b>	<b>87,34</b>	<b>5.218.534,2</b>	<b>65,37</b>	<b>1.674.625,3</b>	<b>20,98</b>	<b>796.887,5</b>	<b>9,98</b>	<b>293.507,7</b>	<b>3,68</b>

Fonte: INCRA - Estatísticas Cadastrais, 1972

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 7

## UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS, 1978

(em hectares)

CLASSES DE ÁREA	NÚMERO TO TAL DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL	PARTI- CIPA- ÇÃO DO ESTRA- TO NA ÁREA-%	ÁREA APROVEITÁVEL						INAPROVEITÁVEL		FLORESTA DE RESERVA LEGAL	
				Total		Explorada		Não Explorada		Área	%	Área	%
				Área	%	Área	%	Área	%				
Menos de 5	34.469	88.370,8	1,15	75.619,8	85,57	51.227,0	57,97	24.392,8	27,60	12.184,4	13,79	566,6	0,64
5 — 10	31.823	233.316,2	3,03	199.262,5	85,40	141.753,7	60,76	57.508,8	24,65	32.507,4	13,93	1.546,3	0,67
10 — 25	85.976	1.429.442,1	18,56	1.247.009,6	87,24	803.115,3	56,18	443.894,3	31,05	167.779,7	11,74	14.652,8	1,03
25 — 50	45.061	1.511.065,1	19,62	1.310.492,7	86,73	710.182,8	47,00	600.309,9	39,73	180.368,5	11,94	20.203,9	1,34
50 — 100	14.660	981.806,7	12,75	850.398,0	86,62	396.709,7	40,41	453.688,3	46,21	112.816,5	11,49	18.592,2	1,89
100 — 500	8.288	1.646.197,2	21,38	1.478.418,3	89,81	749.439,0	45,53	728.979,3	44,28	125.644,3	7,63	42.134,6	2,56
500 — 2.000	1.379	1.222.180,0	15,87	1.073.931,4	87,87	571.108,3	46,73	502.823,1	41,22	97.350,2	7,97	50.898,4	4,16
2.000 — 5.000	130	376.458,3	4,89	314.946,7	83,66	154.223,0	40,97	160.723,7	42,69	33.265,1	8,84	28.246,5	7,50
Acima de 5.000	25	211.577,8	2,75	168.701,2	73,73	79.802,8	37,72	88.898,4	42,02	28.238,2	13,35	14.638,5	6,92
<b>TOTAL</b>	<b>221.811</b>	<b>7.700.414,2</b>	<b>100,00</b>	<b>6.718.780,2</b>	<b>87,25</b>	<b>3.657.561,6</b>	<b>47,50</b>	<b>3.061.218,6</b>	<b>39,75</b>	<b>790.154,3</b>	<b>10,26</b>	<b>191.479,8</b>	<b>2,49</b>

Fonte: INCRA - Estatísticas Cadastrais, 1978

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 8

## EVOLUÇÃO DAS TERRAS UTILIZADAS EM SANTA CATARINA, POR ESTRATO DE ÁREA, SEGUNDO OS DADOS RECADASTRADOS EM 1972 E 1978

CLASSES DE ÁREA (ha)	TOTAL DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL	ÁREA APROVEITÁVEL			INAPRO- VEITÁ- VEL	FLORESTA DE RESERVA LEGAL	
			Total	Explorada	Não Explorada			
Menos de 5	5	-22,80	-23,00	-26,70	-34,90	-0,70	13,40	-29,10
5 — 10	10	-14,90	-14,60	-17,50	-21,80	-4,60	13,70	-49,00
10 — 25	25	- 8,30	- 7,70	- 6,70	-13,30	8,30	- 9,20	-46,10
25 — 50	50	- 5,20	- 5,70	- 3,90	-21,30	30,20	- 9,80	-48,00
50 — 100	100	- 9,90	- 9,60	- 9,10	-39,20	60,70	- 5,40	-42,10
100 — 500	500	- 7,10	- 4,60	- 3,70	-39,90	251,10	- 9,30	-67,90
500 — 2.000	2.000	8,60	9,30	7,40	-34,10	276,60	26,50	25,00
2.000 — 5.000	5.000	1,60	3,20	- 2,00	-40,00	150,00	19,60	83,80
Acima de 5.000	5.000	38,90	41,40	24,60	-23,30	183,20	178,10	264,90
		-11,30	- 3,50	- 3,60	-29,90	82,80	-0,80	-34,80

Fonte dos dados básicos: Tabelas 6 e 7

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 9

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS EM SANTA CATARINA,  
 POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA, NA DATA DOS CENSOS DE 1970,  
 1975 E 1980

MRH	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		
	1970	1975	1980
Col. de Joinville	8.034	7.632	7.305
Col. de Itajaí	2.291	1.917	1.488
Col. de Blumenau	18.833	18.025	16.818
Col. Itajaí Norte	4.442	4.981	4.521
Col. do Alto Itajaí	12.603	13.915	14.762
Florianópolis	6.474	5.768	5.099
Col. Serrana Cata- rinense	8.734	8.360	8.485
Lit. de Laguna	3.138	3.925	3.651
Carbonífera	12.662	12.606	12.793
Lit. Sul Catarinense	7.282	6.894	6.931
Col. Sul Catarinense	5.965	5.837	5.957
Campos de Lages	7.287	7.265	7.538
Campos de Curitiba	12.780	11.906	12.638
Col. do Rio do Peixe	27.708	25.762	25.981
Col. do Oeste Cata- rinense	53.072	57.300	65.993
Planalto de Canoinhas	15.673	15.177	16.046
<b>SANTA CATARINA</b>	<b>207.218</b>	<b>206.998</b>	<b>216.006</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, VIII Recenseamento Geral de 1970, v.3, tomo XX, Rio de Janeiro, 1975; Censo Agropecuário, Censos Econômicos de 1975, v.1, tomo 19, Rio de Janeiro, 1979 e Dados preliminares do Censo Agropecuário, IX Recenseamento Geral de 1980

#### 4 – POPULAÇÃO E MÃO-DE-OBRA

O Estado de Santa Catarina dispunha em 1980, segundo o Censo Demográfico (versão preliminar) da Fundação IBGE, de um contingente populacional de 3.628.751 habitantes, distribuídos entre 2.154.527 pessoas (59,37%) vivendo na área urbana e 1.474.224 pessoas (40,63%) residentes no meio rural (tabela 10).

Ao se confrontarem os dados recenseados da população estadual de 1980 com os dados de 1970, observa-se uma taxa anual de crescimento da população total, no período, de 2,261%. Entretanto, esse comportamento tende a se alterar sensivelmente quando se analisa a população urbana e rural, constatando-se, na primeira, taxa positiva anual de crescimento de 5,628%, e, na segunda, taxa negativa de crescimento de 1,154% (tabela 11).

Em termos de número de habitantes por propriedade rural, os dados populacionais de 1980, juntamente com o número de propriedades rurais (216.324) do mesmo ano, traduzem a média de 6,8 habitantes por propriedade.

Ao se fazer uma análise a nível microrregional, pode-se verificar, na citada tabela, que todas as microrregiões do Estado apresentam tendências a taxas negativas de crescimento da população rural, exceção feita para a Colonial do Oeste Catarinense, provavelmente pelo fato de o setor agrícola regional ter sido capaz de absorver a mão-de-obra rural. Além disso, as altas taxas de crescimento da população urbana podem estar refletindo também a imigração de outras microrregiões. Fica ainda visível a combinação das altas taxas de crescimento positivo urbano com as altas taxas de crescimento negativo rural.

No que se refere ao aspecto de mão-de-obra ocupada no meio rural catarinense, conforme a mesma fonte, em 1960 era de 574.677 pessoas; em 1970, atingiu 763.353, passando em 1980 a 832.850, verificando-se uma taxa de crescimento anual, no período de 1960 a 1980, de 1,87%, sendo que no decênio 1970/80 esta taxa diminuiu para 0,88%.

Essa tendência recente de decréscimo do pessoal ocupado é normal para a maioria das microrregiões homogêneas, exce-



tuando-se apenas as MRH Colonial do Oeste Catarinense, Rio do Peixe e Campos de Curitibanos. A MRH Planalto de Canoinhas tem apresentado estabilização da mão-de-obra ocupada.

O movimento geral em direção às cidades catarinenses ou para fora do Estado está sendo reforçado pela diminuição recente do emprego rural, que é, conseqüentemente, a primeira causa aparente do referido êxodo.

É provável que haja um conjunto enorme de causas agindo conjugadamente para a diminuição do pessoal ocupado. Dentre os vários fatores, pode-se indicar a industrialização em algumas microrregiões (Colonial de Joinville e Blumenau) como atrativo para o deslocamento da população rural, considerando-se a impossibilidade de concorrência do emprego rural com o urbano-industrial.

A diminuição do número de estabelecimentos agrícolas ocasionada pela exploração da monocultura da cana, além da própria industrialização das MRH, pode interferir na redução do pessoal ocupado. É o que se observa principalmente nas MRH Litoral de Itajaí, Florianópolis e Colonial Serrana Catarinense.

Afirmar que a diminuição do emprego decorre da substituição da mão-de-obra pelas máquinas e equipamentos agrícolas é bastante temerário, uma vez que no período 1975-80 cada trator a mais deslocou, no Estado, 1,6 trabalhadores rurais; já nas regiões de maior diminuição do número de propriedades e pessoal ocupado (Colonial de Joinville, de Blumenau, etc.), o pretense deslocamento foi de 6,4 pessoas; por outro lado, o acréscimo de um trator nas microrregiões do Oeste, Rio do Peixe e Campos de Curitibanos, foi acompanhado do aumento de 4,7 pessoas empregadas. Desta forma, pode-se inclusive aceitar a tese de que a motomecanização, em algumas microrregiões, como a Colonial de Joinville e de Blumenau, por exemplo, está tentando substituir a mão-de-obra escassa resultante da migração para cidades industrializadas ou Unidades da Federação com possibilidade de expansão da fronteira agrícola.

Associados ao declínio da população e da mão-de-obra rural ocupada pode estar a concentração e/ou parcelamento dos estabelecimentos agrícolas. A concentração fundiária se dá nas cir

cunстâncias em que a terra - do ponto de vista do pequeno proprietário - perde seu valor como meio ou fator de produção. Isso pode ser decorrente das condições desestimulantes expressas em termos de política agrícola, que não chegam a atingir esses estratos. O fenômeno do parcelamento fundiário decorre, principalmente, da divisão da propriedade via herança, tendo em conta que a "Fração mínima de parcelamentos" estabelecida pelo INCRA <sup>(1)</sup> funciona como reforço à concentração, na medida em que a impede entre os estratos de área de "pequeno tamanho". Isso porque, quando o pequeno proprietário obtém excedentes econômicos para expandir suas áreas, as mais das vezes são insuficientes para adquirir área correspondente à "fração mínima", ocorrendo, em geral, a absorção das áreas dos "pequenos estratos" pelos "grandes proprietários".

As considerações acima decorrem de observações empíricas que representam "modelos" explicativos da concentração e/ou parcelamento fundiário. É evidente que seria necessário aprofundar essas questões em cima de dados concretos, desagregados a nível de estrato de área. No momento, dispõe-se apenas da evolução do número de estabelecimento. A tabela 2 permite verificar uma leve tendência ao aumento do número de estabelecimentos no período 1970-80, a nível estadual. Isso, por si só, não permite conclusões, pois cabe saber de que forma teria ocorrido esse parcelamento e/ou concentração, levando em conta a área perdida e/ou apropriada por estrato de tamanho de área. Na tabela 2, o que fica visível, como tendência recente, é a diminuição do número de estabelecimentos em microrregiões onde se reconhece uma certa estagnação agrícola, coincidindo com a maior expansão industrial, além da verificação, em algumas MRH, da intensificação da exploração da monocultura da cana. Esse pode ser um indício de concentração que estaria levando a reforçar a expulsão da população rural.

Dentre as supostas causas de êxodo rural estaria a discrepância entre a renda rural/habitante/ano (Ra) e a renda urbana/habitante/ano (Ru). A relação Ru/Ra em 1980 foi de 3,4 vezes

---

(1) Pela Portaria nº 134, de 30/jan/1978, geralmente varia de 13 a 15 ha, conforme o município.

e no período 1970-80 a renda interna rural cresceu 82,3% enquanto a renda interna urbana evoluiu em 227%.

Além disso, o declínio de atividades agroindustriais no interior dos estabelecimentos agrícolas principalmente ligados ao beneficiamento da mandioca, evidenciado pelos censos agropecuários de 1970 e 1975, deve ser também um fator de diminuição do pessoal ocupado.

É evidente que, às causas aventadas acima, deve-se adicionar, dentre outras, o "apelo" à vida urbana e as condições precárias de atendimento médico-hospitalar ao homem do campo.

Tabela 10

POPULAÇÃO DE SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA, 1980

MRH	POPULAÇÃO			PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	
	Urbana (1)	Rural (2)	Total (3)	( 1 / 3 )	( 2 / 3 )
Colonial de Joinville	304.427	53.179	357.606	85,13	14,87
Litoral de Itajaí	136.230	30.165	166.395	81,87	18,13
Colonial de Blumenau	263.322	95.360	358.682	73,41	26,59
Colonial de Itajaí do Norte	14.157	26.294	40.451	35,00	65,00
Colonial do Alto Itajaí	64.943	85.196	150.139	43,26	56,74
Florianópolis	323.930	66.913	390.843	82,88	17,12
Colonial Serrana Catarinense	20.097	51.787	71.884	27,96	72,04
Litoral de Laguna	48.593	35.083	83.676	58,07	41,93
Carbonífera	213.836	101.671	315.507	67,78	32,22
Litoral Sul Catarinense	55.014	46.720	101.734	54,08	45,92
Colonial do Sul Catarinense	13.842	44.071	57.913	23,90	76,10
Campos de Lages	147.637	57.928	205.565	71,82	28,18
Campos de Curitibanos	63.788	88.959	152.747	41,76	58,24
Colonial do Rio do Peixe	139.687	191.442	331.129	42,19	57,81
Colonial do Oeste Catarinense	196.626	390.703	587.329	33,48	66,52
Planalto de Canoinhas	148.398	108.753	257.151	57,71	42,29
<b>SANTA CATARINA</b>	<b>2.154.527</b>	<b>1.474.224</b>	<b>3.628.751</b>	<b>59,37</b>	<b>40,63</b>

Fonte dos dados básicos: IBGE ( Censo Demográfico de 1980, versão preliminar)

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 11

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL, POR MRH, SANTA CATARINA,  
CONFORME DADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1970 E 1980

MRH	Urbana	Rural	Total (%)
Colonial de Joinville	6,873	-2,362	4,782
Litoral de Itajaí	5,369	-2,044	3,511
Colonial de Blumenau	5,470	-2,414	2,642
Colonial de Itajaí do Norte	7,199	-1,607	0,631
Colonial do Alto Itajaí	4,527	-1,323	0,770
Florianópolis	5,999	-2,600	3,845
Colonial Serrana Catarinense	2,826	-1,396	-0,398
Litoral de Laguna	4,063	-2,228	0,890
Carbonífera	4,439	-2,843	1,455
Litoral Sul Catarinense	8,264	-3,123	1,413
Colonial do Sul Catarinense	4,527	-1,221	0,139
Campos de Lages	3,279	-2,584	1,121
Campos de Curitibanos	4,245	-2,030	0,010
Colonial do Rio do Peixe	4,472	-0,321	1,409
Colonial do Oeste Catarinense	8,960	0,827	2,862
Planalto de Canoinhas	6,138	-1,038	2,417
SANTA CATARINA	5,628	-1,154	2,261

Fonte dos dados básicos: IBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEP/SC

Tabela 12

PESSOAL OCUPADO SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL,  
SANTA CATARINA, 1975 E 1980

GRUPO DE ÁREA TOTAL	1970	1980
Menos de 5	88.917	102.225
5 — 10	108.839	125.575
10 — 20	201.921	222.562
20 — 50	251.853	253.674
50 — 100	67.811	70.486
100 — 200	21.741	25.356
200 — 500	12.581	17.487
500 — 1.000	4.836	7.068
1.000 e mais	5.002	8.417
TOTAL	763.501	832.850

Fonte: IBGE (Sinopse Preliminar do Censo de 1980)

Tabela 13

PESSOAL OCUPADO, POR SEXO E IDADE, SANTA CATARINA, 1970 E 1980

ANO	PESSOAL OCUPADO	HOMENS	MULHERES	DE 14 E MAIS ANOS		MENORES DE 14 ANOS	
				Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1970	763.501	457.188	306.313	369.810	243.971	87.378	62.342
1980	832.850	503.647	329.203	415.327	261.620	88.320	67.583

Fonte: IBGE (Sinopse Preliminar do Censo de 1980)

Tabela 14

PESSOAL OCUPADO E NÚMERO DE TRATORES, POR MRH, SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

MRH	PESSOAL OCUPADO			NÚMERO DE TRATORES			RELAÇÃO PESSOAL OCUPADO P/TRATOR		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Colonial de Itajaí	39.825	27.833	21.434	525	1.350	2.381	58,7	20,6	9,0
Litoral Itajaí	8.859	7.056	5.594	92	384	820	96,3	18,4	6,8
Colonial Blumenau	61.735	67.517	53.747	477	1.528	3.139	129,4	44,2	17,1
Col. Itajaí Norte	17.251	22.653	16.132	189	599	1.055	91,3	37,8	15,3
Col. Alto Itajaí	51.276	63.662	58.489	679	2.601	5.232	75,5	24,5	11,2
Florianópolis	22.680	21.701	17.611	170	336	661	133,4	64,6	26,6
Col.Serrana Cat.	30.800	36.037	32.727	118	243	1.344	261,0	148,3	24,4
Litoral de Laguna	12.672	18.659	11.506	47	43	83	269,6	433,9	138,6
Carbonífera	52.751	61.995	55.197	521	558	1.220	101,3	111,1	45,2
Lit. Sul Catarinense	28.697	33.127	29.287	382	496	907	75,1	66,8	32,3
Col. Sul Catarinense	26.562	31.743	31.174	693	949	1.427	38,3	33,4	21,8
Campos de Lages	28.754	30.744	28.553	342	602	1.465	84,1	51,1	19,5
Campos de Curitibanos	45.206	49.335	50.732	263	819	1.633	171,9	60,2	31,1
Col.Rio do Peixe	106.502	105.374	108.971	480	1.410	2.564	221,9	74,7	42,5
Col.Oeste Catarinense	184.712	222.474	252.754	464	2.244	4.834	398,1	99,1	52,3
Plan.Canoinhas	54.219	58.824	58.942	621	1.479	3.171	87,3	39,8	18,6
TOTAL	763.501	858.734	832.850	6.063	15.641	31.936	125,9	54,9	26,1

Fonte dos dados básicos: IBGE (Censos de 1960 e 1970; e Sinopse Preliminar do Censo de 1980)

Fonte dos dados trabalhados: CEPAL/SC

## 5 - ELETRIFICAÇÃO RURAL

Os trabalhos de eletrificação rural no Estado são executados através da ERUSC - Eletrificação Rural de Santa Catarina e da CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. A ERUSC foi criada com o objetivo de promover a distribuição de energia elétrica no meio rural, em apoio ao Sistema Cooperativista de eletrificação rural existente.

Por outro lado, a CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina, além de fornecer a energia bruta para as Cooperativas, também fornece energia diretamente ao produtor rural.

Informações obtidas junto às instituições acima mencionadas (ERUSC e CELESC) indicam que existem aproximadamente ..... 176.953 propriedades rurais com ligação elétrica em Santa Catarina, isto é, cerca de 83% das famílias rurais do Estado são servidas pela eletrificação rural.

A extensão total de linhas de distribuição no Estado atingem 33.455 quilômetros, totalmente energizadas, distribuídas entre 18.794 quilômetros executados pela ERUSC e 14.661 quilômetros através da CELESC.

O consumo de eletricidade do setor rural foi de .. 251.748.080 quilowatts/hora em 1981. Em 1982, baseados nos dados de consumo rural até julho, o total anual pode ser estimado em 291.093.782 kWh, constatando-se um aumento de 15,63% em relação ao ano anterior.

O consumo por habitante/ano evoluiu de 235 kWh, em 1982, ou seja, um aumento percentual de 2,6%.

Por outro lado, o número de propriedades rurais com eletrificação aumentou de 157.030 para 176.953, em 1981 a 1982, o que implica uma ampliação de 1.067.804 para 1.203.680 pessoas beneficiadas, ou seja, de 72% para 81% do total da população rural, naqueles dois anos, estimada em 1.475.610 e 1.476.997, respectivamente.

## 6 - ARMAZENAMENTO

Conforme informações da CIBRAZEM, através do seu Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras de dezembro de 1981, Santa Catarina dispõe de uma capacidade de armazenagem total de 1.909.944 toneladas, para um número total de 559 unidades de estocagem.

Para melhor entendimento da tabela exposta a seguir, dar-se-ão alguns conceitos, considerados pela CIBRAZEM, quanto aos tipos de unidades armazenadoras.

Armazém convencional é aquela unidade armazenadora construída geralmente de alvenaria ou de chapas metálicas, de fundo plano, com um pé direito mínimo de cinco metros, adequada iluminação e ventilação, podendo ter ou não lanternins no teto. É uma unidade armazenadora que foi construída originalmente para armazenar tecnicamente produtos de origem agropecuária, geralmente embalados em sacos, fardos, ciexas, etc..

Depósito é uma unidade armazenadora que se assemelha ao armazém convencional, não dispondo entretanto, das mesmas características técnicas de construção. No caso, a altura é inferior a cinco metros, o piso não é adequado, não tem sistema de ventilação (lanternins), etc.

Silo é uma unidade armazenadora destinada exclusivamente à estocagem de produtos a granel, constituída de um único conjunto, de uma ou mais células e intercélulas, geralmente de forma cilíndrica, dotada de torre de serviços e/ou central de processamento.

Bateria é aquela unidade armazenadora, geralmente metálica, constituída por um conjunto de células individuais, separadas entre si, destinadas exclusivamente à estocagem de produtos a granel.

Armazém graneleiro é uma unidade armazenadora assemelhada ao armazém convencional, de piso inclinado ou não, destinada à estocagem de produtos a granel e constituída de um ou mais compartimentos, em função da presença ou não de septos divisórios. A ausência de septos implica a existência de um único com

partimento; da mesma forma, a presença de um septo irá determinar a constituição de dois compartimentos e assim sucessivamente.

Armazém frigorífico é aquele destinado ao recebimento, guarda, conservação e acondicionamento de produtos perecíveis, a temperaturas de resfriamento (acima de 0°C) e/ou congelamento (abaixo de -20°C) controladas artificialmente.

Inflável é uma unidade armazenadora destinada à estocagem, em caráter de emergência, quando não houver disponibilidade de armazéns convencionais, depósitos, silos ou graneleiros na localidade. É uma unidade constituída de material plástico maleável, podendo ter ou não estrutura metálica de sustentação. Sua característica básica é a necessidade de ser inflada quando de sua montagem.

SITUAÇÃO DAS UNIDADES ARMazenADORAS NO ESTADO DE  
SANTA CATARINA, EM DEZEMBRO DE 1981

TIPO	NÚMERO	%	CAPACIDADE (t)	%
Armazém	186	33,27	543.756	28,47
Depósito	205	36,67	251.829	13,18
Silo	64	11,45	326.582	17,10
Bateria	33	5,90	88.969	4,66
Graneleiro	71	12,71	698.808	36,59
TOTAL	559	100,00	1.909.944	100,00

Observa-se na tabela acima que os 71 graneleiros existentes, apesar de serem em menor número, representam 36,59% (698.808 t) da capacidade total de armazenagem do Estado, enquanto os 205 depósitos, o maior número de unidades armazenadoras, es tocam apenas 251.829 t (13,18%), sendo que esses últimos têm a baixa capacidade de 1.228 t, em média.

Os armazéns a granel possuem, no seu conjunto (silo + bateria + graneleiro), uma capacidade de 1.114.359 toneladas, par ticipando com 58,34% do total estadual, enquanto os armazéns do tipo sacaria (armazém e depósito) dispõem de 795.585 toneladas, contribuindo com 41,66%.

A nível microrregional, ocorre a predominância da mi-



microrregião homogênea Colonial do Oeste Catarinense sobre o total de armazenagem estadual, participando com cerca de 34,73%, seguida pelas microrregião homogênea Colonial do Rio do Peixe, com 15,82%; Colonial de Joinville, com 12,06%; Planalto de Canoinhas, com 6,02%; Colonial de Blumenau, com 5,11%; Campos de Curitiba - nos, com 4,57%; e Litoral de Itajaí, com 4,35%, perfazendo um total de 82,66 pontos percentuais.

As microrregiões Colonial do Oeste Catarinense e Colonial do Rio do Peixe apresentam participação relativa expressiva, tendo em vista serem as de maior produção de cereais do Estado. Já as microrregiões Colonial de Joinville e Litoral de Itajaí sobressaem-se em função da existência de portos marítimos e de um significativo parque de beneficiamento de cereais.

Quanto às unidades armazenadoras das cooperativas, elas se constituem de armazéns convencionais, que permitem somente operações com produtos ensacados, e de armazéns graneleiros, os quais já se fazem presentes nas principais regiões produtoras de grãos, notadamente no Oeste e Meio Oeste Catarinense, Planalto de Curitibaanos, Planalto de Canoinhas e Alto Vale do Itajaí.

Segundo informações da Fundação IBGE, havia no Estado, em 1975, a nível de propriedade, uma capacidade estática de armazenagem de 17.859.685 m<sup>3</sup>, cerca de 6.430 mil toneladas, dos chamados armazéns de pequeno porte, que deixam de ser cadastrados pela CIBRAZEM (tabela 15).

Segundo a Delegacia Federal de Agricultura, através do Serviço de Inspeção do Produto Animal, da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e da SUDEPE, Santa Catarina dispunha, em 1982, de uma capacidade de armazenagem a frio da ordem de 89.316,4 toneladas, assim distribuídas: 40.526 toneladas utilizadas para carnes (suínas, de aves e bovinas), 12.559,4 toneladas para estocagem de pescado, 1.171 toneladas para armazenagem de leite e seus derivados (queijo, manteiga, etc.) e 35.060 toneladas para armazenagem de maçãs.

As estimativas, para 1983, é da disponibilidade de 44.080 toneladas para a estocagem de maçãs no Estado.

Tabela 15

CAPACIDADE ESTÁTICA DE ARMAZENAGEM A NÍVEL DE PRO  
DUTOR, POR MICRORREGIÃO, SANTA CATARINA - 1975

MICRORREGIÃO	SILOS		OUTROS DEPÓSITOS	
	Número	Capacidade em m <sup>3</sup>	Número	Capacidade em m <sup>3</sup>
Colonial de Joinville	93	10.647	4.214	358.989
Litoral de Itajaí	3	675	17	2.084
Colonial de Blumenau	530	34.176	13.527	1.063.013
Col.do Itajaí Norte	3	430	4.126	570.182
Col.do Alto Itajaí	172	16.828	14.378	2.135.469
Florianópolis	86	32.697	1.028	100.241
Col.Serrana Cat.	195	14.687	6.729	477.019
Litoral de Laguna	38	1.274	741	34.674
Carbonífera	45	8.505	12.093	1.089.635
Litoral Sul Cat.	10	3.436	4.391	360.611
Col.Sul Catarinense	4	415	5.611	588.671
Campos de Lages	34	2.426	3.064	394.302
Campos de Curitibanos	80	20.974	8.588	868.878
Col.do Rio do Peixe	64	7.632	25.746	2.666.149
Col.do Oeste Cat.	262	33.028	51.915	5.230.558
Plan.de Canoinhas	105	10.386	15.942	1.942.210
Total em m <sup>3</sup>	1.724	198.216	172.110	17.859.685
Total em toneladas	-	138.751	-	6.429.487

OBS.: Estes armazéns, por serem de pequena capacidade estática, não estão sujeitos ao cadastramento da CIBRAZEM

Fonte: Fundação IBGE (Censos Econômicos, 1975)

## 7 - CRÉDITO AGRÍCOLA

O crédito agrícola é um dos instrumentos de política colocados à disposição do produtor rural, com o objetivo de proporcionar os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades produtivas, para aquisição ou aperfeiçoamento dos meios de produção e, afinal, contribuir para a melhoria da renda da família rural.

Visando regulamentar e institucionalizar o uso do crédito rural, foram criados, através do Governo, normas, decretos, leis, etc.

As taxas de juros são cobradas de acordo com a classificação do produtor (mini, pequeno, médio e grande) e com a modalidade do financiamento (custeio, comercialização e investimento).

O volume de recursos à disposição do usuário, nas instituições bancárias, depende normalmente da modalidade a que se destinam os financiamentos (custeio, comercialização ou investimento) e do tipo de exploração do agricultor (pecuária ou lavoura).

O comportamento do crédito agrícola concedido a produtores e cooperativas agropecuárias, no período de janeiro de 1976 a junho de 1982, corrigido a preços de setembro de 1982 através do Índice Geral de Preços (coluna 2 da revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas), pode ser observado na tabela 21

Constata-se, verificando os dados da referida tabela, que a participação dos subsetores lavoura e pecuária têm apresentado pequenas variações no decorrer do período considerado, com uma participação de, respectivamente, 63,43% e 36,57% do total financiado.

No período em análise (1976 a 1981), o volume total de crédito aplicado no setor agropecuário de Santa Catarina apresentou uma taxa negativa de crescimento de - 0,15% ao ano, sendo que o crédito destinado para a atividade de lavoura cresceu 6%, enquanto o destinado à atividade de pecuária decresceu -12,95%.

Do total de crédito utilizado pelo setor agrícola, aproximadamente 50% destinam-se ao custeio das lavouras, sendo que

as culturas de milho, fumo, soja, arroz e feijão são responsáveis pela aplicação de cerca de 90% desses recursos. Já com relação à atividade pecuária, 73% do custeio foi absorvido no financiamento das criações de suínos, aves, bovinos de corte e de leite (tabelas 21,23,24 e 25)

O comportamento do valor médio das operações de crédito rural, também a preços de setembro de 1982, apresentou taxa negativa de crescimento anual de -2,25%, da qual a atividade de lavoura participou com 1,59%, enquanto a pecuária apresentou uma queda de -6,83%.

Em relação ao número de operações de crédito rural com produtores e cooperativas, houve, no período considerado, taxa anual de crescimento de 2,16%: a atividade de lavoura apresentou um crescimento anual de 4,34%, enquanto a pecuária apresentou taxa negativa de -6,57% (tabela 16).

Entretanto, o crescimento verificado no número total de contratos de 1976 a 1981 não implica necessariamente um aumento de contingente de agricultores "beneficiados" em igual proporção, uma vez que, ao longo do processo produtivo, um único agricultor pode contrair mais de um empréstimo bancário.

Ao analisar o comportamento do crédito agrícola estadual, em 1981, segundo o Boletim do Departamento do Crédito Rural, do Banco Central do Brasil, verifica-se que foram concedidos para os produtores e cooperativas de Santa Catarina um total de 127.740.154 mil cruzeiros (corrigidos a preços de setembro de 1982), representando 3,69% do volume de crédito total empregado no setor agropecuário nacional.

O número de operações realizadas, em 1981, foi de 192.076, representando um valor médio por contrato de 665 mil cruzeiros (a preços de setembro de 1982).

Nas modalidades de crédito rural, as operações para custeio representaram 72,72% sobre o total de operações liberadas, enquanto o valor liberado comparado com o montante total foi de 59,28%. Essa mesma modalidade apresentou um valor médio por contrato de 542 mil cruzeiros.

Ainda com relação às modalidades de crédito, o maior valor médio dos contratos ocorreu nos financiamentos para comercia

lização, com 3.583 mil cruzeiros, enquanto o menor valor médio o correu na área de investimentos, com 412 mil cruzeiros.

Quanto ao crédito rural orientado através da entidade oficial de assistência técnica e extensão rural, na qual são as sistidos os mini, pequenos e médios produtores, participou, em 1981, com 3,92% do valor total de crédito agropecuário de Santa Catarina, onde foram efetivadas 8.090 operações, contra uma par ticipação, em 1976, de 9,46% para um total de 13.610 contratos a tendidos (tabela 26).

No período de 1976 a 1981, (a preços de setembro de 1982), o crédito rural orientado apresentou taxas anuais negati-vas de crescimento de 16,26% e 9,87%, respectivamente, quanto ao valor financiado e número de operações realizadas.

As principais causas da diminuição da procura pelo crê-dito rural orientado e, conseqüentemente, maior procura do produ-tor rural pelo chamado "crédito de balcão" têm sido as medidas tomadas pelo Governo no sentido de desvincular a assistência téc-nica do crédito rural, e com isso, facilitar o acesso do produ-tor ao mesmo. Um exemplo dessas medidas é a "Circular 706", bai-xada pelo Banco Central, em que fica clara a desobrigatoriedade da assistência técnica para as atividades agropecuárias financia-das pelo sistema de crédito rural (ver item "Evolução da Políti-ca Nacional e seus Reflexos sobre a Agricultura Catarinense").

No crédito de balcão, o financiamento é concedido dire-tamente ao produtor rural, sem a formalização e apresentação de planos ou projetos. O valor do crédito é fixado mediante a sim-ples multiplicação do VBP (Valor Bruto da Produção), variável de acordo com a produtividade da cultura a ser financiada, pela área a plantar.

Uma outra causa da queda da participação relativa do crédito rural orientado no total de operações e no montante de crédito rural aplicado em Santa Catarina é o fato de que muitos projetos desenvolvidos pela Extensão Rural (PROFIT por exemplo) já se encontram implantados. Outros projetos em andamento foram paralisados devido à inexistência de recursos para investimentos.

É importante ressaltar que a diminuição da utilização

do crédito para investimento, seja ele orientado ou não, deve-se principalmente ao encarecimento das taxas de juros do crédito para os itens máquinas e equipamentos e à não disponibilidade de recursos financeiros para investimentos junto às agências bancárias.

Tabela 16

CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, 1976 a 1982  
(a preços correntes)

ANO	ATIVIDADE	CUSTEIO		INVESTIMENTOS		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
		Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000
1976	Lavoura	105.204	1.050.058	22.621	873.849	3.886	745.882	131.713	2.669.789
	Pecuária	18.118	652.078	11.442	626.135	11.354	593.562	40.914	1.871.775
	Total	123.327	1.702.136	34.063	1.499.984	15.240	1.339.444	172.626	4.541.564
1977	Lavoura	86.041	1.557.987	20.858	985.102	3.558	1.134.001	110.454	3.577.090
	Pecuária	13.437	808.447	10.962	554.267	8.238	715.021	32.637	2.077.735
	Total	99.473	2.366.434	31.820	1.539.369	11.796	1.849.022	143.091	5.754.825
1978	Lavoura	91.097	2.797.153	30.432	1.658.391	3.610	1.584.476	125.141	6.040.020
	Pecuária	17.079	1.159.580	13.278	760.743	8.966	1.053.367	39.323	2.973.690
	Total	108.176	3.956.733	43.710	2.419.134	12.576	2.637.843	164.462	9.013.710
1979	Lavoura	89.836	5.711.954	33.837	2.564.492	3.236	2.563.106	126.910	10.839.552
	Pecuária	20.474	2.202.906	18.013	1.816.093	10.892	2.072.357	49.379	6.091.356
	Total	110.312	7.914.860	51.850	4.380.585	14.128	4.635.463	176.289	16.930.908
1980	Lavoura	117.393	12.145.751	21.774	2.594.825	3.440	5.992.716	142.605	20.733.292
	Pecuária	21.528	4.250.899	16.201	2.413.013	13.991	4.200.077	51.720	10.863.989
	Total	138.920	16.396.650	37.975	5.007.838	17.431	10.192.793	194.324	31.597.281
1981	Lavoura	127.700	27.671.069	32.365	6.188.204	2.877	11.876.725	162.942	45.735.998
	Pecuária	11.976	6.541.047	10.933	2.574.974	6.225	2.859.705	29.134	11.975.726
	Total	139.676	34.212.116	43.298	8.763.178	9.102	14.736.430	192.076	57.711.724
1982 <sup>(*)</sup>	Lavoura	87.719	14.274.154	20.882	6.131.701	912	9.984.050	109.513	30.389.905
	Pecuária	8.022	4.931.172	5.568	1.492.712	1.448	1.467.983	15.038	7.891.867
	Total	95.741	19.205.326	26.450	7.624.413	2.360	11.452.033	124.551	38.281.772

(\*) Situação até junho

Fonte: BACEN/DERUR (1976 - 81): Relatórios do Banco Central do Brasil

: CEPA/SC (1982): Pesquisas realizadas junto as principais Instituições Financeiras do Estado

Tabela 17

VALOR MÉDIO DOS CONTRATOS DE CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS  
DE SANTA CATARINA - 1976 A 1981

ANO	ATIVIDADE	(a preços correntes Cr\$ 1.000)				TOTAL
		CUSTEIO	INVESTIMENTOS	COMERCIALIZAÇÃO		
1976	Lavoura	9,98	38,63	191,94	20,27	
	Pecuária	35,99	54,72	52,28	45,75	
	Total	13,80	44,04	87,89	26,31	
1977	Lavoura	18,11	47,23	318,72	33,29	
	Pecuária	60,17	50,56	86,80	63,66	
	Total	23,79	48,38	156,75	40,22	
1978	Lavoura	30,71	54,50	438,91	48,27	
	Pecuária	67,90	57,29	117,48	75,62	
	Total	36,58	55,34	209,75	54,81	
1979	Lavoura	63,58	75,79	792,06	85,41	
	Pecuária	107,59	100,82	190,26	123,36	
	Total	71,75	84,49	328,10	96,04	
1980	Lavoura	103,46	119,17	1.742,07	145,39	
	Pecuária	197,46	148,94	300,20	210,05	
	Total	118,03	131,87	584,75	162,60	
1981	Lavoura	216,69	191,2	4.128,2	280,69	
	Pecuária	546,18	235,52	459,4	411,06	
	Total	244,94	202,40	1.619,0	300,50	

Fonte dos dados básicos: Tabela 16

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 18

CRÉDITO CONCEDIDO AO SETOR AGROPECUÁRIO CATARINENSE, 1979

ATIVIDADE	(a preços correntes)							
	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000
1- Lavoura	89.837	5.711.951	33.837	2.564.490	3.236	2.563.105	126.910	10.839.546
Culturas anuais	83.346	4.902.756	-	-	1.457	1.846.877	84.803	6.749.633
Culturas perenes	1.094	157.755	706	81.089	-	-	1.800	238.844
Outras culturas	3.257	384.726	-	-	-	-	3.257	384.726
Beneficiamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhor.das explorações	-	-	15.189	816.254	-	-	15.189	816.254
Máq. equip.e veículos	-	-	12.298	1.331.943	-	-	12.298	1.331.943
Outras	2.089	234.764	5.644	335.205	1.779	716.228	9.512	1.286.196
Sementes e mudas	51	31.950	-	-	-	-	51	31.950
2- Pecuária	20.474	2.202.915	18.013	1.816.092	10.892	2.072.355	49.379	6.091.362
Aves	675	725.348	34	10.226	1.832	411.003	2.541	1.146.576
Bovinos	1.026	183.355	1.476	151.264	502	166.116	3.008	500.735
Suínos	18.195	1.209.424	1.093	106.519	7.433	1.105.154	26.721	2.421.098
Outras	578	84.788	837	26.343	1.121	390.083	2.536	501.214
Melhor.das explorações	-	-	10.211	1.193.925	-	-	10.211	1.193.925
Máq. equip.e veículos	-	-	4.362	327.815	-	-	4.362	327.815
TOTAL (1 + 2)	110.311	7.914.866	51.850	4.380.582	14.128	4.635.460	176.289	16.930.908

Fonte dos dados básicos: BACEN/DERUR

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 19

## CRÉDITO CONCEDIDO AO SETOR AGROPECUÁRIO CATARINENSE, 1980

(a preços correntes)

ATIVIDADE	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000
1- <u>Lavoura</u>	<u>117.391</u>	<u>12.145.751</u>	<u>21.774</u>	<u>2.594.825</u>	<u>3.440</u>	<u>5.992.716</u>	<u>142.605</u>	<u>20.733.292</u>
Culturas anuais	107.248	10.253.256	-	-	2.180	4.259.504	109.428	14.512.760
Culturas perenes	1.572	416.846	496	84.160	-	-	2.068	501.006
Outras culturas	5.970	743.369	-	-	991	1.506.449	6.961	2.249.818
Melhor.das explorações	-	-	8.840	909.578	-	-	8.840	909.578
Maq.equip.e veículos	-	-	8.189	1.274.603	-	-	8.189	1.274.603
Outras	2.020	435.643	4.249	326.484	269	226.763	6.538	988.890
Sementes e mudas	581	296.637	-	-	-	-	581	296.637
2- <u>Pecuária</u>	<u>21.528</u>	<u>4.250.899</u>	<u>16.201</u>	<u>2.413.013</u>	<u>13.991</u>	<u>4.200.077</u>	<u>51.720</u>	<u>10.863.989</u>
Aves	895	1.521.165	27	11.691	1.588	723.851	2.505	2.256.707
Bovinos	1.012	135.263	1.252	222.673	345	197.331	2.609	555.267
Suínos	19.001	2.385.186	890	142.963	10.296	2.435.637	30.187	4.963.786
Outros	620	209.285	1.216	104.547	1.762	843.258	3.598	1.157.090
Melhor.das explorações	-	-	11.244	1.688.193	-	-	11.244	1.688.193
Maq. equip. e veículos	-	-	1.577	242.946	-	-	1.577	242.946
TOTAL (1 + 2)	138.919	16.396.650	37.975	5.007.838	17.431	10.192.793	194.325	31.597.281

Fonte dos dados básicos: BACEN/DERUR

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 20

## CRÉDITO CONCEDIDO AO SETOR AGROPECUÁRIO CATARINENSE, 1981

(a preços correntes)

ATIVIDADE	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000
1- <u>Lavoura</u>	<u>127.700</u>	<u>27.671.069</u>	<u>32.365</u>	<u>6.188.204</u>	<u>2.877</u>	<u>11.876.725</u>	<u>162.942</u>	<u>45.735.998</u>
Culturas anuais	122.235	23.049.006	310	153.789	2.461	9.271.078	125.006	32.473.873
Culturas perenes	1.743	1.145.981	-	-	-	-	1.743	1.145.981
Outras culturas e prod.nativos	1.649	792.285	-	-	416	2.605.647	2.065	3.397.932
Melhor.das explorações	-	-	5.203	908.924	-	-	5.203	908.924
Maq.equip.e veículos e animais de serviço	-	-	11.825	2.473.001	-	-	11.825	2.473.001
Equip.p/beneficiamento	-	-	1.705	545.366	-	-	1.705	545.366
Sementes e mudas melhoradas	223	385.676	-	-	-	-	223	385.676
Repasse a cooperados	14	257.740	7	11.808	-	-	21	269.548
Outros custeios	1.836	2.040.381	-	-	-	-	1.836	2.040.381
Outros invest.	-	-	13.315	2.095.316	-	-	13.315	2.095.316
2- <u>Pecuária</u>	<u>11.976</u>	<u>6.541.047</u>	<u>10.933</u>	<u>2.577.974</u>	<u>6.225</u>	<u>2.859.705</u>	<u>29.134</u>	<u>11.975.726</u>
Aves	957	2.775.547	17	32.323	1.024	675.895	1.998	3.483.765
Bovinos	763	360.207	1.259	264.763	175	256.586	2.197	881.556
Suínos	9.963	3.105.580	349	35.499	5.008	1.892.307	15.320	5.033.386
Outros animais ou produtos	88	226.775	185	39.038	18	34.917	291	300.730
Melhor.das explorações	-	-	2.384	576.411	-	-	2.384	576.411
Maq.equip. e veículos e animais de serviço	-	-	1.220	249.054	-	-	1.220	249.054
Equip.p/beneficiamento	-	-	910	94.165	-	-	910	94.165
Outros custeios	205	72.938	-	-	-	-	205	72.938
Outros invest.	-	-	4.609	1.283.721	-	-	4.609	1.283.721
TOTAL (1 + 2)	139.676	34.212.116	43.298	8.763.178	9.102	14.736.430	192.076	57.711.724

Fonte dos dados básicos: BACEN/DERUR

Elaboração: CEPA/SC



Tabela 21

CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, 1976 a 1982

(Cr\$ 1.000-a preços de set 1982)

ANO	ATIVIDADE	CUSTEIO	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL
1976	Lavoura	29.750.478	24.758.085	21.132.496	75.641.059
	Pecuária	18.474.820	17.739.797	16.816.931	53.031.548
	Total	48.225.298	42.497.882	37.949.427	128.672.607
1977	Lavoura	30.943.199	19.565.123	22.522.408	73.030.731
	Pecuária	16.056.576	11.008.304	14.201.041	41.265.921
	Total	46.999.775	30.573.427	36.723.449	114.296.652
1978	Lavoura	40.053.512	23.747.140	22.688.722	86.489.374
	Pecuária	16.604.473	10.893.372	15.083.568	42.581.413
	Total	56.657.985	34.640.512	37.772.290	129.070.787
1979	Lavoura	53.135.889	23.856.383	23.843.490	100.835.762
	Pecuária	20.492.702	16.894.344	19.278.260	56.665.305
	Total	73.628.591	40.750.727	43.121.750	157.501.067
1980	Lavoura	56.427.302	12.055.160	27.841.242	96.323.704
	Pecuária	19.749.027	11.210.489	19.512.916	50.472.432
	Total	76.176.329	23.265.649	47.354.158	146.796.136
1981	Lavoura	61.247.649	13.697.084	26.288.160	101.232.893
	Pecuária	14.478.073	5.699.494	6.329.723	26.507.290
	Total	75.725.722	19.396.578	32.617.883	127.740.183
1982(*)	Lavoura	16.603.163	7.132.166	11.613.074	35.348.402
	Pecuária	5.735.755	1.736.267	1.707.503	9.179.525
	Total	22.338.918	8.868.432	13.320.577	44.527.927

(\*) Situação até Junho

Fonte dos dados básicos: Tabela 16

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 22

VALOR MÉDIO DOS CONTRATOS DE CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E  
COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, 1976 A 1981

(Cr\$ 1.000-a preços de set 1982)

ANO	ATIVIDADE	CUSTEIO	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL
1976	Lavoura	282,76	1.094,47	5.438,09	574,29
	Pecuária	1.019,68	1.550,34	1.481,21	1.296,20
	Total	390,98	1.247,75	2.490,12	745,42
1977	Lavoura	359,68	938,04	6.318,19	661,17
	Pecuária	1.195,04	1.004,17	1.723,94	1.264,35
	Total	472,49	960,88	3.113,21	798,81
1978	Lavoura	439,75	780,41	6.284,92	691,20
	Pecuária	972,29	820,36	1.682,24	1.082,83
	Total	523,80	792,43	3.003,49	784,85
1979	Lavoura	591,46	705,04	7.368,20	794,53
	Pecuária	1.000,86	937,89	1.769,91	1.147,57
	Total	667,46	785,97	3.052,20	893,42
1980	Lavoura	480,66	553,65	8.093,39	675,46
	Pecuária	917,37	691,95	1.394,68	975,86
	Total	548,35	612,65	2.716,66	755,41
1981	Lavoura	479,6	423,2	9.137,4	621,3
	Pecuária	1.208,9	521,3	1.016,8	909,8
	Total	542,2	447,9	3.583,6	665,1

Fonte dos dados básicos: Tabela 17

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 23

## CRÉDITO CONCEDIDO AO SETOR AGROPECUÁRIO CATARINENSE, 1979

(a preços de set 1982)

ATIVIDADES	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000
1 - Lavoura	89.837	53.135.862	33.837	23.856.364	3.236	23.843.480	126.910	100.835.706
Culturas anuais	83.346	45.608.263	-	-	1.457	17.180.715	84.803	62.788.978
Culturas perenes	1.094	1.467.528	706	754.337	-	-	1.800	2.221.865
Outras culturas	3.257	3.578.943	-	-	-	-	3.257	3.578.943
Beneficiamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Melh. explorações	-	-	15.189	7.593.265	-	-	15.189	7.593.265
Máq., equip. Veículos	-	-	12.298	12.390.502	-	-	12.298	12.390.502
Outros	2.089	2.183.911	5.644	3.118.270	1.779	6.662.766	9.512	11.964.937
Sementes e mudas	51	297.217	-	-	-	-	51	297.217
2 - Pecuária	20.474	20.492.785	18.013	16.894.335	10.892	19.278.241	49.379	56.665.361
Aves	675	6.747.605	34	95.128	1.832	3.823.387	2.541	10.666.111
Bovinos	1.026	1.705.674	1.476	1.407.145	502	1.545.307	3.008	4.658.126
Suínos	13.195	11.250.759	1.093	990.901	7.433	10.280.780	26.721	22.522.449
Outros	578	788.747	837	245.058	1.121	3.628.776	2.536	4.662.582
Melh. explorações	-	-	10.211	11.106.579	-	-	10.211	11.106.579
Máq., equip. veículos	-	-	4.362	3.049.524	-	-	4.362	3.049.524
TOTAL	110.311	73.628.647	51.850	40.750.699	14.128	43.121.721	176.289	157.501.067

Fonte dos dados básicos: Tabela 18

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 24

## CRÉDITO CONCEDIDO AO SETOR AGROPECUÁRIO CATARINENSE, 1980

(a preços de set 1982)

ATIVIDADES	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000
1 - Lavoura	117.391	56.427.301	21.774	12.055.161	3.440	27.841.242	142.605	96.323.704
Culturas Anuais	107.248	47.635.059	-	-	2.180	19.789.004	109.428	67.424.064
Culturas Perenes	1.572	1.936.603	496	390.995	-	-	2.068	2.327.597
Outras Culturas	5.970	3.453.579	-	-	991	6.998.732	6.961	10.452.310
Melh. explorações	-	-	8.840	4.225.760	-	-	8.840	4.225.760
Máq., equip. veículos	-	-	8.189	5.921.611	-	-	8.189	5.921.611
Outros	2.020	2.023.931	4.249	1.516.795	269	1.053.506	6.538	4.594.232
Sementes e mudas	581	1.378.130	-	-	-	-	581	1.378.130
2 - Pecuária	21.528	19.749.027	16.201	11.210.489	13.991	19.512.916	51.720	50.472.432
Aves	895	7.067.100	22	54.314	1.588	3.362.901	2.505	10.484.315
Bovinos	1.012	628.411	1.252	1.034.505	345	916.770	2.609	2.579.686
Suínos	19.001	11.081.209	890	664.184	10.296	11.315.597	30.187	23.060.991
Outros	620	972.306	1.216	485.709	1.762	3.917.648	3.598	5.375.663
Melh. explorações	-	-	11.244	7.843.087	-	-	11.244	7.843.087
Máq., equip. veículos	-	-	1.577	1.128.690	-	-	1.577	1.128.690
TOTAL	138.919	76.176.328	37.975	23.265.650	17.431	47.354.158	194.325	146.796.136

Fonte dos dados básicos: Tabela 19

Fonte dos dados trabalhados: CEP/SC

Tabela 25

## CRÉDITO CONCEDIDO AO SETOR AGROPECUÁRIO CATARINENSE, 1981

(a preços de set 1982)

ATIVIDADES	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000	Nº de Contratos	Valor Cr\$ 1.000
1 - Lavoura	127.700	61.247.649	32.365	13.697.084	2.877	26.288.160	162.942	101.232.893
Culturas Anuais	122.235	51.017.090	310	340.399	2.461	20.520.773	125.006	71.878.262
Culturas perenes	1.743	2.536.535	-	-	-	-	1.743	2.536.535
Outras Culturas	1.649	1.753.658	-	-	416	5.767.387	2.065	7.521.045
Melh. Explorações	-	-	5.203	2.011.829	-	-	5.203	2.011.829
Máq., equip. veículos e animais de serviço	-	-	11.825	5.473.786	-	-	11.825	5.473.786
Equip.p/beneficiamento	-	-	1.705	1.207.123	-	-	1.705	1.207.123
Sementes e mudas melh.	223	853.662	-	-	-	-	223	853.662
Repasse à Cooperat.	14	570.486	7	26.136	-	-	21	596.622
Outros Custeios	1.836	4.516.217	-	-	-	-	1.836	4.516.217
Outros Investimentos	-	-	13.315	4.637.811	-	-	13.315	4.637.811
2 - Pecuária	11.976	14.478.073	10.933	5.699.494	6.225	6.329.723	29.134	26.507.290
Aves	957	6.143.446	17	71.544	1.024	1.496.038	1.998	7.711.029
Bovinos	763	797.289	1.259	586.031	175	567.932	2.197	1.951.252
Suínos	9.963	6.873.947	349	78.574	5.008	4.188.467	15.320	11.140.988
Outros anim. ou prod.	88	501.948	185	86.407	18	77.286	291	665.641
Melh. Explorações	-	-	2.384	1.275.839	-	-	2.384	1.275.839
Máq., equip. veículos e anim. de serviços	-	-	1.220	551.261	-	-	1.220	551.261
Equip.p/beneficiam.	-	-	910	208.427	-	-	910	208.427
Outros Custeios	205	161.442	-	-	-	-	205	161.442
Outros Investimentos	-	-	4.609	2.841.412	-	-	4.609	2.841.412
TOTAL	139.676	75.725.722	43.298	19.396.578	9.102	32.617.883	192.076	127.740.183

Fonte dos dados básicos: Tabela 20

Fonte dos dados trabalhados: CEP/SC

Tabela 26

CRÉDITO RURAL ORIENTADO APLICADO EM  
SANTA CATARINA, 1976-82

(Cr\$ 1.000,00)

ANO	NÚMERO DE CONTRATOS	VALOR		VALOR MÉDIO DOS CONTRA- TOS (a pre- ços set/82
		Preços Correntes	A preços de set/82	
1976	13.610	429.423	12.166.680	894,0
1977	16.342	558.395	11.090.268	678,6
1978	14.393	683.356	9.785.243	679,9
1979	15.815	1.149.722	10.695.377	676,3
1980	12.651	1.848.483	8.587.769	678,8
1981	8.094	2.263.247	5.009.511	618,9
1982(*)	2.789	1.218.007	1.262.570	452,7

(\*) Situação até agosto

Fonte dos dados básicos: EMATER/ACARESC e ACARPESC

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

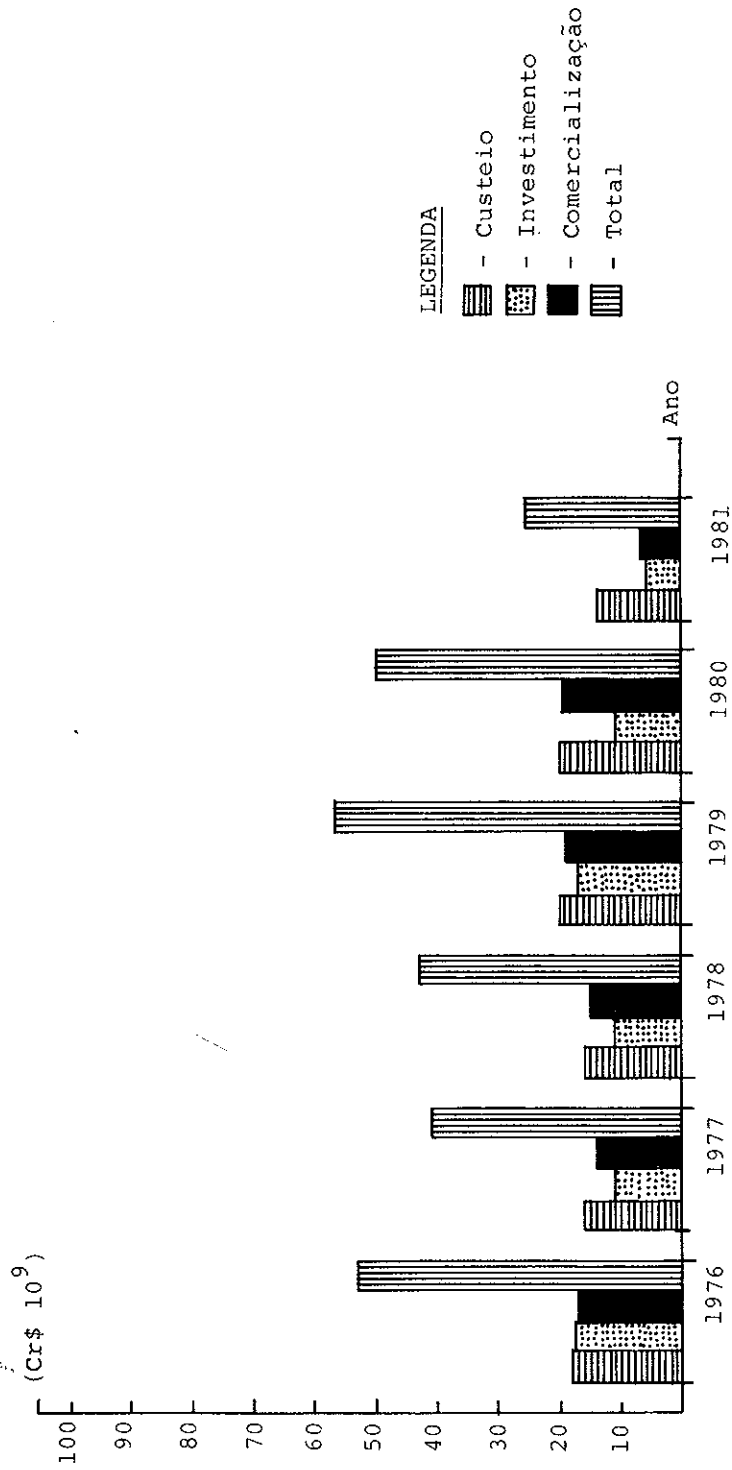
Gráfico 1 - MONTANTE DE CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS, SANTA CATARINA, 1976 A 1981 (a preços de set/82)



Fonte: Tabela 21

Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 2 - MONTANTE DE CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS, PARA A ATIVIDADE DE PECUÁRIA, SANTA CATARINA, 1976 A 1981 (a preços de set/82)



Fonte: Tabela 21  
Elaboração: CEPA/SC

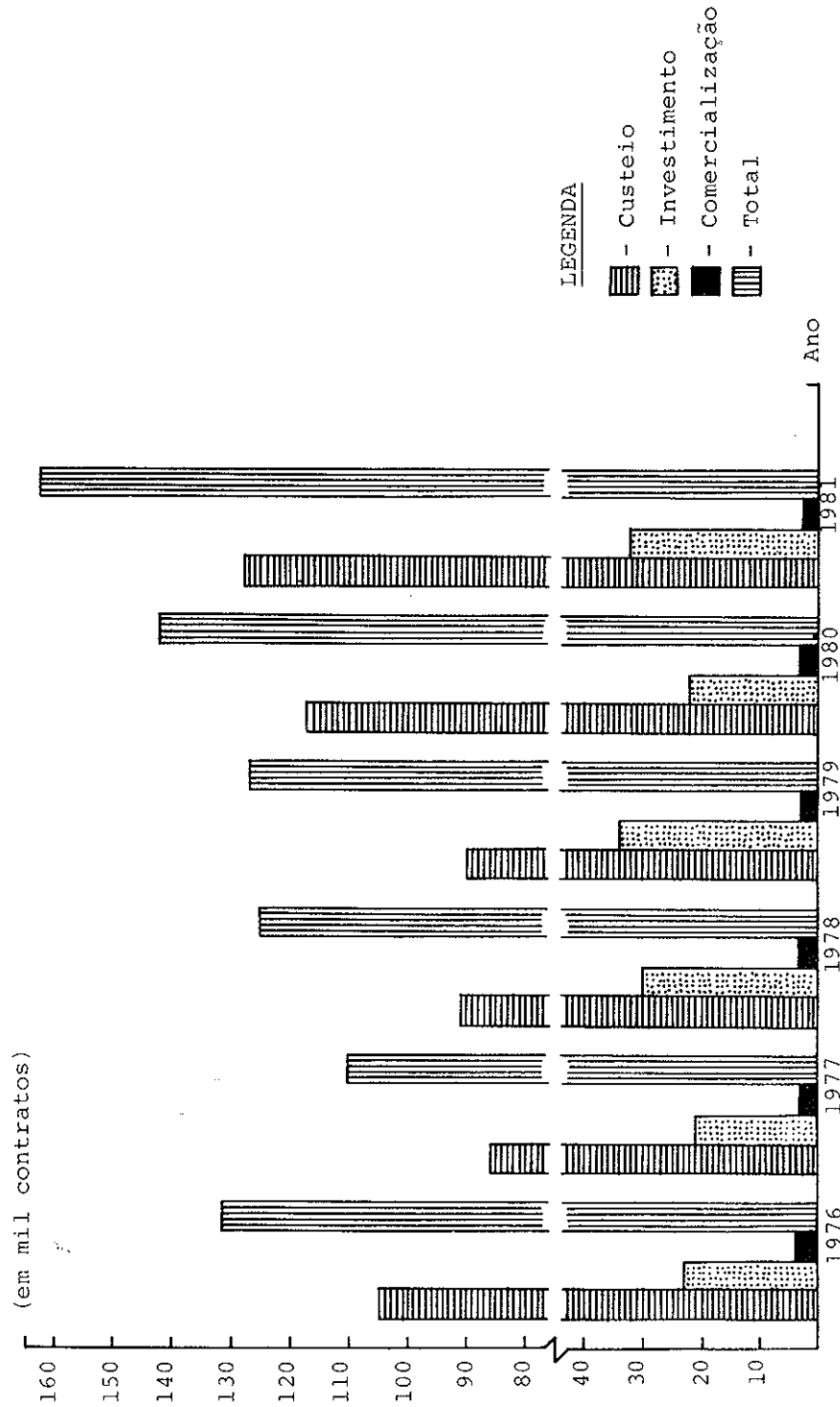
Gráfico 3 - MONTANTE DE CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS, PARA A ATIVIDADE DE LAVOURA, SANTA CATARINA, 1976 A 1981 (a preços de set/82)



Fonte: Tabela 21  
Elaboração: CEPA/SC

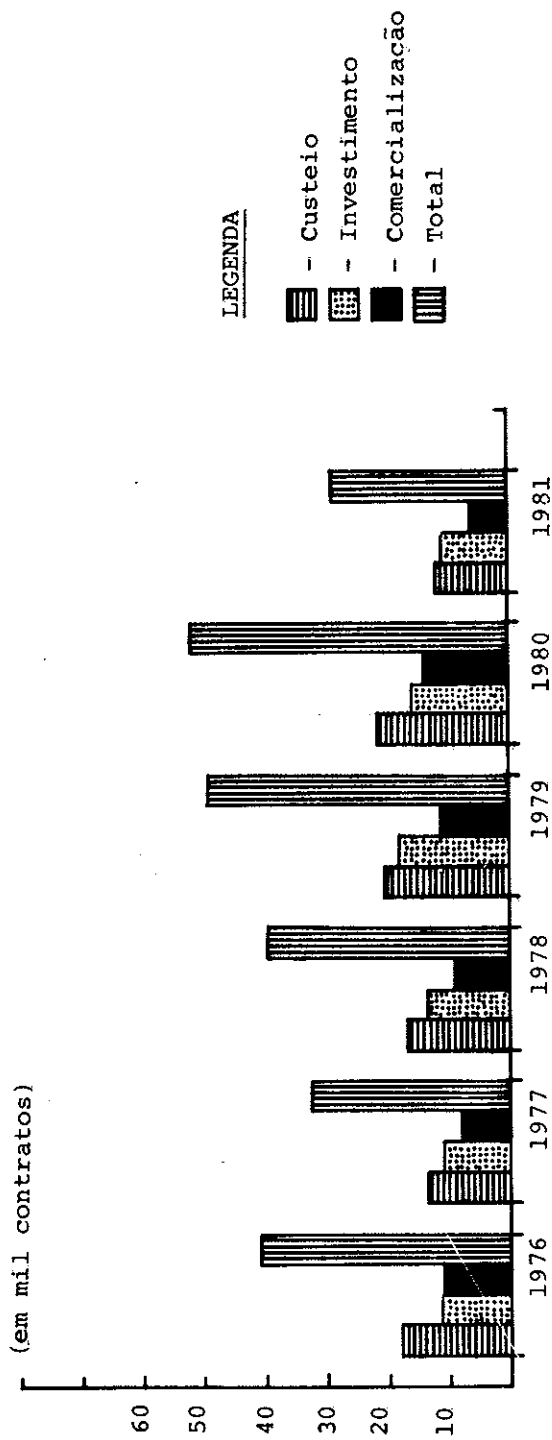


Gráfico 4 - CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS, EM NÚMERO DE CONTRATOS, PARA A ATIVIDADE DE LAVOURA, SANTA CATARINA, 1976 A 1981



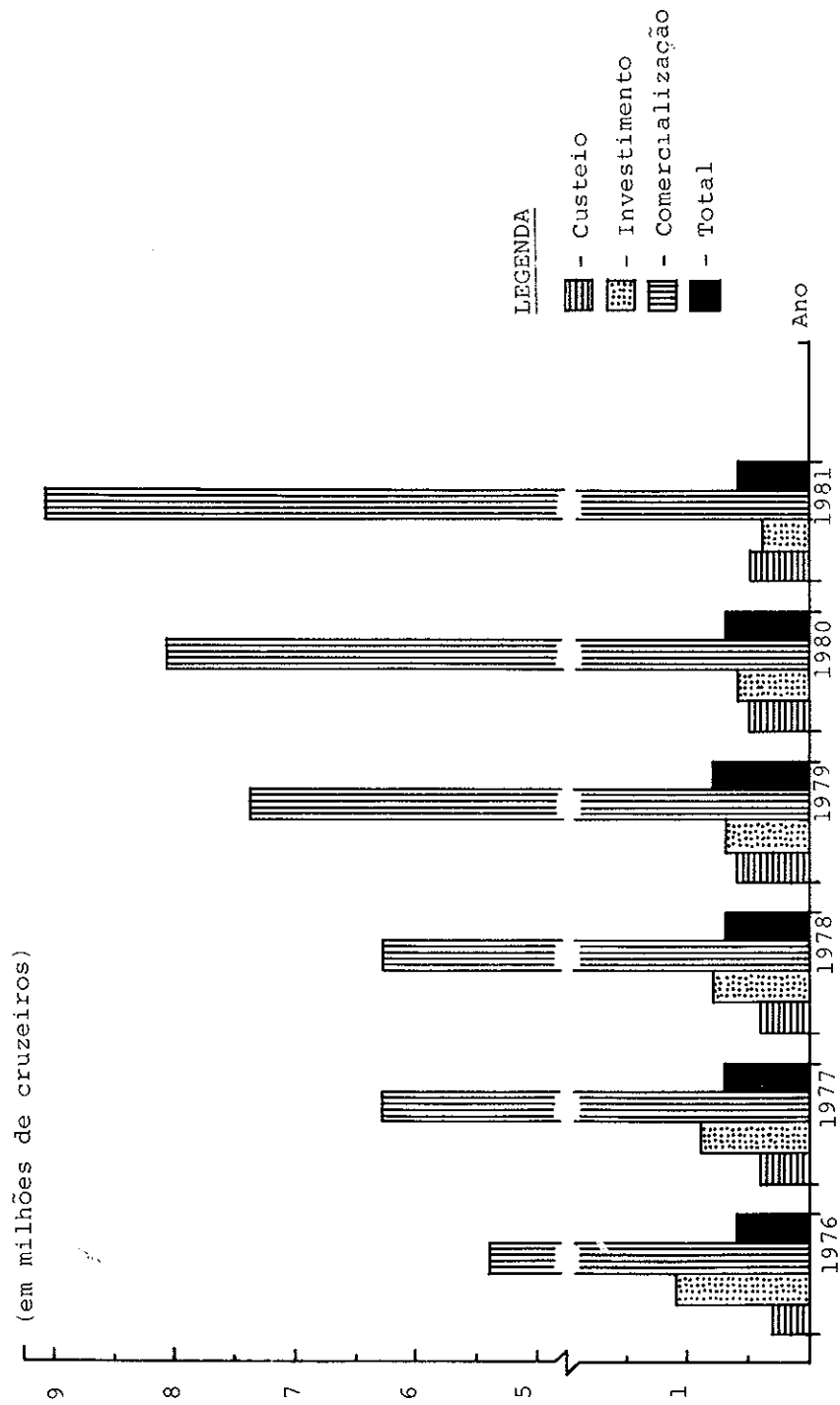
Fonte: Tabela 16  
Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 5 - CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS, EM NÚMERO DE CONTRATOS, PARA A ATIVIDADE PECUÁRIA, SANTA CATARINA, 1976 A 1982



Fonte: Tabela 16  
Elaboração: CEPA/SC

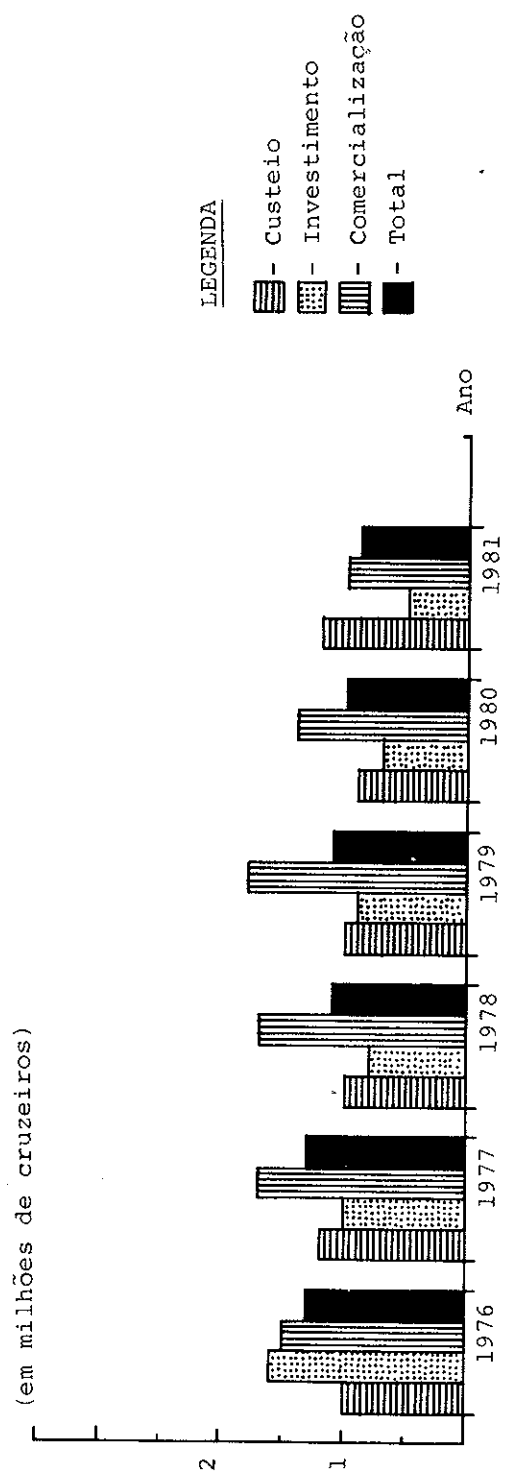
Gráfico 6 - VALOR MÉDIO DOS CONTRATOS DE CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS,  
PARA A ATIVIDADE DE LAVOURA, SANTA CATARINA, 1976 A 1981 (a preços de set/82)



Fonte: Tabela 22

Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 7 - VALOR MÉDIO DOS CONTRATOS DE CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS,  
 PARA A ATIVIDADE DE PECUÁRIA, SANTA CATARINA, 1976 A 1981 (a preços de set/82)



Fonte: Tabela 22  
 Elaboração: CEPA/SC

## 8 - INSUMOS AGRÍCOLAS

### 8.1. Fertilizantes

Conforme estimativas do Sindicato das Indústrias de A dubos do Estado de São Paulo, o consumo aparente de fertilizantes, em 1981, atingiu 162.711 toneladas em Santa Catarina. Desse total, a participação dos fertilizantes nitrogenados, fosfatados e potássicos foi de 16%, 57% e 27, respectivamente (tabela 27 ).

Para a safra 1982/83, estima-se um consumo total de fertilizantes, no Estado, de cerca de 160.830 t, para uma área fertilizada de 1.114.423 ha, num total de 2.369.797 ha, representando cerca de 47% (tabela 28 ).

As culturas que se destacam pela adoção da prática de adubação, ou seja, que apresentam maior percentual de área fertilizada são as de maçã (100%), do fumo (95%), do tomate (90%) e da cebola (80%); já as culturas que apresentam maior área fertilizada no Estado são as do milho (550.000 ha), da soja (255.600 ha), do feijão (118.500 ha) e do fumo (51.000 ha).

Em termos de nível de fertilidade, as culturas que a presentam maior exigência em fertilizantes e que, na realidade, consomem maior quantidade de adubos por unidade de área, são as do alho (600 kg/ha), da batata-inglesa (570 kg/ha), da maçã (450 kg/ha) e do fumo (360 kg/ha).

Do total de fertilizantes consumido no Estado acredita-se que as culturas que demandaram maior quantidade foram as do milho (37%), da soja (23%), do fumo (13%) e do feijão (9%).

Os preços de fertilizantes tabelados pelo Conselho Interministerial de Preços, no período de janeiro/79 até final de 1980, através das resoluções 87, 106, 113-A, 122, 131, 138 e 146, foram liberados a partir do final de 1980.

Na realidade, os crescentes aumentos do custo do fertilizante e o conseqüente encarecimento dos custos de produção têm provocado, como reflexos na produção primária, uma utilização deste insumo aquém das necessidades da lavoura catarinense.

Tabela 27 - CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES EM  
SANTA CATARINA, 1981 (\*)

MACRONUTRIENTES	(tonelada)		
	QUANTIDADE DE NUTRIENTES	QUANTIDADE DE ADUBOS	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
N	11.132	25.300	16
P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	41.007	93.188	57
K <sub>2</sub> O	19.546	44.223	27
TOTAL	91.685	162.711	100

(\*) Considerou-se que 44% da quantidade de adubo equivale à quantidade de nutrientes.

Fonte: Sindicato das Indústrias de Adubos do Estado de São Paulo

Tabela 28 - CONSUMO ESTIMADO DE FERTILIZANTES EM  
SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

CULTURAS	ÁREA PLANTADA (ha)	PERCENTUAL DE ÁREA ADUBADA (%)	ÁREA FERTILIZADA (ha)	NÍVEL DE FERTILIZANTES (kg/hã)	QUANTIDADE DE FERTILIZANTES (t)
Alho	2.830	70	1.981	600	1.188
Arroz	148.605	42	62.414	150	9.362
Batata	13.090	40	5.236	570	2.984
Cana	22.000	32	7.040	300	2.112
Cebola	12.570	80	10.056	200	2.011
Feijão	395.000	30	118.500	120	14.220
Fumo	61.000	95	58.000	360	20.900
Maçã	10.036	100	9.036	450	4.066
Mandioca	105.120	10	10.512	100	1.051
Milho	1.100.000	50	550.000	110	60.500
Soja	426.000	60	255.600	150	38.340
Tomate	1.400	90	1.260	300	378
Trigo	25.812	60	15.487	150	2.323
Cevada	7.780	70	5.446	150	817
Centeio	5.200	10	520	150	78
Aveia	33.350	10	3.335	150	500
TOTAL	2.369.793	-	1.114.423	-	160.830

Fonte: CEPA/SC

## 8.2. Sementes Selecionadas

O número total de produtores de semente fiscalizada em Santa Catarina, inscritos na safra 1981/82, foi de 61 (com repetição). Os maiores produtores de sementes fiscalizadas são as cooperativas, que desenvolvem programas de produção de sementes junto a seus cooperados.

No que se refere à área e à produção das principais espécies vegetais cultivadas no Estado, a tabela 29 mostra o comportamento dessas culturas na safra 1981/82.

Observando a tabela 30, verifica-se que as culturas que apresentam uma maior taxa de utilização de sementes fiscalizadas em relação à área cultivada são a cebola (89%), a soja (70%), o trigo (70%) e o milho (65%).

O Estado produziu o suficiente para o plantio, da safra 1982/83, das culturas de alho, feijão e soja. Vendeu para outros Estados semente fiscalizada de soja (principalmente para o Centro Oeste do Brasil) feijão, alho e semente certificada de batata. Por outro lado, importa semente fiscalizada de arroz e cebola do Estado do Rio Grande do Sul e semente de milho híbrido dos Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

A previsão da área plantada e da produção de sementes fiscalizadas e certificadas pode ser visualizada na tabela 31.

A coordenação e execução do programa de produção de sementes cabe à CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola, por delegação do Ministério da Agricultura, realizando as tarefas de inspeção, fiscalização e certificação das sementes produzidas no Estado.

A Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária- EMPASC é o órgão encarregado da produção de sementes básicas, mudas básicas e plantas matrizes de cultivares de várias espécies vegetais (tabela 32).

A produção de semente certificada de batata-inglesa é um dos destaques da produção de sementes. O Estado produziu, na safra 1981/82, segundo dados da CIDASC, 46.967 toneladas. Acredita-se que apenas 2.000 toneladas são consumidas no Estado, sendo o restante comercializado para outros Estados (MG, SP e PR). A

produção de sementes básicas de batata é realizada pelo Serviço de Produção de Sementes Básicas, da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, situado em Canoinhas (SC), pela EMPASC e pelos produtores, enquanto a produção de semente certificada é realizada somente pelos produtores. A produção se concentra nas microrregiões do Planalto de Canoinhas e dos Campos de Lages, sendo que os municípios maiores produtores são os de Canoinhas e São Joaquim.

Dentre os principais fatores limitantes do emprego de sementes selecionadas destacam-se os seguintes:

- . seu alto preço;
- . resistência dos produtores à adoção de sementes selecionadas pelo desconhecimento das vantagens da utilização;
- . as normas do crédito rural vigentes, especialmente a Circular 706 que, entre outras medidas, tornou desobrigatória a utilização de semente selecionada para liberação dos financiamentos.

Muito embora essas dificuldades existam, verifica-se, em termos gerais, um crescimento na aceitação desse insumo. Um exemplo disso é a cultura do feijão, mostrando na prática que quando o preço é compensador o agricultor aumenta a utilização dos chamados insumos modernos.



Tabela 29

ÁREA E PRODUÇÃO DE SEMENTES FISCALIZADAS DAS PRINCIPAIS  
CULTURAS, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

ESPÉCIE	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)
Alho	624,3	776
Arroz	1.846	2.205
Cebola	24	2,6
Cevada	1.227	1.407
Feijão	6.371	4.763
Forrageiras	257	88
Milho	519	847
Soja	40.699	27.000
Trigo	1.346	557

Fonte: CIDASC

Tabela 30

GRAU DE UTILIZAÇÃO DE SEMENTES FISCALIZADAS EM SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

CULTURA	ÁREA PLANTADA (ha)	PERCENTUAL DE ÁREA CULTIVA- DA C/SEMENTE FISCALIZADA	ÁREA PLANTADA C/SEMENTE FIS- CALIZADA (ha)	QUANTIDADE DE SEMENTE UTILI- ZADA P/HA (kg)	QUANTIDADE DE SEMENTE FISCA- LIZADA UTILI- ZADA (t)	QUANTIDADE PRODUZIDA NO ESTADO (t)	QUANTIDADE ADQUIRIDA EM OUTROS ESTADOS (t)	QUANTIDADE VENDIDA PA- RA OUTROS ESTADOS (t)
Alho	2.830	38	1.108	700	706	776	-	70
Arroz	148.168	23	35.000	100	3.500	2.205	1.295,0	-
Cebola	12.570	89	11.256	1,5	16,85	2,6	14,25	-
Feijão	395.000	22	90.000	40	3.600	4.763	-	1.163
Soja	426.000	70	298.200	60	22.365	27.000	-	4.635
Milho	1.100.000	65	715.000	18	12.870	847	12.023	-
Trigo	25.812	70	18.068	90	1.626	557	1.069	-
Batata	-	-	-	-	-	-	-	30.000

Fonte: CIDASC e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 31

ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE SEMENTES FISCALIZADAS  
EM SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

CLASSE	CULTURA	ÁREA A PLANTAR (ha)	PREVISÃO DE PRODUÇÃO (t)
Fiscalizada	Alho	894,29	3.373,51
	Arroz	2.500,00	6.500,00
	Cebola--(Semente)	5,00	1,25
	Cebola--(Bulbilho)	55,50	555,50
	Cevada	2.868,00	4.673,40
	Feijão-safra	5.300,00	4.800,00
	Feijão-safinha	2.300,00	2.000,00
	Forrageiras	350,00	280,00
	Hortaliças	150,00	30,00
	Milho	600,00	1.200,00
	Soja	45.000,00	35.000,00
	Trigo	6.968,50	7.577,87
Certificada	Arroz	230,00	250,00
	Feijão	350,00	325,00
	Soja	600,00	580,00
	Batata	2.800,00	29.400,00

Fonte: CIDASC

Tabela 32

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE SEMENTES RÁPIDAS, MUDAS RÁPIDAS E PLANTAS MATRIZES DE CULTIVARES DE VÁRIAS ESPÉCIES VEGETAIS,  
SANTA CATARINA, 1976/77 a 1982/83

C U L T U R A	UNIDADE	UNIDADE DE PESQUISA	P R O D U Ç Ã O (t)									
			1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83			
Arroz Irrigado	sc de 50 kg	E.E. de Itajaí	286,0 (7)	242,0 (8)	284,0 (8)	544,0 (5)	578,0 (11)	443,0 (9)	440,0 (6)			
Arroz de Sequeiro (*)	sc de 50 kg	E.E. de Chapecó	51,8 (8)	309,5 (5)	309,8 (7)	73,0 (4)	198,0 (4)	112,0 (5)	210,0			
Feijão	sc de 60 kg	E.E. de Chapecó	234,0 (7)	493,0 (6)	470,0 (6)	324,0 (5)	651,0 (6)	895,0 (6)	920,0			
Soja	sc de 60 kg	E.E. de Chapecó	1.093,0 (11)	1.176,0 (6)	584,0 (4)	1.163,0 (6)	582,0 (5)	547,0 (7)	1.160,0			
Mandioca	m <sup>3</sup> de maniva se- mente	E.E. de Urussanga	-	-	-	97,5 (3)	130,9 (3)	69,2 (3)	***			
Cebola	kg	E.E. de Chapecó	-	-	-	-	55,9	179,5 (4)	143,0			
Citros	nº de borbulhas	E.E. de Itajaí	-	-	-	-	-	21.000,0 (21)	45.000 (24)			
Alface	kg	E.E. de Caçador	-	-	-	-	2,5	-	***			
Macieira - Copa	nº de plantas ma- triz	E.E. de Caçador	-	-	-	-	1,3 (7)	48 (7)	***			
- Porta enerto	nº de plantas ma- triz	E.E. de Caçador	-	-	-	-	63 (9)	530 (9)	***			
(mudas enraizadas)												
Videira - Copa	nº de bacelos	E.E. Videira	-	-	-	-	5.200 (2)	5.740 (14)	5.740 (14)			
- Porta enerto	nº de bacelos	E.E. Videira	-	-	-	-	5.200 (1)	10.050 (5)	26.500 (5)			
Forrageiras de clima temperado:												
Mida	sc	E.E. Lages	-	-	-	-	-	2.500 (1) **	4.005 (2)			
Semente	kg	E.E. Lages	-	-	-	-	-	-	3.016 (2)			
Colmo	sc	E.E. Lages	-	-	-	-	-	-	50 (5)			
Forrageiras de clima tropical:												
Faveira	unidade	E.E. Itajaí	-	-	-	-	-	7.500-	(1) 112.500 (3)			
Colmo	unidade	E.E. Itajaí	-	-	-	-	-	35.900 (5)	215.500 (5)			
Semente	kg	E.E. Itajaí	-	-	-	-	-	-	15 (1)			

## Observações:

(\*) A E.E. de Itajaí cooperou com a referida produção nas safras 1976/77 (39 sc de 2 cultivares), 1977/78 (171,5 sc de 5 cultivares) e 1978/79 (152,5 sc de 3 cultivares)

(\*\*) previsão de produção

(\*\*\*) ausência de previsão

## Outras observações:

- 1) Não ocorreu exportação no período considerado.
- 2) O estoque atual refere-se a produção da última safra. Atualmente os produtores de sementes fiscalizadas e multiplicadores de nativas devidas mente registrados junto ao Ministério da Agricultura e creditados pela Secretaria da Agricultura, através da CIDASC, estão fazendo seus pedidos diretamente às Estações Experimentais da EMPASC, produtoras das respectivas espécies.
- 3) Os dados entre parênteses ao lado da produção/ano para as culturas mencionadas, referem-se ao número de cultivares envolvidos nas respectivas produções.
- 4) Parte da produção obtida das várias espécies vegetais citadas é utilizada pela própria pesquisa.

Fonte: EMPASC

## 9 – EVOLUÇÃO RECENTE DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA

### 9.1. Área

A área plantada de determinada cultura esclarece melhor o grau de acerto da política agrícola do que a produção dela de corrente. Isto porque a área a ser plantada é uma opção consciente que o produtor faz, levando em consideração uma gama de condicionantes, tais como os custos dos insumos, do crédito e da mão-de-obra, em relação à tendência dos preços do produto, ou seja, a perspectiva do lucro. Mesmo que o produtor não seja um capitalista segundo a definição clássica, a sua lógica é capitalista.

A área plantada é, portanto, a face não aleatória da agricultura, o que não se pode dizer da produção, que é afetada pelos fatores climáticos, não controláveis, e que influenciam a produção via rendimento. Esses dois itens podem ser afetados, obviamente, por fatores não aleatórios, como o tipo de tecnologia empregada, mas a modificação tecnológica visa, em geral, à melhoria nesse campo e ao conseqüente aumento do rendimento e da produção. Assim sendo, o aumento da produção pode ser explicado ou pela melhoria tecnológica, ou pelo aumento da área, que são decisões conscientes; mas, como o nível tecnológico raramente é diminuído (a situação atual é de exceção), a variável mais manipulável e manipulada é a área plantada.

A produção, naturalmente, é o objetivo da exploração, e é através dela que se obtêm os resultados econômicos e o abastecimento do Estado e do País; contudo, a tomada de decisão pelo produtor, passo inicial do processo produtivo, é a determinação da área a ser plantada. É nela que o produtor, condicionado pelo passado e pelos fatos novos, prevê o futuro.

Esse planejamento pode ser mais ou menos consciente, variar no grau de ciência usado, etc., mas é feito até mesmo pelo agricultor que produz pouco mais que a subsistência, pois, o pouco excedente que produzir deve ter a melhor relação de troca possível, para que não lhe faltem os bens essenciais não produzidos na propriedade.

Dentro dessa ótica, será analisada, a seguir, a evolu-

ção de área das principais culturas nos últimos tempos.

O alho e a maçã são produtos que se desenvolveram grandemente nos últimos anos, consolidando definitivamente suas presenças no contexto agrícola catarinense.

A área plantada com alho, na safra 1981/82, devido à falta de alho-semente, foi reduzida em aproximadamente 30% em relação à safra anterior, mas, mesmo assim, essa área cresceu 10 vezes. Por outro lado, na última safra (1981/82) em relação à de 1980/81, apesar da área ser menor, a produção foi 17,6% superior. Assim, a produção do alho, nos últimos 5 anos, cresceu nove vezes.

A maçã, por sua vez, nos últimos cinco anos, teve sua área aumentada em cerca de 137%, com uma característica de crescimento variável anual em torno de 12,5% nos três últimos anos; já a produção foi sextuplicada no mesmo período.

Tais crescimentos contínuos e de ritmo acelerado devem-se a diversos fatores que incentivaram o produtor ao plantio. Entre eles destacam-se os preços compensadores e a existência de crédito, incentivos fiscais e infra-estrutura adequada para beneficiamento e armazenagem, proporcionados por estarem os produtos na faixa de substituição de importações e, também, por colaborarem na diversificação da produção, o que esses produtos fazem com eficiência, mesmo nas pequenas propriedades, por ocuparem pouca área e produzirem altas rendas, pois são de alta densidade econômica.

Quanto ao trigo, as frustrações freqüentes das safras têm levado o produtor a abandonar o seu cultivo a ponto de, na safra 1981/82, ter sido cultivada uma área 86,8% inferior à cultivada em 1975/76.

Em compensação, a existência de micro-climas no Estado de Santa Catarina que permitem a produção de tomate e batata praticamente o ano inteiro, proporcionando a obtenção de preços razoáveis, tem sido um dos fatores de incentivo à produção destas solanáceas, cujas áreas têm permanecido, nos últimos três anos, ao redor de 1.400 hectares para o tomate e de 19.000 hectares para a batata.

Em relação à cultura do arroz, a inconstância de preços verificada até 1980 provocou certa oscilação de área plantada; porém, nas últimas três safras, incluindo a previsão para 1982/83, essa área tem permanecido em torno dos 148 mil hectares.

A cana-de-açúcar, após a eliminação da cana forrageira dos levantamentos de previsão de safra, tem mostrado certa estabilidade na área cultivada, situando-se ao redor dos 20.000 hectares para a colheita no ano.

Após uma evolução significativa de 88%, na safra 1978/79, sobre a área do ano anterior, a cebola, desde então, salvo a safra 1980/81, teve sua área estabilizada em torno de 12 mil hectares, com pequenas variações próximas dos 5%.

A política agrícola do Governo Federal que incentivou a cultura do feijão via preço mínimo, crédito, PROAGRO, etc, tem proporcionado razoável expansão do produto, verificando-se, no último quinquênio, uma evolução de 97% da área com feijão, somadas as duas safras (das águas e das secas).

Após o declínio da área de fumo na safra 1979/80, devido ao maior rigor imposto na classificação pelas indústrias, à falta de mercado para a produção dos fumicultores não integrados e, também, às dificuldades de colocação do produto no mercado externo naquele ano, a cultura vem apresentando algumas variações de área, para mais ou para menos, ao redor de 70.000 hectares, variações estas provocadas pelas companhias fumageiras ao determinarem exigências na classificação e ao fixarem os preços do produto.

A mandioca apresenta oscilações diversas sem grande expressão, adaptando-se à situação da demanda e aos consequentes preços dos derivados (farinha, fécula, etc.).

A cultura do milho em Santa Catarina é considerada estratégica como fornecedora de alimento para suínos e aves que, por sua vez, são as principais atividades supridoras de matéria-prima para a agroindústria catarinense.

Apesar do aumento do abate de aves nos últimos anos, a área de milho tem permanecido ao redor de 1.100.000 hectares, devido ao preço pouco estimulante do milho, cuja comercialização é feita aquém do preço mínimo.

O mercado internacional não tem sido estimulador de aumentos de área para a soja, tendo em conta os preços aviltados atualmente vigentes. Assim, nos últimos 3 anos, a cultura da soja teve sua área em declínio, totalizando no período uma queda próxima dos 15%.

Apesar de um crescimento significativo da área com bananais nos últimos anos, na última safra a cultura apresentou um acréscimo inferior a 1%, praticamente estabilizando sua área. A inexistência de política agrícola que envolva essa cultura fez com que os produtores, conhecedores das grandes flutuações de preços do produto verificados na última década, previdentemente permanecessem com a mesma área.

A uva vinífera praticamente teve sua área estabilizada nos últimos quatro anos, com reflexos da inexistência de política e de preços incentivadores.

## 9.2. Rendimento

O rendimento das lavouras é função do nível tecnológico empregado, mas pode, a todo o momento, ser mascarado por uma variável superveniente, como são dentre outros, os fatores climáticos. A insuficiência ou o excesso de chuvas, o granizo, a presença de pragas e/ou doenças a um nível não combatível, etc., que ocorra num período crítico da cultura, podem reduzir "a zero" o avanço obtido em dezenas de anos de pesquisa e experimentação. Por isso, a comparação ano a ano do rendimento como variável representativa da evolução tecnológica não é suficiente, ou mesmo leva a conclusões errôneas.

Há necessidade, em vista disso, de que se analise uma série histórica para que as variações climáticas, que sempre influenciam o rendimento, se bem que em graus que podem ser muito diferenciados, ocultem o mínimo possível o progresso técnico, se é que ele existiu. Há, então, necessidade de que os pontos a serem considerados na análise, tanto final como inicial, não sejam safras, por quaisquer motivos, anormais. As safras de 1977/78 e 1978/79 foram anormais, o que é mais visível nos dados de rendimento da soja e do milho. No caso, a responsabilidade deve ser atribuída a fatores climáticos, mais especificamente à insu-

ciência da precipitação pluviométrica.

Nos últimos anos, duas safras que podem ser consideradas normais e que limitam um intervalo de tempo razoável para uma comparação são as de 1975/76 e 1980/81. As seis safras consideradas (tabela 37) apresentam oscilações de rendimento motivadas por fatores diversos, entre os quais os climáticos, como já foi dito, mas, analisando os dados dos anos citados, constata-se que houve melhoria do rendimento, que pode ser atribuída ao progresso técnico, em quase todas as lavouras, exceção feita às culturas de alho, feijão e trigo, afetadas principalmente por fatores climáticos.

Já na safra 1981/82, a estiagem verificada no mês de janeiro, prejudicando as produções de milho e soja, impede uma completa comparação com a safra de 1975/76. Mesmo assim, os rendimentos apresentados, via de regra, são superiores aos do ano-base, chamando a atenção para as grandes variações, tais como para a cultura do trigo, ameixa e maçã, onde o aumento do rendimento físico foi altamente influenciado por fatores climáticos ocorridos nos anos em comparação. Por outro lado, as culturas do arroz, cana, cebola, feijão, fumo e banana apresentam elevação de rendimento resultantes da aplicação de novas técnicas por parte do produtor.

As culturas de nectarina e da uva vinífera também tiveram seus rendimentos físicos prejudicados.

O rendimento da cultura do alho não tem atingido os mesmos índices do ano-base, pelo fato de naquele ano a área cultivada ter sido muito pequena - dez vezes menor - e por isso muito melhor cuidada pelos agricultores japoneses iniciadores da cultura na região de Curitiba.

A cultura da mandioca, com problemas antigos de comercialização fazendo flutuar grandemente seus preços de ano para ano, tem tido as melhorias das técnicas de produção desincentivadas, redundando em uma estabilização do rendimento físico.

De um modo geral, houve, portanto, nos últimos sete anos, um razoável aumento da produtividade nas referidas culturas, em consequência do aperfeiçoamento da tecnologia empregada. No entanto, esse crescimento não leva necessariamente a um aumento



proporcional do lucro, pois, em muitos casos, para se aumentar a produtividade é necessário um incremento mais proporcional nos custos de produção. Em vista disso, muitas vezes, o ótimo econômico está colocado abaixo do ótimo agrônômico (rendimento físico), não sendo recomendável economicamente utilizar-se a tecnologia que produz o maior rendimento físico. Tal fato, no entanto, é conhecido do produtor, o que equivale a dizer que ele busca sempre um nível tecnológico que lhe proporcione o maior lucro e não a maior produtividade física.

Essa situação é ainda mais real nos últimos tempos, em que os preços dos insumos têm crescido em proporções maiores que os dos produtos agrícolas. A última safra, mais que as anteriores, deve ter poupado nos custos, mesmo com redução de rendimento, em busca de um melhor resultado econômico. Essa tendência foi reforçada por preocupações ecológicas, que também estimularam a adoção do adubo orgânico e da capina mecânica, com menor uso de fertilizantes químicos e herbicidas, bem como maior cuidado no uso e dosagem de outros defensivos.

### 9.3. Produção

A produção, excluídos os fatores contingenciais, é função da área plantada e da tecnologia que se está adotando. De acordo com a análise feita da situação do produto e do cálculo dos custos, toma-se a decisão de aumentar ou diminuir a área ou, mesmo, passar a produzir o que não se produzia, e adota-se o nível de tecnologia que se julga mais recomendado.

Essa é a parte planejável da agricultura e, se os fatores intervenientes fossem apenas esses, a produção agrícola teria índices mais ou menos fixos como os da indústria. Contudo, na agricultura, nunca se tem garantia de que, usados tais insumos em tais circunstâncias, obter-se-á determinada produção. Isso se deve ao caráter biológico da produção, que faz com que as plantas e animais sejam suscetíveis ao meio, e tornem a agropecuária uma atividade de alto risco, independente dos que existem a nível de mercado.

Dentro desse quadro, as modificações na tecnologia provocam resultados menos significativos que os advindos das altera

ções na área cultivada ou dos problemas climáticos.

A safra 1981/82, se comparada com a anterior, indica a diminuição de produção de algumas atividades e o crescimento de outras, apresentando um balanço final com perdas de produção.

Assim a atividade lavoureira teve uma redução de 8,8% de uma maneira geral; se, no entanto, forem retiradas as culturas de cana-de-açúcar e mandioca, que podem ser classificadas também como energéticas, a produção decaiu em 12,7%; se ainda se eliminar a cultura do fumo, restando apenas culturas alimentares, a produção decresce em 13,2%.

A atividade extrativa vegetal também diminuiu sua produção em 1,7%, como reflexo da conjuntura recessiva nacional.

A produção de pescado é geralmente oscilante, pois se baseia em captura. Envolvendo certo grau de risco, mesmo em se usando tecnologia aperfeiçoada, apresentou um crescimento em torno de 5,3%.

A atividade pecuária, em seu geral, cresceu 4,1% em relação ao ano anterior, apresentando resultados positivos em todos os setores, com exceção da suinocultura, que evidenciou redução de produção, como resultados dos preços aviltados dos suínos em todo o ano de 1981. Evidentemente foi a avicultura que, crescendo 14,7% como consequência da situação favorável do mercado externo, carregou consigo a atividade pecuária.

A produção agrícola da safra 1981/82 teve uma influência climática quase que normal, não fosse a estiagem verificada no mês de janeiro, prejudicando principalmente parte das culturas do milho e da soja que tiveram coincidência de suas florações naquele mês.

O milho teve sua produção diminuída em 16,9% não só pela diminuição do rendimento (14% a menos devido à estiagem), como também pela diminuição de área, como consequência de preços pouco incentivadores.

Algo semelhante aconteceu com a soja, com redução de 17,6% da produção como reflexo da queda de 8% da área, devido aos preços internacionais decrescentes e à diminuição em 10% de seu rendimento ocasionado pela estiagem.

Outra diminuição de produção relativamente significativa é a da cebola, que regrediu em 25,1% da produção anterior, mesmo tendo seu rendimento físico aumentado em 11%. A ocorrência de grandes produções na safra 1980/81, com problemas de colocação de toda a produção no mercado, aviltou demasiadamente o preço da cebola, fazendo com que os produtores ficassem desincentivados e reduzissem a área de plantio em aproximadamente 33%, redundando nesta significativa diminuição da produção.

Por outro lado, os aumentos mais significativos de produção, em relação ao ano anterior, foram os das frutíferas de clima temperado, principalmente a nectarina, o pêssego e a ameixa, sendo as condições climáticas normais - ao contrário dos anos anteriores - os únicos fatores que proporcionaram o aumento da produção.

A cultura da macieira, que teve sua produção aumentada em aproximadamente 96% em relação à da safra anterior, além de receber os benefícios de condições climáticas normais, obteve aumentos em função da entrada em produção de novos pomares implantados em anos anteriores, como também do atingimento da maturidade de pomares jovens.

A cultura do alho teve sua produção aumentada em 17,6% em relação à safra 1980/81, como consequência das condições normais de clima, tendo em conta que sua área foi retraída em 42% pela falta de alho-semente.

O feijão apresentou sua produção acrescida em 30,4% praticamente às custas do aumento de área ocorrido em torno de 28%.

A cultura do fumo, por sua vez, experimentou um aumento de produção de 31,7%, tendo como fatores intervenientes tanto o aumento de área de 16,5%, como o aumento do rendimento em torno de 13%; é interessante frisar que as condições climáticas foram favoráveis tanto à cultura do fumo como à do feijão.

## ÁREA CULTIVADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1975/76 A 1981/82

PRODUTO	SAFRA							1981/82 (4)
	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	(hectares)	
<u>Lavoura</u>								
Alho (1)	150	240	247	528	1.299	3.544	2.490	
Arroz	153.593	148.164	133.330	156.074	153.491	149.244	148.168	
Batata inglesa	17.984	15.964	16.555	19.903	20.114	18.313	19.065	
Cana-de-açúcar (2)	17.132	19.664	20.913	20.124	24.667	19.809	20.000	
Cebola	5.934	6.846	5.724	10.736	12.207	16.920	11.380	
Feijão	158.025	188.874	197.106	227.777	276.011	291.100	373.000	
Fumo	75.760	80.533	90.527	112.326	76.642	61.250	71.384	
Mandioca (2)	80.846	82.962	77.528	66.879	60.995	75.066	71.772	
Milho	1.005.274	1.063.584	1.005.633	1.078.025	1.128.441	1.150.000	1.108.615	
Soja	341.103	350.642	408.785	504.570	520.401	483.880	445.000	
Tomate	943	926	997	1.100	1.260	1.389	1.400	
Trigo	67.776	37.522	11.620	4.587	34.749	19.275	8.953	
<u>Frutas</u>								
Ameixa	450	303	316	316	316	316		
Banana (2)	13.842	14.998	17.134	18.366	18.643	21.484	21.500	
Maçã (3)	2.668	3.815	5.287	6.337	7.154	8.031	9.036	
Nectarina	816	607	607	607	607	607		
Pêssego	533	648	733	733	733	733		
Uva vinífera	377	433	517	600	615	615		

(1) Área colhida

(2) Área destinada a colheita no ano

(3) Computada a área plantada acumulada

(4) Dados sujeitos à confirmação

Fonte: IBGE/CCEA e EMATER/ACARESC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 34

## PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1975/76 A 1981/82 (\*)

PRODUTO	SAFRA	(toneladas)						
		1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
<u>Lavoura</u>								
Alho		946	871	952	1.702	4.724	6.720	7.901
Arroz		318.283	332.950	279.012	259.794	428.871	404.068	373.971
Batata inglesa		141.065	128.886	115.977	172.617	142.876	151.936	160.811
Cana-de-açúcar		853.627	950.022	1.043.126	1.084.780	1.170.361	1.002.338	1.100.001
Cebola		42.899	49.794	47.129	94.017	103.805	151.581	113.601
Feijão		98.965	134.477	122.992	189.403	119.972	246.250	321.041
Fumo		91.304	119.846	130.299	178.175	127.401	100.303	132.131
Mandioca		1.303.973	1.239.687	1.208.159	1.120.967	997.056	1.254.926	1.146.351
Milho		2.453.077	2.674.175	1.587.902	1.708.649	3.016.233	3.162.500	2.628.751
Soja		434.985	476.365	354.681	433.863	718.764	648.000	534.001
Tomate		25.217	22.917	28.029	32.930	35.197	41.000	38.901
Trigo		30.484	20.328	4.279	3.791	18.864	9.033	8.601
<u>Frutas</u>								
Ameixa		350	1.012	371	341	158	143	654
Banana		141.308	164.308	190.072	226.269	209.712	241.488	274.125
Maçã		8.400	12.355	10.854	21.410	28.225	39.175	76.660
Nectarina		2.190	2.083	726	655	684	146	1.008
Pêssego		2.850	1.836	2.550	1.052	1.851	922	5.506
Uva Vinífera		2.450	1.805	1.557	1.669	1.345	3.403	3.265
<u>Pecuária</u>								
Aves abatidas (cab)		62.000.000	81.557.494	98.984.266	115.911.011	172.522.300	212.497.000	243.740.160
Bovinos abatidos (cab)		148.800	145.200	161.200	171.600	257.175	264.276	273.480
Leite (1.000 litros) (2)		409.350	415.660	385.558	391.118	414.586	422.280	428.600
Suínos terminados (cab)		2.751.318	2.642.754	3.001.346	3.351.505	3.881.733	4.175.861	4.067.081
Mel de abelha		3.045	2.980	3.200	3.800	4.500	4.500	5.000
Ovos (dúzia)		-	-	-	-	12.092.000	11.729.000	12.106.000
<u>Pescado</u>								
Peixe		46.640	75.158	86.946	78.171	103.595	62.575	43.546
Crustáceos		10.653	8.822	10.045	7.583	9.997	7.278	5.303
Moluscos e outros		612	433	214	5.750	4.513	445	689
<u>Extrativa Vegetal</u>								
Madeira em tora (m <sup>3</sup> )		8.010.814	7.149.779	8.526.000 <sup>(4)</sup>	7.669.590 <sup>(4)</sup>	7.212.160 <sup>(4)</sup>	5.164.960 <sup>(4)</sup>	5.335.400
Carvão vegetal (t)		14.422	32.377	35.000 <sup>(4)</sup>	42.000 <sup>(4)</sup>	56.000 <sup>(4)</sup>	56.000 <sup>(4)</sup>	50.000
Lenha (metro estere)		13.309.981	12.796.573	9.623.820 <sup>(4)</sup>	8.895.950 <sup>(4)</sup>	8.223.130 <sup>(4)</sup>	7.601.192 <sup>(4)</sup>	7.220.000

(\*) Nos itens pecuária, pescado e extrativa vegetal, considerou-se o ano civil

(1) Estimativas da CEPA/SC

(2) Considerou-se somente o leite destinado para o consumo humano

(3) Situação até agosto

(4) Dados sujeitos à confirmação

Fonte: IBGE/GCEA, EMATER/SC - ACARESC, Agroindústrias, Cooperativas e Associações  
Elaboração: CEPA/SC

Tabela 35

EVOLUÇÃO DA ÁREA CULTIVADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA E FRUTAS, SANTA CATARINA,  
SAFRAS DE 1975/76 a 1981/82

(1975/76 = 100)

PRODUTO	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
<u>Lavoura</u>						
Alho	160	165	352	866	2.363	1.660
Arroz	96	87	102	100	97	96
Batata inglesa	89	92	111	112	102	106
Cana-de-açúcar	115	122	117	144	116	117
Cebola	115	96	181	206	285	192
Feijão	120	125	144	175	184	236
Fumo	106	119	148	101	81	94
Mandioca	103	96	83	75	93	89
Milho	106	100	107	112	114	110
Soja	103	120	148	153	142	130
Tomate	98	106	117	134	147	148
Trigo	55	17	7	51	28	13
<u>Frutas</u>						
Banana	108	124	133	135	155	155
Maçã	143	198	238	268	301	339

Fonte: Tabela 33

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 36

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA,  
SAFRAS DE 1975/76 A 1981/82

(1975/76 = 100)

PRODUTO	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
<u>Lavoura</u>						
Alho	92	101	180	499	710	836
Arroz	105	88	82	135	127	117
Batata inglesa	91	82	115	101	108	114
Cana-de-açúcar	111	122	127	137	117	129
Cebola	116	110	219	242	353	265
Feijão	136	124	191	121	249	324
Fumo	131	143	195	140	110	145
Mandioca	95	93	86	76	96	88
Milho	109	65	70	123	129	107
Soja	110	82	100	165	149	123
Tomate	91	111	119	140	163	154
Trigo	67	14	12	62	30	28
<u>Frutas</u>						
Banana	116	135	160	148	171	189
Maçã	147	129	255	336	466	913
<u>Pecuária</u>						
Aves abatidas	132	160	187	278	343	393
Bovinos abatidos	98	108	115	173	178	184
Leite	102	94	96	101	103	105
Suínos terminados	96	109	122	141	152	148
Mel de abelha	98	105	125	148	148	164
Ovos	-	-	-	-	97	100
<u>Pescado</u>						
Peixe	161	186	168	222	134	143 <sup>(*)</sup>
Crustáceos	83	94	71	94	68	63 <sup>(*)</sup>
Moluscos e outros	71	35	940	737	73	115 <sup>(*)</sup>

(\*) A produção do período setembro/dezembro foi estimada tendo por base igual período de captura em 1981.

Fonte: Tabela 34

Elaboração: CEPA/SC

## RENDIMENTO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SANTA CATARINA, SAFRA DE 1975/76 A 1981/82

PRODUTO	(kg/ha)						
	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
<u>Lavoura</u>							
Alho	3.667	3.942	3.854	3.223	3.637	1.896	3.175
Arroz	2.072	2.247	2.093	1.665	2.794	2.707	2.524
Batata Inglesa	7.844	8.074	7.006	8.170	7.103	8.297	8.435
Cana-de-açúcar	49.826	48.313	49.879	53.905	47.446	50.600	55.000
Cebola	7.229	7.273	8.234	8.757	8.487	8.959	9.983
Feijão	626	712	624	832	435	846	861
Fumo	1.205	1.488	1.439	1.586	1.662	1.638	1.851
Mandioca	16.129	14.943	15.584	16.761	16.347	16.718	15.972
Milho	2.440	2.514	1.579	1.585	2.673	2.750	2.371
Soja	1.275	1.359	868	860	1.381	1.339	1.200
Tomate	26.741	24.748	28.113	27.346	27.934	29.518	27.786
Trigo	450	542	368	826	543	469	961
<u>Frutas</u>							
Ameixa	778	3.340	1.174	1.079	500	453	2.070
Banana	10.209	10.955	11.093	12.320	11.249	11.240	12.750
Maçã	3.148	3.239	2.053	3.379	3.945	4.878	8.484
Nectarina	2.684	3.432	1.196	1.079	1.127	241	1.661
Pêssego	5.347	2.833	3.479	1.435	2.525	1.258	7.471
Uva vinífera	6.499	4.169	3.012	2.782	2.187	2.533	5.283

Fonte: IBGE/GCEA e EMATER/SC-ACARESC

Elaboração: CEPA/SC



Tabela 36

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA,  
SAFRAS DE 1975/76 A 1981/82

(1975/76 = 100)

PRODUTO	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
<u>Lavoura</u>						
Alho	92	101	180	499	710	836
Arroz	105	88	82	135	127	117
Batata inglesa	91	82	115	101	108	114
Cana-de-açúcar	111	122	127	137	117	129
Cebola	116	110	219	242	353	265
Feijão	136	124	191	121	249	324
Fumo	131	143	195	140	110	145
Mandioca	95	93	86	76	96	88
Milho	109	65	70	123	129	107
Soja	110	82	100	165	149	123
Tomate	91	111	119	140	163	154
Trigo	67	14	12	62	30	28
<u>Frutas</u>						
Banana	116	135	160	148	171	189
Maçã	147	129	255	336	466	913
<u>Pecuária</u>						
Aves abatidas	132	160	187	278	343	393
Bovinos abatidos	98	108	115	173	178	184
Leite	102	94	96	101	103	105
Suínos terminados	96	109	122	141	152	148
Mel de abelha	98	105	125	148	148	164
Ovos	-	-	-	-	97	100
<u>Pescado</u>						
Peixe	161	186	168	222	134	143 <sup>(*)</sup>
Crustáceos	83	94	71	94	68	63 <sup>(*)</sup>
Moluscos e outros	71	35	940	737	73	115 <sup>(*)</sup>

(\*) A produção do período setembro/dezembro foi estimada tendo por base igual período de captura em 1981.

Fonte: Tabela 34

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 38

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM SANTA CATARINA,  
SAFRAS DE 1976/77 A 1981/82

(safra 1975/76 = 100)

PRODUTO	SAFRAS	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
<u>Lavoura</u>							
Alho		107	105	88	99	52	87
Arroz		108	101	80	135	131	122
Batata inglesa		103	89	104	91	106	108
Cana-de-açúcar		97	100	108	95	102	110
Cebola		101	114	121	117	124	138
Feijão		114	100	133	69	135	138
Fumo		123	119	132	138	136	154
Mandioca		93	97	104	101	104	99
Milho		103	65	65	110	113	97
Soja		107	68	67	108	105	94
Tomate		93	105	102	104	110	104
Trigo		120	82	183	121	104	214
<u>Frutas</u>							
Ameixa		429	151	139	64	58	266
Banana		107	109	121	110	110	125
Maçã		103	65	107	125	154	270
Nectarina		128	45	40	41	9	62
Pêssego		53	65	27	47	24	140
Uva vinífera		64	46	43	34	85	81

Fonte dos dados básicos: Tabela 37

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 39  
ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1975/76

PRODUTO	MRH	(ha)															
		COLONIAL JOINVILLE	LITORAL ITAJAÍ	COLONIAL BLUMENAU	COLONIAL ITAJAÍ NORTE	COLONIAL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERR. CATAR.	LITORAL LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATAR.	COLONIAL SUL CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEIXE	COLONIAL OESTE CATAR.	PLANILTO CANOINHAS
Alho	-	-	-	-	8	7	5	4	2	33	3	-	-	17	28	11	32
Arroz	14.520	3.500	16.500	1.098	8.500	1.740	615	840	840	6.360	11.600	18.450	280	4.140	8.900	40.000	16.550
Batata	430	10	595	163	2.914	269	1.059	-	-	3.183	160	147	1.870	905	1.407	2.975	1.974
Cana-de-açúcar	3.112	2.435	1.150	-	-	2.015	2.938	68	68	303	370	418	-	-	643	3.680	-
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	475	278	22	80	60	186	110	308
Fumo	100	187	4.120	4.305	16.180	747	3.720	550	550	9.645	6.970	11.970	1.350	1.705	501	9.770	3.930
Feijão	-	239	1.814	1.360	3.996	819	1.749	1.400	1.400	8.689	3.550	4.615	5.150	15.067	7.812	78.160	23.605
Raiz de mandioca	4.050	748	3.440	1.381	13.330	2.826	1.972	1.900	1.900	9.254	16.911	4.107	200	310	3.261	10.052	7.094
Milho	6.180	470	14.463	7.520	29.434	1.532	12.325	760	760	19.090	7.400	13.880	19.250	72.400	245.672	476.168	78.760
Soja	-	-	113	236	1.320	15	25	-	-	685	307	90	880	24.320	64.775	234.950	11.654
Tomate	50	30	55	2	25	105	86	-	-	209	4	-	205	70	37	24	41
Trigo	-	-	-	195	66	-	5	-	-	642	163	393	806	6.790	14.335	39.522	4.853

Fonte: IBGE/GCEA  
Elaboração: CEPA/SC

Tabela 40  
ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1976/77

PRODUTO	MICROREGIÃO DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERR. CATAR.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATAR.	CAMPOS DO SUL CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEIXE	COLONIAL OESTE CATAR.	PLANILTO DE CANOINHAS
Alho	-	-	-	9	11	4	6	4	51	5	-	-	37	50	-	65
Arroz	14.240	3.495	15.767	1.161	9.060	1.988	725	915	7.902	10.605	17.750	510	4.378	8.022	34.153	17.503
Batata	251	-	513	153	3.248	365	1.237	20	2.155	47	69	1.830	1.075	1.152	1.952	1.897
Cana-de-açúcar	3.607	3.230	1.610	-	-	2.158	2.901	75	1.322	566	690	-	-	575	2.930	-
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	458	332	8	-	60	146	95	327
Fumo	-	184	5.495	5.200	17.240	697	4.404	-	8.890	6.320	12.976	1.400	2.064	477	10.486	4.465
Feijão	-	285	1.434	1.180	4.388	987	1.675	830	7.824	3.400	3.641	6.550	18.450	8.184	102.348	27.700
Raiz de mandioca	4.371	626	3.699	791	13.872	3.380	2.300	2.280	12.043	17.866	2.905	-	523	1.576	9.645	7.085
Milho	7.310	474	13.945	7.550	29.834	1.255	12.545	550	17.042	6.450	12.950	17.846	83.900	254.953	515.460	81.520
Soja	-	-	91	405	751	5	16	-	430	260	60	1.230	26.420	63.105	245.389	12.480
Tomate	-	37	61	2	38	87	119	-	204	2	-	-	69	35	24	52
Trigo	-	-	-	20	40	-	5	-	171	150	75	300	4.945	8.360	21.670	1.785

Fonte: IBGE/GCEA  
Elaboração: CEPA/SC

Tabela 41  
ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1977/78

PRODUTO	MRH	(ha)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRA CATAR.	COLONIAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATAR.	COLONIAL SUL CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATAR.	PLANTIO DE CANOINHAS
Alho	-	-	2	-	-	26	-	15	4	15	10	1	20	51	10	-	95
Arroz	12.630	3.542	15.424	810	8.827	1.914	594	985	985	7.774	9.680	17.156	647	4.083	5.260	273	16.614
Batata	340	-	580	81	2.999	414	1.660	10	10	2.424	66	29	1.180	1.280	1.058	1.980	1.754
Cana-de-açúcar	3.552	4.586	1.815	-	-	2.687	2.359	75	75	1.442	510	686	-	-	573	2.568	-
Cebola	-	-	35	11	3.120	27	1.448	25	204	204	209	8	55	71	149	70	292
Fumo	154	220	6.466	5.975	20.921	679	5.108	350	350	8.435	6.600	12.485	1.300	2.831	1.450	12.191	5.362
Feijão	20	277	1.825	831	5.574	1.004	2.275	730	730	7.310	3.080	3.454	5.500	21.978	8.949	100.219	32.080
Riz de mandioca	3.256	523	3.884	1.709	16.383	2.132	1.980	2.820	2.820	11.905	11.750	2.192	-	355	1.355	10.249	7.035
Milho	7.245	499	13.092	8.240	31.820	1.305	10.752	530	530	16.484	4.730	15.500	17.006	73.960	221.300	513.500	69.670
Soja	-	-	75	45	880	-	4	116	-	-	320	-	3.170	45.400	66.985	276.000	15.790
Tomate	26	27	48	-	89	98	95	-	-	181	5	2	246	52	42	24	62
Trigo	-	-	-	-	23	-	5	-	-	5	5	120	170	620	1.997	7.650	1.025

Fonte: IBGE/GCEA  
Elaboração: CEPA/SC

Tabela 42  
ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1978/79

PRODUTO	MRH	(ha)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRA CAT.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATAR.	COLONIAL SUL CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATAR.	PLANTIO DE CANOINHAS
Alho	-	-	-	-	-	40	2	26	4	42	13	5	37	250	26	-	83
Arroz	15.575	3.750	17.793	947	7.597	1.885	926	980	980	6.745	10.800	19.938	290	977	2.856	14.278	12.257 <sup>a</sup>
Batata	382	-	847	120	3.200	460	2.256	6	6	2.497	73	37	1.940	1.720	1.515	2.701	2.149
Cana-de-açúcar	3.300	3.844	1.730	-	-	2.911	2.445	85	85	1.513	590	516	-	10	660	2.520	-
Cebola	-	-	110	37	5.344	64	3.569	20	20	265	253	21	340	151	170	-	322
Fumo	458	214	6.455	5.199	17.463	575	5.034	433	433	8.959	5.777	9.787	906	1.293	2.094	3.646	7.897
Feijão	350	246	1.885	1.182	5.621	1.119	2.157	1.040	1.040	6.800	4.450	5.962	2.950	20.415	9.800	127.350	36.450
Mandioca	3.492	773	3.825	1.450	12.980	2.050	2.018	2.260	2.260	11.471	10.730	2.251	-	755	934	7.700	4.190
Milho	7.100	469	14.596	8.190	32.770	1.480	12.635	560	560	16.987	4.600	12.550	8.040	49.630	214.090	514.265	71.510
Soja	-	-	40	90	865	-	-	-	-	140	340	-	2.970	51.140	71.910	321.760	26.130
Tomate	86	25	34	15	64	182	134	-	-	204	23	3	130	96	76	-	58
Trigo	-	-	-	-	9	-	-	-	-	5	70	66	170	160	400	2.442	1.265

Fonte: IBGE/GCEA  
Elaboração: CEPA/SC

## ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA 1979/80

(ha)

MICROREGIÃO	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DE ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL DE SERRA CATAR.	LITORAL DE LAGUNA	CURITIBANA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL DO SUL CATAR.	CAMP. DE LAGES	CAMP. DE CURITIBANA	COLONIAL DO OESTE CAT.	PLANALTO DE CANOINHAS
Alho	3	-	16	5	118	10	40	4	38	14	4	121	798	25	93
Arroz	17.370	4.250	16.530	1.138	11.423	2.233	1.090	2.500	7.458	11.975	20.200	410	4.461	11.427	26.772
Batata	508	18	757	162	2.878	513	2.417	11	2.217	156	71	1.434	1.048	2.451	3.350
Cana-de-açúcar	3.880	4.203	1.795	-	-	2.943	2.610	95	1.828	405	530	-	15	1.178	3.150
Cebola	-	-	208	39	6.140	93	3.887	20	208	196	5	510	118	386	50
Feijão	591	374	2.627	1.665	8.446	855	2.669	845	9.927	4.420	4.287	5.840	30.384	13.284	115.849
Fumo	471	274	5.943	5.658	17.187	552	4.997	436	10.178	6.145	9.677	980	1.285	1.580	3.127
Mandioca	3.311	333	3.874	1.860	11.854	1.815	1.854	2.040	8.422	11.403	1.389	-	271	1.440	6.765
Milho	8.465	498	16.890	8.425	41.215	1.870	13.070	410	21.154	6.600	16.392	18.480	76.450	243.670	574.570
Soja	-	-	160	222	1.335	-	3	-	58	333	-	4.220	50.000	79.080	351.180
Tomate	111	18	68	-	57	241	130	-	170	46	3	140	85	91	35
Trigo	-	-	-	-	36	-	-	-	-	50	-	130	3.540	1.705	22.421

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

## ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

(ha)

MICROREGIÃO	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DE ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL DE SERRA CATAR.	LITORAL DE LAGUNA	CURITIBANA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL DO SUL CATAR.	CAMP. DE LAGES	CAMP. DE CURITIBANA	COLONIAL DO OESTE CATAR.	PLANALTO DE CANOINHAS
Alho	-	-	16	5	98	14	66	8	48	17	8	57	2.651	292	141 <sup>64</sup>
Arroz	17.370	4.250	16.530	1.025	10.862	2.641	979	2.400	8.338	11.225	18.780	410	4.350	10.825	26.310
Batata	199	-	567	116	2.130	716	2.310	5	2.647	106	42	1.390	1.270	1.838	2.835
Cana-de-açúcar	3.454	4.203	1.675	-	-	5.073	3.193	105	828	320	15	-	15	16.923	150
Cebola	-	-	350	135	8.902	124	5.142	16	270	317	7	585	145	369	183
Feijão	634	417	3.404	1.940	14.980	1.255	3.370	538	10.625	4.800	4.320	6.630	29.132	16.923	149.820
Fumo em folha	337	163	4.702	3.931	15.036	405	3.719	352	8.723	4.848	7.547	651	639	898	3.057
Raiz de mandioca	4.221	920	7.840	4.895	30.520	4.166	3.820	3.100	12.415	17.750	2.105	220	688	1.731	10.610
Milho	7.070	800	18.210	8.700	41.020	2.180	13.620	410	20.970	7.270	17.500	22.850	84.200	244.550	579.200
Soja	-	-	50	195	748	2	-	-	48	405	-	3.560	45.550	72.420	324.200
Tomate	88	10	37	-	52	213	184	8	232	25	3	148	171	108	35
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	30	1.610	270	14.895

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 45  
ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

MRH PRODUTO	(ha)															
	COLONIAL JOINVILLE	LITORAL ITAJAÍ	COLONIAL BLUMENAU	COLONIAL ITAJAÍ NORTE	COLONIAL AUTO ITAJAÍ	FLORENÓPOLIS	COLONIAL SERR. CATAR.	LITORAL LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATAR.	COLONIAL SUL CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEIXE	COLONIAL OESTE CATAR.	PLANALTO CAMOINHAS
Alho	-	-	16	5	98	14	66	8	48	17	8	57	2.651	292	123	141
Aroz	17.094	4.250	16.463	1.025	10.852	2.641	979	2.400	8.317	10.585	18.700	410	4.002	10.825	25.265	12.068
Batata	199	-	567	116	2.130	716	2.307	5	2.647	106	42	1.340	1.220	1.838	2.835	2.245
Cana-de-açúcar	3.454	4.203	1.225	-	-	3.943	3.093	105	828	320	15	-	15	778	150	-
Cebola	-	-	350	135	8.857	124	5.142	16	270	317	7	585	140	369	183	375
Feijão	634	417	3.364	1.940	14.915	1.255	3.370	502	10.186	4.800	4.320	6.630	27.925	16.234	144.032	42.240
Fumo em folha	337	163	4.702	3.931	15.036	405	3.719	352	8.727	4.848	7.547	651	639	898	3.057	6.241
Raiz de mandioca	3.188	493	4.300	1.945	13.450	3.846	2.690	2.945	9.430	15.550	1.985	120	344	1.119	8.420	5.641
Milho	7.070	800	18.210	8.700	41.020	2.180	13.620	410	2.097	7.270	17.500	22.850	84.200	244.550	579.200	81.450
Soja	-	-	50	195	748	2	-	-	48	405	-	3.560	45.550	72.420	324.200	36.700
Tomate	88	10	37	-	52	213	184	8	212	25	3	133	170	107	35	75
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	30	1.610	226	8.984	1.480

Fonte: IBGE/GCEA  
Elaboração: CEPA/SC

Tabela 46  
ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

MRH PRODUTO	(ha)															
	COLONIAL JOINVILLE	LITORAL ITAJAÍ	COLONIAL BLUMENAU	COLONIAL ITAJAÍ NORTE	COLONIAL AUTO ITAJAÍ	FLORENÓPOLIS	COLONIAL SERR. CATAR.	LITORAL LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATAR.	COLONIAL SUL CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEIXE	COLONIAL OESTE CATAR.	PLANALTO CAMOINHAS
Alho	-	-	21	-	67	12	89	12	36	18	16	31	1.691	315	49	150
Aroz	17.650	4.555	17.860	901	10.528	2.750	1.094	2.800	7.585	10.710	20.810	165	3.760	10.160	25.930	10.910
Batata	447	30	630	95	3.195	956	2.480	12	2.847	145	98	1.210	1.220	1.704	2.275	2.725
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cebola	-	-	265	44	5.750	95	3.875	21	170	188	25	155	96	351	100	245
Feijão	599	466	3.370	4.126	29.966	1.317	4.115	560	11.570	5.150	4.170	8.470	32.600	19.735	200.116	46.670
Fumo em folha	331	199	5.349	5.208	16.447	377	4.398	216	10.460	6.655	9.335	944	636	1.201	3.507	6.121
Raiz de mandioca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Milho	5.800	510	17.990	8.300	37.530	2.305	13.520	370	21.090	7.250	14.900	23.010	72.700	234.340	573.800	75.200
Soja	-	-	6	200	314	-	-	-	40	360	-	3.560	42.180	69.210	292.100	37.030
Tomate	93	92	44	-	51	186	266	-	202	25	3	152	100	62	6	144
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350	264	7.504	835

Fonte: IBGE/GCEA  
Elaboração: CEPA/SC

Tabela 47

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

PRODUTO	MRH	(ha)															
		COLONIAL JOINVILLE	LITORAL ITUPAI	COLONIAL BLUMENAU	COLONIAL ITUPAI NOROESTE	COLONIAL ALTO ITUPAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRA CATARINENSE	LITORAL LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEIXE	COLONIAL OESTE CATARINENSE	PLANALTO CANOINHAS
Alho	-	-	-	21	-	67	12	89	12	36	18	16	31	1.686	315	49	140
Arroz	17.650	4.555	17.860	901	10.328	2.750	1.094	2.800	7.585	10.710	20.330	165	2.960	2.960	9.615	22.895	10.910
Batata	447	30	625	95	2.120	526	2.450	12	2.835	145	98	-	1.210	1.220	1.704	2.275	2.725
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cebola	-	-	265	44	5.750	95	3.875	21	170	188	25	155	96	96	351	100	245
Feijão	599	466	3.370	4.126	29.966	1.317	4.115	560	1.157	5.150	4.170	8.470	32.600	19.735	200.116	46.670	46.670
Fumo	331	199	5.349	5.208	16.447	377	4.398	216	1.046	6.655	9.335	944	636	1.201	3.507	6.121	6.121
Raiz de mandioca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Milho	5.800	510	17.990	8.300	37.530	2.305	13.520	370	2.109	7.250	14.900	23.010	72.700	234.340	573.800	75.200	75.200
Soja	-	-	6	200	314	-	-	-	40	360	-	3.560	42.180	69.210	292.100	37.030	37.030
Tomate	93	92	43	-	51	186	266	-	180	25	3	152	100	62	6	144	144
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	259	7.504	835	835

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 48

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1975/76

PRODUTO	MRH	(tonelada)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITUPAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITUPAI NOROESTE	COLONIAL DO ALTO ITUPAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRA CATARINENSE	LITORAL DE LAGES	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CANOINHAS
Alho	-	-	-	-	32	28	13	7	5	132	8	-	-	41	112	44	128
Arroz	44.101	9.743	54.295	2.460	25.156	5.105	1.206	2.480	11.977	22.385	27.095	366	8.533	15.066	61.954	26.361	26.361
Batata	2.810	72	6.253	1.150	23.895	2.884	9.396	-	23.157	773	746	23.480	6.385	9.420	16.618	13.541	13.541
Cana-de-açúcar	162.744	170.480	56.300	-	-	128.317	174.396	1.700	9.113	12.200	11.952	-	-	17.875	108.350	-	-
Cebola	-	-	180	145	22.287	249	10.791	160	1.655	1.901	192	640	346	1.299	640	2.414	2.414
Fumo	120	295	5.594	5.106	20.384	979	5.073	774	11.171	7.184	13.598	2.004	2.409	736	11.222	6.758	6.758
Feijão	-	177	1.877	1.458	3.879	705	1.644	783	3.457	1.748	2.391	4.041	9.270	5.575	43.807	18.153	18.153
Mandioca	77.200	12.435	60.725	23.978	245.807	40.000	36.795	18.440	113.490	209.062	58.621	4.500	5.800	62.330	223.010	111.790	111.790
Milho	11.670	613	25.676	16.164	70.158	3.738	17.588	1.257	39.693	12.840	36.660	28.290	112.588	662.241	1.281.223	132.228	132.228
Soja	-	-	129	307	2.485	20	45	-	1.028	502	141	1.086	29.113	73.471	282.105	19.453	19.453
Tomate	1.140	600	1.100	40	920	2.600	2.401	-	5.009	20	-	8.150	1.929	722	144	442	442
Trigo	-	-	-	-	61	-	3	-	216	115	340	606	5.835	8.322	11.615	3.227	3.227

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 49

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1976/77

PRODUTO	MRH	(tonelada)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORENÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARACATERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE CATARINENSE	COLONIAL DO CESTE CATARINENSE	PIANAITO DE CASIMIRAS
Alho	-	-	-	-	42	44	14	29	12	216	16	-	-	136	155	-	282
Arroz	39.002	10.427	50.067	2.383	27.122	5.423	1.293	2.230	14.750	25.428	35.798	732	8.484	15.444	67.814	26.553	
Batata	1.473	-	4.429	1.190	26.650	2.929	10.365	90	15.356	324	386	21.828	10.892	7.963	9.560	15.451	
Cana-de-açúcar	185.090	216.985	74.340	-	-	126.952	170.127	1.875	40.675	17.145	18.728	-	-	15.555	87.550	-	
Cebola	-	-	135	65	31.378	157	8.082	235	2.533	2.783	64	-	355	1.007	541	2.459	
Fumo	-	270	7.030	6.510	27.498	1.012	6.331	280	13.042	9.835	22.641	1.841	2.965	786	12.221	7.584	
Feijão	-	209	1.485	1.011	4.624	851	1.680	390	5.549	2.218	2.388	4.950	11.000	6.582	75.856	15.664	
Mandioca	76.378	9.935	71.032	13.728	277.913	47.126	41.311	22.016	135.326	168.368	35.846	-	10.320	26.270	199.535	104.583	
Milho	13.940	666	28.277	12.705	68.757	3.224	17.539	948	36.927	12.069	30.196	32.275	147.010	681.893	1.442.972	144.777	
Soja	-	-	125	291	1.281	8	19	-	624	426	87	2.196	38.811	73.173	338.111	21.213	
Tomate	-	542	1.485	40	1.140	2.478	2.452	-	6.412	-	16	5.868	1.114	738	120	512	
Trigo	-	-	-	18	24	-	3	-	107	60	76	240	2.290	5.041	11.361	1.108	

Fonte: IBGE/GCEA  
Elaboração: CEP/SC

Tabela 50

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1977/78

PRODUTO	MRH	(tonelada)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORENÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARACATERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE CATARINENSE	COLONIAL DO CESTE CATARINENSE	PIANAITO DE CASIMIRAS
Alho	-	-	-	6	-	93	-	34	14	170	40	3	53	384	30	-	177
Arroz	37.339	12.056	52.784	1.249	26.209	5.113	1.002	2.895	19.324	26.580	36.621	599	3.286	3.836	41.506	8.613	
Batata	1.900	-	3.867	350	20.578	3.448	15.226	60	15.124	560	193	14.116	12.171	6.216	8.955	13.133	
Cana-de-açúcar	180.025	332.640	95.030	-	-	140.978	123.301	1.800	44.060	15.420	18.512	-	-	14.930	76.430	-	
Cebola	-	-	250	58	28.101	133	11.666	190	1.522	1.867	32	330	360	635	245	1.620	
Fumo	225	302	8.441	8.093	29.435	929	6.866	405	13.824	10.912	21.720	1.930	3.830	2.113	12.365	8.909	
Feijão	5	183	1.033	639	5.706	562	1.614	376	4.340	2.039	1.800	3.585	9.805	6.731	67.899	16.725	
Mandioca	59.920	9.910	68.182	35.773	317.402	28.480	33.640	31.620	140.700	115.250	25.640	-	6.385	23.680	204.337	107.240	
Milho	14.373	715	23.821	9.247	54.138	3.252	17.979	1.095	33.760	9.931	38.488	30.428	78.110	388.245	813.214	71.106	
Soja	-	-	72	45	1.155	-	7	-	164	529	-	3.906	43.797	59.183	222.849	22.974	
Tomate	838	675	1.034	-	1.574	3.507	3.696	-	5.847	50	24	7.404	1.814	804	120	642	
Trigo	-	-	-	15	-	-	4	-	3	3	54	138	413	913	2.229	507	

Fonte: IBGE/GCEA  
Elaboração: CEP/SC



Tabela 51

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1978/79

PRODUTO	MRH	(tonelada)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORDE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANOPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARONFERRA	LITORAL SUL CATARENSE	COLONIAL SUL CATARENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARENSE	PLANALTO DE CAMOINHAS
Alho	-	-	-	-	4	105	10	89	20	152	48	8	215	807	66	-	182
Arroz	52.159	13.140	63.836	671	22.490	5.182	1.148	2.875	16.192	24.838	40.663	253	804	1.220	7.873	6.450	
Batata	2.773	-	7.889	640	26.960	4.729	21.982	36	20.012	506	252	28.146	15.925	10.887	16.752	15.128	
Cana-de-açúcar	218.225	250.861	89.550	-	-	215.411	148.760	2.050	47.951	21.670	14.192	-	300	18.055	57.755	-	
Cebola	-	-	964	242	52.047	597	29.725	141	1.757	2.159	141	2.155	936	924	-	2.229	
Fumo	866	386	11.251	9.010	29.315	1.065	8.828	831	18.875	11.703	19.104	1.572	2.086	3.356	7.439	14.189	
Folheto	203	153	1.564	1.066	5.878	887	1.849	531	4.779	2.956	4.297	1.534	18.345	9.314	111.225	27.202	
Mandioca	64.440	15.140	79.010	29.450	286.250	27.340	36.100	28.970	158.495	118.810	29.832	-	11.975	16.565	143.120	78.470	
Milho	16.241	682	35.112	11.180	54.259	2.616	20.723	893	27.085	7.164	22.095	15.616	48.319	321.922	1.066.982	57.760	
Soja	-	-	36	85	1.323	-	-	-	214	524	-	2.556	40.827	48.491	302.457	28.598	
Tomate	1.752	500	591	185	1.490	4.522	3.702	-	5.686	500	24	7.950	3.599	1.659	-	770	
Trigo	-	-	-	-	11	-	-	-	3	53	69	146	175	421	1.836	1.077	

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 52

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

PRODUTO	MRH	(tonelada)														
		COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORDE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANOPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARONFERRA	LITORAL SUL CATARENSE	COLONIAL SUL CATARENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARENSE
Alho	5	-	92	30	442	59	118	18	198	52	12	323	3.083	97	-	195
Arroz	67.844	14.380	72.492	2.725	38.925	6.642	2.175	7.435	21.560	35.129	57.573	492	7.287	21.865	49.277	23.070
Batata	3.721	144	5.817	934	17.971	5.314	20.548	72	18.299	1.640	404	13.929	8.877	15.281	17.943	11.982 <sup>191</sup>
Cana-de-açúcar	242.100	285.080	90.325	-	-	209.635	155.080	2.275	55.486	11.810	15.470	-	600	35.650	66.850	-
Cebola	-	-	1.572	320	56.889	831	32.285	148	1.467	1.481	20	3.910	786	2.117	210	1.569
Fumo	559	404	10.012	9.558	27.177	808	8.057	741	19.439	11.938	17.305	1.508	2.008	2.354	3.625	12.608
Folheto	351	158	2.174	1.395	8.502	609	2.057	487	7.340	3.134	2.609	4.205	18.926	7.425	37.136	23.465
Mandioca	61.260	6.895	74.835	39.020	237.480	25.000	35.130	25.140	113.375	134.000	26.280	-	5.315	22.790	113.446	83.090
Milho	19.851	1.021	42.937	20.160	114.525	5.079	28.626	726	56.007	14.860	43.329	36.664	130.768	702.780	1.623.950	174.950
Soja	-	-	193	349	2.259	-	4	-	79	637	-	6.300	72.052	92.805	482.382	61.704
Tomate	2.994	432	1.680	-	1.066	8.350	3.450	-	4.725	955	24	5.600	2.475	2.421	140	885
Trigo	-	-	-	-	23	-	-	-	-	45	-	117	3.774	855	11.535	2.515

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 53

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

MRH PRODUTO	(tonelada)															
	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PIANTATO DE CANGARAS
Alho	-	-	56	20	330	37	161	28	192	56	31	166	4.443	637	361	202
Arroz	60.376	14.868	63.424	2.605	36.083	7.437	1.974	6.565	21.971	29.783	47.723	700	7.103	23.759	55.265	24.432
Batata	1.772	-	5.148	692	14.548	7.682	23.025	32	24.754	876	323	13.860	8.980	14.305	17.909	18.010
Cana-de-açúcar	190.470	251.930	63.425	-	-	252.687	181.398	2.815	27.680	9.450	450	-	375	17.140	4.500	-
Cebola	-	-	3.550	1.295	82.949	1.231	46.183	115	2.090	2.366	7	4.640	1.064	2.416	1.050	2.625
Felção	369	239	3.215	1.573	16.911	1.007	2.795	316	9.118	4.773	3.416	6.862	24.800	14.101	113.280	43.475
Fumo	625	323	7.789	6.320	23.693	743	5.857	620	16.325	8.570	12.350	799	934	1.386	3.731	10.238
Raiz de mandioca	48.225	9.249	83.900	41.640	311.100	53.602	48.240	32.625	121.240	202.600	25.770	3.600	3.560	17.955	160.460	91.160
Milho	16.506	1.752	43.045	20.530	104.365	5.556	36.019	780	57.319	18.273	52.554	47.110	133.000	697.675	1.760.853	167.162
Soja	-	-	67	327	1.196	2	6	-	61	818	-	5.358	81.417	82.901	411.297	64.550
Tomate	2.715	300	666	-	1.187	6.370	5.201	96	6.085	355	45	5.220	8.205	3.274	175	1.110
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	27	2.869	179	5.128	790

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 54

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

MRH PRODUTO	(tonelada)															
	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PIANTATO DE CANGARAS
Alho	-	-	72	-	226	39	283	45	144	48	48	116	5.235	1.030	188	431
Arroz	66.807	17.273	72.669	1.458	32.424	8.262	1.709	11.060	22.561	33.385	55.860	156	3.087	9.227	21.476	16.564
Batata	2.318	360	5.576	720	16.716	4.879	21.481	97	26.826	1.352	735	11.990	10.646	13.606	17.165	24.052
Cebola	-	-	2.710	337	59.110	869	39.720	164	1.393	1.640	235	1.255	722	2.486	1.500	1.566
Fumo	640	391	9.892	8.968	30.808	724	7.994	448	20.450	13.442	17.085	1.591	875	2.242	5.418	11.162
Felção	461	258	2.700	3.241	29.431	1.090	3.664	387	9.269	4.538	3.600	5.979	25.980	18.776	165.386	46.250
Milho	13.440	879	44.683	18.568	88.693	5.725	32.271	756	56.200	18.087	35.380	37.416	104.745	515.000	1.511.649	145.264
Soja	-	-	7	336	508	-	-	-	44	825	-	5.368	55.447	55.692	353.457	62.326
Tomate	2.651	2.760	597	-	1.270	5.556	7.165	-	5.172	375	45	5.220	4.430	1.720	120	1.808
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	525	260	7.025	796

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

## 10 – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Ao se estimar o balanço de oferta e demanda de produtos agropecuários de Santa Catarina, para os anos de 1981 e 1982 (tabelas 55 e 56) procurou-se retratar uma situação normal do setor, sem se levar em consideração variações climáticas que poderão ocorrer durante o ano, tais como estiagem, geadas, granizo, influenciando direta ou indiretamente na produção final.

Procurou-se, portanto, identificar o comportamento da oferta de produtos agrícolas em relação à sua demanda total, compreendendo as possíveis perdas normais, que poderão ocorrer após o processo produtivo, o consumo animal "in natura", o consumo humano "in natura" e o consumo industrial, bem como as necessidades de reservas para sementes. Detectou-se o saldo positivo ou negativo para cada produto, seja "in natura", elaborado e/ou semi-elaborado.

Ainda com relação às tabelas citadas, cabe destacar alguns aspectos no que se refere à colocação de cada produto na composição do balanço de oferta e demanda:

Fumo: toda a produção é industrializada fora de Santa Catarina, sendo que, a nível de Estado, a matéria-prima é apenas pré-beneficiada. Parte do produto é transformado em cigarros, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, enquanto a outra parcela é destinada ao comércio exterior sob a forma de fumo em folha.

Milho: nas estimativas do consumo animal está computado, inclusive, o produto destinado à transformação em ração balanceada.

Soja: foi considerada demanda industrial a capacidade de esmagamento instalada no Estado, 1.350.000 toneladas. A produção obtida dessa leguminosa não atende as necessidades existentes, fazendo-se necessária a importação do produto de outros Estados brasileiros. Entretanto, cabe frisar que apesar dessas circunstâncias, Santa Catarina exportou para o mercado internacional, em 1982, cerca de 50.000 toneladas.

Suínos: no superávit apresentado, estão inclusas as exportações do produto nas formas industrializada ou em equivalente-carca -

ças, além das vendas de suínos vivos (no cálculo, transformados em carne) para outras unidades da federação.

Leite: no consumo "in natura" foi considerado o produto consumido sem pasteurização, enquanto na demanda industrial enquadrou-se o leite normalmente enviado para as usinas de beneficiamento, nas quais é pasteurizado e transformado em derivados.

Alho: considerou-se, sobre a produção bruta, 20% de perdas decorrentes de quebras de cura, armazenagem e descartes diversos durante o beneficiamento e embalagem.

Os alhos industriais são os tipos considerados abaixo da classificação, sem valor para comércio "in natura".

O volume destinado ao consumo interno é baseado no consumo de 386 g/per capita/ano (levantamento da G.HORT/SNAP/MA).

As reservas para sementes foram calculadas, para 1983, com base num crescimento de área de plantio em torno de 20%, em consonância com o Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alho.

Cebola: considerou-se, sobre a produção bruta, uma perda média de 30% decorrente de quebras no processo de cura, armazenagem e manipulação, durante a comercialização na zona de produção.

O consumo interno é da ordem de 2,9 kg/hab/ano.

Leite: na coluna "Consumo Humano" computou-se apenas o leite "in natura" pasteurizado (76.252.100 l) e aquele consumido sem ter passado pelas usinas de beneficiamento, seja consumido a nível de propriedade rural ou nas periferias das cidades (187.874.000 l); na coluna "consumo industrial" foi computado todo o leite transformado em derivados (queijo, manteiga, yogurte, etc.), nas usinas o mesmo nas unidades produtoras; a coluna "saldo ou estoque existente em 1982" contempla o volume estocado em forma de derivados.

Tabela 55

ESTIMATIVA DO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, 1982

PRODUTO	OFERTAS	DEMANDA ESTADUAL						SALDO (Déficit/ Superávit)
		PERDAS	CONSUMO			RESERVA P/ SEMENTES	TOTAL	
			Animal "In Natura"	Humano "In Natura"	Industrial			
Alho	7.905	1.580	-	750	1.000	1.900	5.230	2.675
Arroz	373.978	37.400	-	267.000	-	15.000	319.400	54.578
Batatinha	160.819	32.000	-	100.000	-	27.000	159.000	1.819
Cebola	113.602	34.000	-	15.000	-	600	49.600	64.002
Feijão	321.040	32.000	-	100.000	-	12.800	144.800	176.240
Fumo	132.130	7.000	-	-	-	-	7.000	125.130
Mandioca	1.146.350	11.000	520.000	71.000	538.000	-	1.140.000	6.350
Milho	2.628.756	263.000	2.166.400	60.000	60.000	7.000	2.556.400	72.356
Soja	534.000	42.000	9.700	1.070	1.350.000	22.950	1.425.720	- 891.720
Tomate	38.900	12.000	-	24.000	-	-	36.000	2.900
Trigo	8.606	600	-	-	170.000	1.000	171.600	- 162.994
Banana	274.125	27.000	-	20.000	22.000	-	69.000	205.125
Maçã	76.660	3.064	-	7.000	6.390	-	16.454	60.206
Uva	80.530	8.000	-	4.000	45.000	-	57.000	23.530
Carne de Aves	338.600	-	-	87.000	-	-	87.000	251.600
Carne Bovina	46.280	-	-	64.200	-	-	64.200	- 17.920
Carne Suína	292.800	-	-	68.838	-	-	68.838	223.962
Leite (1.000ℓ)	552.857	-	122.015	264.126	163.216	-	549.357	3.500

Fonte dos dados básicos: IBGE/GCEA, CEPA/SC, Agroindústrias e Cooperativas

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 56

ESTIMATIVA DO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, 1983

PRODUTO	OFERTAS	DEMANDA ESTADUAL						SALDO (Déficit Superávit)
		PERDAS	CONSUMO			RESERVA P/ SEMENTES	TOTAL	
			Animal "In Natura"	Humano "In Natura"	Industrial			
Alho	11.312	2.262	-	1.400	1.200	2.500	7.362	3.950
Arroz	431.232	43.120	-	270.000	-	15.000	328.120	103.112
Batatinha	163.231	32.450	-	100.000	-	27.000	159.450	3.781
Cebola	125.700	37.700	-	10.500	-	500	48.700	77.000
Feijão	296.400	29.600	-	100.000	-	16.000	145.600	150.800
Fumo	144.000	10.000	-	-	-	-	10.000	134.000
Mandioca	1.152.000	12.000	522.560	71.400	540.650	-	1.146.610	5.390
Milho	2.860.000	286.000	2.281.400	60.000	60.000	7.000	2.694.400	165.600
Soja	592.140	47.000	9.700	1.000	1.350.000	27.000	1.434.700	- 842.560
Tomate	42.000	12.600	-	24.000	-	-	36.600	5.400
Trigo	18.890	944	-	-	229.000	1.000	230.944	- 212.054
Banana	274.125	27.000	-	20.000	22.000	-	69.000	205.125
Maçã	74.000	3.000	-	7.000	7.000	-	17.000	57.000
Carne de Aves	363.466	-	-	90.000	-	-	90.000	273.466
Carne Bovina	47.200	-	-	65.500	-	-	65.500	- 18.300
Carne Suína	301.600	-	-	70.000	-	-	70.000	231.600
Leite (1.000ℓ)	552.857	-	122.015	267.626	163.216	-	552.857	-

Fonte dos dados básicos: IBGE/GCEA, CEPA/SC, Agroindústrias e Cooperativas

Elaboração: CEPA/SC

## 11 – EXPORTAÇÃO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

A formação de excedentes exportáveis é prioridade de qualquer economia, pois é através da venda de produtos ou insumos que se criam condições de mercado; e é através da qualidade do produto produzido e enviado às praças consumidoras, acrescida da aceitação e dos gostos do consumidor final, que se vai dimensionar e estruturar a forma apropriada desse mercado.

Toda exportação gera divisas para o Estado, permitindo que ocorra o poder de compra e venda de mercadorias entre Nações, e possibilitando a diversificação nas linhas de produção e a criação de novas opções de fontes de divisas.

O empresário brasileiro, de uma forma geral, gradativamente vem aprendendo a conviver com os mecanismos de mercado, realizando, antes de qualquer investida no exterior, pesquisas para verificar se existem oportunidades de venda para os produtos a serem oferecidos, consultando os órgãos oficiais atuantes na área de comércio exterior.

Outro aspecto a se ressaltar, refere-se ao sistema de "marketing" empregado pelo empresário brasileiro, onde já se possuem elementos preparados, e com determinada vivência na área de comércio exterior, divulgando com mais afinco o produto brasileiro junto aos mercados consumidores; procuram, dessa forma, firmar-se ainda mais nos mercados já conquistados e, ao mesmo tempo, atingir outros com perspectivas de sucesso.

Santa Catarina também está tentando aumentar sua participação no mercado internacional, lançando a cada investida realizada um volume mais expressivo de produtos naqueles mercados já conquistados, como os Estados Unidos, a Argentina, o Paraguai, a Venezuela, a Bolívia, o Uruguai, a Alemanha Ocidental, a França, os Países Baixos, a Espanha, o Iraque, o Irã e a Nigéria, dentre outros.

Segundo a Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil, o Estado de Santa Catarina exportou para o mercado internacional produtos de origem agrícola "in natura", elaborados e semi-elaborados, em 1981, num volume de 1.372.170 toneladas, sendo

que 1.227.618 toneladas são de produtos de origem vegetal e 144.552 toneladas são de produtos de origem animal, representando um valor total de 692.876 mil dólares (valor FOB). Os produtos da lavoura contribuíram com 71,01% e os da pecuária com 28,99%.

Dentre os produtos que mais se destacaram no valor total das exportações em 1981, encontram-se carne de aves e derivados com 22,80%, farelo de soja com 21,76%, açúcar refinado e outros com 18,25%, óleo de soja com 8,99%, madeira e derivados com 5,39%, couros e peles em geral com 3,74%, pescado com 2,19%, sementes e mudas, representadas principalmente por soja, com 2,11% (tabela 58).

As exportações agropecuárias de Santa Catarina apresentaram, no período de 1977 a 1981, uma taxa anual de crescimento de 18,91% para o volume total exportado e de 30,81% para o valor comercializado.

Os produtos de origem vegetal indicaram taxa de crescimento, no mesmo período, de 16,62% para as quantidades e de 23,28% no montante do valor transacionado. Dentre os produtos que mais evoluíram neste item aparecem: sementes e mudas, farinhas, féculas e amidos em geral, óleo de soja, farelo de soja e açúcar refinado.

Quanto ao item referente a produtos de origem animal, seu crescimento no período (1977 a 1981) foi de 58,70% e de 70,71%, para o volume exportado e valor negociado, respectivamente, sobressaindo a carne de aves e derivados, além do pescado (tabela 59).

Uma análise comparativa das exportações efetuadas em 1977 e 1981 mostra que o valor por tonelada exportada evoluiu em 46,47%, ou seja, passou de US\$ 344,74 para US\$ 504,95. Isso resultou tanto da valorização dos produtos exportados no período - os produtos vegetais se elevaram 24,88% e os de origem animal 33,87% - como também pela modificação dos componentes exportados, com maior agregação de valor. Assim, uma elevação dos produtos de origem animal, passando de 3,32% para 10,53% da composição, carregou o preço médio da tonelada exportada para patamares superiores. Enquanto o preço médio da tonelada de produtos vegetais

em 1981 foi de US\$ 400,77, o dos produtos de origem animal foi de US\$ 1.389,71.

No período de 1977 a 1981, os produtos de significação que tiveram seus preços diminuídos foram o óleo de soja, com uma queda de 13,4%, e o pescado, com uma diminuição de 5,2% no quadriênio, enquanto os demais tiveram elevação do preço.

Tabela 57

EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE PRODUTOS DE ORIGEM AGRÍCOLA, "IN NATURA", ELABORADOS E SEMI-ELABORADOS, PARA O MERCADO INTERNACIONAL, 1977 A 1982

ITEM	1977		1978		1979		1980		1981		1982(*)	
	Quantidade (tonelada)	Valor FOB (US\$ 1000)	Quantidade (tonelada)	Valor FOB (US\$ 1000)	Quantidade (tonelada)	Valor FOB (US\$ 1000)	Quantidade (tonelada)	Valor FOB (US\$ 1000)	Quantidade (tonelada)	Valor FOB (US\$ 1000)	Quantidade (tonelada)	Valor FOB (US\$ 1000)
<b>Origem Vegetal</b>	<b>663.630,2</b>	<b>212.981,9</b>	<b>625.930,7</b>	<b>197.958,1</b>	<b>703.431,1</b>	<b>275.286,4</b>	<b>1.122.269,8</b>	<b>483.271,7</b>	<b>1.227.617,8</b>	<b>491.991,0</b>	<b>679.325,5</b>	<b>260.514,1</b>
Conservação em Geral	167,1	265,6	58,5	188,4	255,8	391,1	631,5	688,1	1.680,5	1.253,8	1.702,7	1.035,8
Sementes e Mudas	214,8	456,8	125,4	290,8	6.660,1	2.968,8	45.415,4	13.206,4	49.773,6	14.596,1	9.276,7	2.478,3
Farinhas, Flocos e Amidos em Geral	719,9	415,8	1.892,4	477,1	5.818,1	2.591,8	2.458,7	1.232,6	3.120,8	1.646,2	4.805,2	1.130,4
Fumo, Resíduos e Outros	25.744,8	50.541,9	19.635,0	47.438,0	34.191,4	78.462,3	30.502,7	72.784,9	29.177,8	78.920,6	21.424,5	71.127,4
Açúcar Refinado e Outros	170.832,7	34.898,3	188.834,7	35.662,0	130.040,9	28.482,6	241.794,0	157.687,8	276.703,3	126.463,7	146.821,7	43.632,4
Óleo de Soja	41.450,0	23.931,5	46.500,0	27.978,0	39.675,1	24.396,1	74.661,7	46.663,0	124.534,9	62.280,7	53.875,2	24.412,8
Farole de Soja	276.950,0	53.883,6	287.599,0	53.816,0	399.493,5	86.572,8	657.491,8	139.286,4	657.916,9	150.773,4	404.600,0	94.086,5
Doços	203,5	73,8	314,8	109,2	292,9	122,3	644,3	288,9	876,5	748,7	356,6	271,5
Sacos Diversos	100,0	68,0	0,6	0,3	-	-	-	-	3,3	9,4	6,6	28,6
Óleos Essenciais	1.955,7	6.836,5	158,2	335,8	1.305,5	4.661,1	921,6	3.335,8	992,8	3.931,4	362,6	1.281,9
Madeiras e Derivados	69.353,9	25.787,0	79.888,1	31.383,7	80.773,5	43.556,3	62.504,9	42.260,7	52.273,9	37.313,1	23.227,7	15.679,5
Erva Mate	6.130,8	3.551,4	225,0	142,0	4.191,3	2.678,4	3.310,5	4.807,9	4.786,0	5.255,6	3.011,4	1.824,0
Especiarias	-	-	-	-	3,4	7,7	0,3	2,5	17,3	30,6	47,1	10,5
Papel e Papelão	521,1	207,2	-	-	477,3	264,4	831,8	615,0	25.212,0	8.605,7	8.549,9	3.002,8
Vinhos e Aguardentes	104,6	51,5	-	-	254,3	130,7	215,0	137,3	136,7	86,2	39,4	17,9
Outros Produtos Vegetais	69.181,2	12.013,1	699,0	136,9	-	-	885,6	274,4	411,5	95,9	1.218,4	493,7
<b>Origem Animal</b>	<b>22.787,8</b>	<b>23.656,7</b>	<b>34.525,8</b>	<b>35.974,2</b>	<b>56.989,2</b>	<b>70.231,4</b>	<b>92.225,5</b>	<b>119.339,4</b>	<b>144.552,1</b>	<b>200.885,4</b>	<b>83.142,3</b>	<b>99.081,4</b>
Outras Carnes	149,3	136,7	6,7	16,6	-	-	-	-	2,5	13,2	1.113,7	1.108,1
Músculos	212,2	177,5	180,6	128,7	4,0	9,1	96,2	125,1	248,1	328,0	236,6	84,9
Carne de Aves e Derivados	20.189,2	19.301,5	32.313,0	29.778,0	53.551,4	53.801,7	86.988,4	157.321,3	129.892,5	157.960,0	73.813,2	76.589,0
Pescado	64,1	91,1	1.991,2	5.973,7	2.576,4	12.071,1	4.265,1	9.056,5	11.260,2	15.178,4	5.315,2	5.967,4
Ouros e Peles em Geral	74,0	308,2	2,6	28,4	375,9	3.616,9	284,9	1.978,9	2.252,9	25.904,5	987,2	12.238,4
Mel Natural e Cura	-	-	31,7	48,9	134,5	103,7	177,0	141,3	67,1	41,3	108,6	74,5
Fimo de um dia	-	-	-	-	2,0	11,2	1,0	23,9	1,5	45,4	0,2	4,4
Carne Suína e Derivados	2.099,0	3.641,7	-	-	126,6	276,3	112,6	202,7	495,7	959,0	1.340,8	2.691,8
Conservas em Geral	-	-	-	-	218,4	341,4	300,3	489,7	330,6	431,5	226,6	322,9
Ovos p/Incubação	-	-	-	-	-	-	-	-	1,0	24,0	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>686.417,9</b>	<b>236.638,6</b>	<b>660.456,4</b>	<b>233.932,2</b>	<b>760.420,3</b>	<b>345.517,8</b>	<b>1.214.495,3</b>	<b>602.611,1</b>	<b>1.372.169,9</b>	<b>692.876,4</b>	<b>762.467,8</b>	<b>359.595,4</b>

(\*) Situação até julho

Fonte: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil

Elaboração: CEPA/SC



Tabela 58 PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL NO TOTAL EXPORTADO PELO SETOR AGRPECUÁRIO DE SANTA CATARINA, 1977 A 1982

ITEM	1 9 7 7		1 9 7 8		1 9 7 9		1 9 8 0		1 9 8 1		1 9 8 2	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Origem Vegetal	96,68	90,00	94,77	84,62	92,51	79,67	92,41	80,20	89,47	71,01	89,10	72,45
Conservas em Geral	0,02	0,11	0,01	0,08	0,03	0,11	0,05	0,12	0,12	0,18	0,22	0,29
Sementes e Mudas	0,03	0,19	0,02	0,12	0,88	0,86	3,74	2,19	3,63	2,11	1,22	0,69
Farinhas, Féculas e Amidos em geral	0,10	0,18	0,29	0,20	0,77	0,75	0,20	0,20	0,23	0,24	0,63	0,31
Fumo, Resíduos e Outros	3,75	21,36	2,97	20,27	4,50	22,70	2,51	12,09	2,13	11,39	2,81	19,78
Açúcar Refinado e Outros	24,89	14,75	28,59	15,24	17,10	8,24	19,91	26,17	20,17	18,25	19,26	12,13
Óleo de soja	6,04	10,11	7,04	11,96	5,22	7,06	6,15	7,74	9,08	8,99	7,07	6,78
Farelo de Soja	40,35	22,78	43,56	23,00	52,54	25,05	54,14	23,11	47,94	21,76	53,05	26,17
Doços	0,03	0,03	0,05	0,05	0,04	0,04	0,05	0,05	0,06	0,11	0,05	0,08
Sucos Diversos	0,02	0,03	0,00	0,00	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,01
Óleos Essenciais	0,28	2,89	0,02	0,14	0,17	1,35	0,08	0,55	0,07	0,57	0,05	0,36
Madeiras e Derivados	10,10	10,90	12,10	13,42	10,62	12,61	5,15	7,01	3,81	5,39	3,05	4,36
Erva Mate	0,89	1,50	0,03	0,06	0,55	0,78	0,27	0,80	0,35	0,76	0,39	0,51
Especiarias	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00
Papel e Papelão	0,08	0,09	-	-	0,06	0,08	0,07	0,10	1,84	1,24	1,12	0,84
Vinhos e Aguardentes	0,02	0,02	-	-	0,03	0,04	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,00
Outros Produtos Vegetais	10,08	5,08	0,11	0,06	-	-	0,07	0,05	0,03	0,01	0,16	0,14
Origem Animal	3,32	10,00	5,22	15,38	7,49	20,33	7,59	19,80	10,53	28,99	10,90	27,55
Outras carnes	0,02	0,06	-	0,01	-	-	0,01	-	0,00	0,00	0,15	0,31
Múscos	0,03	0,07	0,03	0,06	0,00	0,00	0,01	0,02	0,02	0,05	0,03	0,02
Carne de Aves e Derivados	2,94	8,16	4,89	12,73	7,03	15,58	7,17	17,82	9,47	22,80	9,67	21,30
Pescado	0,01	0,04	0,30	2,55	0,34	3,49	0,35	1,50	0,82	2,19	0,70	1,66
Carnes e Peles em Geral	0,01	0,13	0,00	0,01	0,05	1,05	0,02	0,33	0,16	3,74	0,13	3,40
Mel Natural e Cera	-	-	0,00	0,02	0,02	0,03	0,01	0,02	0,00	0,00	0,01	0,02
Pinto de um dia	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00
Carne Suína e Derivados	0,31	1,54	-	-	0,02	0,08	0,01	0,03	0,03	0,14	0,18	0,75
Conservas em Geral	-	-	-	-	0,03	0,10	0,02	0,08	0,02	0,06	0,03	0,09
Ovos p/Incubação	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	-	-

(\*) Situação até julho

Fonte dos dados básicos: Tabela 57

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 59

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS  
DE ORIGEM AGRÍCOLA, "IN NATURA", ELABORADOS E SEMI-ELABORADOS,  
SANTA CATARINA, 1977 A 1981

ÍTEM	QUANTIDADE	VALOR
<u>Origem Vegetal</u>	<u>16,62</u>	<u>23,28</u>
Farelo de soja	24,15	29,33
Fumo, Resíduos e outros	3,18	11,78
Açúcar Refinado	12,81	37,97
Madeira e Derivados	-6,82	9,68
Óleo de Soja	31,63	27,00
Erva Mate	-6,00	10,29
Sementes e Mudas	390,16	237,75
Farinhas, Féculas e Amidos em Geral	44,29	41,06
<u>Origem Animal</u>	<u>58,70</u>	<u>70,71</u>
Carne de Aves e Derivados	59,26	69,14
Pescado	364,06	359,27
Carne Suína e Derivados	-30,29	-28,37
TOTAL	18,91	30,81

Fonte dos dados básicos: Tabela 57

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

## 12 – VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

### 12.1. Material e Métodos

Para os cálculos do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), seja a nível de Santa Catarina, seja a nível de suas microrregiões homogêneas, foram utilizados os seguintes parâmetros de referência para preços:

. Lavoura e pecuária - tomaram-se por base os preços médios recebidos pelos agricultores no ano (média aritmética), publicados pela Fundação Getúlio Vargas e coletados através da EMATER-SC/ACARESC. Para a cultura do alho, tomaram-se os preços praticados no mercado atacadista da CEASA em Florianópolis (tendo por referência o alho nacional), pois esse patamar de preços se aproxima daquele a nível de produtor, que é quem comercializa o produto, na sua maioria.

. Frutas - utilizaram-se os preços médios ponderados do produto vendido na forma "in natura" e para "fins industriais", nas regiões onde as culturas recebem a orientação do PROFIT - Projeto de Fruticultura de Clima Temperado da EMATER-SC/ACARESC.

. Pescado - consideraram-se os preços recebidos pelos pescadores nos locais de desembarque do produto, tais como portos, trapiches, beira da praia, ou quando da chegada do produto na indústria pesqueira.

. Extrativa vegetal - os preços constatados nos anos de 1976 e 1977 têm como fonte a Fundação IBGE, (Anuários Estatísticos dos respectivos anos). Em 1978 e 1979, os preços foram calculados com base em um índice de deflação obtido a partir dos preços de 1981, que por sua vez foram baseados nos preços pesquisados em 1980 e 1982.

Cabe salientar ainda que, para os cálculos do VBP do item "madeira em tora", foram agregados os dados disponíveis de produção de madeira serrada, madeira laminada, papel e celulose.

Através dos índices técnicos obtidos junto ao IBDF, calculou-se o volume de madeira bruta necessário para a produção de madeira serrada, madeira laminada, papel e celulose.

Utilizaram-se, portanto, os dados destes componentes para evitar duplicidade de contagem, pois esses itens referem-se ao primeiro uso de matéria-prima bruta.

É importante mencionar que o VBP de agropecuária encontrado é apenas uma aproximação do VBP do setor para Santa Catarina, pois:

a) no sub-item "bovinos" estão incluídos os animais oriundos de outros Estados;

b) os produtos agrícolas utilizados na alimentação animal, principalmente o milho, sofreram dupla contagem, pois aparecem no item "lavoura" e estão embutidos no VBP da pecuária;

c) em contrapartida, aos itens "a" e "b" não estão incluídos aqueles produtos agropecuários que, individualmente, têm menor importância econômica para o Estado.

Visando eliminar os efeitos inflacionários ocorridos em cada ano, a fim de se obter uma visão mais aproximada da realidade agrícola estadual, utilizou-se o Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna), coluna 2, da revista "Conjuntura Econômica", publicada pela Fundação Getúlio Vargas, transformando-se os valores a preços de setembro de 1982.

## 12.2. Considerações sobre o VBP

Ao analisar-se o comportamento do VBP agrícola catarinense no período de 1976 a 1981, considerando os produtos vegetais e criações (tabela 61), observa-se que foi gerado, em 1976, o equivalente a 356.304 milhões de cruzeiros, atingindo, em 1980, a 488.139 milhões de cruzeiros, baixando em 1982 para 414.026 milhões de cruzeiros. Houve, nos últimos sete anos (1976 a 1982), taxa anual de crescimento de 2,53%, sendo que no intervalo de 1976 a 1980 o crescimento anual foi de 8,19%.

Na participação percentual dos subsetores agropecuários para a formação do VBP, em 1982, destacam-se as lavouras, com 45,64%; seguidas pela pecuária, com 41,96%; extrativa vegetal, 8,40%; frutas, 2,77% e pescado com 1,23%.

A nível de produto, pela ordem de importância econômica no setor agropecuário, tomando-se os dados da safra 1981/82 e

relacionando-se as dez principais explorações com participação no VBP acima de 3%, e que perfazem no seu total 85,3%, aparecem: - as aves abatidas, em primeira posição, seguida pela cultura do milho, dos suínos terminados, do fumo, da madeira em tora, do feijão, dos bovinos de corte, do leite, da soja, e da batata inglesa (tabela 62).

Ao analisar a participação percentual dos produtos no VBP agrícola, por subsetor (safra 1981/82), na atividade da lavoura, a cultura do milho mantém a primeira posição, com 33,21%; segue o fumo, com 15,75%; feijão, com 14,10%; soja, com 9,84%; arroz, com 8,69%; cebola, com 5,40%; mandioca, com 3,98%; batata inglesa, com 3%; aparecendo o alho em 9ª posição, com 2,89%, perfazendo no seu conjunto, 96,86%.

Na atividade de frutas, merece destaque a banana, com participação de 55,39%, seguida pela maçã, com 41,46%.

Na pecuária, as aves abatidas continuam na primeira posição, com participação de 38,03%; seguem os suínos terminados, com 33,72%, os bovinos abatidos, com 15%; o leite, com 11,23% e o mel de abelha, com 1,08%.

No pescado, o grupo de peixes participou (situação até agosto) com 67,98%, com destaque para as sardinhas, enquanto no grupo dos crustáceos houve uma contribuição de 30,68%, onde os camarões "rosa" e "sete barbas" possuem preços de venda bastante remuneradores.

No subsetor extrativa vegetal, merece destaque a exploração da madeira em tora, participando com 82,81% do VBP, enquanto o item lenha contribuiu em 16,62% (tabela 63).

No que se refere ao comportamento do VBP agropecuário na safra 1981/82, quando comparado com a safra 1980/81 e tendo-se eliminado o efeito da inflação, constata-se, conforme tabelas 61 e 64, uma diminuição real no seu montante em torno de 3,23%.

Esse decréscimo foi provocado pela redução dos setores lavoura ao redor de 7% e do extrativo vegetal em cerca de 27,6%; por outro lado, a elevação dos montantes dos setores pecuária em 6,6%, frutas em 54,06% e pescado em 24,6% não foi suficiente para evitar a queda do valor bruto da produção agropecuária.

No subsetor lavoura, a retração da produção e do preço do milho, soja, mandioca, tomate e trigo redundaram em menor valor bruto da produção. As lavouras de batata e feijão, apesar de terem suas produções aumentadas, tiveram o valor bruto diminuído pelo forte aviltamento de seus preços. As culturas de alho, arroz, cana, cebola e fumo apresentaram elevação do valor bruto, como resultado tanto do acréscimo da produção quanto do preço.

No subsetor pecuária, a elevação do VBP foi consequência do maior valor das produções de aves, bovinos, suínos, mel e ovos; o leite teve sua contribuição diminuída, mesmo que sua produção tenha aumentado, tendo em conta que o declínio de seu valor unitário foi intenso. O aumento da produção de carne de aves compensou plenamente a redução do seu preço unitário; inversamente, os suínos tiveram um aumento do valor unitário que elevou o VBP, mesmo com um pequeno decréscimo de produção.

A produção pesqueira verificada no período janeiro a agosto, se comparada com igual período do ano anterior, mostrou elevação do VBP tanto de peixes como de crustáceos, moluscos e outros; desses, apenas os crustáceos apresentaram diminuição da produção, mas compensada pela elevação superior de seus preços unitários.

O subsetor frutas apresentou resultados positivos de valor bruto de produção para todas as frutas, com exceção da uva vinífera, tendo esta apresentado valores negativos para preço e produção. As frutas de caroço - ameixa, nectarina e pêsego - apresentaram diminuição do preço unitário compensado pelo maior acréscimo da produção. A banana e a maçã tiveram elevação da produção e do preço unitário, como sinal de estarem suas qualidades se firmando no mercado, sendo que, com esta última, o aumento da capacidade de armazenamento a frio muito contribuiu.

O subsetor extrativa vegetal mostrou valores negativos para o VBP, tanto da madeira em tora, como da lenha e carvão; todos os preços unitários foram aviltados em relação à safra anterior, sendo que apenas a produção da madeira em toras aumentou, porém em ritmo inferior ao declínio dos preços, refletindo situação desfavorável de mercado.

Finalmente, pode-se afirmar que, via de regra, a safra

1981/82 ocorreu dentro de certa normalidade, com o mercado refletindo equilíbrio de forças, reiniciado no ano anterior, fazendo com que os preços reais fossem geralmente menores que nos anos anteriores e, aliados à diminuição de produção da safra 1981/82, provocassem uma redução de 3,23% do valor bruto da produção em relação à safra anterior.

Tabela 60

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA, 1975/76 A 1981/82 (\*)  
(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)

SAFRA	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
<b>PRODUTO</b>							
<u>Lavoura</u>	<u>5.917.009</u>	<u>8.011.174</u>	<u>9.502.335</u>	<u>17.332.944</u>	<u>49.145.581</u>	<u>91.765.063</u>	<u>152.395.646</u> (2)
Alho (1)	-	-	-	-	258.025	1.655.338	4.614.386
Arroz	525.167	599.310	892.838	1.460.042	4.550.321	6.335.786	13.328.576
Batata inglesa	277.898	279.683	422.156	593.803	2.408.889	4.050.614	4.543.137
Cana-de-açúcar	102.435	142.503	166.900	282.043	737.327	1.112.595	2.486.000
Cebola	-	-	-	606.409	1.980.928	2.258.557	8.709.865
Feijão	364.191	680.453	680.146	1.498.177	3.995.068	15.257.650	21.320.266
Fumo	640.041	1.317.107	2.164.266	3.713.167	4.408.075	7.814.607	23.807.183
Mandioca	795.423	892.575	688.650	874.354	2.751.874	5.672.266	5.983.947
Milho	2.404.015	2.807.684	3.223.442	5.672.714	20.600.871	35.546.500	50.235.527
Soja	656.827	1.167.094	1.134.979	2.373.230	6.662.942	10.406.880	14.994.720
Tomate	94.312	75.168	115.479	241.377	636.010	1.455.090	2.053.531
Trigo	56.700	49.397	13.479	17.628	155.251	199.180	318.508
<u>Frutas</u>	<u>176.257</u>	<u>253.545</u>	<u>371.881</u>	<u>715.283</u>	<u>1.520.895</u>	<u>3.420.076</u>	<u>10.237.319</u>
Ameixa	1.386	3.603	3.636	5.957	2.650	8.364	46.070
Banana	132.830	172.523	285.108	518.156	1.090.502	2.214.445	5.117.914
Maçã	29.400	56.462	60.782	162.930	375.393	1.087.890	4.757.868
Nectarina	4.030	9.498	4.704	7.159	8.119	6.258	49.933
Pêssego	4.446	7.344	12.980	12.803	21.675	31.486	167.656
Uva vinífera	4.165	4.115	4.671	8.278	22.556	71.633	97.878
<u>Pecuária</u>	<u>3.617.759</u>	<u>5.757.988</u>	<u>8.456.212</u>	<u>17.102.368</u>	<u>39.568.149</u>	<u>73.756.853</u>	<u>135.574.375</u>
Aves	758.880	1.317.154	2.285.151	4.778.431	12.807.883	27.570.211	53.568.600
Bovinos	557.560	665.914	1.117.867	2.590.473	6.772.793	9.600.379	10.480.300
Leite	736.830	1.143.065	1.441.986	2.066.570	4.597.759	10.299.410	16.895.412
Suínos	1.529.045	2.563.400	3.541.288	7.504.522	14.750.586	24.782.273	51.526.663
Mel de abelha	35.444	48.455	69.920	140.372	320.625	732.420	1.526.400
Ovos	-	-	-	-	318.503	772.160	1.577.000
<u>Pescado</u>	<u>229.736</u>	<u>370.506</u>	<u>605.253</u>	<u>1.066.374</u>	<u>2.142.884</u>	<u>2.821.416</u>	<u>4.011.442</u> (3)
Peixe	113.808	209.687	334.023	692.765	1.350.781	1.928.972	2.726.574
Crustáceos	114.043	158.768	269.520	319.153	677.232	866.529	1.230.868
Moluscos e outros	1.887	2.051	1.710	54.456	114.871	25.915	54.000
<u>Extrativa Vegetal</u>	<u>2.635.117</u>	<u>2.729.426</u>	<u>4.080.500</u> (4)	<u>7.407.377</u> (4)	<u>14.630.200</u> (4)	<u>21.701.000</u> (4)	<u>34.760.000</u> (4)
Madeira em tora	2.255.686	2.233.165	3.439.800	6.242.627	12.327.200	17.292.000	28.784.000
Carvão vegetal	9.859	25.592	40.700	64.750	103.000	164.000	200.000
Lenha	369.572	470.669	600.000	1.100.000	2.200.000	4.245.000	5.776.000
<b>TOTAL (**)</b>	<b>12.575.860</b>	<b>17.102.639</b>	<b>23.016.181</b>	<b>43.624.346</b>	<b>107.007.709</b>	<b>192.464.408</b>	<b>336.978.782</b>

(\*) Dados sujeitos a confirmação

(\*\*) Este valor é uma aproximação do VBP do setor primário, porque:

- no sub-item "bovinos" estão incluídos os animais oriundos de outros Estados;
- os produtos agrícolas utilizados na alimentação animal (principalmente o milho) sofrem dupla contagem, pois, aparecem no item "lavoura" e estão embutidos no VBP da pecuária;
- em contrapartida aos itens "a" e "b", não estão incluídos na tabela produtos agropecuários que, individualmente, têm menor importância econômica para o Estado.

(1) Preço médio ponderado do alho nacional comercializado no mercado atacadista da CEASA/SC

(2) Considerou-se os preços médios recebidos pelo produtor durante os meses de janeiro a setembro

(3) Situação até agosto

(4) Estimativa

Fonte dos dados básicos: Tabela 34 e FGV

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 61

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA, 1975/76 A 1981/82

(a preços de setembro de 1982 - Cr\$ 1.000,00)

SAFRA	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
<b>PRODUÍDO</b>							
<u>Lavoura</u>	<u>167.643.287</u>	<u>159.100.577</u>	<u>136.066.270</u>	<u>161.258.344</u>	<u>228.322.887</u>	<u>203.131.285</u>	<u>188.961.656</u>
Alho	-	-	-	-	1.198.745	3.663.955	5.455.240
Arroz	14.879.730	11.902.963	12.784.330	13.582.030	21.139.052	14.025.200	16.421.374
Batata inglesa	7.872.838	5.554.987	6.044.721	5.523.744	11.191.477	8.965.743	5.659.221
Cana-de-açúcar	2.902.332	2.831.066	2.388.758	2.625.168	3.429.158	2.465.751	3.047.000
Cebola	-	-	-	5.641.166	9.203.232	5.000.000	10.206.004
Feijão	10.318.091	13.514.939	9.739.736	13.936.273	18.560.868	33.770.725	26.649.530
Fumo	18.133.887	26.158.786	30.991.617	34.542.787	20.479.711	17.297.252	29.768.889
Mandioca	22.531.653	17.727.524	9.858.577	8.138.220	12.782.258	12.561.809	7.520.056
Milho	68.121.948	55.756.549	46.160.311	52.780.168	95.705.073	78.683.000	62.748.405
Soja	18.604.308	23.179.921	16.251.483	22.079.288	30.957.165	23.036.400	18.590.120
Tomate	2.671.993	1.492.813	1.653.711	2.245.500	2.954.788	3.220.550	2.502.437
Trigo	1.606.507	981.029	193.026	164.000	721.360	440.900	393.380
<u>Frutas</u>	<u>4.993.824</u>	<u>5.035.651</u>	<u>5.325.110</u>	<u>6.653.975</u>	<u>7.066.183</u>	<u>7.449.499</u>	<u>11.476.365</u>
Ameixa	39.269	71.559	52.065	55.415	12.312	18.513	46.070
Banana	3.763.423	3.426.475	4.082.574	4.820.186	5.066.642	4.902.206	6.356.960
Maçã	832.979	1.121.390	870.361	1.515.669	1.744.018	2.286.682	4.757.868
Nectarina	114.181	188.640	67.358	66.597	37.720	13.852	49.933
Pêssego	125.967	145.859	185.366	119.101	100.699	69.692	167.656
Uva vinífera	118.005	81.728	66.886	77.007	104.792	158.554	97.878
<u>Pecuária</u>	<u>102.499.600</u>	<u>113.964.162</u>	<u>121.090.848</u>	<u>159.097.200</u>	<u>174.825.119</u>	<u>162.964.691</u>	<u>173.740.748</u>
Aves abatidas	21.501.063	26.159.960	32.721.976	44.451.720	50.503.466	61.024.394	66.081.000
Bovinos abatidos	15.797.138	13.225.700	16.007.178	24.098.073	31.465.361	21.244.649	26.054.300
Leite	20.876.850	22.703.350	20.650.490	19.430.742	21.359.470	22.798.897	19.514.158
Suínos terminados	43.320.327	50.912.788	50.709.992	69.810.844	68.527.532	54.852.650	58.585.690
Mel de abelha	1.004.222	962.364	1.001.212	1.305.821	1.489.574	1.621.170	1.881.800
Ovos	-	-	-	-	1.479.716	1.422.931	1.623.800
<u>Pescado</u>	<u>6.509.081</u>	<u>7.358.610</u>	<u>8.666.856</u>	<u>9.920.025</u>	<u>9.955.511</u>	<u>6.244.970</u>	<u>5.087.224</u>
Peixe	3.224.479	4.164.588	4.783.007	6.444.499	6.275.522	4.269.620	3.458.041
Crustáceos	3.231.138	3.153.287	3.859.363	2.968.945	3.146.316	1.917.990	1.560.760
Moluscos e outros	53.464	40.735	24.486	506.581	533.673	57.360	68.423
<u>Extração Vegetal</u>	<u>74.658.730</u>	<u>54.209.126</u>	<u>58.430.250</u>	<u>68.907.680</u>	<u>67.969.680</u>	<u>48.033.390</u>	<u>34.760.000</u>
Madeira em tora (m <sup>3</sup> )	63.908.600	44.352.900	49.255.820	58.072.510	57.270.300	38.274.430	28.784.000
Carvão vegetal (t)	279.330	508.282	582.800	602.340	478.520	363.000	200.000
Lenha (m <sup>3</sup> )	10.470.800	9.347.944	8.591.630	10.232.830	10.220.860	9.395.960	5.776.000
<b>TOTAL</b>	<b>356.304.522</b>	<b>339.668.126</b>	<b>329.579.334</b>	<b>405.837.224</b>	<b>488.139.380</b>	<b>427.823.835</b>	<b>414.025.993</b>

Fonte dos dados básicos: Tabela 60

Elaboração: CEPA/SC



Tabela 62

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NA FORMAÇÃO DO VBP,  
SANTA CATARINA, 1975/76 A 1981/82

(%)

PRODUTO	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
<u>Lavoura</u>	<u>47,05</u>	<u>46,84</u>	<u>41,28</u>	<u>39,74</u>	<u>46,77</u>	<u>47,48</u>	<u>45,64</u>
Alho	-	-	-	-	0,25	0,86	1,32
Arroz	4,18	3,50	3,88	3,35	4,33	3,28	3,97
Batata inglesa	2,21	1,65	1,83	1,36	2,29	2,10	1,37
Cana-de-açúcar	0,81	0,83	0,72	0,65	0,70	0,58	0,74
Cebola	-	-	-	1,39	1,88	1,17	2,46
Feijão	2,90	3,98	2,96	3,43	3,80	7,89	6,44
Fumo	5,09	7,70	9,40	8,51	4,20	4,04	7,19
Mandioca	6,32	5,22	2,99	2,01	2,62	2,94	1,82
Milho	19,12	16,41	14,01	13,01	19,61	18,39	15,17
Soja	5,22	6,82	4,93	5,44	6,34	5,38	4,47
Tomate	0,75	0,44	0,50	0,55	0,60	0,75	0,60
Trigo	0,45	0,29	0,06	0,04	0,15	0,10	0,09
<u>Frutas</u>	<u>1,40</u>	<u>1,48</u>	<u>1,62</u>	<u>1,64</u>	<u>1,45</u>	<u>1,74</u>	<u>2,77</u>
Ameixa	0,01	0,02	0,02	0,01	0,00	0,01	0,01
Banana	1,06	1,01	1,24	1,19	1,04	1,14	1,54
Maçã	0,23	0,33	0,26	0,37	0,36	0,53	1,15
Nectarina	0,03	0,06	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01
Pêssego	0,04	0,04	0,06	0,03	0,02	0,01	0,04
Uva vinífera	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,04	0,02
<u>Pecuária</u>	<u>28,77</u>	<u>33,55</u>	<u>36,74</u>	<u>39,20</u>	<u>35,82</u>	<u>38,09</u>	<u>41,96</u>
Aves abatidas	6,04	7,70	9,93	10,95	10,35	14,26	15,96
Bovinos abatidos	4,43	3,90	4,86	5,94	6,45	4,97	6,29
Beite	5,86	6,68	6,26	4,79	4,38	5,33	4,71
Suínos terminados	12,16	14,99	15,39	17,20	14,04	12,82	14,15
Mel de abelha	0,28	0,28	0,30	0,32	0,30	0,38	0,46
Ovos	-	-	-	-	0,30	0,33	0,39
<u>Pescado</u>	<u>1,83</u>	<u>2,17</u>	<u>2,63</u>	<u>2,44</u>	<u>2,04</u>	<u>1,46</u>	<u>1,23</u>
Peixe	0,90	1,23	1,45	1,59	1,29	1,00	0,83
Crustáceo	0,91	0,93	1,17	0,73	0,64	0,45	0,38
Moluscos e outros	0,02	0,01	0,01	0,12	0,11	0,01	0,02
<u>Extrativa Vegetal</u>	<u>20,95</u>	<u>15,96</u>	<u>17,73</u>	<u>16,98</u>	<u>13,92</u>	<u>11,23</u>	<u>8,40</u>
Madeira em tora (m <sup>3</sup> )	17,93	13,06	14,94	14,31	11,73	8,95	6,95
Carvão vegetal (t)	0,08	0,15	0,18	0,15	0,10	0,08	0,05
Lenha (m <sup>3</sup> )	2,94	2,75	2,61	2,52	2,09	2,20	1,40

Fonte dos dados básicos: Tabela 61

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 63

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRODUTOS NO VBP AGROPECUÁRIO, POR SUB-SETOR, SANTA CATARINA,  
1975/76 A 1981/82

PRODUTO	SAFRA (%)						
	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
<u>Lavoura</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>
Alho	-	-	-	-	0,52	1,80	2,89
Arroz	8,88	7,48	9,40	8,42	9,26	6,90	8,69
Batata inglesa	4,70	3,49	4,44	3,43	4,90	4,41	3,00
Cana-de-açúcar	1,73	1,78	1,75	1,63	1,50	1,21	1,61
Cebola	-	-	-	3,50	4,03	2,46	5,40
Feijão	6,15	8,50	7,16	8,64	8,13	16,63	14,10
Fumo	10,82	16,44	22,78	21,42	8,97	8,52	15,75
Mandioca	13,44	11,14	7,25	5,05	5,60	6,18	3,98
Milho	40,63	35,04	33,92	32,73	41,92	38,74	33,21
Soja	11,10	14,57	11,94	13,69	13,56	11,34	9,84
Tomate	1,59	0,94	1,22	1,39	1,29	1,59	1,32
Trigo	0,96	0,62	0,14	0,10	0,32	0,22	0,21
<u>Frutas</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>
Ameixa	0,79	1,42	0,98	0,83	0,18	0,25	0,40
Banana	75,36	68,04	76,67	72,44	71,70	65,80	55,39
Maçã	16,68	22,27	16,34	22,78	24,68	30,69	41,46
Nectarina	2,29	3,75	1,26	1,00	0,53	0,19	0,43
Pêssego	2,52	2,90	3,49	1,79	1,43	0,94	1,46
Uva vinífera	2,36	1,62	1,26	1,16	1,48	2,13	0,86
<u>Pecuária</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>
Aves abatidas	20,98	22,96	27,02	27,94	28,89	37,45	38,03
Bovinos abatidos	15,41	11,61	13,22	15,15	18,00	13,04	15,00
Leite	20,37	19,92	17,05	12,21	12,22	13,99	11,23
Suínos Terminados	42,26	44,67	41,88	43,88	39,20	33,66	33,72
Mel de abelha	0,98	0,84	0,83	0,82	0,85	0,99	1,08
Ovos	-	-	-	-	0,84	0,87	0,94
<u>Pescado</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>
Peixe	49,54	56,60	55,19	64,96	63,04	68,37	67,98
Crustáceos	49,64	42,85	44,53	29,93	31,60	30,71	30,68
Moluscos e outros	0,82	0,55	0,28	5,11	5,36	0,92	1,34
<u>Extrativa Vegetal</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>
Madeira en tora	85,60	81,82	84,30	84,28	84,26	79,68	82,81
Carvão vegetal	0,37	0,94	1,00	0,87	0,70	0,76	0,57
Lenha	14,03	17,24	14,70	14,85	15,04	19,56	16,62

Fonte dos dados brutos: Tabela 61

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 64

## EVOLUÇÃO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA, 1975/76 A 1981/82

PRODUTO	(1975/76 = 100)					
	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
<u>Lavoura</u>	<u>95</u>	<u>81</u>	<u>96</u>	<u>136</u>	<u>121</u>	<u>113</u>
Alho	-	-	-	100	306	455
Arroz	80	86	91	142	94	110
Batata inglesa	71	77	70	142	114	72
Cana-de-açúcar	98	82	90	118	83	105
Cebola	-	-	100	163	89	181
Feijão	131	94	135	180	327	258
Fumo	144	171	190	113	95	164
Mandioca	79	44	36	57	56	33
Milho	82	68	77	140	116	92
Soja	125	87	119	166	124	100
Tomate	56	62	84	111	121	94
Trigo	61	12	10	45	27	24
<u>Frutas</u>	<u>101</u>	<u>107</u>	<u>133</u>	<u>141</u>	<u>149</u>	<u>230</u>
Ameixa	182	133	141	31	47	117
Banana	91	108	128	135	130	170
Maçã	135	104	182	209	275	571
Nectarina	165	59	58	33	12	4 <sup>a</sup>
Pêssego	116	148	95	80	55	133
Uva	69	57	65	89	134	83
<u>Pecuária</u>	<u>111</u>	<u>118</u>	<u>155</u>	<u>171</u>	<u>159</u>	<u>170</u>
Aves abatidas	122	152	207	235	284	307
Bovinos abatidos	64	101	153	199	135	165
Leite	109	99	93	102	109	93
Suínos terminados	118	117	161	158	127	135
Mel de abelha	96	100	130	148	161	187
Ovos	-	-	-	100	96	110
<u>Pescado</u>	<u>113</u>	<u>133</u>	<u>152</u>	<u>153</u>	<u>96</u>	<u>-</u>
Peixe	129	148	199	195	132	-
Crustáceos	98	119	92	97	59	-
Moluscos e outros	76	46	948	998	107	-
<u>Extrativa Vegetal</u>	<u>73</u>	<u>78</u>	<u>92</u>	<u>91</u>	<u>64</u>	<u>47</u>
Madeira em tora	69	77	91	90	60	45
Carvão vegetal	182	209	216	171	130	72
Lenha	89	82	98	98	90	55
TOTAL	95	93	114	137	120	116

Fonte: Tabela 61

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 65  
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1975/76

PRODUTO	MRH	(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NOROESTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIJE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CMOVINHAS
Alho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aroz	71.767	16.076	89.587	4.959	41.507	8.423	1.990	4.092	19.762	36.935	44.707	604	14.079	24.859	102.224	43.496	
Batatinha	5.536	142	12.318	2.266	47.073	5.681	18.510	-	45.619	1.523	1.470	46.256	12.578	18.554	32.737	26.676	
Canas-de-açúcar	19.529	20.458	-	-	-	15.422	20.928	204	1.094	1.464	-	-	-	2.145	13.002	-	
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fenô	-	651	6.907	5.365	14.275	2.594	6.050	2.881	12.722	6.433	8.799	14.871	34.114	20.516	161.220	66.803	
Fumo	841	2.068	39.214	35.793	142.892	6.863	35.562	5.426	78.309	50.360	95.322	14.048	16.887	5.159	78.666	47.374	
Mandioca	47.092	7.585	37.042	14.622	149.942	24.400	22.445	11.248	69.229	127.528	35.759	2.745	3.538	38.021	136.036	68.192	
Milho	11.437	601	25.162	15.841	68.755	3.663	17.236	1.232	38.899	12.583	35.927	27.724	110.336	648.996	1.255.599	129.583	
Soja	-	-	195	464	3.752	30	68	-	1.552	758	213	1.640	43.961	110.941	425.979	29.374	
Tomate	4.264	2.244	4.114	150	3.441	9.724	8.980	-	18.734	75	-	30.481	7.214	2.700	539	1.652	
Trigo	-	-	-	268	113	-	6	-	402	214	632	1.127	10.853	15.479	21.604	6.002	

Fonte dos dados básicos: IBGE e FGV  
Fonte dos dados trabalhados: CENPA/SC

Tabela 66  
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1976/77

PRODUTO	MRH	(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NOROESTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CHRONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIJE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CMOVINHAS
Alho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aroz	70.204	18.769	90.121	4.289	48.820	9.761	2.327	4.014	26.550	45.770	64.436	1.318	15.271	27.799	122.065	47.795	
Batatinha	3.196	-	9.611	2.582	57.831	6.356	22.492	195	33.323	703	838	47.367	23.637	17.280	20.745	33.525	
Canas-de-açúcar	27.764	32.548	11.151	-	-	19.043	25.519	281	6.101	2.572	2.809	-	-	2.333	13.133	-	
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fenô	-	1.058	7.514	5.116	23.397	4.306	8.501	1.973	28.078	11.223	12.083	25.047	55.660	33.305	383.831	79.361	
Fumo	-	2.967	77.259	71.545	302.203	11.122	69.578	3.077	143.332	108.087	248.825	20.233	32.585	8.638	134.309	83.348	
Mandioca	54.992	7.153	51.143	9.884	200.097	33.931	29.744	15.852	97.435	121.225	25.809	-	7.430	18.914	143.665	75.300	
Milho	14.637	699	29.691	13.340	72.195	3.385	18.416	995	38.773	12.672	33.291	33.889	154.361	715.988	1.515.121	152.016	
Soja	-	-	306	713	3.138	20	47	-	1.529	1.044	213	5.380	95.087	179.274	828.372	51.972	
Tomate	-	1.778	4.871	131	3.739	8.128	8.043	-	21.031	-	52	19.247	3.654	2.421	394	1.679	
Trigo	-	-	-	44	58	-	7	-	260	146	185	583	5.565	12.250	27.607	269	

Fonte dos dados básicos: IBGE e FGV  
Fonte dos dados trabalhados: CENPA/SC

Tabela 67  
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1977/78

PRODUTO	MRH	(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLOEMNBU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORENÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE DO FENIX	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CAMOINHAS
Alho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	119.485	38.579	168.909	3.997	83.869	163.361	3.206	9.264	61.837	85.920	117.187	1.917	10.515	12.275	132.819	27.562	
Batatinha	7.207	-	14.076	1.274	74.904	12.551	55.423	218	55.051	2.038	703	51.382	44.302	22.626	32.596	47.804	
Cana-de-açúcar	28.804	53.222	15.205	-	-	22.556	19.728	288	7.050	2.467	2.962	-	-	2.389	12.229	-	
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fesijão	28	1.012	5.712	3.534	31.565	3.108	8.925	2.079	24.000	11.386	9.954	19.825	54.222	37.222	375.481	92.489	
Fumo	3.737	5.016	140.205	134.425	488.915	15.431	114.044	6.727	229.617	181.248	380.769	32.057	63.616	35.097	205.383	147.978	
Maquioca	34.454	5.649	38.864	20.391	180.919	16.234	19.175	18.023	80.199	65.693	14.615	-	3.639	13.498	116.472	61.127	
Milho	29.177	1.451	48.357	18.771	109.900	6.602	36.497	2.223	68.533	20.160	78.131	61.769	153.563	788.137	1.650.824	140.345	
Soja	-	-	240	144	3.696	-	22	-	525	1.693	-	12.499	140.150	189.386	713.117	73.517	
Tomate	3.453	2.781	4.260	-	6.485	14.449	15.228	-	24.090	206	99	30.504	7.474	3.312	494	2.645	
Trigo	-	-	-	47	-	-	13	-	9	9	170	435	1.301	2.876	7.021	1.597	

Fonte dos dados básicos: IRE e FGV

Fonte dos dados trabalhados: CENSA/SC

Tabela 68

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1978/79

PRODUTO	MRH	(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLOEMNBU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORENÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CAMOINHAS
Alho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	293.134	73.847	358.758	3.771	126.394	29.123	6.452	16.158	90.999	139.590	228.526	1.422	4.518	6.856	4.246	36.249	
Batatinha	9.539	-	27.138	2.202	92.742	16.268	75.618	124	68.841	1.741	867	96.822	54.782	37.451	57.627	52.040	
Cana-de-açúcar	56.739	65.224	23.283	-	-	56.007	38.678	533	12.467	5.634	3.690	-	78	4.694	15.016	-	
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fumo	18.047	8.044	234.471	187.768	610.925	22.195	183.976	17.318	393.355	243.891	398.127	32.760	43.472	69.939	155.029	295.699	
Fesijão	1.606	1.210	12.371	8.432	46.495	7.016	14.626	4.200	37.802	23.382	33.989	12.134	145.109	73.674	879.790	215.168	
Riz de mandioca	50.263	11.809	61.628	22.971	223.275	21.325	28.158	22.597	121.286	92.672	23.269	-	9.341	12.921	111.634	61.207	
Milho	53.920	2.264	116.572	37.118	180.140	8.685	68.800	2.965	89.922	23.784	73.355	51.845	160.419	1.068.781	3.542.380	191.763	
Soja	-	-	197	465	7.237	-	-	-	1.171	2.866	-	13.981	223.324	265.246	1.654.140	156.131	
Tomate	-	-	4.332	1.356	10.922	33.146	27.136	-	41.678	3.655	176	58.274	26.381	12.160	-	5.644	
Trigo	-	-	-	-	51	-	-	-	14	246	321	679	814	1.958	3.537	5.008	

Fonte dos dados básicos: IRE e FGV

Fonte dos dados trabalhados: CENSA/SC

Tabela 69

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MUNICÍPIO, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

PRODUTO	MUNICÍPIO	(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)															
		COLÔNIA DE JOINVILLE	COLÔNIA DE ITAPAI	COLÔNIA DE ELVENAU	COLÔNIA DE ITAPAI NORTE	COLÔNIA DO ALTO ITAPAI	FLORENÓPOLIS	COLÔNIA SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAZARNA	CARACATERRA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLÔNIA SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANS	COLÔNIA DO RIO DO PEDE	COLÔNIA DO OESTE CATARINENSE	PLANTIO DE CANOAS
Alho		273															
Arroz		719.825	152.572	769.140	28.912	24.142	3.223	6.445	983	10.815	2.840	17.642	168.393	5.298			10.651
Batatinha		62.736	2.428	98.075	15.747	412.994	70.472	23.077	78.885	228.752	372.719	5.220	77.315	231.988	522.829		244.772
Cana-de-açúcar		152.523	179.600	56.905		302.991	89.594	346.439	1.214	308.521	27.650	234.843	149.666	257.638	302.519		202.017
Cebola				30.057			132.070	97.700	1.433	34.956	7.440		378	22.459	42.116		
Fumo		29.721	13.978	346.415	296.107	1.087.718	15.889	617.289	2.830	28.049	28.317	74.759	15.028	40.477	4.015		29.999
Felção		11.688	5.261	72.394	46.454	940.324	27.957	278.772	25.539	672.589	413.055	52.177	69.477	81.478	125.425		436.237
Raiz de mandioca		169.078	19.030	206.545	107.695	283.117	20.246	68.498	16.217	244.422	104.362	140.027	630.236	247.253	1.236.629		781.385
Milho		135.582	6.973	293.260	137.693	782.206	34.690	195.516	69.386	312.915	369.840		14.669	62.900	313.111		229.328
Soja				1.789	3.235	20.941		37		382.528	101.494	250.415	893.145	4.799.987	11.091.579		1.194.909
Tomate		54.102	7.806	30.358		19.263	150.885	62.342		732	5.905	58.401	687.522	860.302	4.471.681		571.996
Trigo						189				85.581	17.257	101.192	44.723	43.747	2.530		15.992
											370	963	31.060	7.037	949.372		20.698

Fonte dos dados básicos: IBGE e FGV

Fonte dos dados trabalhados: CENP/SC

Tabela 70

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MUNICÍPIO, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

PRODUTO	MUNICÍPIO	(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)															
		COLÔNIA DE JOINVILLE	COLÔNIA DE ITAPAI	COLÔNIA DE ELVENAU	COLÔNIA DE ITAPAI NORTE	COLÔNIA DO ALTO ITAPAI	FLORENÓPOLIS	COLÔNIA SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAZARNA	CARACATERRA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLÔNIA SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANS	COLÔNIA DO RIO DO PEDE	COLÔNIA DO OESTE CATARINENSE	PLANTIO DE CANOAS
Alho																	
Arroz		946.695	233.130	13.794	4.926	81.288	9.114	39.659	6.897	47.295	13.794	40.890	1.094.444	156.912	88.925		49.758
Batatinha		47.241		994.488	40.846	565.781	116.612	30.952	102.939	344.505	466.997	10.976	111.375	372.541	866.555		383.093
Cana-de-açúcar		211.421	279.642	137.245	18.448	387.849	204.802	613.846	853	659.941	23.354	370.040	239.406	381.371	477.453		480.146
Cebola				70.401			280.482	201.351	3.124	30.724	10.489		416	19.025	4.995		
Fumo		22.863	14.808	52.895	19.285	1.235.940	18.341	688.126	1.713	31.141	35.253	69.136	15.853	35.998	15.645		39.112
Felção		48.693	25.164	199.201	97.463	1.047.805	62.393	173.178	19.579	564.951	295.735	428.169	1.536.608	873.697	7.018.828		2.693.711
Raiz de mandioca		217.977	41.805	606.840	492.391	1.845.921	57.887	456.318	48.304	1.271.880	667.688	62.250	72.767	107.983	290.682		797.642
Milho		185.527	19.692	379.228	188.212	1.406.172	242.281	218.044	147.465	548.004	915.752	16.272	16.091	81.156	725.279		412.043
Soja				1.076	5.251	19.207	62.449	404.853	8.767	644.265	205.388	529.516	1.494.920	7.841.867	19.791.987		1.878.900
Tomate		96.355	10.647	23.636			32	96		979	13.137	86.049	1.307.557	1.331.390	6.605.429		1.036.673
Trigo							226.071	184.583	3.407	215.956	12.598	185.257	291.195	116.194	6.210		39.393
											441	595	63.702	3.946	113.072		17.419

Fonte dos dados básicos: IBGE e FGV

Fonte dos dados trabalhados: CENP/SC

Tabela 71

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

(a preços corrente - Cr\$ 1.000,00)

MRH	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGES	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE CATARINENSE	COLONIAL OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CANGOMINAS
Alho	-	-	42.028	-	131.923	22.765	165.195	26.266	84.057	28.019	67.712	3.055.826	601.242	109.741	251.587
Arroz	2.381.001	615.609	2.589.923	51.963	1.155.591	294.457	60.908	394.178	804.074	1.189.841	5.569	110.020	328.850	765.404	590.340
Batata	65.483	10.170	157.522	20.340	472.227	137.891	606.838	2.740	757.834	38.194	338.717	300.749	384.369	484.911	679.469
Cebola	-	-	207.775	25.837	4.531.963	66.626	3.045.332	12.573	106.801	125.738	96.220	55.355	190.601	115.005	120.295
Felijão	30.615	17.133	181.289	215.234	1.954.512	72.386	243.326	25.700	615.554	301.368	397.065	1.725.331	1.246.914	10.983.284	3.071.462
Fumo	115.315	70.450	1.782.340	1.615.854	5.550.985	130.450	1.440.358	80.720	3.684.681	2.421.979	286.666	157.637	403.963	976.215	2.011.169
Milho	256.838	16.797	853.892	354.834	1.694.823	109.404	616.698	14.447	1.073.982	345.642	715.019	2.001.676	9.841.650	28.887.612	2.775.995
Soja	-	-	196	9.434	14.264	-	-	-	1.235	23.166	-	150.452	1.563.831	9.925.072	1.750.114
Tomate	139.946	145.700	31.515	-	67.043	293.301	378.240	-	273.029	19.796	-	233.859	90.798	6.334	95.444
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.430	9.622	259.995	29.460

Fonte dos dados básicos: IBGE e FGV/EMBRER-SC/AGRESC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 72

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1975/76

(a preços de set/82 - Cr\$ 1.000,00)

MRH	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGES	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE CATARINENSE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CANGOMINAS
Alho	-	-	-	32	28	13	7	5	132	8	-	41	112	44	128
Arroz	2.061.722	455.485	2.538.291	115.005	1.176.043	238.659	56.381	115.940	559.925	1.046.499	17.111	396.918	704.336	2.896.350	1.232.377
Batata	156.826	4.018	348.980	64.182	1.333.580	160.956	524.391	-	1.292.392	43.141	1.310.419	356.347	525.730	927.451	755.723
Cana-de-açúcar	553.330	579.632	191.420	-	-	436.958	592.946	5.780	30.984	41.480	-	-	60.775	368.390	-
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fumo	23.833	58.590	1.111.024	1.014.103	4.048.466	194.439	1.007.549	153.724	2.218.672	1.426.814	398.014	478.451	146.177	2.228.801	1.342.206
Felijão	-	18.454	196.696	152.011	404.425	73.503	171.403	81.636	360.427	182.246	421.315	966.490	581.250	4.567.318	1.892.632
Mandioca	1.334.016	214.877	1.049.328	414.340	4.247.545	691.200	635.818	318.643	1.961.107	3.612.591	77.760	100.224	1.077.062	3.853.613	1.931.731
Milho	324.076	17.023	713.023	448.874	1.948.288	103.804	488.419	34.907	1.102.275	356.567	785.613	3.126.569	18.390.433	35.579.563	3.671.972
Soja	-	-	5.519	13.133	106.308	856	1.925	-	43.978	21.476	46.459	1.245.454	3.143.089	12.068.452	832.199
Tomate	120.794	63.576	116.556	4.238	97.483	275.496	254.410	-	530.754	2.119	863.574	204.397	76.503	15.258	46.834
Trigo	-	-	-	7.589	3.215	-	158	-	11.383	6.061	31.936	307.505	438.569	612.111	170.063

Fonte dos dados básicos: Tabela 65

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 73

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1976/77

MRH PRODUTO	(a preços de setembro/82 - Cr\$ 1.000,00)														
	COLONIAL DE JORNILLE	LITORAL DE ITAÚA	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAÚA NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAÚA	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL DE SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANTIO DE CANOINHAS
Alho	-	-	-	42	44	14	29	12	216	16	-	136	155	-	282
Arroz	1.394.322	372.765	1.789.895	85.192	969.611	193.872	46.225	79.722	527.312	909.051	26.169	303.303	552.123	2.424.350	949.270
Betate	63.486	-	190.889	51.289	1.148.615	126.239	446.731	3.879	661.843	13.964	940.786	469.445	343.205	412.036	665.938
Cana-de-açúcar	551.568	646.615	221.533	-	-	378.316	506.978	5.587	121.211	51.092	-	-	46.353	260.899	-
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fumo	-	58.932	1.534.438	1.420.937	6.001.988	220.889	1.381.867	61.115	2.846.677	2.146.685	401.835	647.170	171.560	2.667.477	1.685.359
Feijão	-	21.004	149.242	101.605	464.712	85.525	168.840	39.195	557.674	222.909	487.475	1.105.500	661.491	7.623.528	1.576.242
Mandioca	1.092.205	142.070	1.015.757	196.310	3.974.155	673.901	590.747	314.828	1.935.161	2.407.662	-	147.576	375.661	2.853.350	1.495.536
Milho	290.649	13.886	589.575	284.889	1.433.583	67.220	365.688	19.765	789.927	251.638	672.933	3.065.158	14.217.489	30.085.966	3.018.600
Soja	-	-	6.082	14.160	62.333	389	924	-	30.363	20.729	106.857	1.888.543	73.173	16.452.481	1.032.224
Tomate	-	35.305	96.732	2.605	74.259	161.416	159.723	-	417.677	-	382.241	72.565	48.073	7.816	33.351
Trigo	-	-	-	868	1.158	-	144	-	5.163	2.895	11.582	110.515	243.278	548.281	53.472

Fonte dos dados básicos: Tabela 66  
Elaboração: CEPA/SC

Tabela 74

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1977/78

MRH PRODUTO	(a preços de setembro/82 - Cr\$ 1.000,00)														
	COLONIAL DE JORNILLE	LITORAL DE ITAÚA	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAÚA NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAÚA	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL DE SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANTIO DE CANOINHAS
Alho	-	-	-	-	93	-	34	14	170	40	53	384	30	-	177
Arroz	1.710.872	552.405	2.481.562	57.229	1.200.816	234.277	45.911	132.648	885.425	1.217.695	27.446	150.564	175.765	1.901.804	394.647
Betate	103.197	-	201.548	18.242	1.072.525	179.709	793.379	3.127	788.262	29.187	735.725	634.352	323.977	466.734	684.491
Cana-de-açúcar	412.257	761.745	217.618	-	-	322.839	282.359	4.122	100.897	35.311	-	-	34.189	175.024	-
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fumo	53.516	71.830	2.007.691	1.924.920	7.001.114	220.962	1.633.078	96.329	3.288.038	2.595.419	459.050	910.965	502.577	2.941.015	2.119.005
Feijão	395	-	81.803	50.602	451.858	44.504	127.812	29.775	343.684	163.052	283.896	776.457	533.027	5.376.921	1.324.452
Mandioca	488.947	80.865	556.365	291.907	2.590.000	232.396	274.502	258.019	1.146.112	940.440	-	52.101	193.228	1.667.389	875.078
Milho	417.823	20.785	692.476	268.810	1.573.791	94.535	522.649	31.831	981.403	288.694	884.541	2.270.657	11.286.282	23.640.130	2.067.051
Soja	-	-	3.299	2.061	52.922	-	320	-	7.514	24.238	178.972	2.006.778	2.711.765	10.210.941	1.052.668
Tomate	49.442	39.825	61.006	-	92.866	206.913	218.064	-	344.973	2.950	436.836	107.026	47.436	7.080	37.878
Trigo	-	-	-	676	-	-	180	-	135	135	6.225	18.630	41.185	100.550	22.870

Fonte dos dados básicos: Tabela 67  
Elaboração: CEPA/SC



Tabela 75

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1978/79

MRH PRODUTO	(a preços de setembro/82 - Cr\$ 1.000,00)															
	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLOMENSU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITUBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO CESTE CATARINENSE	PIANAITO DE CANDIENHAS
Alho	-	-	-	4	105	10	89	20	152	48	8	215	807	66	-	182
Arroz	2.726.872	686.959	3.337.346	35.079	1.175.777	270.914	60.017	150.305	846.517	1.298.530	2.125.861	13.226	42.033	63.781	411.600	337.206
Batata	88.736	-	252.448	20.480	862.720	151.328	703.424	1.152	640.384	16.132	8.064	900.672	509.600	348.384	536.064	484.096
Caná-de-açúcar	528.104	607.083	216.711	-	-	521.294	359.999	4.961	116.041	52.441	34.344	-	726	43.693	139.767	-
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fumo	167.891	74.833	2.181.231	1.746.768	5.683.299	206.471	1.711.484	161.105	3.659.296	2.268.860	3.703.692	304.763	404.412	650.627	1.442.198	2.750.821
Feijão	14.936	11.257	115.079	78.436	432.503	65.265	136.049	39.070	315.638	217.502	316.173	112.871	1.349.825	685.324	8.183.935	2.001.523
Mandioca	467.834	109.916	573.612	213.807	2.078.175	198.488	262.086	210.322	1.128.893	862.560	216.580	-	86.938	120.261	1.038.051	569.692
Milho	501.684	21.066	1.084.609	345.350	1.676.060	80.808	640.133	27.584	836.655	221.295	682.514	482.378	1.492.573	9.940.170	32.959.073	1.784.206
Soja	-	-	1.836	4.325	67.327	-	-	-	10.890	26.666	-	130.074	2.077.986	2.467.706	15.392.036	1.455.352
Tomate	119.468	34.095	40.300	12.615	101.603	308.355	252.439	-	387.728	34.095	1.636	542.110	245.415	113.127	-	52.506
Trigo	-	-	-	-	476	-	-	-	129	2.294	2.987	6.320	7.575	18.225	79.480	46.623

Fonte dos dados básicos: Tabela 68

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 76

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

MRH PRODUTO	(a preços de setembro/82 - Cr\$ 1.000,00)															
	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLOMENSU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE CATARINENSE	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITUBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO CESTE CATARINENSE	PIANAITO DE CANDIENHAS
Alho	1.268	-	23.345	7.612	112.161	14.971	29.943	4.567	50.244	13.195	3.045	81.964	782.342	24.614	-	49.483
Arroz	3.344.031	708.790	3.572.131	134.315	1.918.613	327.384	107.206	366.471	1.062.692	1.731.508	2.837.773	24.251	359.176	1.077.726	2.428.863	1.137.120
Batata	291.466	11.280	455.646	73.160	1.407.668	416.246	1.609.525	5.640	1.433.361	128.461	31.645	1.031.059	695.335	1.196.961	1.405.475	938.550
Caná-de-açúcar	709.353	835.284	264.652	-	-	614.231	453.384	6.666	162.574	34.603	45.327	-	1.758	104.455	195.871	-
Cebola	-	-	139.641	28.426	5.053.450	73.818	2.867.877	13.147	130.314	131.557	1.777	347.325	69.820	188.053	18.654	139.374
Fumo	138.084	64.943	1.609.429	1.375.699	4.388.703	129.886	1.295.163	119.116	3.124.819	1.919.034	2.781.779	242.411	322.786	378.406	582.719	2.026.736
Feijão	54.303	24.444	336.339	215.820	1.315.344	94.063	318.238	75.343	1.135.571	484.861	403.638	650.555	2.928.041	1.148.721	5.745.310	3.630.270
Mandioca	785.353	88.393	959.384	500.236	3.044.493	320.500	450.366	322.294	1.453.467	1.717.890	259.989	-	68.138	292.167	1.454.377	1.065.213
Milho	629.872	32.296	1.362.391	639.677	3.633.878	161.157	908.303	23.036	1.777.102	471.508	1.374.829	1.163.349	4.149.269	22.299.209	51.527.934	5.551.164
Soja	-	-	8.313	15.031	97.295	-	172	-	3.403	27.436	-	271.341	3.103.280	3.997.111	20.776.193	2.657.591
Tomate	251.346	36.266	141.036	-	89.491	700.983	289.628	-	396.664	80.172	2.015	470.120	207.776	203.243	11.753	74.296
Trigo	-	-	-	-	880	-	-	-	-	1.721	-	4.474	144.318	32.695	441.098	96.174

Fonte dos dados básicos: Tabela 69

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 77

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

PRODUTO	MRH	(a preço de setembro/82 - Cr\$ 1.000,00)														
		COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	COLONIAL FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE
Alho	-	-	30.533	10.904	179.926	20.173	87.782	15.266	104.684	30.533	16.902	90.508	2.422.457	347.311	196.828	110.136
Aroz	2.095.650	516.068	2.201.447	90.419	1.252.440	258.138	68.517	227.871	762.613	1.033.767	1.656.465	24.297	246.545	824.674	1.918.248	848.034
Batata	104.565	-	303.783	40.834	858.477	453.314	1.358.705	1.888	1.460.733	51.692	19.060	819.058	529.909	844.138	1.056.810	1.062.770
Cana-de-açúcar	468.556	-	156.025	-	-	621.610	446.239	6.924	68.092	23.247	1.107	-	922	42.164	11.070	-
Cebola	-	-	117.079	42.709	2.735.658	40.598	1.523.115	3.792	68.928	78.030	230	153.027	35.090	79.679	34.629	86.572
Feijão	50.604	32.776	440.915	215.721	2.319.174	1.38.099	383.306	43.336	1.250.442	654.569	468.470	941.054	1.041.072	1.933.811	15.535.219	5.962.161
Fumo	107.781	55.701	1.343.213	1.089.884	4.085.857	128.130	1.010.039	106.919	2.815.246	1.477.896	2.129.757	137.787	161.068	239.015	643.410	1.765.543
Raiz de mandioca	482.732	92.582	839.839	416.816	3.114.111	536.556	482.882	326.576	1.213.612	2.028.026	257.957	36.036	35.635	179.729	1.606.204	912.511
Milho	410.669	43.589	1.070.959	510.786	2.596.601	138.233	896.152	19.406	1.426.096	454.632	1.307.543	1.172.096	3.309.040	17.358.154	43.810.022	4.158.990
Soja	-	-	2.381	11.624	42.517	71	213	-	2.168	29.079	-	190.476	2.894.374	2.947.130	14.621.608	2.294.752
Tomate	213.263	23.565	52.314	-	93.238	500.363	408.538	7.540	477.976	27.885	3.534	410.031	644.502	257.172	13.746	87.190
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	976	-	1.317	141.012	8.736	250.297	38.559

Fonte dos dados básicos: Tabela 70

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 78

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

PRODUTO	MRH	(a preço de setembro/82 - Cr\$ 1.000,00)														
		COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	COLONIAL FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE
Alho	-	-	49.687	-	155.963	26.914	195.298	31.055	99.374	33.125	33.125	80.052	3.612.673	710.803	129.739	297.433
Aroz	2.933.495	758.457	3.190.896	64.021	1.423.738	362.784	75.042	485.645	990.653	1.465.935	2.452.813	6.850	135.550	405.158	943.011	727.325
Batata	81.570	12.668	196.219	25.337	588.236	171.692	755.916	3.413	944.007	47.577	25.865	421.928	374.633	478.795	604.036	846.390
Cebola	-	-	242.466	30.276	5.310.442	78.071	3.568.445	14.734	125.147	147.338	21.112	112.749	64.864	233.342	134.760	140.959
Feijão	38.268	21.416	226.617	269.035	2.443.067	90.481	304.149	32.125	769.420	376.699	298.836	496.317	2.156.600	1.558.596	13.728.692	3.839.213
Fumo	144.192	88.092	2.228.668	2.020.490	6.941.042	163.117	1.801.048	100.934	4.607.385	3.028.483	3.849.251	358.452	197.138	505.123	1.220.675	2.514.799
Milho	320.813	20.982	1.066.583	443.218	2.117.102	136.656	770.309	18.046	1.341.894	431.737	844.521	893.120	2.500.263	12.293.050	36.083.062	3.467.452
Soja	-	-	243	11.652	17.617	-	-	-	1.526	28.611	-	185.815	1.922.902	1.931.399	12.257.889	2.161.466
Tomate	170.539	177.551	38.405	-	81.699	357.417	460.924	-	332.715	24.124	2.895	335.803	284.982	110.648	7.720	116.309
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.998	11.885	321.113	36.385

Fonte dos dados básicos: Tabela 71

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 79

PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES DE SANTA CATARINA, 1976 A 1982 (\*)

(preços correntes - Cr\$/kg)

PRODUTO \ ANO	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982 <sup>(1)</sup>
Arroz	1,65	1,80	3,20	5,62	10,61	15,68	35,64
Banana	0,94	1,05	1,50	2,29	5,20	9,17	18,67
Batata inglesa	1,97	2,17	3,64	3,44	16,86	26,66	28,25
Cebola	-	-	-	-	19,12	14,90	76,67
Cana-de-açúcar	0,12	0,15	0,16	0,26	0,63	1,11	2,26
Feijão	3,68	5,06	5,53	7,91	33,30	61,96	66,41
Fumo	7,01	10,99	16,61	20,84	34,60	77,91	180,18
Mandioca	0,61	0,72	0,57	0,78	2,76	4,52	5,22
Milho	0,98	1,05	2,03	3,32	6,83	11,24	19,11
Soja	1,51	2,45	3,20	5,47	9,27	16,06	28,08
Tomate	3,74	3,28	4,12	7,33	18,07	35,49	52,79
Trigo	1,86	2,43	3,15	4,65	8,23	22,05	37,01
Boi gordo p/corte	4,56	5,85	10,10	22,41	41,70	57,97	85,16
Suínos p/corte	5,85	10,21	12,42	23,57	40,00	62,47	123,29
Franco p/corte	7,20	9,50	13,58	24,25	43,67	75,94	133,36
Leite (litro)	1,80	2,75	3,74	5,34	11,09	24,39	39,42
Ovos (dúzia)	5,60	7,36	10,16	15,21	26,34	50,96	109,66
Mel (litro)	11,64	16,26	21,85	36,94	71,25	162,76	305,28
Uva vinífera	-	2,28	3,00	4,96	14,49	21,05	-
Maçã	-	4,57	5,60	7,61	13,30	27,77	-

(\*) Média aritmética

(1) Preços médios verificados de janeiro a setembro

Fonte: FGV e EMATER/ACARESC

Tabela 80

PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES DE SANTA CATARINA, 1976 A 1982

(a preços de setembro de 1982 - Cr\$/kg) (\*)

PRODUTO \ ANO	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Arroz	46,75	35,75	45,82	52,28	49,29	34,71	43,91
Banana	26,63	20,85	21,48	21,3	24,16	20,3	23,19
Batata inglesa	55,81	43,10	52,12	32,0	78,33	59,01	35,19
Cebola	-	-	-	-	88,83	32,98	89,84
Cana-de-açúcar	3,40	2,98	2,29	2,42	2,93	2,46	2,77
Feijão	104,26	100,5	79,19	73,58	154,71	137,14	83,01
Fumo	198,61	218,27	237,85	193,87	160,75	172,45	225,3
Mandioca	17,28	14,30	8,16	7,26	12,82	10,01	6,56
Milho	27,77	20,85	29,07	30,89	31,73	24,88	23,87
Soja	42,78	48,66	45,82	50,89	43,07	35,55	34,68
Tomate	105,96	65,14	59,00	68,19	83,95	78,55	64,33
Trigo	52,70	48,26	45,11	43,26	38,24	48,81	45,71
Boi gordo p/corte	129,19	116,19	144,63	208,47	193,73	128,31	211,71
Suínos p/corte	165,74	202,79	177,85	219,26	185,83	138,27	151,63
Franco p/corte	203,99	188,68	194,46	225,59	202,88	168,09	164,51
Leite (litro)	51,0	54,62	53,56	49,68	51,52	53,99	45,53
Ovos (dúzia)	158,66	146,18	145,49	141,49	122,37	112,80	134,13
Mel (litro)	329,79	322,94	312,88	343,64	331,02	360,26	376,36
Uva vinífera	-	45,28	42,96	46,14	67,31	46,59	30,00
Maçã	-	90,77	80,19	70,79	61,79	61,47	64,64

(\*) Utilizou-se o Índice Geral de Preços, coluna 2, Revista Conjuntura Econômica da FGV

Fonte dos dados básicos: Tabela 79

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 81

PREÇOS PAGOS PELOS AGRICULTORES DE SANTA CATARINA - 1962

(a preços correntes-Cr\$/kg)

PRODUTO	MÊS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
Milho híbrido		-	-	90,75	95,0	100,2	105,0	133,6	141,2
Parelo de trigo		15,8	17,0	17,6	18,7	19,1	21,3	22,2	22,3
Ração balanceada/aves		31,4	33,0	35,9	35,4	37,4	38,5	40,6	42,7
Ração balanceada/bovinos		26,1	27,9	28,2	30,3	31,7	33,3	33,4	35,3
Ração balanceada/suínos		30,2	28,8	31,1	33,0	35,3	34,6	39,0	39,0
Sal grosso		10,4	14,5	13,3	14,7	15,8	16,8	17,1	17,0
Sais minerais		155,6	137,2	147,6	156,3	169,4	185,2	195,9	217,8
Calcário moído (tonelada)		2.896,3	3.060,3	3.175,1	3.399,1	3.567,3	3.943,1	4.330,2	4.580,9
Cloreto de potássio		34,8	38,7	39,0	39,3	41,5	42,5	42,5	45,8
Super fosfato simples		29,1	32,6	34,7	34,8	37,9	37,3	38,6	41,2
Super fosfato triplo		48,0	54,2	56,0	56,6	60,7	63,2	68,1	72,8
Uréia		50,1	56,8	56,3	57,8	60,1	58,8	58,9	62,8
Aldrim 5%		189,0	205,4	185,8	236,2	186,6	205,8	212,3	223,6
Formicida pó		192,2	266,6	205,0	202,7	219,0	214,9	217,9	235,9
Herbicida		2.222,3	2.442,5	2.389,9	2.766,0	2.734,4	2.758,2	2.981,1	3.347,8
Carrapaticida (1/2 kg)		-	-	1.620,5	1.834,0	2.002,9	1.928,0	2.002,7	2.183,5
Vacina febre aftosa (1)		306,5	334,3	335,3	345,8	362,9	399,3	395,6	403,4
Vacina carbúnculo sintomático (1)		55,9	69,8	68,2	70,2	67,5	77,9	80,2	82,0
Terramicina (2)		122,3	138,8	142,8	156,2	170,8	167,1	186,1	180,2
Vacina peste anina (1)		188,4	236,9	256,9	291,6	313,8	360,1	325,1	271,7
Vacina New Castle (1)		8,1	16,6	13,9	9,7	14,6	13,3	18,1	16,2
Óleo Diesel (3)		50,0	56,0	62,0	62,0	62,0	75,0	75,0	75,0
Arame faxpado (500 m)		2.959,0	3.280,6	3.511,1	3.750,4	4.071,4	4.456,9	4.765,0	5.069,8
Arame liso galvanizado (kg)		176,8	184,5	202,9	205,9	220,4	228,6	246,6	267,4
Enxada 2,5 libras (4)		261,9	290,6	301,7	293,5	324,9	341,1	337,9	372,3
Latão leite (20 l)		2.640,7	2.504,5	3.370,5	3.469,2	3.583,0	3.540,9	4.014,3	4.299,2
Lona encerrada (10m <sup>2</sup> )		4.723,3	4.283,9	4.755,8	5.231,1	5.926,1	6.795,8	7.743,0	7.507,7
Saco vazio novo (4)		90,2	102,6	102,6	99,8	101,5	105,1	116,8	116,6
Cal virgem		9,0	8,9	8,6	8,1	9,6	10,7	11,4	13,1
Cimento portland		10,5	11,3	12,5	13,7	16,6	17,8	19,5	19,4
Telha de barro cozido (4)		14,8	14,5	14,2	16,1	18,6	20,9	21,7	24,4
Tijolo de barro cozido (4)		6,4	7,1	6,85	7,4	7,8	10,2	9,5	10,4
Micro-trator (4)		488.592,6	556.191,5	573.286,3	595.648,4	662.612,0	671.770,3	712.814,2	770.182,8
Trator médio (36 a 45 HP) (4)		1.909.890,5	1.359.039,6	1.711.726,7	1.768.731,2	1.826.783,4	1.693.339,4	2.378.579,2	2.142.716,1
Trator médio (+ 45 HP) (4)		1.665.369,8	2.157.922,6	2.126.217,6	2.176.251,0	2.619.490,1	2.670.882,7	2.867.818,7	2.886.219,4
Arado 2 discos 26" (4)		138.234,6	227.120,8	153.947,7	165.250,0	176.552,4	183.138,3	188.226,0	223.317,5
Grade dupla 20 discos 18" (4)		114.376,0	114.267,3	114.331,3	123.931,7	140.133,2	140.884,3	143.781,8	191.414,7
Semeadeira 2 linhas-trator (4)		112.645,4	141.704,9	160.549,9	150.675,5	160.106,3	180.386,9	184.738,8	198.337,9
Semeadeira-Adubadeira linha anim. (4)		21.693,9	23.029,4	20.728,4	22.229,6	21.401,8	25.514,9	25.511,9	26.031,2
Arado aiveca (4)		11.876,3	12.931,0	11.207,5	13.774,0	14.752,4	15.012,6	16.235,9	16.857,4
Cultivador "Planet-animal" (4)		6.536,9	7.091,4	6.739,7	8.088,8	7.835,2	8.333,4	8.074,0	10.780,9
Grade 15 dentes animal (4)		9.162,3	7.855,9	7.838,1	7.712,4	8.063,4	10.042,7	10.587,6	12.074,6
Moto-bomba - 1 HP (4)		13.371,3	17.659,3	18.596,8	15.617,8	17.186,3	24.000,3	27.511,9	29.768,1
Motor elétrico trifásico (4)		8.870,3	12.779,5	11.705,9	12.047,2	13.711,1	13.521,8	14.939,8	14.890,5
Bomba hidráulica (conj.motor) (4)		-	-	9.180,1	8.271,8	11.472,9	11.596,0	27.660,0	22.700,0
Polvilhadeira costal (4)		5.855,3	6.855,6	5.316,0	7.216,2	5.985,0	8.275,3	13.066,6	10.072,5
Pulverizador (20l) (4)		6.850,9	8.071,6	8.417,6	9.144,7	9.150,6	9.607,4	10.093,1	10.453,9
Debulhador milho manual (4)		1.694,3	3.902,2	2.304,5	2.545,6	3.410,3	3.582,1	3.567,6	3.331,6
Debulhador milho motorizado (4)		70.004,0	58.766,6	63.499,7	61.505,6	86.536,3	108.187,7	127.308,1	135.410,6

(1) 10 doses

(2) 10 cc

(3) litro

(4) unidade

Fonte: EMATER/ACARESC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 82

PREÇOS PAGOS PELOS AGRICULTORES DE SANTA CATARINA, 1982

(a preços de Set. de 1982(\*) -Cr\$/kg)

PRODUTO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
Milho híbrido	-	-	127,4	126,6	125,8	122,1	146,5	146,4
Farelo de trigo	25,42	25,6	24,7	24,9	23,99	24,8	24,3	23,1
Ração balanceada/aves	50,52	49,7	50,4	47,1	46,97	44,8	44,5	44,3
Ração balanceada/bovinos	41,99	42,0	39,6	40,4	39,8	38,7	36,6	36,6
Ração balanceada/suínos	48,6	43,4	43,7	43,98	44,3	40,2	42,7	40,4
Sal grosso	16,73	21,8	18,7	19,6	19,8	19,5	18,7	17,6
Sais minerais	250,37	206,6	207,2	208,3	212,8	215,4	214,8	225,8
Calcário moído (t)	4.660,4	4.608,4	4.459,1	4.530,8	4.480,8	4.586,5	4.748,9	4.748,5
Cloreto de potássio	56,0	58,3	54,8	52,4	52,1	49,4	46,6	47,5
Superfosfato simples	46,8	49,1	48,7	46,4	47,6	43,4	42,3	42,7
Superfosfato triplo	77,2	81,6	78,6	75,4	76,2	73,5	74,7	75,5
Uréia	80,6	85,5	79,1	77,0	75,5	68,4	64,6	65,1
Aldrin 5%	304,1	309,3	260,9	314,8	234,4	239,4	232,8	231,8
Formicida pó	309,3	401,5	287,9	270,2	275,1	249,9	238,9	244,5
Herbicida	3.575,9	3.678,1	3.356,4	3.686,9	3.434,6	3.208,2	3.269,3	3.470,3
Carrapaticida (1/2 kg)	-	-	2.275,8	2.444,6	2.515,8	2.242,6	2.196,3	2.263,4
Vacina febre aftosa (1)	493,2	503,4	470,9	460,9	455,8	464,4	433,8	418,1
Carbúnculo sintomático (1)	89,5	105,1	95,8	93,6	84,8	90,6	87,9	85,0
Terramicina (2)	196,8	209,0	200,5	208,2	214,5	194,4	204,1	186,8
Vacina peste suína (1)	303,1	356,7	360,8	388,7	394,1	418,8	356,5	281,6
Vacina New castle (1)	13,0	25,0	19,5	12,9	18,3	15,5	19,8	16,8
Óleo diesel (3)	80,4	84,3	87,1	82,6	77,9	87,2	82,3	77,7
Arame farpaço (500 m)	4.761,3	4.940,2	4.930,9	4.999,1	5.113,96	5.184,1	5.225,7	5.255,3
Arame liso galvanizado (kg)	284,5	277,8	284,9	274,4	276,8	265,9	270,4	277,2
Enxada 25 libras (4)	421,4	437,6	423,7	391,2	408,1	396,7	370,6	385,9
Latão leite (20ℓ)	4.249,1	3.771,5	4.733,5	4.624,2	4.500,5	4.118,6	4.402,4	4.456,5
Lona encerada (10 m <sup>2</sup> )	7.600,2	6.451,0	6.679,0	6.972,8	7.443,6	7.904,6	8.491,6	7.782,4
Saco vazio novo (4)	145,1	154,5	144,1	133,0	127,5	122,2	128,1	120,9
Cal virgem	14,5	13,4	12,1	10,8	12,1	12,4	12,5	13,6
Cimento portland	16,9	17,0	17,6	18,3	20,8	20,7	21,4	20,1
Telha barro cozido (4)	23,8	21,8	19,9	21,5	23,4	24,3	23,8	25,3
Tijolo barro cozido (4)	10,3	10,7	9,62	9,9	9,8	11,9	10,4	10,8
Micror-trator (4)	786.189,6	837.555,4	805.122,3	793.964,6	832.287,9	781.378,0	781.733,9	798.361,2
Trator médio (36 a 45 HP) (4)	3.073.186,0	2.046.545,1	2.403.946,1	2.357.635,5	2.294.570,3	1.969.628,9	2.608.556,6	2.221.110,9
Trator pesado (+ 45 HP) (4)	2.679.730,2	3.249.563,9	2.986.056,4	2.900.840,3	3.290.266,5	3.106.670,6	3.145.099,1	2.991.816,4
Arado 2 discos 26" (4)	222.431,9	342.015,8	216.203,9	220.270,5	221.762,4	213.019,6	206.424,9	231.487,9
Grade dupla 20 discos 18" (4)	184.041,3	172.072,4	160.566,7	165.194,5	176.017,3	163.871,3	157.683,6	198.417,9
Semeadeira 2 linhas-trator(4)	181.256,6	213.390,0	225.476,0	200.843,4	201.104,9	209.819,3	202.600,6	205.594,4
Semeadeira-achadeira linha-amun. (4)	34.907,4	34.679,4	29.110,9	26.631,0	26.882,2	29.677,9	27.978,6	26.938,6
Arado aiveca (4)	19.110,0	19.472,5	15.739,8	18.360,1	18.530,1	17.462,1	17.805,7	17.474,1
Cultivador "Planet animal" (4)	10.518,5	10.678,8	9.465,2	10.781,99	9.841,6	9.693,1	8.854,6	11.175,3
Grade 15 dentes animal (4)	14.742,5	11.830,0	11.007,8	10.280,3	10.128,2	11.681,3	11.611,3	12.516,4
Moto-bomba - 1 HP (4)	21.515,6	26.592,7	26.117,3	20.817,8	21.587,2	27.916,2	30.171,9	30.857,2
Motor elétrico trifásico (4)	14.273,1	19.244,3	16.439,7	16.058,4	17.222,1	15.728,0	16.384,3	15.435,3
Bomba hidráulica (conj.motor) (4)	-	-	12.892,5	11.025,9	14.410,8	13.488,0	30.334,0	23.530,5
Polvilhadeira costal (4)	9.421,2	10.323,7	7.465,7	9.618,9	7.517,6	9.625,5	14.329,9	10.441,0
Pulverizador (20ℓ) (4)	11.023,7	12.154,8	11.821,6	12.189,4	11.493,8	11.174,9	11.068,97	10.836,4
Debulhador milho manual (4)	2.726,3	5.876,2	3.236,4	393,2	4.283,6	4.166,6	3.912,54	3.453,5
Debulhador milho motorizado (4)	112.642,7	84.495,2	89.178,9	115.348,4	108.695,8	125.839,9	139.617,1	140.364,8

(\*) Utilizou-se o Índice Geral de Preços, coluna 2 da Revista Conjuntural Econômica - FGV

- (1) 10 doses
- (2) 10 cc
- (3) litro
- (4) unidade

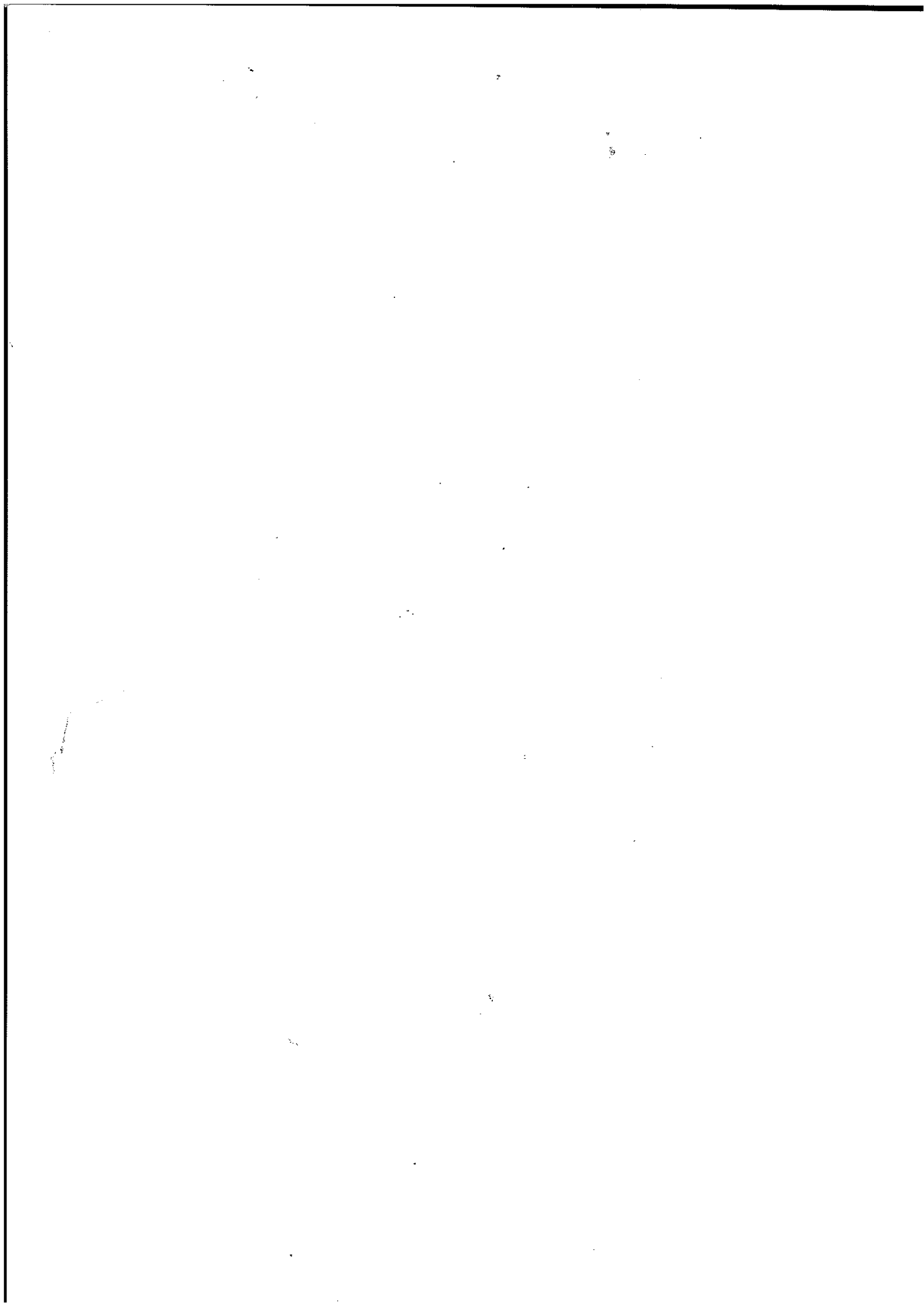
Fonte dos dados básicos: Tabela 81

Fonte dos dados trabalhados: CEP/SC

## ***II. Desempenho e Perspectivas do Setor***

---

- DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DO SETOR
- A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA NACIONAL E SEUS REFLEXOS
- DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL  
alho, arroz, banana, batata, cana, cebola, feijão, fumo, maçã, mandioca, milho, soja, tomate, trigo, uva e produção florestal.
- DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL  
aves, boinos de corte, bovinos de leite, mel, pescado e suínos



# 1 - A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA NACIONAL E SEUS REFLEXOS SOBRE A AGRICULTURA CATARINENSE

## 1.1. Introdução

A intervenção do Estado nos processos sociais de produção e distribuição de bens e serviços envolve uma série de normas, medidas e instrumentos, em cuja base se situam tanto as transformações como as diferenças sociais em presença e, por via de consequência, os interesses sociais dominantes (e não os gerais).

Assim sendo, as relações entre a política econômica assim concebida e o desenvolvimento agrícola num país como o Brasil vêm-se caracterizando por sua complexidade crescente e pela subordinação dos interesses do setor agrário aos hegemônicos dos setores secundário e terciário. E pode-se considerar, do ponto de vista histórico, a revolução de 1930 como o início da arranca da desse processo, na medida em que, decorrente dela (revolução de 1930), o Estado brasileiro passou a organizar os meios de promover a transferência de recursos do setor primário para financiar a então incipiente industrialização.

No entanto, a expansão do setor secundário e a consequente redução da participação da agricultura na renda global impulsionaram, em certa medida, o deslocamento do eixo da política econômica em duplo sentido:

. para a geração de divisas necessárias à consecução do equilíbrio da balança de pagamentos;

. para manter em patamares inferiores não só os salários urbanos, principalmente via rebaixamento dos custos dos alimentos de consumo popular, como os preços das matérias-primas agrícolas.

Residem, pois, nesses aspectos, a manifesta inviolabilidade de determinação de linhas de política econômica dirigidas ao setor rural, com objetivos de médio e longo prazos, porque são extremamente dependentes da conjuntura.



## 1.2. A mudança da Política Agrícola Nacional

Durante o segundo período de intensificação do processo de desenvolvimento urbano-industrial do país (1968/73), a política econômica dirigida ao incremento da produção agrícola se pautou por duas linhas principais de ação. A primeira delas, a política de "modernização agrícola", destinava-se (e destina-se) notadamente a promover a transferência de capitais do setor agrícola para os demais. Um de seus resultados mais imediatos e visíveis foi o de vincular fortemente a atividade agrícola também ao mercado de produtos (devido à elevação das necessidades monetárias dos agricultores). Em razão disso e da presumidamente menor taxa de retorno das atividades econômicas agrícolas em relação às urbanas (principalmente devido à própria intervenção governamental nos preços agrícolas), a política de modernização centrou seu foco na expansão creditícia - acompanhada de um modesto nível de subsidiamento dos juros.

A segunda linha de ação posta em marcha foi a política de preços. A adoção de tal linha de política patenteia a atenção governamental com a geração de divisas e a manutenção dos preços dos alimentos em níveis rebaixados. Na prática, ela se dirigiu muito mais ao mercado interno, porque o mercado internacional mostrou, no período, uma evolução de preços, em linhas gerais, inteiramente favorável aos produtos primários. Esse último fator, juntamente com a ausência de política de investimento de longo prazo nas áreas de educação e saúde (no sentido lato), de pesquisa biológica e de serviços de infra-estrutura (armazenagem, transporte, comunicações, etc.), tiveram duplo efeito. Contribuíram para relativizar os resultados de implementação de ambas as linhas de política agrícola, isto é, além de atenuar o ritmo da modernização da agricultura, tornou-se parcial ao praticamente alijar de seus benefícios a grande massa de pequenos produtores de alimentos de consumo popular. Por outro lado, a tentativa de manter baixos os preços desses mesmos alimentos, com medidas de curto prazo, manteve um nível tal de oscilação temporal de preços que, em última instância, provocou uma retração na própria oferta de alimentos.

A nova fase crítica da economia mundial, iniciada em

fins de 1973, teve como um dos seus reflexos imediatos a instabilização dos preços no mercado internacional. E, evidentemente, os mercados de insumos e os de produtos agrícolas evoluíram para situações opostas - os primeiros tendo seus preços rapidamente alçados.

Os primeiros anos de crise não acarretaram modificações substanciais nas linhas e instrumentos de política agrícola. Simplesmente as autoridades monetárias acentuaram, ao mesmo tempo, estímulos à substituição de importações, principalmente na área de fertilizantes, e as disponibilidades de recursos de crédito rural. Estas se fizeram acompanhar de um incremento expressivo do montante de subsídios embutido nesses financiamentos. Por outro lado, a política de preços sofreu alguns ajustes, de maneira a tentar compatibilizar as quedas pronunciadas dos preços externos com as primeiras reações governamentais se expressaram através da intensificação do controle sobre os preços e da prática de recorrer amiúde às importações de alimentos. Além disso, optaram por proporcionar maiores incentivos às exportações, seja na forma de subsídios diretos, seja na forma de benefícios tributários.

A confluência de três fatores, no entanto, provocaram modificações nas linhas de política implementadas. São eles:

. a persistência do quadro de crise das economias nacional e mundial e a progressão dos desequilíbrios deles advindos;

. a conseqüente persistência da baixa dos preços dos produtos primários no mercado internacional - o que levou o Governo Federal a acelerar as correções monetárias, na tentativa de conferir maior competitividade aos exportáveis agrícolas nacionais como uma das formas de equilibrar seu balanço de pagamentos;

. o rebaixamento dos preços dos bens agrícolas de consumo popular, devido fundamentalmente à redução da demanda (em razão de fortes quedas na renda "per capita" média e no nível de emprego).

Não têm outro sentido as decisões tomadas a partir de dezembro de 1980, que, precisamente, a de natureza restritiva, no que diz respeito à concessão de crédito rural, bem como ao volu-

me de subsídios nele incorporados. Concomitantemente, adotou medidas de revigoração dos preços mínimos. Tais decisões se consubstanciaram através da elevação das taxas de juros para financiamento do custeio da produção, da redução do percentual do VBC financiado a taxas de juros subsidiados e, finalmente, da fixação de um preço básico de garantia, ajustável no momento da colheita e com base na variação do INPC.

Por outro lado, tais mudanças são passos iniciais de mudanças mais amplas nas bases da política agrícola em vigor e, evidentemente, cingidas ao atual padrão de desenvolvimento econômico nacional. Passo mais adiante nessa direção foi dado através das medidas de "desburocratozação do crédito rural", com vigência para a presente safra agrícola, e das recentes medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional, que fundamentalmente expandem o volume de crédito, elevam os juros agrícolas a 60% e diminuem a taxa de subsídios.

### 1.3. Repercussões sobre a Agricultura Catarinense

As mudanças, tal qual sintetizadas até aqui, desencadeiam reações diversas, do mesmo modo com que são variadas as formas de organização da produção e da comercialização agrícolas imperantes. Nessa unidade da Federação, por exemplo, os principais produtos agrícolas são quase todos oriundos de pequenas propriedades ainda não inteiramente especializadas. Sua vinculação com o mercado se dá predominantemente via agroindústria (suínos, aves, bovinos, leite, milho, fumo, soja e mandioca), empresas comerciais (arroz, milho, feijão, mandioca e hortaliças) e cooperativas (os mesmos produtos, menos carne bovina e fumo).

E, assim sendo, pode-se observar o comportamento dos produtos acima a partir da reformulação das bases da política agrícola nacional (1965). Em primeiro lugar, verificou-se realmente o crescimento extensivo da produção de quase todos os bens acima mencionados (exceto a mandioca e trigo). E, portanto, contribuiu para o estreitamento do leque de produção da agricultura deste Estado, uma vez que, durante o período considerado, esses produtos tiveram um avanço médio de 151,6% em sua área ocupada, enquanto a área agrícola total do Estado cresceu menos de 24% entre 1960 e 1980.

Em segundo lugar, o incremento da produtividade evidenciou-se em alguns produtos hortigranjeiros (alho, batata, cebola, tomate e maçã), ou seja, naqueles altamente vinculados ao capital comercial, e em alguns produtos de interesse direto das agroindústrias (milho, suínos, aves, fumo e cana).

Em terceiro lugar, enfocando-se a linha de política que basicamente respalda esse crescimento - a concessão de crédito rural - verifica-se até 1975 um aumento gradativo do número de contratos efetuados bem como do seu volume financeiro total. A partir deste ano, esses dados atingem patamar bem mais elevado, face às relativamente maiores facilidades de acesso dos pequenos produtores (agora classificados em mini e pequeno produtor) ao crédito, em razão de novas medidas governamentais. E, apesar da redução de crédito dos dois últimos anos (1981 e 1982), este, em geral manteve-se em níveis superiores ao do início do período (1970), alcançando 68% em relação ao número de contratos efetuados e 87% no tocante ao montante financiado. É de se destacar aqui o extraordinário nível de concentração ocorrido no crédito de comercialização, cujo número de contratos caiu em 40%, mas seu valor elevou-se em quase 250% durante o mesmo período. E, além do mais, persiste o descenso absoluto e relativo do volume real de crédito para fins de investimento.

Em termos dos oito produtos agrícolas originados de pequena exploração e que detêm mais peso na agricultura catarinense observa-se, entre os últimos dois anos (1980 e 1981) (tabela 83) uma retração na tomada de crédito pelo produtor, exceção feita ao arroz, ao feijão e ao fumo.

Por outro lado, no que tange aos preços mínimos no período 1970-82, verificam-se níveis mais elevados, grosso modo, em meados do período, devendo-se assinalar, no entanto, a evolução bastante oscilante desses mesmos preços (tabela 84). Ao mesmo tempo, há que se observar a sistemática determinação dos preços mínimos abaixo dos preços de mercado (tabela 85). Demonstram-no a simples comparação dos preços de cinco dos produtos mais importantes da pauta de produção agrícola catarinense, o que, provavelmente, reflete as já citadas preocupações governamentais em, por um lado, manter o mais baixo possível os preços dos produtos agrícolas, para que não pressionem para cima os ín-

dices de custo de vida. Por outro lado, enfatiza a atenção do Governo com o seu próprio desembolso, na medida em que os preços mínimos são aqueles pelos quais o Governo adquire os produtos a-grícolas<sup>(1)</sup>.

Ao se compararem, ainda, as taxas de crescimento anual dos preços mínimos com as taxas de inflação, verifica-se dupla tendência: a primeira, vigente até meados dos anos 1970, quando a elevação dos preços mínimos foi, de modo geral, superior à inflação. A segunda tendência, manifesta a partir de meados da década passada, quando a inflação acelerou seu ritmo, exprimiu-se pela reversão do comportamento da primeira taxa. É o que se pode deduzir da simples observação da taxa anual de crescimento dos preços mínimos nos dois subperíodos enfocados, como se segue na tabela a seguir:

---

(1) Obviamente o "preço mínimo" é de suporte e não de comercialização, e visa, ainda, ao incremento ou ao desestímulo do plano de determinados produtos.

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS MÍNIMOS,  
POR PRODUTO, SANTA CATARINA, DE 1970/71 A 1981/82

PRODUTO	PERÍODO		
	1970/71-1974/75	1975/76-1981/82	1970 - 1982
Arroz	11,72	-5,87	-0,40
Feijão	2,78	1,53	0,73
Mandioca	9,15	0,97	0,41
Milho	10,72	-4,56	0,63
Soja	11,66	-7,61	-1,40

Fonte: Tabela 84

Por sua vinculação - já apontada, aliás - com os preços de mercado, é notória a existência de uma correspondência entre ambas as modalidades de preço, pelo menos no tocante às suas tendências de crescimento, conforme a tabale abaixo:

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS MÉDIOS  
RECEBIDOS PELO PRODUTOR, POR PRODUTO, SANTA CATARINA,  
DE 1970/71 A 1981/82

PRODUTO	PERÍODO		
	1970/71-1974/75	1975/76-1981/82	1970 - 1982
Arroz	16,51	- 1,04	1,32
Feijão	0,31	- 3,73	0,23
Mandioca	10,59	-14,92	0,98
Milho	11,85	- 5,37	1,74
Soja	6,79	- 3,44	-0,38

Fonte: Tabela 84

E, por fim, a confrontação da evolução dos preços mínimos e dos preços médios de mercado com a dos custos de produção - conforme tabela 86 - confirmam a relativa sustentação dos preços do feijão, por parte do Governo Federal.

#### 1.4. Conclusões

A política agrícola executada a partir de meados da década de 1960 e destinada a estimular a tecnificação da agricultura brasileira rendeu seus frutos, muito embora se tenha realizado de forma parcial. Concretizada através da expansão creditícia, com ampliação do nível de subsidiamento dos juros nela incorporados, essa linha de política agrícola foi relativamente refreada com o aprofundamento da crise econômica em curso.

O redirecionamento da política econômica global, priorizando o combate à inflação, e a consecução do equilíbrio do balanço de pagamentos, reforçou a política de preços voltada aos produtos agrícolas, em detrimento da política de modernização. Porém, a vinculação do preço mínimo ao crédito de custeio, agiu no sentido de limitar sua eficácia, pois uma "boa" elevação do preço mínimo induz a uma elevação da demanda pelo crédito de custeio. O que, sem dúvida, pode-se converter, nas atuais circunstâncias, em fator de pressão inflacionária.

Se essas considerações são válidas para o país como um todo, também apresentam validade para o Estado de Santa Catarina. Assim, também a nível estadual aconteceram, primeiramente, a forte expansão creditícia, a partir de 1975, e, em segundo lugar, sua gradativa contenção, desde 1980, como resultado da menor aplicação no subsetor pecuário. Quanto às oito principais culturas do Estado, elas, ou atingiram seu valor mais elevado em 1980, sofrendo uma ligeira retração em 1981, ou registraram seu maior valor neste último ano. Isso indica, sem dúvida, tendência à concentração da distribuição do crédito nesses produtos.

Por outro lado, igualmente, são identificáveis, a nível estadual, as duas fases distintas de evolução dos preços mínimos dos produtos agrícolas que lhe são afetos. Uma fase de crescimento desses preços, em geral a níveis superiores ao da inflação, e outra fase, posterior, de tendência declinante dos preços mínimos reais.

A ligeira recuperação experimentada pelos preços mínimos em 1980, seguido de sua baixa em 1981, são indicadores das limitações ao amplo fortalecimento da política de preços. Entre outros fatores, porque ainda é baixo o nível de organização dos

pequenos produtores - responsáveis pela maior parte da produção agrícola deste Estado - que se apresentam, ainda hoje, de maneira relativamente atomizada frente a uma estrutura oligopsônica urbano-industrial. Como resultado, em situações de excepcionalidade ou mesmo de normalidade de safra, os preços de mercado, geralmente, são inferiores aos custos totais de produção, ficando os preços médios recebidos pelos produtores - e os preços mínimos pelo menos recentemente - apenas mais elevados do que os custos variáveis de produção. Esse fato é que tem sido relevante para manter os pequenos produtores em seu mister, considerados também o grau de mercantilização/capitalização já alcançado por boa parte desses produtores, ao produzirem para o mercado interno.

Tabela 83

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO DE CUSTEIO ENTRE OS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGRICULTURA CATARINENSE  
- PERÍODO 1969 A 1981 -

(Em Cr\$ 1.000,00 de setembro de 1982)

ANO	ARROZ			FEIJÃO			MANDIOCA		
	Nº de Contratos	Valor Total	Valor Médio	Nº de Contratos	Valor Total	Valor Médio	Nº de Contratos	Valor Total	Valor Médio
1969	5.453	1.695.708	310,97	225	62.652	278,45	5.109	566.432	110,87
1970	4.819	1.304.274	270,65	328	78.312	238,76	5.691	724.679	127,34
1971	3.279	1.044.289	318,48	373	89.820	240,80	5.150	835.804	162,29
1972	3.581	1.173.048	327,58	227	60.154	265,00	7.057	1.241.298	175,90
1973	3.519	1.253.785	356,29	2.384	425.806	178,61	5.701	1.092.824	191,69
1974	3.475	1.897.201	545,96	1.940	537.123	276,87	2.808	585.427	208,49
1975	4.870	2.994.941	614,98	1.337	439.200	328,50	3.021	701.416	232,18
1976	4.649	2.676.905	575,80	2.501	654.818	261,82	5.366	1.390.906	259,21
1977	3.980	2.623.844	659,26	4.825	1.322.478	274,09	5.728	1.219.005	212,82
1978	4.305	2.976.060	691,30	6.132	1.436.528	234,27	3.284	645.694	196,62
1979	4.439	3.740.079	842,55	4.489	1.664.365	370,77	4.400	1.106.492	251,48
1980	5.759	4.468.264	775,88	17.402	3.494.848	200,83	7.608	1.549.427	203,60
1981	5.547	5.069.259	913,87	21.368	5.289.572	247,55	6.594	1.385.201	210,07

(cont.)



(continuação)

ANO	MILHO			SOJA			FUMO		
	Nº de Contratos	Valor Total	Valor Médio	Nº de Contratos	Valor Total	Valor Médio	Nº de Contratos	Valor Total	Valor Médio
1969	8.585	1.234.465	143,79	156	94.683	606,94	-	-	-
1970	9.376	1.491.560	159,08	176	97.543	554,22	-	-	-
1971	9.169	1.559.155	170,05	346	219.313	633,85	-	-	-
1972	9.921	1.887.031	190,21	382	399.667	1.046,25	-	-	-
1973	10.343	2.460.039	237,85	1.121	1.587.492	1.416,14	-	-	-
1974	13.541	5.353.886	395,38	791	3.163.383	3.999,22	8.162	1.933.941	236,94
1975	15.718	6.866.748	436,87	814	2.812.972	3.455,74	70.571	8.579.588	121,57
1976	18.298	8.248.990	450,81	945	3.113.368	3.294,57	69.684	7.582.770	108,82
1977	17.979	6.892.569	383,37	1.939	5.166.033	2.664,28	47.126	6.616.801	140,41
1978	20.686	8.040.289	388,68	3.369	5.923.023	1.758,10	49.906	11.569.966	231,84
1979	25.794	13.139.733	509,41	3.463	9.724.000	2.807,97	37.923	11.587.040	305,54
1980	43.031	20.518.760	476,84	5.816	9.192.812	1.580,61	32.940	8.701.012	264,15
1981	42.655	18.699.088	438,38	4.825	7.527.399	1.560,08	36.002	8.576.150	238,21

(Conclusão)

ANO	SUÍNOS			AVES		
	Nº de Contratos	Valor Total	Valor Médio	Nº de Contratos	Valor Total	Valor Médio
1969	3.214	456.246	141,96	-	-	-
1970	4.449	694.444	156,09	-	-	-
1971	3.408	747.315	219,28	-	-	-
1972	7.281	1.784.352	245,07	-	-	-
1973	5.459	1.843.120	337,64	-	-	-
1974	8.359	4.137.441	494,97	255	2.777.005	1.086,29
1975	15.962	8.302.770	520,16	333	4.544.870	13.648,26
1976	15.539	8.388.899	539,86	982	7.739.298	7.881,16
1977	11.438	8.042.807	703,17	383	6.061.418	15.826,16
1978	14.845	8.624.997	581,00	477	6.248.116	13.098,78
1979	18.195	11.150.632	612,84	675	6.687.548	9.907,48
1980	19.327	11.300.670	584,71	901	7.076.234	7.853,76
1981	9.963	6.873.947	689,95	957	6.143.446	6.419,48

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 84

COMPARATIVO ENTRE PREÇOS MÍNIMOS REAIS E PREÇOS MÉDIOS REAIS RECEBIDOS PELO AGRICULTOR EM SANTA CATARINA, 1971 A 1982

(Cr\$ 1,00/kg)

PERÍODO	PREÇOS MÍNIMOS					PREÇOS MÉDIOS					
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja	Período	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja
1970/71	29,28	58,43	3,10	15,98	25,74	1971	38,03	64,85	5,89	19,74	-
1971/72	33,29	56,73	4,76	17,40	31,01	1972	44,11	55,89	7,06	19,01	36,03
1972/73	39,51	53,99	6,57	19,74	32,91	1973	41,70	125,10	6,42	23,53	62,24
1973/74	37,87	63,95	5,11	25,59	30,70	1974	55,20	96,75	6,75	25,01	53,70
1974/75	45,62	65,21	4,40	24,02	40,02	1975	70,08	65,67	8,81	30,90	46,86
1975/76	40,22	57,79	4,54	22,67	35,41	1976	46,75	104,25	17,29	33,25	42,79
1976/77	39,71	71,07	4,96	21,05	31,76	1977	35,72	100,44	14,30	27,76	48,63
1977/78	37,23	65,85	4,71	18,65	26,76	1978	45,82	79,17	8,17	20,85	45,82
1978/79	33,84	57,19	4,09	16,73	23,24	1979	52,26	73,57	7,26	29,05	50,86
1979/80	29,73	47,39	3,39	14,34	24,39	1980	49,29	135,17	12,82	30,88	43,05
1980/81	31,87	66,40	3,98	17,49	24,35	1981	34,15	143,47	10,31	29,48	43,96
1981/82	27,98	63,32	4,81	17,13	22,03	1982	43,91	83,01	6,56	23,87	34,68

Fonte: CFP e FGV/EMATER-SC/ACARESC

Elaboração: CEPAS/SC

Tabela 85

RAZÕES ENTRE OS PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELO PRODUTOR E OS PREÇOS MÍNIMOS, POR PRODUTO, EM SANTA CATARINA, 1970 A 1981

ANO	PRODUTOS	ARROZ	FEIJÃO	MANDIOCA	MILHO	SOJA
1971		1,30	1,11	1,90	1,24	-
1972		1,33	0,99	1,46	1,09	1,16
1973		1,06	2,32	0,98	1,19	1,89
1974		1,46	1,51	1,29	0,98	1,75
1975		1,54	1,01	2,00	1,28	1,17
1976		1,16	1,80	3,81	1,47	1,21
1977		0,90	1,41	2,88	1,32	1,53
1978		1,23	1,20	1,73	1,12	1,71
1979		1,54	1,29	1,78	1,74	2,19
1980		1,66	2,85	3,78	2,15	1,77
1981		1,07	2,16	2,59	1,69	1,81
1982		1,57	1,31	1,36	1,39	1,57

Fonte dos dados básicos: Tabela 84

Elaboração: CEPAS/SC

Tabela 86

COMPARAÇÃO ENTRE OS CUSTOS DE PRODUÇÃO E OS PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELO PRODUTOR E OS PREÇOS MÍNIMOS,  
SANTA CATARINA, DEZEMBRO DE 1979 A SETEMBRO DE 1982

(Cr\$/kg)

PE- RÍODO	ARROZ		FEIJÃO				MANDIOCA											
			Custos de Produção		Preços		Custos de Produção		Preços									
	Totais		Variáveis		Médios	Mínimos	Totais		Variáveis		Médios	Mínimos						
	(1)	(2)	(1)	(2)			(3)	(4)	(3)	(4)			(5)	(6)	(5)	(6)		
Dez/79	6,40	5,14	4,78	3,48	8,66	6,40	12,85	11,32	6,96	7,79	10,68	10,20	1,28	1,02	1,08	0,82	1,10	0,73
Abr/80	7,50	5,86	5,87	4,17	8,78	6,40	13,95	16,32	7,88	10,98	16,93	10,20	1,42	1,07	1,17	0,87	2,15	0,73
Ago/80	12,94	10,26	9,87	7,13	10,29	14,40	20,22	21,43	11,16	14,33	31,11	30,00	1,95	1,65	1,56	1,28	3,19	1,80
Jul/81	19,56	17,44	15,80	13,86	14,51	20,00	42,87	47,90	28,96	34,66	67,21	52,50	3,22	3,21	2,44	2,39	5,09	3,07
Dez/81	27,78	26,16	22,41	19,95	21,67	27,98	54,55	60,85	36,68	44,06	61,70	61,83	3,88	3,83	2,90	2,92	4,07	4,69
Mar/82	29,96	27,94	24,83	21,49	35,05	27,98	56,92	63,73	38,06	46,20	61,27	64,68	3,97	4,08	3,05	3,07	5,27	4,81
Set/82	43,79	39,31	35,47	30,04	42,70	42,00	75,52	79,30	52,67	59,73	74,39	78,37	6,75	6,79	5,27	5,20	5,60	4,81

(Conclusão)

PE- RÍODO	MILHO				SOJA							
	Custos de Produção		Preços		Custos de Produção		Preços					
	Totais		Variáveis		Médios	Mínimos	Totais		Variáveis		Médios	Mínimos
	(7)	(8)	(7)	(8)			(9)	(10)	(9)	(10)		
Dez/79	3,94	3,60	2,71	2,79	4,69	3,16	7,49	8,18	5,54	6,62	6,81	5,25
Abr/80	4,56	4,43	3,30	3,59	4,75	3,16	9,03	9,00	7,00	7,18	8,04	5,25
Ago/80	7,50	7,07	5,07	5,44	7,36	7,90	14,17	14,30	10,67	11,42	9,61	11,00
Jul/81	11,21	10,85	8,23	8,69	12,78	12,25	23,57	21,70	18,70	17,89	17,11	15,80
Dez/81	15,24	14,53	10,73	11,31	15,64	17,13	33,23	30,03	26,01	24,28	19,79	22,03
Mar/82	17,37	16,37	12,33	12,69	18,39	17,13	35,97	32,72	28,30	26,65	25,55	22,03
Set/82	23,68	22,43	17,31	18,26	21,47	17,13	49,25	48,85	38,75	40,73	31,24	22,03

Fonte: CEPA/SC, FGV e CFP

Notas: (1) Arroz Irrigado - 4.000 kg/ha (6) Tração Animal - 25.000 kg/ha  
 (2) Arroz de Sequeiro - 2.000 kg/ha (7) Tração Animal - 3.000 kg/ha  
 (3) Tração Animal - 800 kg/ha (8) Tração Animal - 4.800 kg/ha  
 (4) Tração Animal - 900 kg/ha (9) Tração Animal - 1.620 kg/ha  
 (5) Tração Animal - 18.000 kg/ha (10) Tração Motora - 1.800 kg/ha

## 2 - DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL

### 2.1. Alho

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ALHO EM SANTA CATARINA, SAFRAS 1978/79 A 1982/83

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1978/79	528	1.702	3.267
1979/80	1.299	4.724	3.636
1980/81	3.544	6.720	1.896
1981/82	2.490	7.905	3.172
1982/83 (*)	2.828	11.312	4.000

(\*) Estimativa em nov/82

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

Em Santa Catarina, a cultura do alho começou a ganhar importância econômica com o início da produção de alhos na região de Curitibanos.

As medidas de apoio anunciadas em 1978 pelo Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alho, através da Gerência Nacional de Horticultura-SNAP/MA, aliadas às boas perspectivas que se vislumbravam para o mercado de alhos de boa qualidade, principalmente para as cultivares tardias, foram os fatores que contribuíram para expansão da cultura no território catarinense.

As cultivares nobres são as que apresentam boa conformação do bulbo, uniformidade no número e tamanho dos dentes, coloração arroxeadada, boa cobertura de palha e resistência ao armazenamento. No Estado, as cultivares nobres plantadas na atual safra são as seguintes: Chonan (1.810 ha); Roxo Pérola de Caçador (250 ha) e Lavínia (100 ha).

A área cultivada com alhos nobres em Santa Catarina cresceu de 5 ha, na safra 1975/76, para 2.160 ha na presente safra, representando, atualmente, 76,38% sobre o total cultivado,

conforme demonstrado a seguir:

COMPARAÇÃO DA ÁREA CULTIVADA COM ALHOS COMUNS E  
NOBRES EM SANTA CATARINA

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)			PARTICIPAÇÃO %	
	Total (a)	C.Comum (b)	C.Nobres (c)	b/a	c/a
1975/76	240	235	5	97,92	2,08
1976/77	239	229	10	95,82	4,18
1977/78	247	207	40	83,81	16,19
1978/79	528	239	289	45,27	54,73
1979/80	1.299	665	634	51,19	48,81
1980/81	3.544	600	2.944	16,93	83,07
1981/82	2.490	700	1.790	28,11	71,89
1982/83 (*)	2.828	668	2.160	23,62	76,38

(\*) Estimativas em dez/82

Fonte: IBGE e CEPA/SC

Elaboração CEPA/SC

Na safra passada (1981/82), embora a área tenha sido reduzida em cerca de 30% em relação à anterior, a produção obtida foi superior em 17,6%, face à boa produtividade alcançada, sem, no entanto, atingir as estimativas iniciais (4.125 kg/ha).

No Planalto de Curitibanos, o rendimento médio ficou por volta de 3.750 kg/ha. Na região de Videira, face ao uso de sementes de inferior qualidade e ao emprego de tecnologia deficiente por parte de alguns produtores, os bulbos produzidos foram em sua maioria pouco desenvolvidos, contribuindo para baixar a produtividade, ficando a média daquela região em torno de 2.800 kg/ha. De qualquer modo, o rendimento médio de 3.172 kg/ha foi considerado bom. Ao contrário da safra anterior, a de 1981/82 apresentou muito bom desempenho. Os fatores climáticos foram favoráveis à cultura do alho durante todas as fases, permitindo um bom desenvolvimento das plantas e a formação de bulbos dentro do período normal, sem os contratempos registrados na safra 1980/81.

Para 1982/83, as estimativas do IBGE/GCEA e da CEPA/SC indicam um crescimento em torno de 13,5% sobre a área cultivada

na safra 1981/82, ficando, no entanto, 716 ha abaixo da área cultivada em 1980/81. Apesar das adversidades climáticas, o rendimento médio esperado para esta safra, deverá atingir os 4.000 kg/ha previstos. No caso de confirmação desses prognósticos, a produção será superior à da safra passada em cerca de 43%.

Por ocasião do início de plantio dos alhos tardios, notadamente no Planalto de Curitibanos, já se reclamava a necessi-dade do emprego de "sementes de emergência" em virtude da pouca disponibilidade de sementes fiscalizadas. Em abril deste ano, o Banco do Brasil aprovou a utilização de alhos não fiscalizados como sementes, desde que acompanhados do laudo técnico atestando a boa qualidade do insumo; entretanto, as dificuldades de crédito persistiam e o maior problema residiu na observância das normas do Banco Central, segundo a qual os agricultores cujo valor bruto da produção situava-se entre 600 a 2.000 M.V.R. (Cr\$ ..... 2.480.000,00 a Cr\$ 8.266.666,00 - abr/82) eram considerados médios produtores e, como tais, só poderiam financiar 70% do valor do custeio da lavoura. Desta forma, pequenos agricultores ficaram sem acesso a 100% do valor do financiamento, uma vez que o valor bruto da produção, estimado na época, ultrapassava a tabela de M.V.R. para pequenos produtores.

O Valor Básico de Custeio-VBC em vigor nesta safra, estipulado em Cr\$ 327.200,00/ha, acrescido de 20% correspondentes ao custo de aquisição de sementes foi considerado, também, insu-ficiente. Outro motivo que gerou insatisfação aos tomadores de crédito para o cultivo do alho foi o fato de as lavouras que empregaram "semente de emergência" não terem a cobertura do PROAGRO. Esses fatores, no conjunto, contribuíram para que parte do alho destinado ao plantio fosse desviado para outras regiões e, inclusive, para consumo "in natura".

O plantio e a colheita de alho em Santa Catarina obede-ceram aos seguintes esquemas de distribuição mensal por cultivar - safra 1982/83:

a) DISTRIBUIÇÃO MENSAL DE PLANTIO (ha)

(safra 1982/83)

CULTIVAR	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	TOTAL
Comuns	50	230	250	138	-	-	668
Lavínia	-	100	-	-	-	-	100
R.P.Caçador	-	-	50	100	100	-	250
Chonan	-	-	100	750	660	300	1.810
TOTAL	50	330	400	988	760	300	2.828

Fonte: CEPA/SC

b) DISTRIBUIÇÃO MENSAL DA COLHEITA (ha)

(safra 1982/83)

CULTIVAR	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Comuns	50	200	318	100	-	668
Lavínia	-	100	-	-	-	100
Caçador	-	-	-	100	150	250
Chonan	-	-	-	880	930	1.810
TOTAL	50	300	318	1.080	1.080	2.828

Fonte: CEPA/SC

Em maio do presente ano, o Conselho Monetário Nacional aprovou os novos preços mínimos para o alho. Houve duas modificações importantes na política desses preços: a primeira foi a diferenciação entre alhos nobres e alhos comuns, anteriormente englobados num só grupo; a segunda foi a extensão ao alho da sistemática de correção dos preços mínimos com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Os Preços Mínimos estabelecidos foram os seguintes:

GRUPO	PREÇO-BASE (Cr\$/kg)	INÍCIO DE OPERAÇÃO	FATOR DE CORREÇÃO - INPC	PREÇO CORRI- GIDO OUT/82 (Cr\$/kg)
ALHO NOBRE				
- Curado	240,00	01/11	abr/82 a out/82	324,62
- Meia-cura	163,20	01/11	abr/82 a out/82	220,74
ALHO COMUM				
- Curado	200,00	01/07	abr/82 a jun/82	
- Meia-cura	136,00	01/07	abr/82 a jun/82	

Na presente safra, notou-se uma grande preocupação por parte dos produtores no sentido de serem melhor selecionados os bulbilhos-semente, de se observar a época mais adequada para o plantio bem como de se realizar a correção do solo com antecedência. A alta incidência de fungos do solo (*penicilium*, *aspergillus* e outros), que invariavelmente atacam os alhos recém-plantados, mereceram atenção especial dos técnicos da região de Curitibanos. Além dos tratamentos com fungicidas específicos para controle das doenças, foi recomendada a substituição dos plantios através de máquinas pelo método manual que, além de conferir uma germinação mais rápida e uniforme, não provoca fermentos, os quais aumentam a susceptibilidade aos ataques de fungos.

A cultura do alho em Santa Catarina, na presente safra, encontra-se assim distribuída:



MUNICÍPIO	ÁREA PLANTADA (ha)	MUNICÍPIO	ÁREA PLANTADA (ha)
Curitibanos	1.626	Anitápolis	15
Campos Novos	213	Vidal Ramos	15
Ponte Alta	85	Agrolândia	15
Fraiburgo	115	Monte Castelo	14
Caçador	70	Canoinhas	12
Lebon Régis	70	Itaiópolis	12
Xanxerê	34	Águas Mornas	21
Capinzal	28	Porto União	10
Lages	26	Fachinal dos Guedes	10
Concórdia	25	Rio das Antas	10
Angelina	25	Tangará	10
Ituporanga	25	Videira	10
Matos Costa	23	Leurentino	10
Itapiranga	20	São Bonifácio	10
Rancho Queimado	20	S. José do Cerrito	10
Mafra	15	Outros (*)	218
Alfredo Wagner	15	TOTAL	2.828

(\*) Somatória dos municípios com área cultivada inferior a 10 ha.

Pelos dados expostos, verifica-se que 57% da área cultivada está concentrada no município de Curitibanos, com plantios exclusivos de alhos nobres.

Os fatores climáticos para a cultura do alho não foram considerados favoráveis para a atual safra. As condições ideais de clima para essa cultura, segundo as pesquisas, são de pouco frio na fase inicial, muito frio na fase média, com calor e dias longos na fase do ciclo.

Comparando as condições reinantes na safra 1982/83 com as preconizadas como ótimas para a cultura, verifica-se que na fase média não houve frio suficiente para um ótimo desenvolvimento das plantas e que, para a fase final, as temperaturas ocorridas foram consideradas baixas, além da ocorrência de irregularidades na distribuição de chuvas - insuficiência em setembro e excesso em novembro.

Embora se afirme que a cultura foi prejudicada pelas

adversidades climáticas, as expectativas são de que o rendimento médio bruto poderá alcançar as estimativas iniciais (4.000 kg/ha). Os reflexos negativos serão maiores na qualidade dos alhos-tardios (lavouras plantadas em julho e agosto), que apresentaram e levado índice de superbrotamento.

O início da colheita dos alhos tardios deu-se, efetivamente, por volta da segunda quinzena de novembro. Seriamente prejudicados, os trabalhos de colheita foram realizados nos intervalos dos dias chuvosos, sendo o alho colhido imediatamente levado para o galpão sem ser efetuada a pré-cura a campo. A impossibilidade de pré-cura aliada ao grande índice de superbrotamento representaram os principais fatores para a redução da oferta de alhos para o mercado "in natura" e, conseqüentemente, contribuíram para o aumento de alhos destinados à indústria.

Em dezembro de 1982, a expectativa de destinação da safra catarinense era a seguinte:

. Produção bruta esperada:	11.312 t
. Perdas :	3.400 t (30% na cura e perdas diversas)
. Reservas para semente :	2.500 t (demanda para a próxima safra: 3.500 ha)
. Consumo interno :	750 t (386 g/hab/ano: 6 meses)
. Disponibilidade para mercado:	4.662 t
. Comércio "in natura" =	3.500 t
. Comércio industrial =	1.162 t

Para a produção de alho-semente, segundo a CIDASC, foram inscritos 895 ha, cuja produção esperada era de aproximadamente 3.400 t de bulbos; entretanto, pelos resultados da fiscalização de lavouras e pelas análises de bulbos e plantas enviadas a laboratórios, onde foi detectada a presença de nematóides em várias amostras, a produção de bulbos a serem aprovados como sementes para o próximo plantio deverá ser sensivelmente reduzida.

A evolução da área e a produção de alho-semente em Santa Catarina, desde a implantação do serviço de fiscalização de lavouras para esse fim, está demonstrada a seguir:

PRODUÇÃO DE ALHO-SEMENTE EM SANTA CATARINA;  
SAFRA 1978/79 A 1982/83

SAFRA	ÁREA APROVADA (ha)	BULBOS APROVA DOS (t)
1978/79	289,60	508,00
1979/80	634,60	1.767,24
1980/81	1.702,98	566,60
1981/82	624,30	776,75
1982/83 (*)	894,29	3.400,00

(\*) Estimativa - dez/82

Fonte: CIDASC

O Programa Estadual de Pesquisa Agropecuária da EMPASC, para a safra 1982/83, tem os seguintes objetivos específicos:

. obter cultivares produtivas, tolerantes às principais doenças que permitam escalonar o período de colheita;

. estabelecer práticas culturais para o alho, de modo a melhorar sua qualidade e conservação;

. estabelecer o espaçamento de plantas, de modo a aumentar a produção sem reduzir a renda comercial de bulbos, visando, também, diminuir a ocorrência do superbrotamento;

. identificar eficiência, persistência e seletividade de herbicidas;

. estabelecer níveis econômicos no uso de fertilizantes;

. identificar fungicidas eficientes no controle da ferrugem;

. determinar nematicidas eficientes na desinfecção do nematóide Ditylenchus sp de bulbilhos de alho.

Na composição do quadro da produção brasileira na safra 1982/83, embora não esteja definido, Santa Catarina continua sendo o segundo Estado maior produtor de alho, em que pese o aumento verificado na área cultivada de algumas unidades da Federação, notadamente nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e Bahia.

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, publicada pela CEPAGRO/IBGE, a situação nacional, em setembro/82, era a seguinte:

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO ALHO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

ESTADO	ÁREA CULTIVADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)
Minas Gerais	4.997	21.965	4.396	31,31
Santa Catarina	2.829	11.312	4.000	16,13
Goiás	2.915	9.328	3.200	13,30
R.Grande do Sul	2.079	6.340	3.050	9,04
Bahia	1.383	5.277	3.816	7,52
Paraná	1.300	4.550	3.500	6,48
Espírito Santo	547	2.626	4.801	3,74
M.Grosso do Sul	523	1.279	2.446	1,83
São Paulo	713	3.226	4.525	4,60
Pernambuco	340	935	2.750	1,33
Paraíba	300	1.003	3.343	1,43
Piauí	156	739	4.737	1,05
Ceará	122	521	4.270	0,75
R.Grande do Norte	104	520	5.000	0,75
Distrito Federal	76	410	5.395	0,58
Outros	62	114	1.839	0,16
TOTAL	18.456	70.145	3.800	100,00

Fonte: CEPAGRO/IBGE

Elaboração: CEPA/SC

Embora os dados acima indiquem uma disponibilidade bruta de alho em torno de 70.145 t, as previsões da Gerência Nacional de Horticultura, face às frustrações ocorridas nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro Oeste, são de que a produção bruta de va ficar em torno de 52.000 t.

A política de importação de alhos durante o ano de 1982 evidenciou uma série de medidas de descumprimento ao Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alho, prejudicando a ação disciplinadora do mercado. Segundo a Gerência Nacional de Hor

ticultura - G.HORT /SNAP/MA, as principais falhas na política de comercialização e abastecimento do alho foram as seguintes:

. o fim dos contingenciamentos que obrigavam os importadores a comprarem alhos nacionais para referendarem o direito à cotas de importação;

. a importação de 1.000 toneladas de alhos industriais;

. a importação, em junho, de 30.000 caixas de alhos de má qualidade do México e 220.000 caixas de alhos velhos da Argentina. O total de entradas superou em 25.000 caixas ao proposto pelo Plano Nacional;

. a importação, em julho, de 50.000 caixas, em consignação, de alhos do México e 130.000 caixas de alhos velhos e chuchos da Argentina;

. em agosto, foi permitida a entrada de 10.000 caixas de alhos da Argentina, sem reclassificação e repesagem, e 20.000 caixas do México, ambas sem gravações tarifárias.

Mesmo que a produção nacional estimada fique em torno de 52.000 t, ainda assim a oferta nacional crescerá em torno de 5.000 toneladas, não se justificando o aumento no volume de importações, conforme demonstrado a seguir:

PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE ALHOS PELO BRASIL,  
1979 A 1982

ANO	(t)	
	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÕES
1979	31.291	33.456
1980	41.437	30.706
1981	47.897	21.063
1982 (*)	52.000	21.475

(\*) Estimativa

Fonte: G.HORT/SNAP/MA

Na safra 1981/82, das 4.486 t produzidas na região de Curitibanos, 2.860 t foram destinadas ao mercado "in natura", 956 t às indústrias e 670 t constituíram-se em reservas de alho-plantado para a safra ora em conclusão.

As remessas de alhos nobres de Santa Catarina para o mercado tiveram início a partir de 1979 e obedeceram ao seguinte fluxo de escoamento:

FLUXO DE ESCOAMENTO DE ALHOS NOBRES DE  
SANTA CATARINA, 1979 A 1982

(caixas de 10 kg)

SAFRA	ANO COMERCIAL	VOLUME	OBSERVAÇÕES
1978/79	1979	800	-
1979/80	1980	15.300	-
1980/81	1981	278.900	"in natura" e industrial
1981/82	1982	320.000	"in natura" e industrial

Fonte: COOPERPLAC e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Os preços médios recebidos pelos produtores na safra passada (1981/82) foram os seguintes:

a) Comercialização através da COOPERPLAC:

<u>TIPO</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>PREÇO (Cr\$)</u>	<u>PRAZO PGTO.</u>
Romaneio	Cx/10 kg	6.000,00	30 dias
3	" "	4.300,00	" "
2	" "	2.800,00	" "
Industrial	kg	220,00	" "

b) Preços recebidos pelos produtores na região de Videira  
(Fonte: EMATER/ACARESC):

<u>TIPO</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>PREÇO (Cr\$)</u>
5 e 6	kg	600,00
4	kg	550,00
3	kg	500,00
1 e 2	kg	250,00

Na Centrais de Abastecimento de Santa Catarina-CEASA/SC, em 1982, o volume comercializado de alhos atingiu cerca de 22.111 kg, dos quais 16.971 kg foram produzidos no Estado, e 5.140 kg

importados.

Apresenta-se a seguir os volumes de alhos comercializados mensalmente e os preços praticados nos mercados atacadista e varejista da CEASA/SC.

VOLUME DE ALHO COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS  
PRATICADOS - CEASA/SC, 1982

MÊS	VOLUME (kg)		PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS (Cr\$/kg)		
	Importado (*)	Do Estado	Atacado		Varejo do Alho do Estado
			Importado	Do Estado	
Jan	-	1.559	-	353	384
Fev	-	664	-	410	479
Mar	-	1.059	-	452	504
Abr	-	713	-	537	560
Mai	-	943	-	734	802
Jun	140	696	1.500	1.059	1.150
Jul	-	1.563	-	740	790
Ago	-	2.271	-	632	763
Set	2.080	3.004	645	478	603
Out	100	2.332	583	447	583
Nov	1.550	915	600	578	633
Dez	1.270	1.252	650	600	650
<b>TOTAL</b>	<b>5.140</b>	<b>16.971</b>	<b>655</b>	<b>558</b>	<b>645</b>

(\*) Estão incluídos alhos estrangeiros e importados de outros Estados.

Elaboração: CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DO ALHO

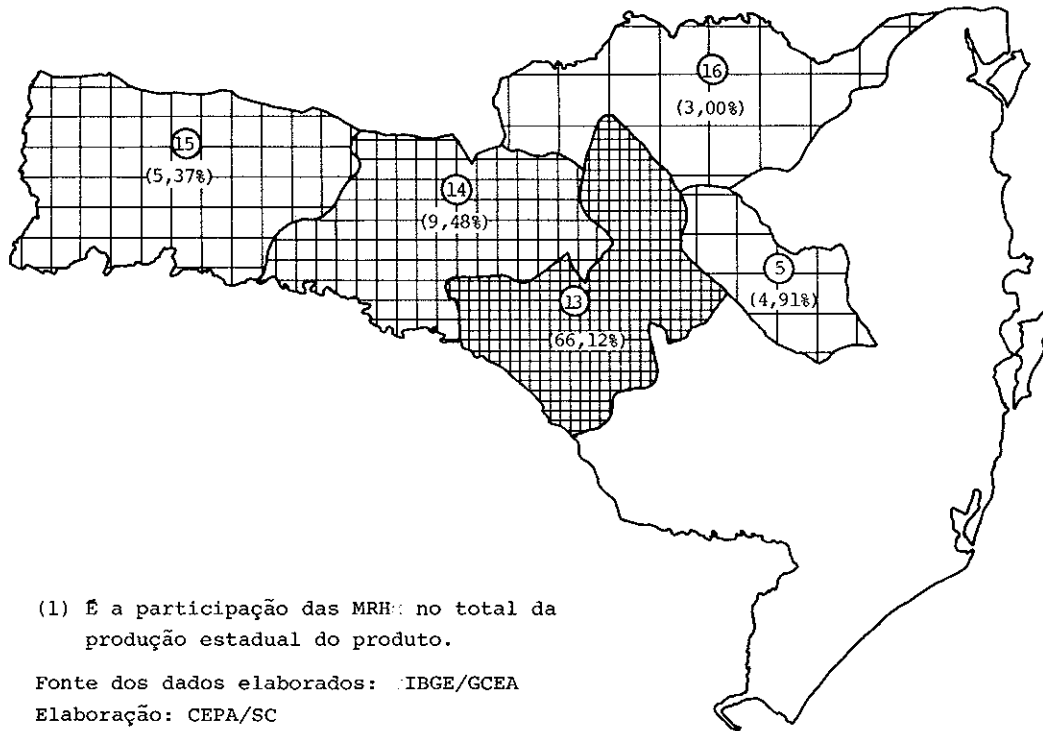
RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO: 4.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 2,5 ha

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTOS P/kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Março/82	622.500	37.050	149.400	21.802	830.752	50.705	881.457	220,36
Junho/82	722.526	49.400	174.300	35.778	982.004	108.409	1.090.413	272,61
Setembro/82	734.539	57.850	199.200	44.025	1.035.614	110.759	1.146.373	286,00
Dezembro/82	1.012.057	69.600	298.800	52.486	1.432.944	147.607	1.580.551	395,14

Fonte: CEPA/SC

Mapa 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA, 1981/82<sup>(1)</sup>



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO ALHO, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Campos de Curitibanos	1,57
Campos de Lages	0,16
Litoral de Laguna	0,12
Colonial Serrana Catarinense	0,19
Demais	0,04

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: IBGE  
 Elaboração: CEPA/SC



## 2.2. Arroz

### EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ARROZ EM SANTA CATARINA, SAFRA 1978/79 A 1982/83

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1978/79			
. Irrigado	80.197	239.471	2.986
. Sequeiro	75.877	20.323	268
1979/80			
. Irrigado	86.397	302.045	3.495
. Sequeiro	67.094	126.826	1.891
1980/81			
. Irrigado	83.693	270.294	3.230
. Sequeiro	65.227	133.774	2.509
1981/82			
. Irrigado	86.261	310.918	3.604
. Sequeiro	61.907	63.060	1.019
1982/83(*)			
. Irrigado	89.000	322.660	3.625
. Sequeiro	59.605	108.572	1.822

(\*) Estimativa de dez/82

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

Representando 8,69% do Valor Bruto da Produção Vegetal do Estado, o arroz evoluiu de sexto para o quinto lugar na lista dos produtos da lavoura catarinense.

Além da grande importância econômica, a cultura do arroz representa importante papel social, pelo envolvimento de aproximadamente 105 mil famílias no seu cultivo.

No Estado, os sistemas básicos de exploração do produto são o cultivo irrigado e o de sequeiro.

O arroz de sequeiro é cultivado em pequenas áreas, destinando-se principalmente ao autoconsumo das propriedades rurais. As lavouras de arroz de sequeiro para "amansar" novas áreas para plantios de outras culturas são de pouca expressão no Estado.

O arroz irrigado apresenta processos de exploração dis

tintos entre o Sul do Estado e as demais regiões produtoras (Litoral de Itajaí, Litoral Norte, Médio e Alto Vale do Itajaí).

No Sul, o plantio é basicamente efetuado ou através de máquinas semeadoras ou a lanço, no terreno seco, para depois de as plantas atingirem determinado porte receberem água de irrigação. Nessa região, a cultura encontra limitações, principalmente quanto a problemas de irrigação e drenagem, incidência de arroz vermelho, salinização das áreas próximas ao litoral e poluição da água para irrigação devido aos resíduos piritosos dos lavadores de carvão existentes junto aos rios.

As dificuldades enfrentadas para produção de arroz no Sul do Estado, principalmente quanto ao controle do arroz vermelho e ao manejo d'água, fizeram com que técnicos e produtores se dedicassem ao processo de sistematização das lavouras através do PROVÁRZEAS e utilizassem o sistema de plantio com sementes pré-germinadas, a exemplo de outras regiões do Estado. Os resultados obtidos foram surpreendentes, com excelentes produtividades, tanto que, no plantio atual, as áreas conduzidas por esse processo superaram as previsões do Programa. Somente no município de Turvo, onde se cultivam cerca de 8.000 ha, 40% da área está sendo cultivada em lavouras sistematizadas.

A sistematização do terreno consiste no preparo da área para receber e conservar a água de irrigação. Essa prática está relacionada às características do terreno e do solo e, quando bem executada, proporciona uma distribuição uniforme da água nos quadros, boa drenagem superficial, menor perda de fertilidade, uso racional da água e melhor desempenho das máquinas agrícolas.

O sistema de plantio no Litoral Norte, Litoral de Itajaí, Médio e Alto Vale de Itajaí, consiste, tradicionalmente, na semeadura a lanço, com sementes pré-germinadas, nos quadros previamente nivelados e alagados, de modo a permitir o desenvolvimento somente dos grãos pré-germinados. Nessas regiões, a produtividade é considerada elevada (90/100 sc/ha) e, praticamente, não existem limitações de ordem técnica. A limitação está resumida à pouca disponibilidade de mão-de-obra, decorrente da absorção desta pelas indústrias locais.

A safra 1981/82, já encerrada, cuja produção encontra-

se em fase final de comercialização, apresentou, sobre a anterior, um aumento de área no sistema irrigado da ordem de 3,07%, enquanto para o cultivo de sequeiro houve uma redução na área cultivada de aproximadamente 4,49%; entretanto, na soma dos dois sistemas, a diferença na área das duas safras foi insignificante (-0,23%). Já na produção obtida, enquanto as lavouras irrigadas atingiram índices de produtividade até então nunca alcançados em Santa Catarina, as lavouras de sequeiro perderam em rendimento médio face à estiagem verificada em janeiro, comprometendo seriamente a produção estadual, que foi a mais baixa dos últimos três anos (ver tabela - evolução da cultura do arroz em S C).

Fazendo um breve retrospecto da safra que passou (1981/82), observa-se que, em janeiro, enquanto os fatores climáticos eram altamente favoráveis às lavouras irrigadas (com exceção de áreas isoladas no sul decorrente de salinização do Rio Araranguá), as lavouras de sequeiro já se encontravam com a produção comprometida em face da deficiência hídrica registrada naquele período<sup>(1)</sup>. O clima continuou favorável até a fase final para as lavouras irrigadas, propiciando uma colheita tranqüila, boa qualidade dos grãos e excelentes produtividades, notadamente no Alto Vale do Itajaí, onde as cultivares modernas ali introduzidas alcançaram rendimentos entre 7.000 e 9.000 kg/ha, destacando-se a cultivar IR-841 como a mais produtiva. As lavouras de sequeiro, além das quebras apresentadas em decorrência da estiagem na fase de floração (com exceção da região de Mafra), tiveram a qualidade da produção sensivelmente prejudicada.

As cultivares modernas, recém-incorporadas ao elenco de variedades cultivadas no Estado, demonstraram altos níveis de produtividade, destacando-se entre elas as seguintes: BR-IRGA 408, BR-IRGA-409, BR-IRGA 410 e IR 841. Destas, a BR-IRGA 409 foi a que apresentou, além de alta produtividade, o melhor desempenho industrial e ótima aceitação comercial. Já a variedade IR-841 chegou a atingir rendimentos em torno de 10.000 kg/ha.

A safra 1982/83 teve início, efetivamente, no mês de a

---

(1) ARROZ. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense, Florianópolis, 4(1):31-3, jan. 1982.

gosto, com as primeiras sementeiras em lavouras do município de Massaranduba; entretanto, já em julho, os produtores se mobilizam visando à próxima safra.

Com os novos Valores Básicos de Custeio - VBC, divulgados em 30/06/82, a cultura do arroz no sistema irrigado foi a menos favorecida, pois os índices de reajustes nominais, comparados aos valores da safra passada, variaram, de acordo com as faixas de produtividade, entre 55,4% e 67,7%. Em contrapartida, os índices, para as lavouras de sequeiro, tiveram reajustes que variaram entre 87,7% e 99,4%, conforme mostra a tabela a seguir:

COMPARATIVO DOS VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO - VBC  
SAFRAS 1981/82 E 1982/83

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	SAFRA 1981/82 (Cr\$ 1,00)	SAFRA 1982/83 (*) (Cr\$ 1,00)	REAJUSTE NOMINAL (%)
. ARROZ IRRIGADO			
até 3.000	37.800,00	63.400,00	67,7
3.001 - 3.600	44.300,00	71.200,00	60,7
3.601 - 4.200	52.700,00	83.500,00	58,4
4.201 - 5.000	59.400,00	92.300,00	55,4
acima de 5.000	-	95.000,00	-
. ARROZ DE SEQUEIRO			
até 1.000	12.700,00	24.300,00	91,3
1.001 - 1.300	16.000,00	31.900,00	99,4
1.301 - 1.600	20.600,00	40.500,00	96,6
acima de 1.600	26.100,00	49.000,00	87,7

(\*) Resolução do CMN em 30/06/82

A decisão dos orizicultores catarinenses em permanecer ou não nessa atividade foi baseada, exclusivamente, nos resultados obtidos na última safra<sup>(2)</sup>. Mesmo o preço mínimo base para a safra 1981/82 (Cr\$ 1.900,00/sc de 50 kg) pouca influência exer -

(2) . Alta produtividade obtida nas lavouras irrigadas;  
 . frustração na produção de sequeiro;  
 . preços pagos aos produtores acima do preço-base estabelecido para a safra.

ceu sobre essa decisão. Essa assertiva é fundamentada pela intenção de plantio da nova safra. Enquanto o arroz irrigado, menos favorecido com os novos VBC, deverá apresentar um crescimento na área de plantio estimado, em dez/82, em cerca de 3,17%, para o arroz de sequeiro é esperada uma redução de área em aproximadamente 3,72%. De qualquer forma, espera-se um crescimento na produção global do Estado pela recuperação da produtividade nas lavouras de sequeiro, muito embora o excesso de chuvas durante o mês de novembro tenha provocado um retardamento nos plantios do Sul do Estado, sendo a concentração dessas operações transferida para o mês de dezembro.

O Plano Estadual de Pesquisas Agropecuárias para 1982/83, elaborado pela EMPASC, pretende alcançar os seguintes objetivos:

- . obter cultivares de arroz irrigado, produtivas, resistentes às principais doenças e pragas, com grãos de alta qualidade;
- . obter cultivares de arroz de sequeiro produtivas e com baixa exigência hídrica;
- . obter cultivares de arroz produtivas e com tolerância ao frio;
- . estabelecer métodos alternativos e econômicos de controle de arroz vermelho em lavouras de arroz irrigado;
- . estabelecer sistemas de uso intensivo das áreas cultivadas com arroz irrigado, visando ao aumento da rentabilidade econômica do agricultor;
- . avaliar a eficiência técnica e econômica da tecnologia nos sistemas de produção de arroz irrigado;
- . estabelecer métodos de controle às principais pragas do arroz irrigado, que permitam redução no custo de produção e preservação do meio ambiente.

As cultivares recomendadas pela EMPASC para o Estado de Santa Catarina, na safra 1982/83, são as seguintes:

GRUPO MODERNO	GRUPO TRADICIONAL	GRUPO AMERICANO
BR-IRGA 409	BATATAIS	DAWN
BR-IRGA 410	EMPASC 100	LEBONNET
CICA 9	IAC 435	
EMPASC 101		
EMPASC 102		
EMPASC 103		
IR-841		
IRGA 408		

Para a produção de sementes, segundo a CIDASC, foram cultivados no Estado cerca de 1.846 ha, com produção prevista para 6.081 t de grãos para semente. Desta área, foram aprovados 840 ha, sendo o restante eliminado durante a fiscalização dos campos, por não se enquadrarem nas normas de produção de sementes. A produção colhida na área aprovada atingiu 2.205 t de sementes fiscalizadas.

As estimativas preliminares da CIDASC, para a safra 1982/83, são de 2.500 ha e 6.500 t de grãos para produção de sementes fiscalizadas e de 230 ha e 250 t de grãos para produção de sementes básicas.

Na safra 1981/82, a produção brasileira de arroz alcançou um volume próximo a 9,7 milhões de toneladas. Santa Catarina participou com 3,86% dessa produção, colocando-se em 7º lugar entre os Estados produtores, conforme demonstrado na tabela a seguir:

PARTICIPAÇÃO NA ÁREA DE PRODUÇÃO E RENDIMENTO  
DOS ESTADOS PRODUTORES DE ARROZ (SAFRA 1981/82)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)	PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NA PRODUÇÃO (%)
Rondônia	111.285	188.714	1.608	1,95
Acre	19.126	27.761	1.451	0,28
Amazonas	5.228	5.787	1.107	0,06
Roraima	25.200	30.442	1.208	0,31
Pará	129.859	157.030	1.209	1,62
Amapá	1.847	1.843	998	0,02
Maranhão	1.167.204	1.576.518	1.351	16,28
Piauí	230.758	209.931	910	2,17
Ceará	56.414	77.045	1.366	0,80
Rio.G.do Norte	3.932	1.816	462	0,19
Paraíba	9.417	8.594	913	0,09
Pernambuco	4.272	14.910	3.490	0,15
Alagoas	7.460	18.022	2.416	0,18
Sergipe	8.974	23.350	2.602	0,24
Bahia	80.000	57.280	716	0,59
Minas Gerais	562.618	729.087	1.296	7,53
Espírito Santo	30.410	71.790	2.461	0,74
Rio de Janeiro	30.987	92.471	2.984	0,95
São Paulo	309.000	463.500	1.500	4,79
Paraná	204.000	256.620	1.258	2,65
Santa Catarina	148.261	373.928	2.522	3,86
Rio G. do Sul	623.517	2.544.570	4.081	26,28
Mato G.do Sul	315.036	339.315	1.077	3,50
Mato Grosso	791.474	995.531	1.258	10,28
Goiás	1.129.400	1.398.080	1.238	14,44
Distrito Federal	19.998	17.558	878	0,18
BRASIL	6.020.517	9.681.493	1.608	100,00

Fonte: IBGE/CEPAGRO (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - set/82)

Elaboração: CEPA/SC

No cenário mundial, o Brasil situa-se como 99 produtor de arroz, conforme tabela a seguir:

PRODUÇÃO MUNDIAL DE ARROZ, SAFRAS 1981/82  
E 1982/83

(em milhões de toneladas métricas)

PAÍS \ SAFRA	1981/82	1982/83
Argentina	0,4	0,3
Austrália	0,8	0,8
Bangladesh	20,2	20,5
Brasil	9,5	9,3
Burma	13,6	14,2
China	143,2	144,0
C.E.E.	0,9	1,0
Índia	81,1	75,1
Indonésia	32,8	31,8
Japão	12,8	13,5
Coréia	7,0	6,3
Paquistão	5,0	5,1
Tailândia	19,3	18,8
EUA	8,4	7,1
Outros	56,2	56,4
<b>TOTAL</b>	<b>410,9</b>	<b>404,1</b>

Fonte: FAS - USDA/Estimativa ago/82

O abastecimento estadual, apesar da redução da produção bruta na safra 1981/82, resultando numa oferta 8% menor no atual período, pode ser considerado tranqüilo, uma vez que a produção foi suficiente para atendimento da demanda interna, dimensionada em torno de 282.000 t.

De qualquer forma, o volume produzido na safra que passou foi insuficiente para atender a demanda industrial, cuja capacidade de beneficiamento está calculada em torno de 650 mil toneladas/ano.

As entradas de arroz em casca do Rio Grande do Sul, no período set/81 a set/82, segundo levantamento do CLAVESUL, órgão do Governo daquele Estado que classifica os produtos vegetais demandados para outros Estados, atingiram o volume de 83.022 toneladas. Além do Rio Grande do Sul, os Estados centrais também re



metem arroz em casca para os engenhos catarinenses, porém em menor escala, e somente quando os estoques internos estão quase a zero. Esse arroz importado, principalmente do Rio Grande do Sul, tem como finalidade, além de suprir parte das necessidades industriais, a de melhorar o tipo de arroz macerado produzido em Santa Catarina.

Em janeiro de 1982, os estoques existentes nos engenhos eram bastante reduzidos, e grande parte do arroz beneficiado no Estado foi proveniente das reservas da CFP do Paraná e Goiás, ou adquiridos através de leilões da Bolsa de Cereais de São Paulo.

A escassez do arroz em casca nesse período, como sempre ocorre, provocou uma acentuada procura do produto novo do Litoral Norte. Os preços pagos ao produtor no início da safra oscilaram entre Cr\$ 2.000,00 e Cr\$ 2.400,00/sc de 50 kg com 20 a 22% de umidade. Os elevados preços do produto em casca geraram dificuldades às cooperativas para adquirir o produto de seus associados. Enquanto as cooperativas efetuavam adiantamentos dentro de suas possibilidades de capital de giro, os compradores particulares ofereciam preços mais elevados e pagamento no ato da compra, fato esse que se repete em todos os inícios de safra, principalmente na região do Litoral Norte.

As dificuldades enfrentadas pelas cooperativas, na obtenção de recursos através de EGF, persistiram até o mês de março, quando então foram divulgadas as normas para a ação da CFP na safra 1981/82, que foram as seguintes:

a) arroz irrigado - para os engenhos e cooperativas que beneficiam arroz os limites foram fixados em até 15% sobre o valor dos financiamentos contratados na safra anterior, enquanto para armazéns e cooperativas que não beneficiam o produto o limite de recursos foi de 70% sobre o volume físico contratado na safra 1980/81;

b) arroz de sequeiro - para os engenhos e cooperativas que não beneficiam o produto a disponibilidade de recursos foi limitada até 90% do volume físico contratado na safra anterior.

Embora o preço mínimo básico para o arroz tenha sido fixado em Cr\$ 1.399,00/sc de 50 kg (corrigido em março), durante toda a safra 1981/82 os preços do mercado foram superiores ao m

nimo estabelecido, mesmo no pique da safra com a intensificação da colheita no sul do Estado, onde o produto ainda com impurezas e umidade entre 20 e 22% foi cotado entre Cr\$ 1.500,00 e Cr\$ ... 1.600,00/sc.

Para o arroz em casca, o mercado foi favorável durante toda a safra. O mesmo não pode ser dito para o arroz beneficiado.

No mercado interestadual, além de o fluxo de escoamento ter-se comportado lento durante boa parte do ano, em face da grande produção brasileira<sup>(3)</sup>, os preços também apresentaram reações, melhorando somente a partir de setembro, conforme pode ser verificado no quadro comparativo dos preços do arroz em casca e beneficiado na safra 1981/82. A reação nos preços foi mais pronunciada a partir da segunda quinzena de outubro e se deu influenciada principalmente pela aplicação dos prazos do pagamento e parcelamento dos financiamentos a título de EGF, beneficiando notadamente os produtos do Rio Grande do Sul; e pela maior procura de arroz de melhor qualidade pelos supermercados, uma vez que as cotas mensais estabelecidas no convênio SEAP/IRGA (de 7 a 9 mil toneladas) foram insuficientes para atendimento da demanda dos grandes centros (RJ e SP).

---

(3) ARROZ. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense, Florianópolis, 4(5):32-3, maio 1982.

EVOLUÇÃO E COMPARATIVO DOS PREÇOS DO ARROZ EM CASCA,  
A NÍVEL DE PRODUTOR, E DESCASCADO, NO MERCADO INTERESTADUAL - SAFRAS 1980/81 E 1981/82

MÊS	ARROZ EM CASCA (sc/50 kg) - A nível de produtor -		ARROZ DESCASCADO (sc/60 kg) <sup>(1)</sup> - A nível de mercado interestadual -	
	1981	1982	1981	1982
Jan	720/750	2.000/2.100	2.000/2.060	5.400/6.000
Fev	700/720	2.000/2.400	2.100/2.300	6.700
Mar	650/700	1.900/2.100	2.100/2.340	7.000/7.200
Abr	650/750	1.900/2.100	2.100/2.400	6.400/6.800
Mai	750/820	1.700/2.000	2.200/2.400	6.260/6.600
Jun	750/820	1.800/2.100	2.500/2.700	6.240
Jul	750/850	1.900/2.100	2.700/2.800	6.242/6.700
Ago	800/900	2.100	2.700/2.900	6.600/7.000
Set	1.200	2.100/2.300	3.040/3.660	6.800/7.000
Out	1.400	2.500/3.100	3.500/3.660	7.600/8.200
Nov	1.600	3.200/3.500	4.400/4.600	8.200/9.300
Dez	-	-	4.800/5.100	10.800/11.000

(1) Arroz macerado, longo tipo 2 - CIF/RJ

Fonte: FECOAGRO e CEPA/SC (Acompanhamento Conj.Agr.Catarinense)

A procura do arroz dos tipos "Extra" dos Estados Centrais e "Agulhinha" do Sul se deu de forma mais acentuada a partir do mês de outubro.

Os estoques da CFP em São Paulo se esgotaram em novembro, e foram iniciadas as operações de remoção dos estoques localizados em Mato Grosso e Goiás para os principais mercados consumidores (SP, RJ e MG), a fim de serem leiloados.

A pequena oferta de grãos dos tipos especiais aliada às conjecturas de possíveis quebras de produtividade para a safra 1982/83, face às frequentes chuvas ocorridas em novembro provocando atraso nos plantios do Sul do País, foram os fatores que causaram a mudança nas expectativas de preços a nível de produtor. Até aquele mês se calculava que os preços ao produtor para a safra em implantação ficassem em torno do preço mínimo (preço-

base - Cr\$ 1.900,00/sc de 50 kg - acrescidos do fator de correção (na época da colheita); entretanto, as circunstâncias de mercado e as condições adversas de clima geraram uma expectativa de, segundo os analistas, os preços para próxima safra (março/83) serem superiores ao mínimo, corrigido na época da colheita.

A situação da demanda e oferta brasileira no período de março de 1982 a fevereiro de 1983, anunciado no Boletim "Safras & Mercado" em outubro/82, estava assim projetada:

- . Estoque inicial ..... 1,5 milhões de toneladas
- . Produção ..... 9,7 milhões de toneladas
- . Previsão importação .. 0,1/0,2 milhões de toneladas
- . Oferta total ..... 11,3 a 11,4 milhões de toneladas
  
- . Demanda interna ..... 9,4/9,5 milhões de toneladas
- . Previsão exportação .. 0,1/0,2 milhões de toneladas
- . Demanda total ..... 0,5 a 9,7 milhões de toneladas
  
- . Estoque final ..... 2,0 milhões de toneladas.

CUSTO DE PRODUÇÃO DO ARROZ IRRIGADO (Su1)

TRAÇÃO MOTORA

RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO: 4.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA DE CULTIVO: 12 ha

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACCA DE 50 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Março/82	38.788	37.855	6.000	16.678	99.316	20.519	119.835	1.498
Junho/82	41.696	50.100	7.980	24.088	123.864	29.109	152.973	1.912
Setembro/82	52.178	54.375	10.050	25.258	141.861	33.292	175.153	2.189
Dezembro	60.462	75.600	13.065	39.258	188.385	48.092	236.477	2.966

Fonte: CEPA/SC

## CUSTO DE PRODUÇÃO DO ARROZ DE SEQUEIRO

## TRAÇÃO MOTORA

RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO: 2.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA DE CULTIVO: 25 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS			TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACCA DE 50/kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais				
Março/82	20.045	19.125	1.620	2.208	12.900	55.898	1.397
Junho/82	23.860	26.025	1.971	3.008	15.451	70.315	1.758
Setembro/82	25.740	28.487	2.241	3.619	18.539	78.626	1.966
Dezembro/82	29.180	37.225	2.700	4.719	25.939	99.763	2.494

Fonte: CEPA/SC

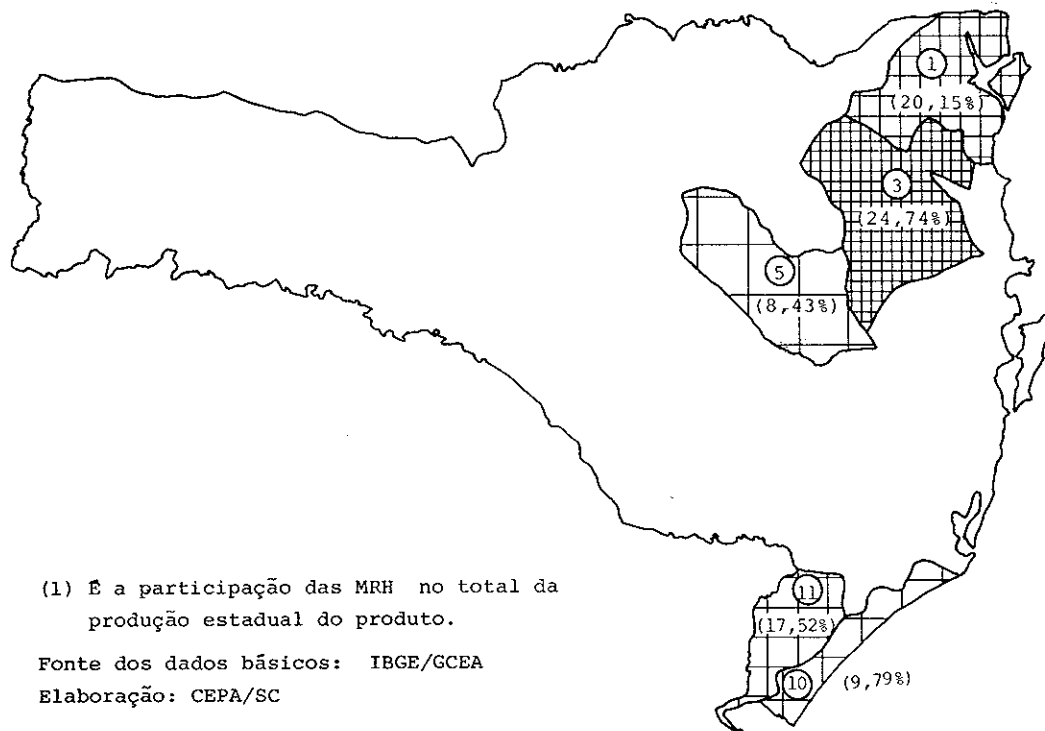
CUSTO DE PRODUÇÃO DO ARROZ IRRIGADO (Vale)  
 TRACÇÃO MOTORA  
 RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO: 5.000 kg/ha  
 ÁREA MÉDIA DE CULTIVO: 4 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS			TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	TOTAL DOS CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACAS DE 50 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais				
Março/82	31.350	52.000	16.020	5.339	24.000	128.709	1.287
Junho/82	39.093	71.000	22.800	8.619	35.209	176.721	1.767
Setembro/82	49.067	92.750	26.700	8.111	41.159	217.787	2.177
Dezembro/82	55.483	114.500	34.710	11.611	55.759	272.063	2.721

Fonte: CEPA/SC

Mapa 2 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO EM SANTA CATARINA, 1981/82 (1)



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO ARROZ IRRIGADO,  
 SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Colonial Sul Catarinense	32,67
Litoral de Laguna	34,01
Colonial de Blumenau	31,80
Litoral de Itajaí	45,79
Colonial de Joinville	44,30
Demais	0,84

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: IBGE

Elaboração: CEPA/SC

Mapa 3 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ SEQUEIRO EM SANTA CATARINA, 1981/82 (1)



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO ARROZ SEQUEIRO,  
 SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Planalto de Canoinhas	6,02
Colonial do Rio do Peixe	3,09
Carbonífera	3,09
Colonial do Alto Itajaí	3,82
Colonial de Itajaí do Norte	3,92
Demais	1,04

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH

Fonte dos dados básicos: IBGE  
 Elaboração: CEPA/SC



### 2.3. Banana

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BANANA, SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1977/78 A 1982/83

SAFRA	ÁREA DESTINADA A COLHEITA NO ANO (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	17.134	190.072	11.093
1978/79	18.366	226.269	12.320
1979/80	18.643	209.712	11.249
1980/81	21.484	241.488	11.240
1981/82	21.500	274.125	12.750
1982/83 (*)	21.500	274.125	12.750

(\*) Estimativa da CEPA/SC - dezembro/82

Fonte: IBGE

Conforme informações do IBGE/GCEA, a cultura da banana na safra de 1981/82 deverá apresentar uma produção de 274.125 toneladas, contra 241.488 toneladas verificadas na safra anterior, mostrando uma evolução de 13,51%. A área destinada à colheita no ano, na safra de 1981/82, foi de 21.500 ha, indicando um acréscimo de apenas 16 ha em relação à safra de 1980/81.

As estimativas para a safra de 1982/83, levando-se em consideração que os preços pagos aos bananicultores não estão sendo estimulantes, deverão permanecer nos mesmos níveis da safra presente, tanto em área quanto em produção.

A cultura da banana apresentou, na safra 1981/82, um valor bruto de produção de 6.357 milhões de cruzeiros (a preços de set/82), representando uma participação percentual de 1,54% no VBP agropecuário e de 55,39% na formação do VBP do item frutíferas.

Há no Estado, segundo a Fundação IBGE (Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1975), cerca de 26.000 propriedades rurais que operam na atividade da bananicultura.

Seu cultivo está concentrado junto às microrregiões homogêneas Colonial de Joinville, com 45,54% da produção estadual, sendo o município de Corupá o principal produtor; Colonial do

Sul Catarinense, segunda maior produtora, com 20,09%, liderada pelo município de Jacinto Machado; Carbonífera, com 7,79%; em quarta posição, com 7,73%, aparece a Colonial de Blumenau; os restantes 19,51% da produção estão distribuídos pelo Estado (mapa nº 4).

Cerca de 85% da produção de bananas são obtidos nos estabelecimentos com área de até 50 ha, verificando-se uma maior concentração de produção, área e número de produtores nos estratos de até 10 ha.

O bananal catarinense "ocupa as áreas menos nobres da unidade de produção, tais como encostas de morro e locais de menor fertilidade que, inclusive, não é objeto de maiores cuidados quanto à conservação do solo, fertilização, etc. (...).

"Nas regiões maiores produtoras o bananal se constitui na principal atividade econômica de muitas propriedades. Nessas, compete com outras culturas pelas melhores áreas e merece maiores cuidados, tanto em relação à terra, como às práticas culturais, o que resulta em maior produção e produtividade.

"Embora em pequena quantidade, existem explorações que são conduzidas com alta tecnologia e, em alguns casos, envolvem áreas relativamente grandes" (1).

As principais cultivares existentes são nanicão, nanica, enxerto e branca de Santa Catarina.

A evolução da área cultivada com banana nos últimos anos foi motivada pela melhoria nos preços recebidos pelos bananicultores, pela introdução de variedades mais produtivas e resistentes às doenças e pela utilização de assistência técnica.

Quanto ao destino da produção de banana, cerca de 8,3% da produção é consumida na propriedade, 8,2% é vendida diretamente ao consumidor, 76,6% é entregue a intermediários, enquanto apenas 6,7% é destinada às indústrias.

A produção do Litoral Norte (cultivar Nanicão) destina-se, em sua maior parte, à CEASA de Curitiba e ao Oeste Paranaense

---

(1) BUBLITZ, E.O.; CARDOSO V.T.M.; SILVEIRA, M.M. da & KOLLER, O.L. Diagnóstico da cultura da banana. p. 42.

se e, em menor quantidade, ao mercado gaúcho; a banana nanicão do Litoral Sul destina-se principalmente ao mercado do Rio Grande do Sul, enquanto as bananas das cultivares enxerto e branca de Santa Catarina são comercializadas nos mercados de São Paulo e de Curitiba; ocorrem vendas, também para os mercados da Argentina e Uruguai.

Apesar de o Estado ser auto-suficiente em volume produzido, em determinadas épocas do ano torna-se, simultaneamente, exportador e importador de banana.

Durante o ano de 1981, a Centrais de Abastecimento de Santa Catarina-CEASA/SC, em Florianópolis, movimentou em seu mercado um volume total de 2.185,06 toneladas, sendo 1.265,18 toneladas de banana caturra (nanica e nanicão) e 919,88 toneladas de banana prata (branca de Santa Catarina, enxerto e maçã), enquanto em 1980 foram comercializadas 1.868,55 toneladas, verificando-se um acréscimo do produto comercializado, em relação a 1980, de 16,94%. Em 1982, de janeiro a novembro foram transacionadas ... 2.537,2 toneladas de bananas, distribuídas entre 1.313,54 toneladas do tipo prata e 1.223,98 toneladas do tipo caturra (tabela 87 ).

Cabe salientar a existência, no Estado, da Cooperativa Regional dos Bananicultores do Estado de Santa Catarina - COOPERBANANA, com sede no município de Garuva, com abrangência nos municípios de Garuva, Joinville, São Francisco do Sul, Araruama, Schröder, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Corupá, Barra Velha e Massaranduba, além de Guaratuba, no Paraná, perfazendo um total de 11 municípios e congregando 400 associados.

Na área de jurisdição da COOPERBANANA existem 8.000 ha plantados com a cultura, para uma produção obtida, na safra 1981/82, de 100.000 toneladas, totalmente comercializada junto aos mercados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Dessa área, 390 ha foram plantados pelos associados da cooperativa, resultando numa produção de 4.800 toneladas.

Os principais mercados compradores junto à cooperativa são os de Cascavel, com 43%; de Porto Alegre, com 41%; de Curitiba, com 13%; sendo os restantes 3% de consumidores das principais praças de Santa Catarina, havendo, inclusive, perspectiva

de penetração do produto catarinense, oriundo da cooperativa, nos mercados da Argentina.

Na safra 1981/82, os preços recebidos pelos bananicultores cooperativados, para banana de primeira, atingiu a média de Cr\$ 12,50 por quilo, enquanto os preços praticados junto ao mercado atacadista, segundo a cooperativa, foram de Cr\$ 18,00/kg.

Tabela 87

VOLUME MENSAL DE BANANA COMERCIALIZADA NA CEASA, SANTA CATARINA, 1980 A 1982

MÊS	1980			1981			1982		
	Prata	Caturra	Total	Prata	Caturra	Total	Prata	Caturra	Total
Jan	38,50	102,27	140,77	84,67	133,75	218,42	47,42	89,12	136,54
Fev	35,42	112,90	148,32	70,46	117,78	188,24	35,51	126,40	161,91
Mar	76,87	76,08	152,95	87,89	75,27	162,16	95,59	98,04	193,63
Abr	75,95	43,85	119,80	69,14	97,67	166,81	114,01	67,50	181,51
Mai	56,37	37,34	93,71	80,88	62,34	143,22	129,12	74,19	203,31
Jun	62,24	61,69	123,93	62,45	80,58	143,03	97,34	74,37	171,71
Jul	83,94	95,05	178,99	87,91	115,44	203,35	117,16	135,16	252,32
Ago	55,13	88,42	143,55	45,96	119,40	165,36	167,03	158,09	325,12
Set	61,25	124,07	185,32	67,60	148,05	215,65	169,08	148,36	317,44
Out	45,51	154,07	199,58	79,46	157,51	236,97	168,67	114,96	283,63
Nov	46,36	154,45	200,81	101,92	98,03	199,95	172,61	137,79	310,40
Dez	65,10	115,72	180,82	81,54	59,36	140,90	-	-	-
TOTAL	702,64	1.165,91	1.868,55	919,88	1.265,18	2.185,06	1.313,54	1.223,98	2.537,52

Fonte: CEASA

Tabela 88

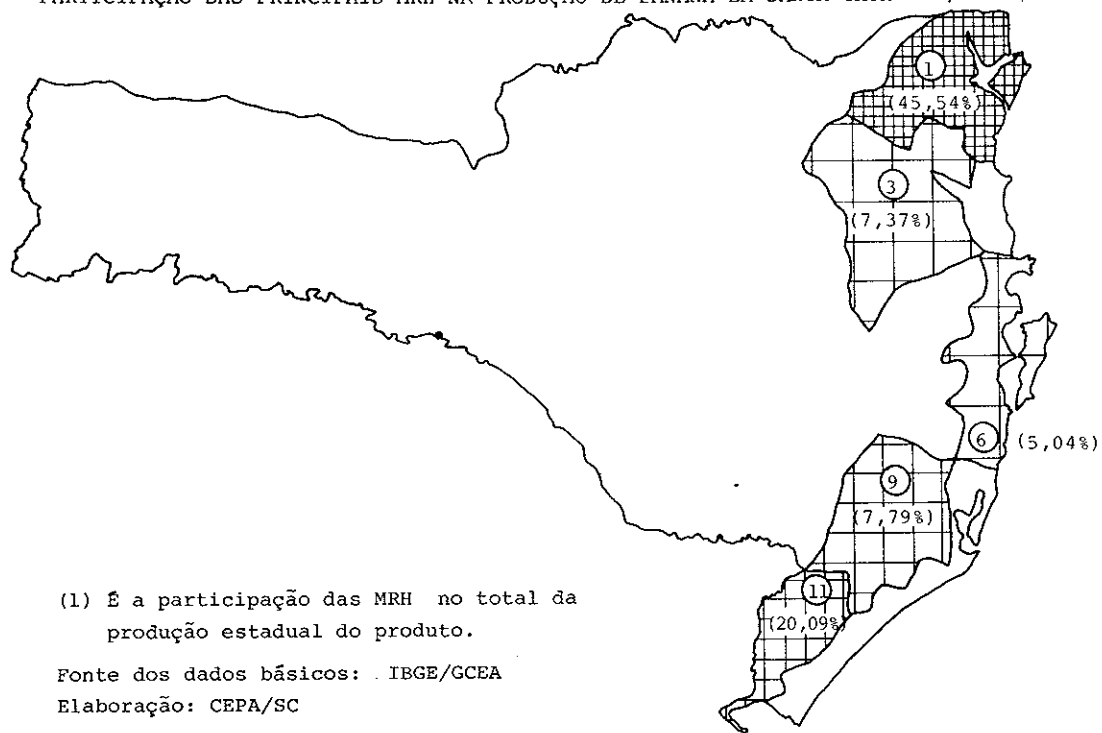
PREÇOS A NÍVEL DE PRODUTOR, ATACADO E VAREJO PARA A CULTURA DA BANANA, 1980 A 1982

MÊS	1980					1981					1982				
	Produtor (%)	Atacado		Varejo		Produtor (%)	Atacado		Varejo		Atacado		Varejo		
		Prata	Caturra	Prata	Caturra		Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	
Jan	4,15	8,89	6,30	-	-	12,55	13,66	16,64	19,00	20,00	29,60	-	35,16	39,36	
Fev	4,82	8,08	6,31	-	-	11,46	16,34	16,78	20,67	20,20	32,59	29,54	40,00	36,62	
Mar	5,61	7,60	6,77	9,40	8,40	10,64	19,33	17,26	22,56	20,56	35,55	31,20	44,81	34,57	
Abr	5,84	7,73	7,06	11,17	10,50	8,07	19,51	18,53	-	-	33,36	30,76	43,01	37,54	
Mai	6,50	8,43	7,33	10,72	8,63	11,43	17,79	18,28	22,69	22,81	31,41	30,15	42,50	35,00	
Jun	6,61	8,68	7,62	10,11	9,11	11,44	19,03	17,84	22,30	22,38	35,35	34,42	43,70	42,99	
Jul	6,76	8,35	7,74	10,75	9,13	11,81	20,56	18,28	22,81	22,69	35,51	34,80	45,83	42,87	
Ago	7,15	8,63	8,35	11,00	9,71	11,93	21,27	18,91	25,69	24,16	35,38	34,37	46,84	44,37	
Set	7,50	9,51	10,42	12,67	12,33	12,18	22,06	20,60	26,88	28,28	35,55	34,60	122,42	70,60	
Out	8,71	10,16	13,08	13,80	14,50	12,49	21,96	22,32	27,15	28,92	38,64	35,57	48,40	43,43	
Nov	9,11	11,71	15,00	14,00	16,88	-	22,66	27,32	27,50	29,00	40,58	36,63	46,54	43,43	
Dez	9,91	13,44	16,27	16,67	17,33	-	24,96	29,62	33,00	30,09	-	-	-	-	

(\*) Média ponderada

Fonte: CEASA/SC

Mapa 4 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BANANA EM SANTA CATARINA, 1981/82<sup>(1)</sup>



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DA BANANA, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Colonial Sul Catarinense	9,54
Litoral de Laguna	7,17
Florianópolis	5,60
Litoral de Itajaí	4,33
Colonial de Joinville	22,99
Demais	0,22

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: IBGE  
 Elaboração: CEPA/SC

## 2.4. Batata-inglesa

### EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BATATA-INGLESA EM SANTA CATARINA, SAFRAS 1975/76 A 1982/83

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1975/76	17.984	141.065	7.844
1976/77	15.964	128.886	8.073
1977/78	16.555	115.977	7.005
1978/79	19.903	172.617	8.673
1979/80	20.114	142.876	7.103
1980/81	18.313	151.936	8.297
1981/82	19.064	160.819	8.436
1982/83			
1ª safra (1)	13.093	123.231	9.412
2ª safra (2)	5.000	40.000	8.000

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (dez/82)

(2) Estimativa: CEPA/SC (dez/82)

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Cultivada por pequenos produtores rurais, dada a característica eminentemente minifundiária do Estado, onde cerca de 88,9% das propriedades rurais situam-se num estrato de área de até 50 ha, geralmente localizadas em áreas de topografia acidentada e englobando regiões tipicamente de clima temperado e subtropical, a cultura da batata, em Santa Catarina, possui talvez as melhores condições do país para o seu desenvolvimento.

Os solos aqui existentes e a grande diversidade de climas verificada no Estado, com ocorrência de micro-climas propícios, permitem que, em Santa Catarina, a batata seja cultivada durante todos os meses do ano em todas as microrregiões, destacando-se como maiores produtoras a Carbonífera, a Colonial Serrana Catarinense, a do Planalto de Canoinhas, a do Alto Vale do Itajaí, a dos Campos de Lages, a dos Campos de Curitibanos, a de Florianópolis e a Colonial do Rio do Peixe (mapa nº 5).

As épocas de cultivo (plantio) da batata, nas principais regiões produtoras do Estado, podem ser assim subdivididas,

de acordo com as respectivas estações do ano:

. plantio de primavera - Colonial Serrana Catarinense, Colonial do Alto Itajaí, Carbonífera, Planalto de Canoinhas, Campos de Lages e Campos de Curitibanos;

. plantio de verão - Colonial do Alto Itajaí, de Florianópolis, Carbonífera, Colonial Serrana Catarinense, Planalto de Canoinhas e Campos de Curitibanos;

. plantio de outono - Colonial Serrana Catarinense, de Florianópolis e Carbonífera;

. plantio de inverno - Carbonífera, Colonial Serrana Catarinense e de Florianópolis.

A estrutura fundiária predominante em Santa Catarina favorece, de certa forma, o desenvolvimento dessa atividade agrícola, tendo em vista a maior atenção que pode ser dispensada às lavouras. Como decorrência, é possível obter-se uma maior produtividade por unidade de área ocupada. O número de agricultores catarinenses que se dedicam ao cultivo da batata está ao redor de quarenta mil. A área média de cultivo, por safra agrícola, é de cerca de 0,5 hectares.

Tendo em vista o ciclo vegetativo da cultura, cerca de 120 dias, e as características de clima existentes no Estado, é possível, em alguns municípios produtores, a obtenção de até três safras por ano, proporcionando maior receita ao produtor rural.

Todos esses fatores altamente positivos ao desenvolvimento da bataticultura, no entanto, não têm sido suficientes para motivar o produtor catarinense a um aumento da sua área de plantio e ao uso de tecnologia mais avançada de cultivo.

Assim sendo, nas últimas safras, os dados de área de plantio e de produção obtida, têm permanecido praticamente constantes, e o principal motivo dessa estagnação recai sobre os preços de comercialização do produto que, nas duas últimas safras, têm permanecido também praticamente constantes, ou, quando muito, sofrido pequenas oscilações, não dando uma garantia de preços compensatório ao produtor.

Em função disso, não têm sido empregadas técnicas mais avançadas no cultivo da cultura, como o uso de sementes certifi-

cadadas, além da adubação e da defesa fitossanitária corretas, resultando em uma baixa produtividade por área ocupada.

Apesar dos fatores acima citados, Santa Catarina ainda se destaca, a nível de Brasil, como o quinto produtor brasileiro dessa olerícola, tendo contribuído, na safra passada, com 7,68% da produção total obtida no país.

Na tabela a seguir, são mostrados os dados de área e produção obtida, nas duas últimas safras cultivadas no país, nos principais Estados produtores, bem como as suas participações relativas na área e no total da produção alcançada.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE BATATA, SAFRAS 1980/81 E 1981/82 (\*)

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO (t)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)			
	1980/81	1981/82	1980/81	1981/82	1980/81		1981/82	
					Área	Produção	Área	Produção
Minas Gerais	33.818	31.246	482.188	533.602	18,87	25,75	17,38	25,50
São Paulo	37.440	30.630	495.600	526.800	20,89	25,93	17,03	25,17
Paraná	39.146	50.460	459.375	598.553	21,84	24,04	28,06	28,60
Santa Catarina	18.313	19.064	151.936	160.819	10,22	7,95	10,60	7,68
Rio Grande do Sul	47.773	45.571	288.494	244.975	26,66	15,09	25,34	11,71
Outros	2.731	2.866	23.696	28.120	1,52	1,24	1,59	1,34
TOTAL	179.221	179.837	1.911.289	2.092.869	100,00	100,00	100,00	100,00

(\*) Dados sujeitos à confirmação

Fonte: CEPAGRO/IBGE

Elaboração: CEPA/SC



Os números obtidos em Santa Catarina, na última safra, se comparados aos alcançados na safra 1980/81, mostram que houve uma pequena evolução, tanto em área cultivada como em produção obtida, da ordem de 4,10% e 5,06%, respectivamente. O rendimento médio, no entanto, situou-se muito abaixo da média nacional, da das as características de cultivo da batata reinantes no Estado.

Os fatores de ordem climática (seca, chuva, geada, gra nizo, etc.) foram, novamente, os principais problemas enfrenta - dos pelos produtores.

No plantio de primeira época (safra das águas), na fa se de semeadura, ocorreu uma pequena estiagem no Estado, dificultando o andamento das práticas necessárias. Na fase de desenvolvimento vegetativo verificou-se excesso de chuva, com ocorrência de granizo e de formação de geadas em algumas regiões produtoras, retardando o normal desenvolvimento das plantas e exigindo um maior número de tratamentos fitossanitários, o que aumentou, em consequência, o já elevado custo de produção.

No período de abrangência da segunda safra (das secas e de inverno), houve uma deficiência hídrica nos meses de março, a bril e maio, em alguns municípios produtores, notadamente da mi crorregião do Alto Vale do Itajaí, fazendo com que a produtivida de média das lavouras cultivadas naquela região sofresse redução significativa.

No Sul do Estado, em alguns municípios, o rendimento mé dio obtido também sofreu sensível diminuição, face aos ataques de doenças fúngicas (Mancha de Alternaria ou Pinta Preta e Re- queina), decorrente das condições de alta temperatura e alta umi dade relativas verificadas no período vegetativo das plantas.

Para a safra 1982/83, plantio de primeira época (safra das águas), as últimas informações do IBGE/GCEA-SC são de uma á rea de cultivo da ordem de 13.093 ha e produção esperada de cerca de 123.230 t. O rendimento médio esperado é de 8.412 kg/ha.

Apesar das condições climáticas adversas, com ocorrên- cia, em todas as microrregiões do Estado, de excesso de chuvas, as operações de preparo do solo e semeadura não chegaram a ser prejudicadas.

O retardamento no normal desenvolvimento das plantas,

motivado pela ocorrência de fortes geadas no mês de outubro, principalmente nos cultivos destinados à produção de batata-semente certificada, foi contornado com aplicações de adubação foliar e de nitrogênio em cobertura. O estado geral das lavouras é satisfatório.

O plantio foi concluído no final do mês de dezembro, e teve início a colheita do produto na maioria das regiões produtoras. Estima-se que até o final de dezembro cerca de 3.200 ha tenham sido colhidos, resultando numa produção da ordem de 30.000 t.

Considerando os volumes de oferta e demanda do produto, pode-se afirmar que Santa Catarina é auto-suficiente em termos de produção desse tubérculo. Somente a produção da 1ª safra de 1982/83 (das águas), calculada em cerca de 123.230 t, caso se confirme, seria suficiente para suprir a demanda interna do Estado, estimada em 98.000 t/ano. Entretanto, dada a amplitude das épocas de plantio e, conseqüentemente, das épocas de colheita, Santa Catarina efetua importações de batatinha de outros Estados, especialmente do Paraná e São Paulo, em praticamente todos os meses do ano. Essa dependência de produção de outras Unidades da Federação acentua-se nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, quanto a produção estadual é insuficiente para cobrir a demanda interna.

Em contrapartida, parte da produção de Santa Catarina é também exportada e, embora pareça um contra-senso, os mesmos Estados que comumente colocam parte de suas produções no mercado atacadista catarinense são os maiores importadores da batata aqui produzida.

Responsável pelo abastecimento de hortigranjeiros da região da Grande Florianópolis, a CEASA/SC - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina, com sede no município de São José, movimentou, durante o ano de 1982, um volume da ordem de 6.624,60 t de batata.

Desse total, cerca de 4.111,20 t foram oriundas do próprio Estado catarinense, merecendo destaque, em termos de participação no total movimentado, os municípios de Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, São José, São Joaquim, Urubici, Rancho Queimado, Angelina, Tubarão e Anitápolis.

O volume restante, 2.513,40 t, constituiu-se de remesas efetuadas pelos Estados do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Na tabela a seguir, são mostrados os volumes movimentados mensalmente, durante o ano de 1982, pela CEASA/SC, bem como os preços médios de comercialização a nível de produtor, atacado e varejo, nos anos de 1981 e 1982.

VOLUME DE BATATA COMERCIALIZADO NA CEASA/SC EM  
1982 E PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO EM  
1981 E EM 1982

MÊS	VOLUME (t)	PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS					
		Produtor (*)		Atacado (**)		Varejo (**)	
		1981	1982	1981	1982	1981	1982
Jan	521,46	17,50	17,00	23,84	21,28	29,47	29,52
Fev	665,25	17,50	17,50	20,73	21,55	25,08	27,70
Mar	664,19	20,00	15,00	21,48	24,42	26,30	34,38
Abr	548,19	20,00	14,00	23,28	24,65	29,13	34,20
Mai	537,15	22,40	17,00	24,70	27,86	30,76	35,80
Jun	489,60	22,50	28,00	33,78	34,97	40,28	42,53
Jul	513,69	21,50	30,00	26,70	38,29	30,90	44,03
Ago	532,84	22,00	25,00	28,30	36,50	32,76	43,88
Set	631,85	23,00	26,00	30,31	34,41	36,00	42,05
Out	475,55	30,00	30,00	39,52	38,84	42,86	48,82
Nov	564,45	30,00	31,00	39,47	41,96	46,11	48,86
Dez <sup>(1)</sup>	480,38	18,00	24,00	23,81	34,74	34,29	44,69
TOTAL	6.624,60	-	-	-	-	-	-

(1) Período considerado de 1º a 20/12/82

(\*) Preços coletados pela CEPA/SC nas várias regiões produtoras

(\*\*) Preços médios ponderados

Fonte: CEASA/SC e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

O Estado de Santa Catarina destaca-se, também, como o maior produtor de batata-semente certificada no país.

Segundo a CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvi -

mento Agrícola de Santa Catarina, empresa responsável pela organização e fiscalização da produção de sementes no Estado, a área cultivada na safra 1981/82, visando à obtenção desse insumo, foi de 3.950 ha, para uma produção de 46.967,40 t (1.565.580 caixas de 30 kg).

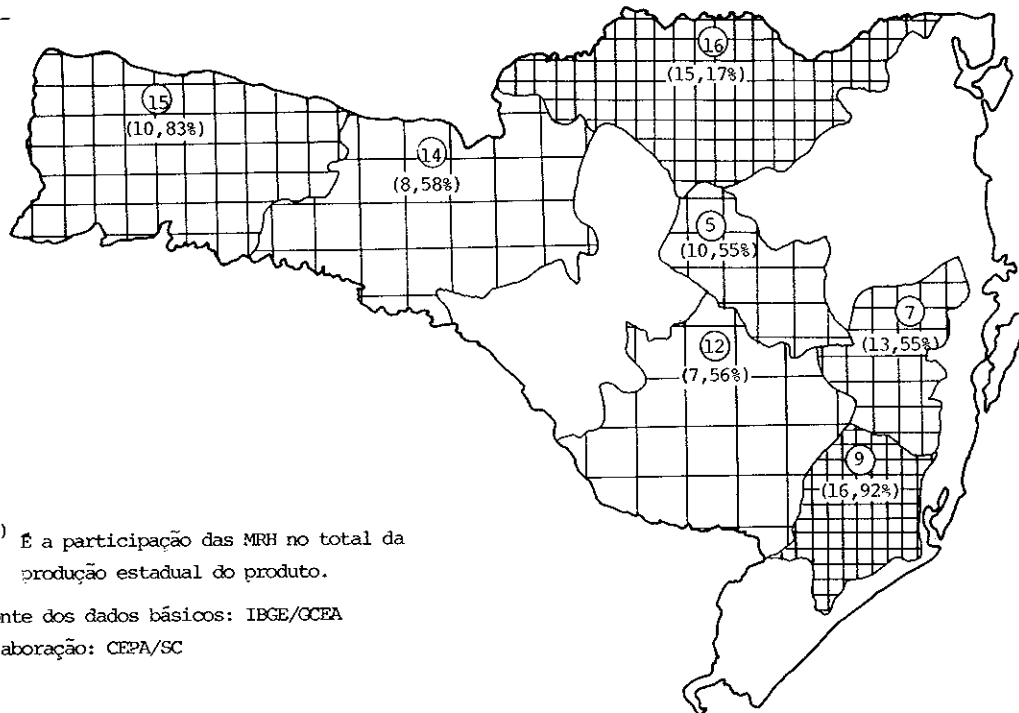
Para a safra 1982/83, plantio de primeira época, as últimas estimativas indicavam uma área de plantio da ordem de 2.000 ha e produção esperada de cerca de 24.000,0 t.

As microrregiões do Estado onde a atividade de produção de batata-semente certificada é mais intensa são a do Planalto de Canoinhas e a dos Campos de Lages, e, nessas, os municípios que merecem destaque como os maiores produtores são os de Canoinhas e São Joaquim.

A batata-semente certificada produzida em Santa Catarina, atende, principalmente, a demanda dos produtores dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Na safra passada, o preço médio de comercialização situou-se ao redor de Cr\$ 3.500,00 por caixa de trinta quilos.

Mapa 5 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA EM SANTA CATARINA, 1981/82 (1)



(1) É a participação das MRH no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: IBGE/CCEA

Elaboração: CEPA/SC

TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DA BATATA-INGLESA,  
SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Campos de Lages	3,81
Carbonífera	4,37
Colonial Serrana Catarinense	6,66
Florianópolis	4,79
Demais	0,28

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: IBGE

Elaboração: CEPA/SC

## 2.5. Cana-de-açúcar

### ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM SANTA CATARINA, SAFRAS 1977/78 A 1982/83

SAFRA	ÁREA DESTINADA À COLHEITA NO ANO (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	20.913	1.043.126	49.879
1978/79	20.124	1.084.780	53.905
1979/80	24.667	1.170.361	47.446
1980/81	19.809	1.002.338	50.600
1981/82 (*)	20.000	1.100.000	55.000
1982/83 (**)	21.000	1.155.000	55.000

(\*) Dados sujeitos a confirmação

(\*\*) Estimativa: IBGE/GCEA-SC

A produção de cana-de-açúcar, para fins industriais, está concentrada principalmente no litoral setentrional, onde se situam as usinas de açúcar, os destiladores de álcool e a maior parcela de alambiques de aguardentes.

Estima-se que aproximadamente 4.000 famílias se dedicam à exploração dessa cultura para fins econômicos.

Apesar de a produção estar concentrada no litoral, a cana é explorada em quase todo o território catarinense como forrageira para a alimentação de gado bovino.

Com uma produção estadual de 1.002.398 toneladas na safra 1980/81, a microrregião homogênea de Florianópolis se destaca com 25,21%, seguida pelas microrregiões homogêneas do Litoral de Itajaí, com 25,13%; microrregião homogênea Colonial de Joinville, com 19,00%; e microrregião homogênea Colonial Serrana Catarinense, com 18,10% (ver mapa nº 6).

Para a safra 1981/82 era prevista, em novembro, uma produção de 1.100.000 toneladas, para uma área de 20.000 ha, verificando-se aumentos percentuais de 9,74% e 0,96%, na produção e na área, respectivamente, comparadas com a safra anterior.

As estimativas da Fundação IBGE para a safra 1982/83

são de 21.000 ha plantados, com uma produção prevista de .....  
1.155.000 t.

A participação catarinense é de aproximadamente 7,87% na produção nacional de cana e de 8,68% na área plantada.

Na produção de açúcar, Santa Catarina participou, a nível nacional, com 2,17% no período compreendido entre as safras 1976/77 a 1978/79, atingindo 3,59% na safra 1981/82.

Cabe frisar que parte da matéria-prima utilizada para transformação em açúcar é oriunda de outros Estados da Federação, principalmente de São Paulo.

Quanto à produção de álcool, na safra 1981/82, as usinas açucareiras de Santa Catarina produziram 10.762 mil litros, contra 5.942 mil litros verificados na safra anterior, representando um acréscimo de 81,17%.

Segundo informações da CACEX, o setor açucareiro catarinense exportou para o mercado internacional, em 1981, o equivalente a 276.703 toneladas, resultando em 126.464 mil dólares (valor FOB).

No primeiro semestre de 1982, foram exportados 43.632 mil dólares, contra os 80.086 mil dólares verificados em igual período de 1981, constatando-se um decréscimo de 45,52% no valor de vendas do produto, queda esta ocasionada pela situação depressiva do mercado mundial no primeiro semestre de 1982.

"... de uma aparente estabilidade, observada entre setembro de 1981 a fevereiro de 1982, quando as cotações médias não se afastaram muito da marca dos 12 centavos de dólares por libra-peso, o mercado entrou em acelerado descenso, a exemplo do que já ocorrera em igual período do ano anterior. No mês de junho, a média das cotações diárias no mercado de Nova Iorque não passou de 6,85 centavos de dólares por libra-peso, ou seja, registrou os menores preços dos últimos cinco anos"<sup>(1)</sup>.

Portanto, a queda do valor das exportações, tanto a nível de Santa Catarina quanto a de Brasil, é em função dos baixos

---

(1) RETROSPECTIVA DA AGROPECUÁRIA - 1º semestre 1982. Rio de Janeiro, FGV, 1982.

preços verificados junto aos mercados compradores, principalmente o dos Estados Unidos, acrescidos pela tendência normal de queda do consumo "per capita" do açúcar de cana, que está sendo substituído por outros adoçantes.

Cabe salientar que toda a produção de açúcar cristal refinado e granulado do Estado é exportado para o mercado externo, enquanto o açúcar elaborado na forma de "granulado americano superior" é comercializado principalmente para os mercados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

PRODUÇÃO CATARINENSE E NACIONAL DE ALCÓOL E AÇÚCAR, SAFRAS 1976/77 A 1981/82

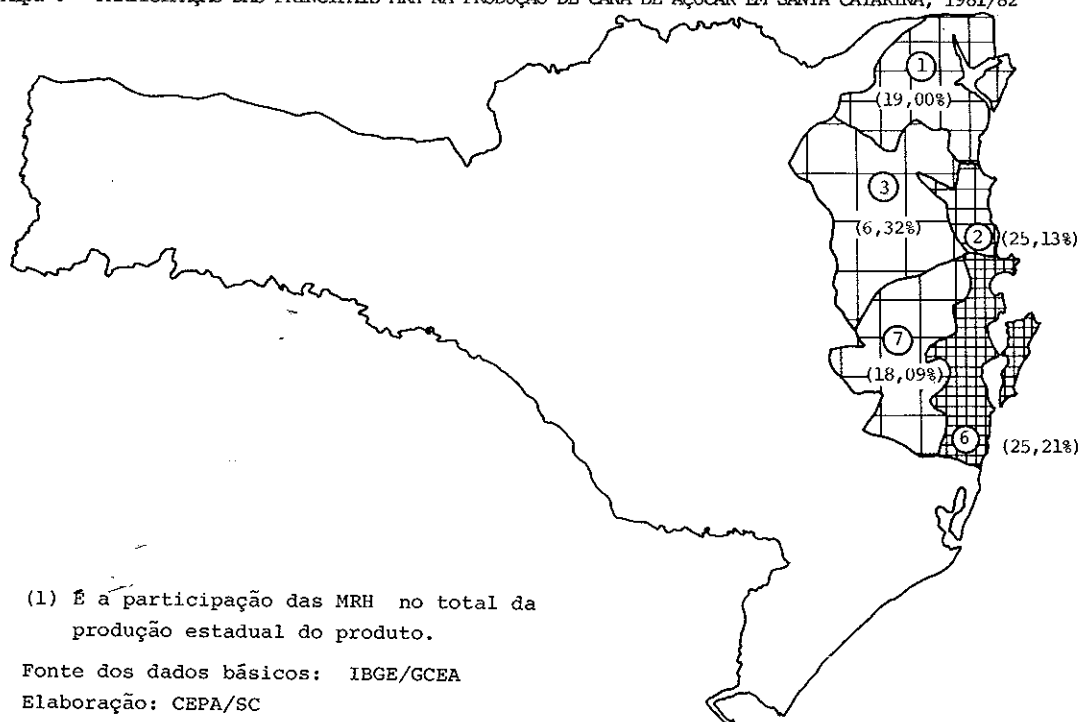
SAFRA	ÁLCÓOL (1.000 litros)		AÇÚCAR (t)		PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO DE SANTA CATARINA NA PRODUÇÃO NACIONAL (%)	
	Santa Catarina	Brasil	Santa Catarina	Brasil	Álcool	Açúcar
1976/77	4.675	643.158	159.806	7.208.214	0,73	2,22
1977/78	4.722	1.470.404	175.146	8.307.610	0,32	2,10
1978/79	5.776	2.451.576	159.916	7.342.424	0,24	2,18
1979/80	6.892	3.390.431	235.636	6.645.026	0,20	3,55
1980/81	5.942	3.703.000	295.164	7.635.360	0,16	3,86
1981/82	10.762	4.239.000	275.300	7.668.240	0,25	3,59

Fonte: IAA e Indústrias Açucareiras

Elaboração: CEPA/SC



Mapa 6 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR EM SANTA CATARINA, 1981/82 (1)



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR,  
SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Colonial Serrana Catarinense	11,59
Florianópolis	18,12
Colonial de Blumenau	3,48
Litoral de Itajaí	30,19
Colonial de Joinville	7,84
Demais	1,41

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: IBGE  
Elaboração: CEPA/SC

## 2.6. Cebola

### EVOLUÇÃO DA CULTURA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA, SAFRA 1977/78 A 1982/83

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	5.724	47.129	8.234
1978/79	10.736	94.017	8.757
1979/80	12.307	103.605	8.428
1980/81	16.920	151.581	8.959
1981/82	11.380	113.602	9.983
1982/83 (*)	12.571	125.710	10.000

(\*) Estimativa: IBGE/GCEA-dez/82

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

Tomando-se por base a safra 1977/78, verifica-se que a cultura da cebola, em Santa Catarina, evoluiu de forma significativa, nas cinco safras subseqüentes, em área, produção e rendimento médio.

Nessas últimas safras a produção catarinense cresceu vertiginosamente, firmando-se no mercado nacional pela qualidade de seus bulbos, que concorrem em igualdade com os produzidos no Rio Grande do Sul. Há, no entanto, a preocupação, por parte da Secretaria Nacional de Produção Agropecuária - SNAP/MA, de que as regiões produtoras mantenham suas áreas de produção sem grandes variações. Desta forma, a Gerência de Horticultura daquela Secretaria elaborou o Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Cebola cujos objetivos são os seguintes:

- . assegurar a auto-suficiência plena e regular do abastecimento nacional de cebolas para consumo "in natura" e industrial, através da organização da produção nacional (sucessão solidária das safras das regiões e Estados produtores);

- . orientar o escoamento da produção;

- . organizar a produção de sementes de cultivares nacionais de cebola, para atendimento da demanda do país em 75% até

1984.

Para assegurar o abastecimento plena e regularmente, o Programa, juntamente com as Secretarias de Agricultura dos Estados e agentes financiadores, vem executando as seguintes medidas:

- . disciplinamento dos períodos de solicitação, elaboração e liberação de planos de crédito vinculados a cultivares recomendadas e métodos de plantio para as principais regiões produtoras, visando a uma sucessão racional das safras nacionais;

- . estabelecimento, em cada safra, de limites de área a serem plantadas e financiadas nas regiões concentradoras da produção de cada Estado.

Para os Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, as cultivares recomendadas pelo Programa Nacional são as Baías Periformes, Jubileu, Crioula, Rio Grande, Norte 14 e Pêra Norte.

Em atendimento ao SNAP/MA, a política de produção de cebola no Estado, há três safras, está empenhada em conscientizar os produtores sobre a necessidade de evitar os impulsos de expansão exagerada de áreas de plantio, para não gerar excedentes de produção e conseqüentes dificuldades na comercialização.

Apesar dessas preocupações, existem alguns problemas na cebolicultura catarinense, dentre os quais podemos citar, como principais, os seguintes:

- . grande parte dos produtores produzem além da capacidade de armazenagem a nível de propriedade;

- . comércio de sementes de cebola desorganizado;

- . pouco conhecimento de mercado por parte dos produtores;

- . desorganização do produtor no comércio interestadual de bulbos, dando grande margem para a ação de intermediários.

No Brasil, os principais Estados e regiões produtoras de cebola, com seus respectivos volumes de produção e épocas de colheita são os seguintes:

ESTADO E REGIÕES	PRODUÇÃO BRUTA (t) (1981/82)	MESES DE COLHEITA											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<u>SÃO PAULO</u>	<u>255.620</u>												
. Piedade, Pilar do Sul e Ibiúna (soqueira)					X	X	X						
. Monte Alto e São José do Rio Pardo (claras precoces)								X	X	X	X		
. Piedade, Pilar do Sul e Ibiúna (Baia Perifome)										X	X	X	X
<u>RIO GRANDE DO SUL</u>	<u>168.555</u>												
. São José do Norte, Mostardas e Rio Grande		X	X									X	X
<u>SANTA CATARINA</u>	<u>113.602</u>												
. Alto Vale do Itajaí e Col. Serrana Catarinense		X										X	X
<u>PERNAMBUCO</u>	<u>62.828</u>												
. Vale do São Francisco					X	X	X	X	X	X	X		
<u>BAHIA</u>	<u>46.023</u>												
. Vale do São Francisco					X	X	X	X	X	X	X		
<u>PARANÁ</u>	<u>21.093</u>												
. Região Sul e Norte		X								X	X	X	X
<u>OUTROS</u>	<u>8.953</u>												
<u>TOTAL</u>	<u>677.484</u>												

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Elaboração: CEPA/SC

Pelo quadro apresentado, observa-se que durante todo o ano existe produção disponível no Brasil; portanto, é plenamente possível dimensionar as áreas de produção através de estímulos ou desestímulos para se obter um abastecimento normal em todo o período.

Em Santa Catarina, a produção se concentra nas microrregiões homogêneas do Alto Vale do Itajaí (53%) e da Colonial Serana Catarinense (31%), sendo as 16% restantes distribuídas em pequenas lavouras de todo o Estado (ver Mapa nº 7).

Segundo levantamento da EMATER/SC-ACARESC, no Alto Vale do Itajaí as cultivares mais plantadas (todas do grupo pêra) são as seguintes: Jubileu, 45%; Baia Periforme, 28%; Crioula, 25%; e outras 2%.

Para a grande maioria dos produtores de cebola, esta se constitui na principal fonte de renda, embora outras culturas como milho, mandioca, feijão e fumo sejam também cultivadas nessas propriedades.

A absorção de tecnologia por parte dos cebolicultores vem-se dando de forma bastante acentuada. Além do emprego de fertilizantes de maneira quase geral, a utilização de espaçamentos menores, permitindo um maior número de plantas por hectare, tem proporcionado aumento de produtividade e tamanho de bulbos mais uniformes, com melhores características para mercado.

O Plano Estadual de Pesquisa Agropecuária da EMPASC estabeleceu os seguintes objetivos para o período 1982/83:

- . estabelecer época adequada de transplante para cultivares, visando aumentar a produção de bulbos comerciais;
- . identificar o tamanho ideal da muda para transplante;
- . oferecer opções de cultivo da cebola para produção de entressafra pelos sistemas de bulbinho, semeadura direta e mudas;
- . avaliar a eficiência técnica e econômica de sistemas de controle de plantas daninhas nas fases de sementeira e plantio definitivo;
- . identificar produtos químicos eficientes no controle de doenças que incidem sobre bulbos de cebola, visando reduzir as perdas no armazenamento.

Segundo informações da Cia. Integrada de Desenvolvimento Agrícola - CIDASC, a produção de sementes, na safra 1981/82, foi de 2,58t, enquanto a produção de bulbos se aproximou a 300 t; entretanto, em face dos excelentes preços oferecidos para os bul

7

bos comerciais, a quase totalidade dos bulbos para produção de semente foi desviada para o mercado "in natura", restando apenas 7 t, as quais foram fiscalizadas e aprovadas para o plantio nesta safra.

Para a safra 1982/83, a CIDASC divulga as seguintes estimativas de produção de sementes e bulbos-semente:

FINALIDADE	ÁREA (ha)	PROD.ESPERADA (t)
. produção de sementes	5	1,25
. produção de bulbos	55,5	555,50

Na safra 1981/82, a cebolicultura catarinense sofreu redução de área e de produção, conforme demonstrado na tabela "evolução da cultura", em comparação com a safra 1980/81.

Esse fato se deu exatamente pelo crescimento exagerado da área de plantio na safra anterior que, conseqüentemente, gerou uma produção excessiva com reflexos desastrosos no escoamento e comercialização daquela safra. O insucesso em 1980/81 serviu como experiência aos produtores catarinenses que, na safra seguinte (1981/82), reduziram suas áreas, e além disso, fez com que os chamados produtores aventureiros não participassem do processo produtivo.

A comercialização da safra transcorreu de modo tranquilo. Além da menor produção do Estado, a safra da "pêra de São Paulo" não atingiu o volume esperado e, no mês de novembro, já era grande a procura de cebolas do Sul. Além do mercado favorável pela redução da oferta, o produto colhido apresentou excelente qualidade (boa cura, bulbos de tamanho ideal para mercado e de boa conservação).

Os preços na abertura da safra chegaram a Cr\$ 30,00/kg, sendo considerados altamente compensadores, uma vez que o custo de produção revelou, na época, o valor de Cr\$ 13,90/kg.

Os preços pagos ao produtor, nas três últimas safras, foram os seguintes:

PREÇOS NOMINAIS (Cr\$/kg)

SAFRA	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO
1979/80	9,5	10,5	8	11	9	18,5	20	38	40	26
1980/81	9	6	5	7	10	9	8	8	10	12
1981/82	30	28	20	28	53	72	125	125	*	*

(\*) sem cotação

Fonte: CEPA/SC - Acompanhamento Conjuntural

Na safra 1981/82, a oferta de cebolas de Santa Catarina foi estimada pela CEPA/SC conforme segue:

. Produção Bruta .....	113.602 t
. Consumo estadual (dez a maio) .....	10,500 t
. Perdas (desidratação e deterioração). .....	34.000 t
. <u>Oferta líquida</u> .....	<u>69.102 t</u>

A partir do mês de janeiro, o mercado nacional é abastecido, basicamente, pela produção ceboleira de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e, em menor escala, pela do Paraná. O escoamento dessa safra inicia por volta do mês de dezembro e, durante os quatro primeiros meses do ano, esses Estados abastecem o País quase que exclusivamente.

A produção bruta nacional na safra 1981/82, cuja comercialização se deu a partir de novembro de 1981 e se estendeu a dezembro de 1982, foi estimada em 677 mil toneladas, para um consumo médio aparente que varia de 40 a 45 mil toneladas/mês, ou seja de 480 a 540 mil toneladas/ano.

As variações do consumo estão estreitamente relacionadas aos preços praticados, que podem ou não provocar uma retração na demanda. O que se pôde avaliar durante o ano de 1982 foi exatamente uma demanda retraída em face dos altos preços praticados a nível de consumidor<sup>(1)</sup>.

Embora a oferta bruta tenha sido bem superior ao volu-

(1) Ver tabela de comercialização de cebola na CEASA/SC - volume e preços em 1981 e 1982.

me consumido, há que se reduzir do total produzido as perdas decorrentes de cura do produto e deterioração durante o transporte, armazenagem e manipulação do produto nos mercados, as quais, em média, atingem a 30%.

O Brasil, em 1980, figurou em oitavo lugar na produção mundial de cebola, conforme pode ser confirmado na tabela a seguir:

ÁREA PLANTADA, RENDIMENTO MÉDIO E PRODUÇÃO DOS  
PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CEBOLA, 1980

PAÍSES	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO (kg/ha)
China	210	2.631	12.541
Índia	215	1.650	7.500
EUA	47	1.609	34.570
URSS	171	1.528	8.920
Japão	28	1.112	39.714
Espanha	32	205	28.068
Turquia	70	900	12.857
Brasil	68	705	10.426
Egito	21	567	26.761
Itália	19	463	24.098
Países Baixos	11	445	40.826
Paquistão	40	434	10.370
Rep. Coreia	10	399	39.078
Polônia	25	350	14.170
Romênia	38	348	9.063
Argentina	17	285	16.852
Iugoslávia	42	280	6.667
Colômbia	12	278	23.125
Irã	45	250	5.556
Reino Unido	7	205	28.068
Indonésia	39	203	5.205
Perú	8	175	21.875
Subtotal	1.176	15.022	12.774
Outros	407	4.388	10.781
Total mundial	1.583	19.410	12.264

Fonte: FAO - Production Yearbook, 1980

Elaboração: CEPA/SC



Para a safra catarinense de 1982/83, embora as condições de mercado tenham sido altamente estimulantes, o crescimento da área cultivada deve ficar por volta de 10,5%, situando-se dentro de um limite de expansão que pode ser considerado normal. A produção esperada de 125.710 t, se atingida, embora represente um aumento em torno de 10,6% sobre a última safra, não deverá gerar dificuldades de comercialização.

Nas regiões onde o plantio é efetuado mais cedo, as semeaduras foram iniciadas em março e os transplantes em maio.

A insuficiência de chuvas durante o mês de setembro foi compensada com precipitações normais durante o mês de outubro, permitindo que os transplantes fossem completados naquele mês; entretanto, no mês de novembro, as condições adversas de clima (excesso de chuvas e baixas temperaturas) não favoreceram a cultura. A colheita, que deveria ter sido intensificada a partir da segunda quinzena de novembro, foi apenas iniciada, em virtude do excesso de umidade. De um modo geral, as lavouras tiveram crescimento retardado com prejuízos em parte para a formação de bulbos e em parte para o seu desenvolvimento. Por esta razão, é possível que haja queda na produtividade média, embora a redução no tamanho dos bulbos seja um fator favorável para mercado.

O calendário de plantio e colheita da cebola em Santa Catarina, obedeceu, aproximadamente ao seguinte escalonamento mensal na safra 1982/83:

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	MAIO	JUN	JUL	AGO
Área plantada (transplante)	12.571	700	2.700	2.700	3.100
Área colhida	12.571	-	-	-	-
(conclusão)					(continua)
DISCRIMINAÇÃO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN
Área plantada (transplante)	2.000	1.371	-	-	-
Área colhida	-	15	556	4.500	7.500

A destinação da produção da safra 1982/83 deverá ser a seguinte:

DISCRIMINAÇÃO	VOLUME (t)
Produção Bruta (*)	125.710
Consumo Estadual (1)	10.500
Perdas (2)	37.710
OFERTA LÍQUIDA (3)	77.500

(\*) Estimativa em dezembro/82

(1) Consumo médio estimado de dezembro a maio:  
405 g/hab/mês.

(2) Foi considerada uma perda média de 30% sobre a produção bruta, decorrente de desidratação e de deterioração nos armazéns (armazenagem de jan/maio).

(3) Oferta líquida compreende o volume exportado para outros centros consumidores fora do Estado.

Fonte: CEPA/SC

ESTIMATIVA DO FLUXO MENSAL DE ESCOAMENTO DA  
CEBOLA CATARINENSE (\*)

MÊS	VOLUME (t)	DISTRIBUIÇÃO % NO MÊS
Novembro	387	0,5
Dezembro	8.525	11
Janeiro	13.950	18
Fevereiro	19.375	25
Março	21.700	28
Abril	12.400	16
Maio	1.163	1,5
TOTAL	77.500	100

(\*) Tomou-se por base o fluxo percentual das Coletorias do Estado na safra 1981/82

Elaboração: CEPA/SC

Durante o ano de 1982, a Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina - CEASA/SC, movimentou, em sua unidade de Florianópolis, cerca de 1.847,1 t de cebolas, cuja distribuição mensal, bem como os preços praticados no atacado e no varejo daquele mercado estão demonstrados no quadro a seguir:

VOLUME DE CEBOLA COMERCIALIZADO NA CEASA/SC  
E PREÇOS PRATICADOS - 1981 E 1982

MÊS	VOLUME (t)		PREÇOS NOMINAIS (Cr\$/kg)					
			Atacado			Varejo		
	1981	1982	1981	1982	Variação %	1981	1982	Variação %
Jan	148,00	151,70	10,00	33,00	230	13,00	41,00	215
Fev	200,00	133,70	10,00	38,50	285	13,00	49,80	283
Mar	166,20	136,50	13,00	66,00	407	17,00	78,00	359
Abr	184,00	89,00	13,00	78,00	500	18,00	89,00	394
Mai	179,70	97,00	14,00	157,00	1.021	21,00	166,00	690
Jun	168,60	123,40	14,00	158,00	1.029	21,00	185,00	781
Jul	183,00	204,10	19,00	135,00	611	23,00	157,00	583
Ago	209,50	200,90	21,00	98,00	366	27,00	127,00	370
Set	225,20	251,30	19,00	108,00	468	25,00	129,00	416
Out	284,30	177,70	29,00	142,00	390	33,00	165,00	400
Nov	236,00	148,60	45,00	108,00	140	52,00	141,00	171
Dez	175,30	133,20	38,00	71,00	87	45,00	98,00	177
TOTAL	2.359,80	1.847,10	-	-	-	-	-	-

Fonte: CEASA/SC (unidade de Florianópolis)

Elaboração: CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DA CEBOLA

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO: 12.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA DE CULTIVO: 2 ha

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Março/82	78.350	17.400	54.900	8.400	159.050	43.560	202.610	16,90
Junho/82	88.946	29.000	73.200	12.900	204.046	73.500	277.546	23,13
Setembro/82	99.660	36.250	91.500	12.900	240.310	77.259	317.569	26,46
Dezembro/82	119.916	43.500	118.950	18.000	300.366	101.259	401.625	33,47

Fonte: CEPA/SC

PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA NA ÁREA E NA PRODUÇÃO NACIONAL DE CEBOLA

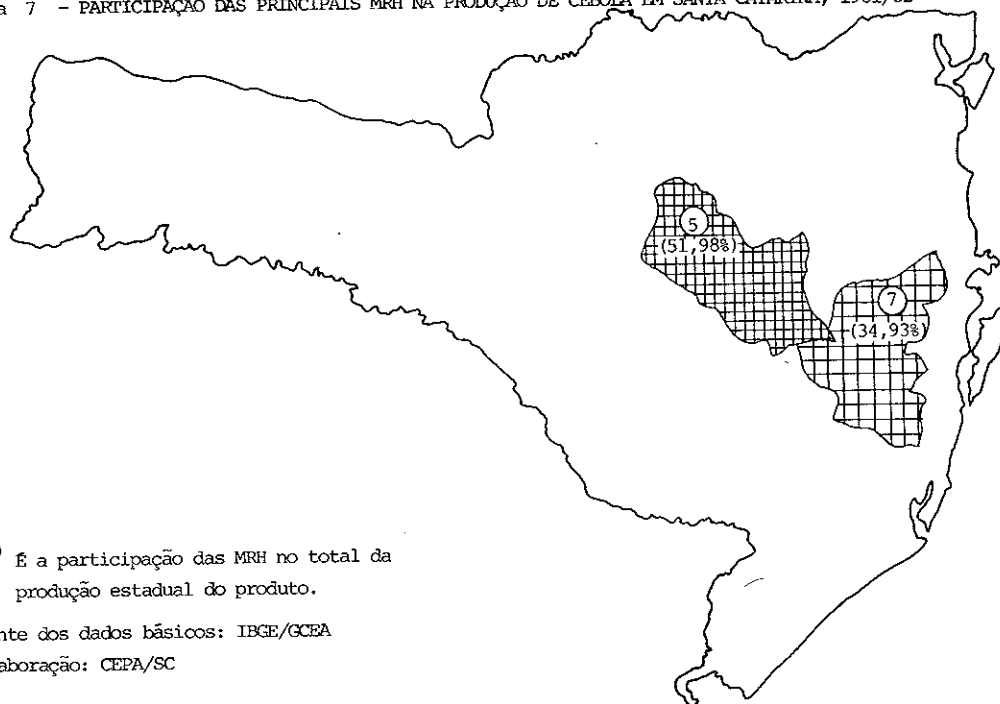
SAFRA	ÁREA (ha)		PARTICIPAÇÃO % DE SC NO BRA- SIL	PRODUÇÃO (t)		PARTICIPAÇÃO % DE SC NO BRA- SIL
	Brasil	Santa Catarina		Brasil	Santa Catarina	
1977/78	56.523	5.724	10,12	488.498	47.129	9,64
1978/79	69.101,	10.736	15,53	691.071	94.017	13,60
1979/80	67.044	12.307	18,35	694.585	103.605	14,91
1980/81	72.721	16.920	23,26	751.563	151.581	20,16
1981/82 (*)	62.849	11.380	18,10	677.484	113.602	16,76

(\*) Situação em setembro de 1982

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Elaboração: CEPA/SC

Mapa 7 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CEBOLA EM SANTA CATARINA, 1981/82 (1)



(1) É a participação das MRH no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DA CEBOLA, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Campos de Lages	1,60
Colonial Serrana Catarinense	14,82
Florianópolis	0,83
Colonial do Alto Itajaí	7,15
Colonial de Blumenau	0,77
Demais	0,061

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: IBGE

Elaboração: CEPA/SC

## 2.7. Feijão

### EVOLUÇÃO DA CULTURA DO FEIJÃO EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1976/77 A 1982/83

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77			
. safra	126.350	91.631	725
. safrinha	62.524	42.846	685
1977/78			
. safra	161.557	112.622	697
. safrinha	35.549	10.370	292
1978/79			
. safra	161.551	143.609	889
. safrinha	66.226	45.794	691
1979/80			
. safra	187.731	87.942	468
. safrinha	88.280	32.030	363
1980/81			
. safra	190.800	194.000	1.017
. safrinha	100.300	52.250	520
1981/82			
. safra	248.000	243.040	980
. safrinha	125.000	78.000	624
1982/83			
. safra <sup>(1)</sup>	270.000	216.000	800
. safrinha <sup>(2)</sup>	134.000	80.400	600

(1) Estimativa: IBGE/GCEA, dezembro/82

(2) Estimativa: CEPA/SC

Dentre os produtos da lavoura catarinense, o feijão, em 1982, continuou a manter a 6ª posição em volume da produção colhida, situando-se atrás, pela ordem, do milho, da mandioca, da cana-de-açúcar, da soja e do arroz. Já no que concerne ao Valor Bruto da Produção do subsetor lavoura, o feijão, que em 1980 a apresentou-se como o 6º colocado, evoluiu para o segundo lugar em 1981, caindo, em 1982, para a 3ª posição.

No contexto nacional, Santa Catarina, tendo produzido 321.000 t no ano de 1982, respondeu com aproximadamente 10,8% da produção nacional, situando-se como o 4º produtor do país.

A área plantada com feijão no Estado, nas duas safras, apresentou uma evolução contínua e significativa, principalmente a partir do ano agrícola 1976/77, passando de 188,8 mil hectares plantados naquele ano, para 373 mil hectares em 1981/82. O incremento na área plantada e, conseqüentemente, nas produções obtidas pode ser creditado, principalmente, ao incentivo proporcionado através do estabelecimento de preços mínimos mais estimulantes.

Ainda que na região Norte do Estado e em algumas áreas do Oeste a cultura já esteja sendo plantada em áreas maiores, com os produtores utilizando-se da mecanização nas operações de preparo do solo e plantio, a leguminosa continua a caracterizar-se como cultura típica de pequenas propriedades e grande utilização de mão-de-obra.

Estima-se que o feijão seja cultivado por cerca de 128.000 agricultores, e que a área média do cultivo gire ao redor de 1,9 ha.

Em Santa Catarina, o feijão é cultivado em duas safras, ou seja: primeira safra ou safra das águas e segunda safra, a safra das secas ou safrinha. A primeira safra, que é plantada desde agosto até novembro, respondeu em 1981/82 por cerca de 66,5% da área total cultivada. A segunda safra, ou safrinha, que é plantada nos meses de janeiro e fevereiro, além de ser responsável por apenas 1/3 da área total cultivada com feijão, responde também, tradicionalmente, com rendimentos médios bastante inferiores aos da primeira safra.

Na safra das águas, o plantio concentrou-se, por ordem de importância, nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, com 48,5% da área plantada; Planalto de Canoinhas, com 18,1% ; Campos de Curitibanos, com 13,0%; Colonial do Rio do Peixe, com 6,3%; Colonial do Alto Itajaí, com 4,9% e Campos de Lages, com 3,4%. Já na safrinha, os maiores plantios ocorreram nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, com 58,3%; Colonial do Alto Itajaí, com 16,7%; e Carbonífera, com 7,2% da área plantada.

Na primeira safra de 1981/82, o aumento da área plantada no Oeste e Planalto Catarinense deveu-se a diversos fatores, entre os quais salientaram-se: os bons rendimentos obtidos na sa

fra anterior; os preços recebidos pelos produtores, considerados razoavelmente remuneradores; o curto ciclo da lavoura e o baixo preço da soja, que proporcionou comutação desta pelo feijão nas áreas consorciadas com milho. Já na microrregião do Alto Vale do Itajaí, o incremento do plantio ocorreu, principalmente, devido à utilização das áreas que não foram plantadas com cebola.

A deficiência hídrica verificada em agosto/setembro e o excesso de chuvas em outubro atrasaram o plantio na maioria das regiões. Em outubro, a incidência de baixas temperaturas, no Sul do Estado e em áreas localizadas do Oeste e Meio Oeste, atrasou o desenvolvimento vegetativo das plantas. A ocorrência de granizo em alguns municípios do Alto Vale do Itajaí (outubro) e nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense e Colonial do Rio do Peixe (novembro) ocasionou prejuízos em cerca de 12.500 ha da cultura. Apesar dos empecilhos acima, o feijão apresentou bom desenvolvimento na maioria das regiões produtoras, com a estiagem de janeiro tendo, inclusive, favorecido a colheita. A exceção coube às microrregiões do Planalto Catarinense, onde o plantio se processa mais tarde e onde a cultura sofreu intenso ataque de antracnose (principalmente no Planalto de Canoinhas), com a deficiência hídrica acarretando prejuízos em significativa parcela das lavouras. De qualquer modo, a produção obtida de 243.000 t foi recorde catarinense e, quando comparada à da safra anterior, apresentou crescimento da ordem de 25%.

Na segunda safra, ou safrinha, a despeito de a falta de umidade em janeiro e o excesso de chuvas em fevereiro terem atrasado o plantio e limitado o crescimento da área, pois o prazo máximo de semeadura do feijão da safrinha encerra-se em fins de fevereiro, a área cultivada alcançou 125.000 ha ou 24,6% a mais do que a do ano anterior.

Ainda que a cultura tenha sofrido problemas generalizados de deficiência hídrica nas primeiras quinzenas de março e abril, que repercutiram desfavoravelmente na produtividade, chegando a causar perdas totais em cerca de 5% da área plantada no Estado, o rendimento médio obtido de 624 kg/ha foi o melhor das últimas três safrinhas. Do mesmo modo que a área plantada apresentou um aumento significativo, a produção obtida de 78.000 t foi 49,3% superior à do ano anterior, constituindo-se na maior



safrinha já colhida no Estado.

No ano agrícola 1981/82, a produção estadual das duas safras de feijão (águas e secas) alcançou o volume de 321.000 t. Essa produção, quando comparada à obtida no período 1980/81 .... (246.500 t), apresentou evolução da ordem de 30%.

Por outro lado, a produção brasileira de 1981/82 pode ser visualizada no quadro a seguir:

ÁREA E PRODUÇÃO (1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> safras) DE FEIJÃO POR REGIÃO - BRASIL, 1981/82<sup>(1)</sup>

REGIÕES DO BRASIL	ÁREA (em 1.000 ha)		PRODUÇÃO (em 1.000 t)		PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA PRODUÇÃO (%)	
	1 <sup>a</sup> safra	2 <sup>a</sup> safra	1 <sup>a</sup> safra	2 <sup>a</sup> safra	1 <sup>a</sup> safra	2 <sup>a</sup> safra
Norte	-	116,6	-	75,8	-	5,8
Nordeste	1.514,3	1.065,3	325,7	471,6	19,4	36,3
Sudeste	668,5	792,4	345,9	456,1	20,6	35,1
Centro-Oeste	48,0	334,2	21,1	147,9	1,3	11,4
Sul	1.201,1	265,4	987,5	147,1	58,7	11,4
TOTAL BRASIL	3.431,9	2.573,9	1.680,2	1.298,5	100,0	100,0

(1) Não estão computados os dados da 3<sup>a</sup> safra ou safra de inverno, cultivadas principalmente nos Estados de São Paulo e Paraná.

Fonte: IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, set/82)

Com relação à safra 1982/83, plantio das águas, as estimativas do IBGE/GCEA apontavam, em dezembro, para Santa Catarina, uma área de plantio ao redor de 270.000 ha, com uma produção prevista em 216.000 t.

O aumento na área plantada foi creditado, entre outros, aos seguintes fatores: preço mínimo considerado razoavelmente estimulante; certeza da compra por parte do governo, no caso dos preços se deteriorarem; baixo preço da soja; estagnação do preço do milho até inícios de outubro; o curto ciclo da lavoura de feijão, que proporciona entrada de recursos a curto prazo; e relativa facilidade na obtenção de crédito para custeio.

A deficiência hídrica verificada em setembro causou a trasa no plantio, sem, contudo, acarretar maiores danos à cultura. Por outro lado, a ocorrência, em outubro, de ventos frios e granizo no Extremo Oeste e de geadas no Meio-Oeste, no Vale do Rio do Peixe e nas microrregiões do Planalto, bem como o excesso de chuvas em outubro/novembro e a alta incidência de doenças, principalmente antracnose e ferrugem, causaram prejuízos significativos à cultura, tendo-se refletido em perda total da produção em parcela da área plantada, com diminuição do rendimento médio estadual anteriormente previsto. De qualquer modo, a produção que, no início da safra, fora estimada em 259,2 mil toneladas, caiu para 216,000 t em dezembro, com probabilidade de sofrer nova redução.

A nível nacional, as primeiras estimativas da safra das águas, que apontavam para uma produção de 1,6 milhões de toneladas, foram recalculadas, em dezembro, para um intervalo entre 1,2 e 1,3 milhões de toneladas, em função das condições climáticas adversas que ocorreram nos principais Estados produtores.

O preço-base do feijão da primeira safra de 1981/82, que havia sido fixado, em julho de 1981, em Cr\$ 3.150,00/sc de 60 kg, após as correções do INPC de julho a novembro de 1981 alcançou o preço mínimo de Cr\$ 3.709,80/sc para o tipo 3.

Para a safrinha do mesmo período, o preço-base, que foi fixado em fevereiro em Cr\$ 3.880,80, alcançou Cr\$ 4.702,00 após ser corrigido em abril de 1982. Já o feijão da primeira safra de 1982/83, cujo preço-base havia sido fixado em junho/82 em Cr\$... 5.985,00/sc, alcançou Cr\$ 6.905,00 após a sua correção em novembro.

Ainda com relação à safrinha 1981/82, em fins de janeiro, o Governo fixou os Valores Básicos de Custeio nos seguintes níveis:

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VALOR BÁSICO DE CUSTEIO		REAJUSTE NOMINAL (%)
	Julho/81 (Cr\$/ha)	Janeiro/82 (Cr\$/ha)	
Até 400	8.700,00	10.400,00	19,54
De 401 a 600	18.200,00	22.700,00	24,73
De 601 a 800	20.700,00	25.800,00	24,64
De 801 a 1.000	24.900,00	34.100,00	36,95
Acima de 1.000	29.800,00	40.300,00	35,23

Fonte: CFP

Elaboração: CEPA/SC

Esses VBC, apesar de apresentarem reajustes nominais inferiores à taxa inflacionária do período, não se constituíram em empecilhos à atividade, uma vez que é pequena a utilização do crédito na produção de feijão da safrinha.

Para a safra das águas de 1982/83, foram fixados os novos Valores Básicos de Custeio nos seguintes níveis:

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VALOR BÁSICO DE CUSTEIO		REAJUSTE NOMINAL (%)
	Julho/81 (Cr\$/ha)	Junho/82 (Cr\$/ha)	
Até 400	8.700,00	16.000,00	83,9
401 a 600	18.200,00	33.700,00	85,2
601 a 800	20.700,00	40.200,00	94,2
801 a 1.000	24.900,00	49.600,00	99,2
1.001 a 1.500	29.800,00	62.700,00	110,4
Acima de 1.500	-	68.000,00	-

Fonte: CFP

Elaboração: CEPA/SC

Como pode ser notado, os novos VBC, principalmente os das faixas entre 600 e 1.000 kg/ha, sofreram correções praticamente iguais ao índice inflacionário do período, fato que não chegou a ocasionar maiores impactos na intenção de plantio dos produtores.

O abastecimento nacional transcorreu tranqüilo durante

todo o ano, com a produção de 2,98 milhões de toneladas tendo coberto plenamente a demanda, estimada entre 2,4 e 2,5 milhões de toneladas, e gerado excedentes expressivos que se encontram em mão do Governo.

Estima-se que nas duas safras de 1981/82 a CFP tenha adquirido cerca de 630.000 toneladas de feijão, das quais aproximadamente 223.000 t só em Santa Catarina.

Santa Catarina, com um volume de 321.000 t produzidas nas duas safras, colaborou com cerca de 10,8% da oferta nacional das diversas variedades de feijão, com predominância de feijão preto, que ainda representa mais de 60% da produção estadual.

No Estado, a produção obtida nas duas safras (águas e secas), proporcionou o pleno abastecimento interno estadual e gerou excedentes exportáveis da ordem de 175.000 t.

Em épocas normais de comercialização, estima-se que, da produção estadual, cerca de 10% permanecem na propriedade, 25% são comercializados através das cooperativas, 43% negociados pelos intermediários estaduais, 10% vendidos diretamente a intermediários e outros Estados, 4% adquiridos por pequenos armazéns e 8% por supermercados. No entanto, com a fraca movimentação da comercialização interestadual ocorrida durante este ano, o fluxo de comercialização alterou-se substancialmente, uma vez que somente o Governo adquiriu cerca de 70% da produção estadual. Daí deduzir-se que esses 70% comercializados pelo Governo, acrescidos de cerca de 10% retidos na propriedade e mais 10% de perdas no transcorrer de todo o processo de movimentação de safras, perfazem 90% do total produzido no Estado, devendo ter sobrado para a intermediação cerca de 10% da produção. Outro fato bastante significativo foi o crescimento acentuado do volume de feijão entregue às cooperativas, que deve ter alcançado mais de 50% da produção estadual.

O escoamento das safras, do produtor até os armazéns coletores, processou-se normalmente, com as cooperativas e armazéns credenciados tendo recebido grande volume do produto, em função da pequena ação dos intermediários, que não viram grandes perspectivas de lucro. Ao contrário, a movimentação de produto para outros Estados ficou muito aquém do esperado, pois os pre-

ços praticados nas praças do Rio de Janeiro e São Paulo, principais compradores, situaram-se em níveis que, quando descontadas as despesas de frete, ICM e outras, não comportaram o pagamento do preço mínimo.

As aquisições do Governo Federal (AGF) tiveram início em janeiro, não só em face dos baixos preços que vigoraram no mercado naquela época, mas também em decorrência de problemas relacionados aos Empréstimos do Governo Federal (EGF), que tiveram suas liberações bastante dificultadas.

A nível de produtor, as cotações situaram-se levemente abaixo dos preços fixados pelo Governo, tanto na primeira safra Cr\$ 3.400,00/sc (mínimo de Cr\$ 3.709,80), quanto na safrinha Cr\$ 4.400,00/sc de 60 kg (mínimo de Cr\$ 4.702,00). Essa defazagem entre o preço mínimo e o valor efetivamente recebido pelos produtores deveu-se a algumas despesas que correram por conta do produtor, como carga e descarga e frete até os armazéns das cooperativas.

No mercado atacadista, tanto estadual como interestadual, os preços, que se apresentaram estagnados até abril, tiveram leve reação a partir de maio, em função da entrada em vigor do preço mínimo da safrinha. De julho em diante, o mercado atacadista de São Paulo apresentou-se dividido em dois segmentos distintos: o primeiro, de feijão novo da safra de inverno, que mostrou leve recuperação nos preços até então praticados para o feijão da safrinha; e o segundo, do feijão velho, que começou a ser comercializado pela CFP, através dos supermercados e dos leilões das Bolsas de Cereais, a nível bastante inferior ao do mínimo.

Nos leilões das Bolsas de diversos Estados, a cotação dos estoques governamentais giraram ao redor de Cr\$ 2.400,00/sc de 60 kg. Esse valor, quando acrescido de ICM e frete, chegou ao interior em níveis nunca superiores a Cr\$ 3.200,00/sc.

Além de o feijão ter sido leiloado, desde julho, nas Bolsas de Mercadorias dos diversos Estados, o Governo, a fim de agilizar a comercialização de seus estoques, encetou em outubro uma campanha de aumento de consumo, procurando colocar o produto a nível de consumidor ao preço de Cr\$ 60,00/kg. Segundo aquele programa, a distribuição do produto foi feita através da Rede SOMAR da COBAL, e engajou também a iniciativa privada, através da

Associação Brasileira de Supermercados. Outra medida adotada para facilitar o escoamento do feijão foi a autorização dada às agências do Banco do Brasil para venderem o produto (volumes superiores a 10 sacas) diretamente a pessoas físicas e jurídicas a Cr\$ 40,00/kg, acrescidos de ICM.

A pressa do Governo em se desfazer dos estoques deveu-se principalmente, ao que parece, ao fato de o feijão perder rapidamente suas propriedades colinárias, além de não haver possibilidades de exportação de grandes volumes do produto, Mesmo assim, em novembro, o país conseguiu exportar cerca de 30.000 t de feijão para a Venezuela ao preço de Cr\$ 55,00/kg.

Para os primeiros meses de 1983, a não ser que ocorra frustração da safra nacional, não se visualiza grande perspectiva de melhoria nos preços, face à grande disponibilidade de feijão em mãos do Governo. A expectativa maior é a de que o Governo, a exemplo do ocorrido nas duas safras deste ano, venha a adquirir, através da política de preços mínimos, a maior parcela da produção.

PREÇO MENSAL DO FEIJÃO PRETO A NÍVEL DE PRODUTOR E ATACADO EM SANTA CATARINA E NO ATACADO DE SÃO PAULO, 1982

(Cr\$/sc de 60 kg)

MÊS	PRODUTOR	ATACADO (SC)	ATACADO (SP)
Janeiro	3.400	4.000/4.100	4.150
Fevereiro	3.400	4.000/4.100	4.200
Março	3.400	4.000/4.100	4.425
Abril	3.400	3.800/4.000	4.190
Maiο	4.400	4.800/5.200	5.440
Junho	4.400	4.800/5.200	5.130
Julho	4.400	4.800/5.000	5.100
Agosto	4.400	4.800/5.000	5.910 (*)
Setembro	4.000	-	6.000 (*)
Outubro	4.400	-	5.830 (*)
Novembro	4.400	-	4.900

(\*) Feijão novo da safra de inverno

Fonte: FECOAGRO e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DO FEIJÃO (s/adubação)

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 800 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 2 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACA DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Março/82	9.835	9.350	8.400	3.010	30.595	15.160	45.755	3.415
Junho/82	11.050	13.056	10.220	3.574	37.900	17.068	54.968	4.102
Setembro/82	11.980	14.690	11.620	4.025	42.342	18.374	60.716	4.531
Dezembro/82	13.635	17.793	13.020	5.021	49.469	22.637	72.106	5.381

Fonte: CEPA/SC

CUSTOS DE PRODUÇÃO DO FEIJÃO (tração animal)

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 1.020 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 2,0 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACA DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Março/82	16.700	13.950	7.500	3.429	41.579	15.781	57.360	3.374
Junho/82	19.850	20.230	10.585	4.730	55.395	17.772	73.167	4.304
Setembro/82	20.760	22.950	12.035	5.174	60.919	19.964	80.883	4.758
Dezembro/82	25.780	27.965	13.485	6.409	73.639	25.122	98.761	5.809

Fonte: CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DO FEIJÃO (tração motora)

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 1.500 kg/ha

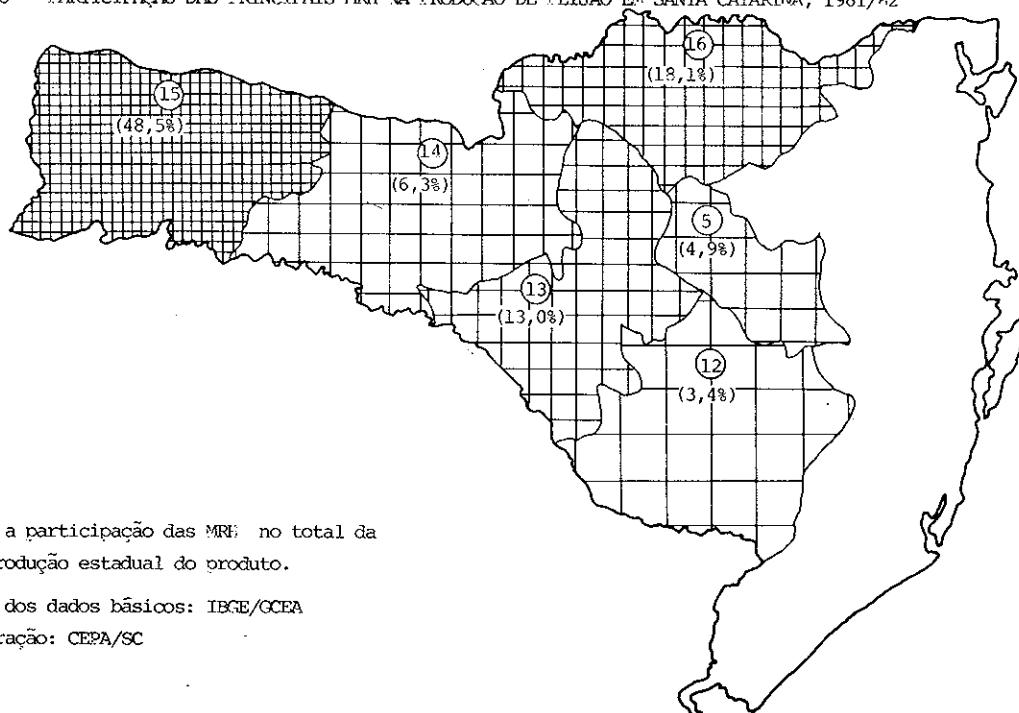
ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 6 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACA DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Março/82	23.040	21.700	8.100	5.627	58.467	18.195	76.662	3.066
Junho/82	27.288	28.070	9.885	7.022	72.235	20.522	92.757	3.710
Setembro/82	28.763	36.045	11.205	6.858	82.871	21.651	104.522	4.181
Dezembro/82	35.180	41.805	12.555	8.674	98.214	28.813	127.027	5.081

Fonte: CEPA/SC

Mapa 8 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO EM SANTA CATARINA, 1981/82 (1)



(1). É a participação das MRH no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO FEIJÃO, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Planalto de Canoinhas	22,16
Colonial do Oeste Catarinense	13,43
Campos de Curitibanos	17,12
Campos de Lages	18,17
Colonial do Alto Itajaí	12,03
Demais	1,14

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: IBGE

Elaboração: CEPA/SC



## 2.8. Fumo

### EVOLUÇÃO DA CULTURA DO FUMO, SANTA CATARINA, SAFRAS 1977/78 A 1982/83

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	90.527	119.846	1.323
1978/79	112.326	178.175	1.586
1979/80	76.642	127.401	1.662
1980/81	61.250	100.303	1.637
1981/82	71.384	132.130	1.851
1982/83 (*)	80.000	144.000	1.800

(\*) Estimativa: IBGE/GCEA

Fonte: IBGE

A produção do fumo desempenha um papel relevante na economia agrícola catarinense, sendo responsável por 7,19% do Valor Bruto da Produção Agropecuária estadual, sendo o quarto produto mais importante. No subsetor lavoura, o fumo aparece em segundo lugar na formação do VBP, contribuindo com 15,75%.

Santa Catarina, na safra 1981/82, participou, conforme dados da AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil, com 38% e 28% do volume de produção total da região Sul e do Brasil, respectivamente. Ocupa o Estado o segundo lugar na produção nacional, sendo que o Rio Grande do Sul destacou-se como o maior produtor.

Caracteriza-se a cultura por ser tipicamente de pequena propriedade, intensiva quanto ao aproveitamento de mão-de-obra. Conforme mostram os dados dos custos de produção elaborados pela FETAESC - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, o item mão-de-obra representa 59% do custo total da cultura.

A exploração do fumo vem-se constituindo numa das alternativas de renda para os agricultores minifundiários. Informações preliminares indicam que a área média cultivada por propriedade é de 2,7 ha, e que o número de plantadores é de 35.884, enquanto se estima que o número de fumicultores brasileiros alcance um to

tal de 164.073. Do total de plantadores (35.884), na safra 1981/82, de acordo com a fonte citada, aproximadamente 66% se dedicaram aos fumos de estufa, enquanto o restante cultivou os fumos de galpão.

Além de ser uma atividade desenvolvida na pequena propriedade, ressalta-se, ainda, a sua importância sócio-econômica devido à expressiva quantidade de pessoas envolvidas (em torno de 210.000).

Seu cultivo concentra-se nas microrregiões Colonial do Alto Itajaí, Carbonífera, Colonial Sul Catarinense, Planalto de Canoinhas, Litoral Sul Catarinense, Colonial de Blumenau e Colonial Serrana Catarinense (ver mapa nº 9).

Na região Sul do Estado, a secagem do produto é feita exclusivamente em estufas com calor controlado, permitindo a obtenção de um produto de melhor qualidade. Na região Oeste, predomina a secagem à temperatura ambiente (galpão). Na região do Vale do Itajaí e Planalto de Canoinhas, ocorre a secagem nas duas modalidades: estufa e galpão. Estima-se que existam no Estado 30.278 estufas.

Os fumos cuja secagem é realizada em estufas compreendem os tipos Amarelinho e Virgínia e foram responsáveis por 77,9% da produção no Estado na safra 1981/82, cabendo aos fumos secados em galpão, e que incluem os tipos Burley e Galpão Comum, 20,1% da produção estadual.

Com relação ao comportamento da cultura é oportuno salientar, que, em função de as indústrias não terem sido tão rigorosas na classificação do produto na safra 1980/81 e também da melhoria dos preços, ocorreu um acréscimo da área plantada na safra 1981/82.

Na safra 1982/83, devido à situação considerada normal da safra anterior, voltou a ocorrer acréscimo na área plantada, estimado em 12,07% pelo IBGE/GCEA-SC. Entretanto, em algumas regiões, especialmente nas regiões Sul e Oeste do Estado, as condições climáticas não têm sido favoráveis, com o excesso de chuvas prejudicando o desenvolvimento normal da cultura.

Para o estabelecimento do preços da safra 1982/83, realizou-se, dia 25 de novembro de 1982, uma reunião com uma comis-

são representativa dos fumicultores e Sindicato das Indústrias de Fumo, em Santa Cruz do Sul (RS), para decidir sobre o assunto do produto. A indústria propôs inicialmente um acréscimo de 94,6% para as variedades Amarelinho e Virgínia e de 94,0% para as variedades Burley e Galpão Comum. Por outro lado, os fumicultores reivindicaram os seguintes índices de aumento:

Virgínia	-	132,44%
Amarelinho	-	130,92%
Burley	-	102,26%
Galpão comum	-	106,14%

No final da reunião, a indústria do fumo concordou com um acréscimo de 98% em relação à tabela de preços da safra passada. Esses índices, no entanto, não estão sendo aceitos, pelos fumicultores, podendo ocorrer novos desdobramentos.

A comercialização do fumo é feita diretamente com a indústria. A entrega da produção decorre de um compromisso verbal entre os produtores e as companhias manufactureiras. Essas companhias fornecem todos os insumos para a cultura, prestam assistência técnica direta ao produtor e facilitam o crédito. Os produtores, por sua vez, têm assegurada a venda da produção.

A comercialização ocorre nos meses de dezembro e janeiro, e participam da compra da produção aproximadamente 20 indústrias.

Todos os produtores possuem, em suas propriedades, estufas ou galpões, onde o produto, antes de ser recolhido pelos caminhões, passa por um processo de secagem, além de uma pré-classificação.

Em seguida, é levado de caminhão da propriedade para os depósitos e/ou unidades de beneficiamento das empresas. Na recepção destas unidades, o fumo é novamente classificado e o produtor recebe o pagamento de acordo com a qualidade do produto.

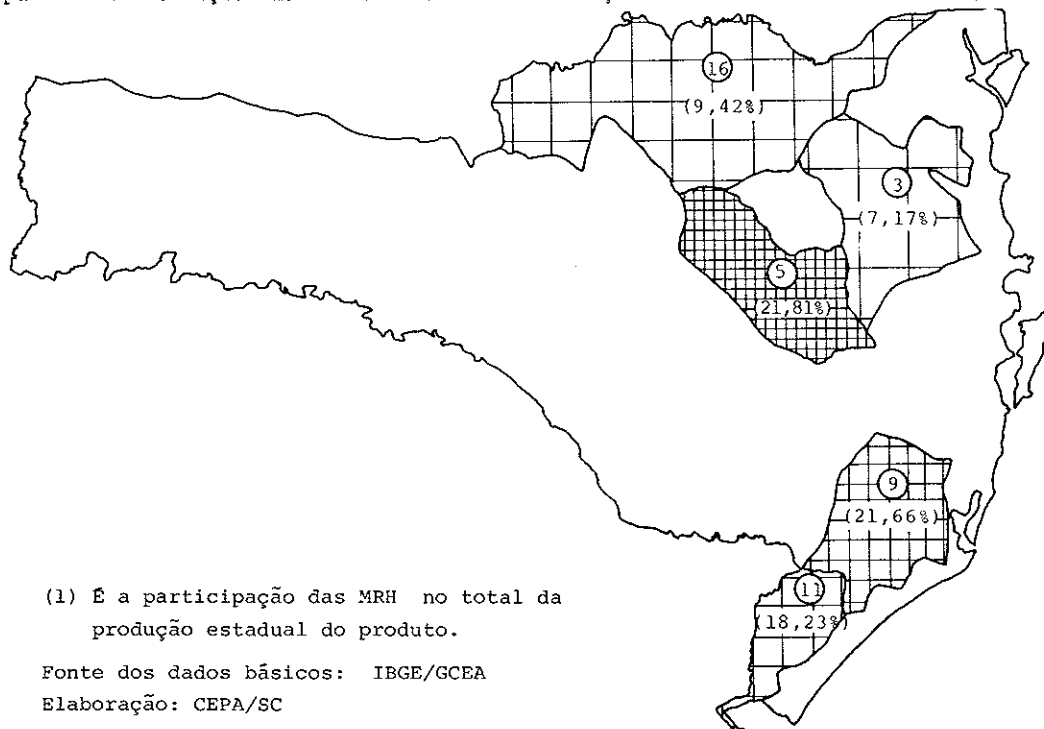
As firmas que compram a matéria-prima e que possuem unidade de beneficiamento em Santa Catarina fazem a classificação, seleção, destala, ressecagem, enfardação e expurgo. Os fardos são remetidos às fábricas de cigarros existentes no País, que podem ser da própria empresa ou de terceiros. Parte considerável da produção catarinense é exportada para outros países na forma de fu

mo em folha, geralmente através de portos catarinenses. Ocorre também que algumas indústrias, localizadas no Rio Grande do Sul mas que compram o produto em Santa Catarina, exportam a produção através do vizinho Estado gaúcho.

Tomando-se por base a safra 1981/82, conforme dados da AFUBRA, o principal tipo exportado é a Virgínia, representando 76,7% do volume total exportado, seguindo em importância os seguintes tipos: Burley (2,7%), Comum (2,2%) e Amarelinho (0,1%). Na referida safra, o volume total exportado em termos de País foi de 140.000 toneladas, correspondendo a 39,2% da produção nacional.

Nessa mesma safra, Santa Catarina exportou, conforme a mesma fonte, 38.945 toneladas, representando 27,8% das exportações brasileiras de fumo em folha.

Mapa 9 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CATARINA, 1981/82<sup>(1)</sup>



(1) É a participação das MRH no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO FUMO, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Colonial Sul Catarinense	19,07
Carbonífera	19,94
Colonial Serrana Catarinense	10,72
Colonial do Alto Itajaí	12,07
Colonial de Itajaí do Norte	17,72
Demais	11,49

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: IBGE

Elaboração: CEPA/SC

## 2.9. Maçã

### EVOLUÇÃO DA CULTURA DA MACIEIRA EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1976/77 A 1982/83

SAFRA	ÁREA PLAN TADA (ha)	ÁREA CO LHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	3.815	1.375	12.355	8.985
1977/78	5.287	1.965	10.854	5.524
1978/79	6.337	2.668	21.410	8.024
1979/80	7.154	3.815	28.225	7.398
1980/81	8.031	5.287	39.175	7.410
1981/82	9.036	6.337	76.664	12.098
1982/83 <sup>(1)</sup>	10.036	7.154	74.000	10.344

(1) Estimativa

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

Elaboração: CEPA/SC

A cultura da macieira, que até o ano de 1970 era considerada de importância secundária, uma vez que a área implantada com essa frutífera, no Brasil, era de somente 2.000 ha, passou, nos últimos doze anos, a ter significado no contexto das produções agrícolas do país, alcançando, na atual safra, a expressiva área de 22.000 ha cultivados.

Segundo o Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçã-MA/SNPA/G.HORT. (1980 a 1984), esse índice de crescimento excelente, em se tratando de uma cultura permanente, que exige altos investimentos iniciais e propicia retorno somente em médio prazo, demandou, no entanto, iniciativas, ações, enquadramentos e políticas, nem sempre previstos e pré-estabelecidos, e resultou da necessidade de substituição das importações brasileiras de maçã, cujos volumes e valores são parâmetros claros e bem evidentes, que sensibilizam e mostram sua dimensão de importância no abastecimento nacional.

Na tabela a seguir, são mostrados alguns dados sobre as importações brasileiras de maçã, bem como sobre a produção nacional e o consumo "per capita".

EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E PRODUÇÕES BRASILEIRAS  
DE MAÇÃ - PERÍODO 1970-81

ANO	POPULAÇÃO BRASILEI- RA (1.000 hab.)	PRODUÇÃO NACIONAL (t)	VOLUME IMPORTADO (t)	VOLUME TOTAL (t)	CONSUMO (kg/hab.)	VALOR VOL. IMPORTADO (U\$ 1.000)
1970	93.139	-	108.994	108.994	1,2	26.915
1971	95.449	-	121.350	121.350	1,3	29.292
1972	97.816	-	131.116	131.116	1,3	29.207
1973	100.242	18.864	79.242	98.106	1,0	38.799
1974	102.728	22.973	183.195	206.168	2,0	61.761
1975	105.275	27.012	143.595	170.607	1,6	62.893
1976	107.886	23.303	189.396	212.699	2,0	78.845
1977	110.562	27.470	202.565	230.035	2,1	88.396
1978	113.304	30.126	190.217	220.343	1,9	97.758
1979	116.114	35.240	183.117	218.357	1,9	101.882
1980	119.099	41.558	135.410	176.968	1,5	77.206
1981	122.052	62.500	112.563	175.063	1,4	68.424

Fonte: CIEF/IBGE, EMATER-SC/ACARESC (PROFIT), CEPA/SC, ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇÃ E PÊRA.

Elaboração: CEPA/SC

É preciso, no entanto, que se visualizem para o setor ligado à maçã nacional, objetivos mais amplos e duradouros. Apesar de ser uma atividade recente, a maleicultura já trouxe, para determinadas regiões do país, e em especial para Santa Catarina, benefícios incontáveis. Já é possível, por exemplo, ver-se a maçã viabilizando minifúndios e empresas, gerando agroindústrias, empregos, ativação comercial e de transporte, arrecadações governamentais, desenvolvimento sócio-econômico de regiões inteiras e propiciando ao consumidor brasileiro a oportunidade de utilizá-la como alimento acessível, em termos de preço, e rico em alternativa de qualidade, tanto para consumo "in natura" como para seus subprodutos industrializados.

"A substituição das importações de maçã, pelo país, deve ser um objetivo intermediário de um setor que tem potencialidades maiores e pode responder, de forma eficaz, aos estímulos e proteção que vier a receber inicialmente, estabelecendo, dessa

forma, mais uma riqueza agrícola para o Brasil" (1).

Com cerca de dois milhões de hectares de áreas edafo-climáticas propícias ao cultivo da macieira, o Brasil poderia vir a alcançar a sua auto-suficiência, em termos de produção de maçã, sem nenhum risco de deslocamento de outras explorações agrícolas, se somente 2% dessa área viesse a ser efetivamente destinada à produção dessa frutífera e contasse, evidentemente, com adequadas tecnologia de produção e infra-estrutura de recebimento, classificação e armazenagem frigorífica.

Para isso, no entanto, é preciso que sejam alocados, pelos agentes financeiros, os recursos creditícios necessários à implantação e exploração de pomares condizentes com a atividade, que exige altos investimentos iniciais e cujo retorno somente é viabilizado a médio e longo prazos, e oportunos em épocas e valores, para que não se frustrem intenções de plantio e perspectivas de produção.

Em Santa Catarina, após a implantação do PROFIT - Projeto de Fruticultura de Clima Temperado, em 1968, a cultura da macieira tem apresentado um desenvolvimento marcante, tanto em área cultivada quanto em produção obtida, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas nos últimos anos pelos produtores particulares e associações de produtores, notadamente em relação ao crédito de investimento.

O Projeto de Fruticultura de Clima Temperado, em Santa Catarina, está sendo desenvolvido nas regiões fisiográficas do Vale do Rio do Peixe, Campos de Lages e Campos de Curitibanos. Participando, na safra 1981/82, com mais de 9.000 ha da área total cultivada com macieira no Brasil, o Estado obteve uma produção da ordem de 76.664 t, ou seja, 59% da produção nacional, o que o destacou, mais uma vez, como o maior produtor brasileiro de maçãs.

O volume da produção nacional comercializado, por Estado produtor, pode ser visto na tabela a seguir:

---

(1) BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Produção Agropecuária. Programa nacional de produção e abastecimento de maçã (1980-1984). p.2.



PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃ, SAFRA 1981/82

ESTADO	PRODUÇÃO COMERCIALIZADA (1) (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
Santa Catarina	73.600	58,27
Rio Grande do Sul	25.000	19,79
São Paulo	18.500	14,65
Paraná	7.910	6,26
Minas Gerais	1.300	1,03
TOTAL	126.310	100,00

(1) produto comercializado: "in natura" + destinado à industrialização

Fonte: EMATER-SC/ACARESC (PROFIT), EMATER-PR/ACARPA (FRUTIPAR), EMATER-MG, CEPA/RS e Associação Paulista de Produtores de Maçã e Pêra.

Elaboração: CEPA/SC

Considerando-se somente os dados de produção do Estado de Santa Catarina, o volume obtido na safra passada, resultante da colheita de 6.337 ha de macieiras já em produção, representou um aumento, em relação à safra 1980/81, da ordem de 95%.

Esse expressivo desempenho da safra catarinense decorreu da entrada de novos pomares em produção, do aumento de produtividade que os pomares mais antigos têm demonstrado, tendo em vista haverem alcançado idade de plena produção e, em especial, das excelentes condições climáticas, com um inverno bastante rigoroso, verificadas naquele ano agrícola.

Do total de 76.664 t de maçãs produzidas em Santa Catarina, na última safra, cerca de 67.210 t foram comercializadas "in natura" e 6.390,3 t destinaram-se à industrialização. O produto restante, 3.063,5 t, foi perdido nas fases de colheita e pós-colheita.

O produto comercializado "in natura", representando cerca de 87,67% da produção estadual e sendo comercializado por 1.014 produtores a um preço médio, a nível de propriedade, de Cr\$ 69,54/kg, movimentou recursos da ordem de Cr\$ 4.673.905.932,00.

À maçã industrial coube uma participação de 8,33% da

produção catarinense. Foi comercializada por 558 produtores a um preço médio, posto na indústria, de Cr\$ 13,13/kg. O valor resultante dessas transações alcançou a Cr\$ 83.961.715,00.

Considerando que foram comercializadas ao redor de 3,3 milhões de caixas de 20 kg, a um preço médio de Cr\$ 3.100,00/caixa, o valor total que a maçã produzida na última safra, em Santa Catarina, movimentou para o Estado poderia ser estimado em 10 milhões de cruzeiros aproximadamente.

Esse montante, que sem sombra de dúvida é muito expressivo, justifica plenamente o empenho do Governo Estadual no sentido de dotar Santa Catarina de uma capacidade de armazenagem frigorífica condizente com as suas reais necessidades, assegurando, dessa forma, a continuidade de uma exploração cujo montante de inversões já efetuado não justifica, jamais, a sua paralisação.

Com os investimentos realizados no ano de 1982 na área de armazenagem frigorífica, os produtores catarinenses poderão contar, para a safra 1982/83, com uma capacidade de frigorificação, para a maçã, da ordem de 44.000 t, assim distribuídas, de acordo com a região produtora:

DISPONIBILIDADE DE ARMAZÉNS A FRIO PARA A MAÇÃ; CONCLUÍDOS E EM CONSTRUÇÃO, E PERSPECTIVA DE PRODUÇÃO, POR REGIÃO PRODUTORA, SAFRA 1982/83

REGIÃO PRODUTORA	PRODUÇÃO ESTIMADA (t)	CAPACIDADE FRIGORÍFICA CONCLUÍDA (t)	CAPACIDADE FRIGORÍFICA EM CONSTRUÇÃO (t)	CAPACIDADE FRIGORÍFICA TOTAL (t)
Região de Videira	42.800	29.300	4.300	33.600
Região de Lages	30.000	7.230	3.000	10.230
Região de Joaçaba	1.200	250	-	250
TOTAL	74.000	36.780	7.300	44.080

Fonte: EMATER-SC/ACARESC (PROFIT)

Elaboração: CEPA/SC

É preciso, no entanto, que os investimento nessa área sejam mantidos nos atuais níveis, e que a atual capacidade de frigorificação existente no Estado seja ampliada sempre que o

crescimento da produção de maçãs de Santa Catarina assim o exigir.

A maçã catarinense produzida na última safra foi comercializada, principalmente, para os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Minas Gerais, além de atender a demanda do próprio Estado catarinense.

A CEASA/SC - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina, responsável pelo abastecimento de hortigranjeiros da região da Grande Florianópolis, movimentou durante o ano de 1982 um volume da ordem de 1.597.330 kg de maçã.

Coube ao produto nacional, de procedência do próprio Estado catarinense, uma participação bastante significativa, tendo contribuído com cerca de 1.358.280 kg, ou seja, 85% do total comercializado naquele entreposto de comercialização.

O volume restante (239.050 kg) constituiu-se de produto importado, repassado pela CEASA/PR (42.425 kg) e CEAGESP (196.625 kg).

Na tabela a seguir são mostrados os volumes de produto nacional e importado movimentados pela CEASA/SC, em 1982, bem como os preços médios de comercialização a nível de atacado e varejo.

VOLUME COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS DA MAÇÃ NACIONAL E IMPORTADA, NO ATACADO E NO VAREJO DA CEASA/SC, NO ANO DE 1982

MÊS	VOLUME (kg)			PREÇOS MÉDIOS (Cr\$/kg)			
	Nacio nal	Impor tada	Total	Atacado		Varejo	
				Nacio nal	Impor tada	Nacio nal	Impor tada
Jan	19.988	9.950	29.938	147,14	256,58	168,44	331,20
Fev	170.055	19.065	189.120	109,54	314,58	133,87	360,00
Mar	203.745	6.325	210.070	101,74	245,10	123,00	290,40
Abr	217.885	4.675	222.560	98,72	187,04	126,36	235,73
Mai	140.950	9.875	150.825	101,77	176,33	122,10	228,87
Jun	114.020	11.800	125.820	117,54	176,33	140,64	223,64
Jul	103.552	11.225	114.777	136,50	180,78	152,76	225,33
Ago	122.500	29.200	151.700	157,81	202,39	173,75	226,88
Set	93.940	34.650	128.590	180,83	204,21	190,26	266,27
Out	82.525	38.475	121.000	237,82	242,76	251,35	284,09
Nov	65.970	38.360	104.330	288,79	305,59	300,77	319,60
Dez (1)	23.150	25.450	48.600	308,93	305,24	360,00	375,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.358.280</b>	<b>239.050</b>	<b>1.597.330</b>	-	-	-	-

(1) Período considerado de 19 a 20/12/82

Fonte: CEASA/SC

Após o plantio desta safra, que somou ao redor de 1.000 novos hectares, Santa Catarina passa a contar, agora, com uma área cultivada com macieira de aproximadamente 10.000 ha, respondendo, portanto, com 45% da área cultivada com essa frutífera no país.

Embora expressivo, o plantio da atual safra poderia talvez, ter sido superior, não fossem a redução do crédito rural para novos investimentos na cultura, o alto custo dos insumos agrícolas, a elevação dos encargos financeiros nas operações de crédito rural aliada à falta de garantias para conseguir tais créditos e reduzido volume de recursos que possuem os pequenos produtores rurais para custear o período não produtivo dessa atividade.

A evolução anual da cultura da macieira em Santa Catarina, a partir do ano de 1970, pode ser melhor visualizada na tabela a seguir:

EVOLUÇÃO ANUAL DA ÁREA DE PLANTIO DE MACIEIRA EM SANTA CATARINA DE 1979 A 1982

ANO	ÁREA PLANTADA (ha)		NÚMERO DE UNIDADES PRODUTORAS
	No Ano	Acumulada	
1970	265	265	-
1971	290	555	-
1972	242	797	-
1973	578	1.375	-
1974	590	1.965	-
1975	703	2.668	-
1976	1.147	3.815	579
1977	1.472	5.287	910
1978	1.050	6.337	1.058
1979	817	7.154	1.186
1980	977	8.031	1.242
1981	1.005	9.036	1.290
1982	1.000	10.036	1.404

Fonte: EMATER-SC/ACARESC (PROFIT)

Nas últimas safras, a produção estadual tem apresentado aumentos sucessivos, resultantes da entrada de novos pomares em produção e do aumento de produtividade que os pomares mais antigos têm demonstrado, tendo em vista terem alcançado idade de plena produção.

É a seguinte a situação dos pomares de macieiras de Santa Catarina, em relação às fases etárias de desenvolvimento produtivo:

IDADE DE PLANTIO	CARACTERÍSTICAS	ÁREA OCUPADA (ha)	PERCENTUAL DE ÁREA OCUPADA (%)
Plantios efetuados até 1975	Pomares adultos, em idade de plena produção	2.668	26,58
Plantios efetuados de 1976 a 1979	Pomares em crescimento, em idade de produção inicial	4.486	44,70
Plantios efetuados de 1980 a 1982	Pomares em fase de formação, ainda improdutivos	2.882	28,72
<b>TOTAIS</b>		<b>10.036</b>	<b>100,00</b>

Fonte: EMATER-SC/ACARESC (PROFIT)

Para a próxima safra, o Estado deverá contar com uma área de pomares já em idade produtiva da ordem de 7.154 ha, que, segundo os últimos levantamentos, deverão proporcionar um volume de produção de cerca de 74.000 t de maçãs.

Essa produção, caso venha a se confirmar, situar-se-á, praticamente, nos mesmos patamares da obtida na safra 1981/82 e terá tido, como causas principais, as condições climáticas pouco favoráveis à cultura da macieira verificadas no ano agrícola 1982/83.

Na safra 1982/83, no período de repouso das plantas, não se verificou, como em anos anteriores, a ocorrência de um inverno rigoroso e com um número bastante elevado de horas de frio abaixo de 7,2°C, necessárias à quebra de dormência das plantas.

Segundo a EMPASC - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária, em seu informe do mês de setembro, para que o município de São Joaquim alcançasse o número de horas de frio verifi

cado nos últimos anos, que teve como média 753,9 horas (número de horas abaixo de 7,2°C, ideal para a cultura), seria necessário, que na última semana de setembro, ocorressem 155 horas de frio a baixo da temperatura acima mencionada.

Para o município de Videira, o número de horas de frio necessário para alcançar a média dos últimos anos (588,3 horas) era de 118,3, enquanto o município de Caçador necessitava de 241,9 horas abaixo de 7,2°C, para que a média de 608,9 horas, ve rificada nos últimos anos, fosse atingida.

O problema de quebra de dormência, no entanto, foi con tornado, em parte, pelos produtores, que efetuaram pulverização de óleo mineral mais EK em dosagens mais elevadas.

Na época de florescimento das plantas, entretanto, o excesso de precipitação pluviométrica foi de tal ordem e tão pro longado, que dificultou, além do bom andamento das práticas culturais que estavam sendo realizadas, a normal polinização das flores pelos insetos, provocando, inclusive, a queda de flores an tes da polinização. Também a queda de granizo em alguns municí - pios produtores veio contribuir, ainda mais, para a já preocupan te situação de muitos maleicultores catarinenses. Outro problema verificado na atual safra, também decorrente das adversas condições de clima, foi a floração desuniforme de alguns pomares, onde as cultivares polinizadoras floresceram em época diferente das cultivares produtivas, não tendo havido, em consequência, polini za ção das plantas. Todos esses fatores deverão contribuir negati va mente no rendimento final desta safra.

Apesar dos problemas acima referidos, o volume previsto de maçãs a ser colhido nesta safra é ainda bastante signifi ca tivo, e, caso se concretize, destacará o Estado, mais uma vez, como o maior produtor nacional, devendo contribuir com 51% do to tal de 145.000 t de maçãs estimadas a serem produzidas no país, na safra 1982/83. A participação restante deverá ficar com os Es tados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

As perspectivas de produção de maçãs para a safra 1982/83, por Estado produtor, bem como suas participações relativas, são mostradas na tabela a seguir.

ESTIMATIVAS DE PRODUÇÃO DE MAÇÃS NO BRASIL,  
SAFRA 1982/83

ESTADO PRODUTOR	PRODUÇÃO PREVISTA (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
Santa Catarina	74,000	51,03
Rio Grande do Sul	35.000	24,14
São Paulo	21.500	14,83
Paraná	12.500	8,62
Minas Gerais	2.000	1,38
<b>TOTAL</b>	<b>145.000</b>	<b>100,00</b>

Fonte: EMATER-SC/ACARESC (PROFIT), EMATER-PR/ACARPA (FRUTIPAR), EMATER-MG, CEPA/RS, Associação Paulista dos Produtores de Maçã e Pêra.

Elaboração: CEPA/SC

O escalonamento de colheita da produção brasileira de maçãs deverá obedecer os critérios citados na tabela que segue:

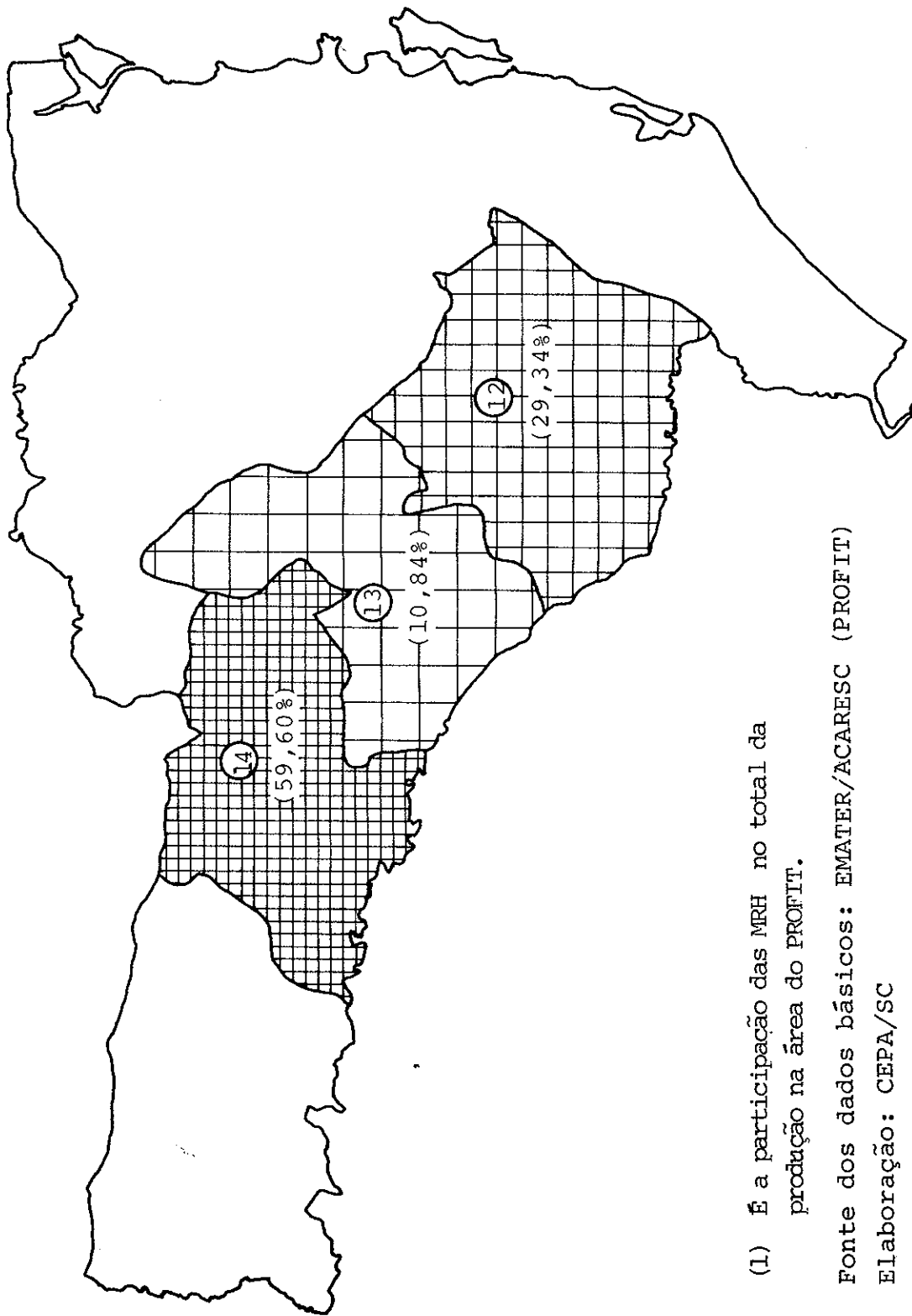
ESCALONAMENTO PERVISTO PARA A COLHEITA DA MAÇÃ,  
SAFRA 1982/83

ESTADO	(tonelada)						TOTAL
	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	
Rio G.do Sul	-	-	200	14.000	16.000	4.800	35.000
Santa Catarina	-	-	1.000	23.000	36.000	14.000	74.000
Paraná	120	255	1.190	4.680	3.990	2.265	12.500
São Paulo	600	4.300	10.700	5.900	-	-	21.500
Minas Gerais	-	-	1.000	1.000	-	-	2.000
<b>TOTAL</b>	<b>720</b>	<b>4.555</b>	<b>14.090</b>	<b>48.580</b>	<b>55.990</b>	<b>21.065</b>	<b>145.000</b>

Fonte: EMATER-SC/ACARESC (PROFIT), EMATER-PR/ACARPA (FRUTIPAR), EMATER-MG, CEPA/RS e Associação Paulista dos Produtores de Maçã e Pêra

Elaboração: CEPA/SC

Mapa 10 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MAÇÃ EM SANTA CATARINA, 1981/82 (1)



(1) É a participação das MRH no total da produção na área do PROFIT.

Fonte dos dados básicos: EMATER/ACARESC (PROFIT)  
Elaboração: CEPA/SC



## 2.10. Mandioca

### EVOLUÇÃO DA CULTURA DA MANDIOCA EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1977/78 A 1982/83<sup>(\*)</sup>

SAFRAS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	77.528	1.208.159	15.583
1978/79	66.879	1.120.967	16.761
1979/80	60.995	997.056	16.346
1980/81	75.066	1.254.926	16.718
1981/82	71.772	1.146.350	15.972
1982/83 <sup>(1)</sup>	72.000	1.152.000	16.000

(\*) A área e a produção consideradas, referem-se àquelas realmente colhidas em cada safra (desconsideradas a área e a produção remanescentes).

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE

O encerramento da safra brasileira de mandioca no ano de 1981 registrou uma área colhida de 2.093,3 mil hectares, uma produção de 25.045,5 mil toneladas e uma produtividade média de 11.947 kg/ha. Esses resultados, em relação a 1980, são positivos em cerca de 3,8%, 6,4% e 2,5%, respectivamente para a área, produção e rendimento. Entretanto, já em relação às estimativas de 1982, a área permanece praticamente inalterada, enquanto a produção e o rendimento decrescem 2,2% e 2,7%, respectivamente.

A participação relativa da produção de mandioca no Estado de Santa Catarina, em relação ao Brasil, tem oscilado bastante no decorrer dos anos, variações estas que ocorreram tanto no âmbito nacional como no estadual. Segundo dados do IBGE, através do Censo Agrícola de 1960, a quantidade produzida no Estado representava 6,7% da produção de mandioca do País. Em 1970, essa participação aumentou para 8,8%, colocando Santa Catarina em 4º lugar. Já em 1980, conforme o Relatório da Coordenação do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola - CSNPA, a participação da Produção catarinense em relação à nacional foi de 3,7%, baixando para a 9ª posição. As estimativas nacionais para 1982 colocam o Estado em 6º lugar no que se refere à produção obtida.

A mandioca é plantada em todas as microrregiões de Santa Catarina. E são, segundo o Censo Agropecuário de 1980, 80.580 produtores espalhados por todo o Estado, com a área média cultivada por produtor situando-se em 0,96 ha. Esses dados deixam transparecer a grande importância sócio-econômica da cultura, e mesmo nas regiões em que não é cultivada para fins industriais, ou que não apresenta uma taxa de ocupação de área elevada, o seu valor como cultura de subsistência é significativo. Contudo, o seu cultivo assume maior importância econômica no Sul do Estado e no Vale do Itajaí, onde é explorada predominantemente com fins industriais. Nessas regiões, concentram-se em torno de 65,4% da área e 65,4% da produção de mandioca do Estado. Destes percentuais, vale ressaltar que a região do Vale do Itajaí, constituída pelas microrregiões Colonial de Blumenau, Colonial de Itajaí Norte e Colonial do Alto Itajaí, participa com 26,2% da área e 34,8% da produção, ao passo que a região Sul do Estado, que engloba as microrregiões Carbonífera, Colonial Sul Catarinense, Litoral de Laguna e Litoral Sul Catarinense, detém 39,2% da área cultivada e apenas 30,6% da produção.

Considerando-se ainda o cultivo da mandioca sob o enfoque de área e produção, deve-se salientar o caráter desuniforme do crescimento da cultura nas diversas regiões do Estado. No decorrer das últimas safras, as quatro maiores microrregiões produtoras tiveram uma performance bastante diferenciada. No Sul do Estado, ocorreu a médio prazo um crescimento tanto em área como em produção na microrregião Litoral Sul Catarinense, e uma redução na microrregião limítrofe, a Carbonífera. Na microrregião Colonial Oeste Catarinense, tanto a área como a produção estão decrescendo, ao passo que, na Colonial do Alto Itajaí, mesmo a redução paulatina da área cultivada não está implicando menores produções.

Na região do Alto Vale do Itajaí, a mandioca é tradicionalmente colhida após o 2º ciclo e destina-se principalmente às agroindústrias feculeiras, que extraem o amido e o transformam em fécula, a qual é utilizada em indústrias de alimentação, de têxteis, de celulose e outras.

Nas microrregiões Colonial de Joinville, Litoral de Itajaí, Colonial de Blumenau, Colonial de Itajaí Norte e Colonial

do Alto Itajaí, aproximadamente 50% da produção é utilizada "in natura" na alimentação humana e animal, sendo o restante transformado em farinha, fécula e raspa, destacando-se a produção de fécula que absorve 40% da raiz produzida na região.

A produção catarinense de fécula, em 1982, deve ter ficado ao redor de 45.000 toneladas, o que representa cerca de 58% da produção nacional.

No Litoral, principalmente no Sul do Estado, onde a raiz de mandioca é arrancada normalmente no final do 1º ciclo, 60% da produção das microrregiões Carbonífera, Colonial Sul Catarinense, Litoral de Laguna e Litoral Sul Catarinense destina-se à fabricação de farinha, que é processada por cerca de 2.000 engenhos existentes na região. O restante destina-se ao fabrico de fécula, de raspa e ao consumo "in natura". A produção de farinha em Santa Catarina, no ano de 1982, foi da ordem de 40.000 toneladas.

No âmbito estadual, historicamente, a cultura passa por períodos cíclicos de aumentos e reduções de áreas, geralmente com duração de duas ou três safras. A nível regional, esses ciclos são tanto mais nítidos quanto mais a cultura se destina para fins industriais.

Em 1980, as condições favoráveis de mercado propiciaram um incentivo ao setor. Essas se fizeram presentes ainda em 1981, ocasionadas principalmente pela queda da produção nos Estados do Nordeste do Brasil, onde os reflexos da seca perduraram até início de 1982, fazendo com que as compras do produto "extra-região" forçassem os preços para cima. Já na safra 1981/82, diversas variáveis de mercado influíram negativamente no desempenho da safra catarinense, principalmente na comercialização de farinha, salientando-se o generalizado incremento de produção a nível nacional, principalmente no Paraná, as dificuldades de exportação em larga escala e também o lento escoamento das safras do Paraná e São Paulo.

Nesta safra, os preços médios pagos pela matéria-prima foram apenas 30% superiores aos da safra passada, situando-se em Cr\$ 5.080,00/t, contra Cr\$ 3.906,00/t na safra 1980/81. Além do pequeno incremento, muito abaixo dos índices inflacionários do

período, os preços a nível de produtor permaneceram praticamente estáticos durante toda a colheita, conforme mostra a tabela abaixo:

PREÇO RECEBIDO PELO PRODUTOR E PERCENTUAL COMERCIALIZADO DE RAIZ DE MANDIOCA, PERÍODO DE ABRIL A SETEMBRO, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

MÊS	% COMERCIALIZADO		PREÇO RECEBIDO (Cr\$/t)
	No mês	Acumulado	
Abril	8	8	4.900,00
Maiο	12	20	4.900,00
Junho	30	50	4.900,00
Julho	20	70	4.900,00
Agosto	20	90	5.500,00
Setembro	10	100	5.500,00

Fonte: CEPA/SC

No mês de abril de 1982, o Conselho Monetário Nacional aprovou os novos preços mínimos dos derivados da mandioca, válidos para a safra 1981/82, os quais são apresentados a seguir:

COMPARATIVO ENTRE OS PREÇOS MÍNIMOS E O PREÇO MÉDIO DE MERCADO, SAFRA 1981/82

PREÇO PRODUTO	MÍNIMO	MÉDIO DE MERCADO	VARIAÇÃO (%)
Farinha (Cr\$/50 kg)	Tipo I - 1.105,00	1.050,00	- 1,0
	Tipo II - 1.061,00		
	Tipo III - 1.000,00		
Fécula (Cr\$/kg)	Tipo B - 27,00	60,00	112,2
Raiz (Cr\$/t)	4.813,62	5.080,00	5,5

Fonte: CFP e pesquisa direta

Elaboração: CEPA/SC

Os novos valores fixados, comparados aos do ano anterior, a preços correntes, sofreram reajustes de 122,2%, 113,4% e 167,4%, respectivamente, para a farinha, fécula e raiz.

Na safra passada, existia uma enorme defasagem entre os preços mínimos e os de mercado (109,4% , 255,7% e 150%, respectivamente para a farinha, fécula e raiz), enquanto na atual verificou-se uma convergência entre eles, decorrente tanto dos reajustes dos preços mínimos, quanto da estagnação ocorrida nos preços de mercado.

Ainda em relação à política de preços mínimos, vale ressaltar que a sua não fixação em época oportuna, para os derivados da mandioca (fécula e farinha), tem reflexos negativos no setor, gerando insegurança aos industriais e produtores.

Tanto o volume total classificado como os EGF contratados de fécula e farinha de mandioca têm oscilado bastante nas últimas safras, podendo-se, no entanto, fixar que a safra 1977/78 foi a que mais utilizou a política de preços mínimos. Na atual safra, novamente os volumes de EGF contratados foram bastante altos, principalmente para a fécula, devendo ser superiores aos da safra 1977/78. Ainda na atual safra, a grande utilização da política de preços mínimos, tanto para a fécula como para a farinha, mostram, além do impacto positivo dos atuais preços mínimos, a estagnação do mercado. E se, para os produtores de farinha, os preços mínimos deverão servir como alternativa de comercialização, face aos baixos preços de mercado, para os feculeiros vêm servindo para armazenar o produto a custos reduzidos.

VOLUME TOTAL CLASSIFICADO E VOLUME DE EGF DOS DERIVADOS DE MANDIOCA, SANTA CATARINA, 1977 A 1982

(em toneladas)

ANO	FARINHA		FÉCULA	
	Total Classificado	EGF	Total Classificado	EGF
1977	29.802	5.941	39.206	17.122
1978	45.184	21.269	60.016	21.438
1979	28.062	4.947	49.840	11.172
1980	21.972	3.730	30.689	6.507
1981	25.072	3.852	38.036	9.027
1982 (*)	24.469	11.716	49.739	19.378

(\*) Situação até outubro

Fonte: CIDASC

Dos diversos Valores Básicos de Custeio - VBC fixados para a safra 1982/83, o da mandioca, apesar de ter um dos maiores aumentos nominais médios em relação à safra passada (93,5%), teve uma variação real negativa (-4,1%), ao passo que a variação real da safra 1981/82 sobre a de 1980/81 foi positiva em 3,6%. Outro aspecto que merece destaque é que, na safra 1981/82, os maiores aumentos sobre a safra 1980/81, foram nas faixas de produtividade mais baixas. Ao contrário, para a próxima safra (1982/83), os aumentos cresceram proporcionalmente à faixa de produtividade.

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO - VBC

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)		(Cr\$/ha)			
		SAFRA 1981/82	VARIAÇÃO REAL SOBRE SAFRA (%) 1980/81	SAFRA 1982/83	VARIAÇÃO REAL SOBRE SAFRA (%) 1981/82
Até	10.000	17.800	6,3	33.900	- 7,2
10.001 a	15.000	20.500	7,0	38.800	- 8,3
15.001 a	20.000	27.900	3,0	54.400	- 3,0
20.001 a	25.000	30.800	1,3	60.200	- 2,2
Acima de	25.000	33.800	0,3	66.800	0,0
Variação em % média		-	3,6	-	- 4,1

Fonte: CFP

A comercialização da farinhas, tanto da grossa como da fina, foi bastante difícil no decorrer da safra 1981/82. As cotações, além de baixas, permaneceram praticamente estagnadas durante todo o ano de 1982. A farinha fina foi comercializada a um preço médio de Cr\$ 1.758,00/sc de 50 kg, apenas 12,2% superior à média de 1981. A farinha grossa teve um comportamento semelhante: obteve um preço médio de Cr\$ 962,00/sc de 50 kg, 13,7% maior que o do ano anterior. Cabe ressaltar que os volumes de EGF contratados até o momento, mesmo sendo altos, não correspondem à realidade.

Na atual conjuntura, com os preços de mercado situados abaixo do preço mínimo, nem a defasagem do preço estipulado pela CFP para a sacaria em relação ao seu preço no mercado justifica esse fato, que mostra claramente a dependência do pequeno produ

tor de farinha junto aos intermediários, bem como evidencia, ou a falta de confiança na continuidade das medidas de amparo do Governo para as peõximas safras, ou até o desconhecimento da Polí-tica de Preços Mínimos.

A comercialização da fécula, na atual safra, encontrou um mercado mais favorável. A curva dos preços no mercado ataca - dista foi semelhante à do ano anterior. Tornou-se descendente no início da colheita, só reagindo de julho em diante.

Mesmo assim, na maior parte do ano, o mercado mostrou-se comprador, principalmente em função dos preços do amido de milho, principal concorrente, serem sempre mais elevados. Também a concentração da produção, juntamente com a maior organização das indústrias na defesa de seus interesses, certamente contri-buiu para um bom desempenho da fécula no mercado.

A comercialização mundial de mandioca gira ao redor de 7.000.000 toneladas. Desse total, a Comunidade Econômica Européia absorve 6 milhões de toneladas (85% do volume total comercializa-do) sendo os maiores importadores, a Holanda (2,5 milhões) e a Alemanha Ocidental (1,5 milhões), além da Bélgica, França e Itália, com menores quantidades.

A participação brasileira no mercado internacional tem sido pequena, considerando que o Brasil é o maior produtor mun-dial de mandioca, com aproximadamente 20% da produção total.

A quase totalidade da demanda nos países importadores é oriunda dos continentes asiático e africano, principalmente Tailândia, Indonésia, Zaire e Nigéria. Somente a Tailândia, maior exportadora mundial, exportou, em 1981, um volume de 5,2 milhões de toneladas.

Os maiores entraves a uma participação mais efetiva do Brasil no mercado internacional são decorrentes, principalmente, dos baixos rendimentos obtidos, altos custos, limitação climáti-ca no Sul do País e safras bastante irregulares.

EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE DERIVADOS DE MANDIOCA

DERIVADOS	(kg)					
	ANO	1977	1978	1979	1980	1981
Farinha		455.770	237.000	377.500	589.500	544.100
Fécula		397.517	2.081.617	4.427.051	743.640	733.889

Fonte: CACEX

Elaboração: CEPA/SC

Com relação à próxima safra, não se tem ainda um quadro nítido da área; no entanto, algumas variáveis já conhecidas deverão influir negativamente na intenção de plantio:

o preço da raiz foi considerado desestimulante pelos agricultores;

a boa rentabilidade econômica obtida em algumas culturas alternativas como feijão, cebola e fumo, aliada às boas perspectivas de comercialização desses produtos na próxima safra, deverá tomar parcela de área daquela normalmente cultivada com mandioca.

A fixação do novo preço mínimo, Cr\$ 5.804,00/t, com correção pelo INPC de julho/82 a março/83, não deverá influir negativamente, mesmo porque o Governo só opera com os derivados da raiz. Na safra 1981/82, o preço básico fixado foi de Cr\$ 3.055,00/t; com as correções pelo INPC de julho/81 até março/82, o preço mínimo chegou a Cr\$ 4.813,62/t, sofrendo um acréscimo de 57,6%. Supondo-se que as correções mensais do INPC fiquem nos mesmo níveis, e é bastante provável que sejam inferiores, em abril de 1983 o novo preço mínimo situar-se-á em torno de Cr\$ 9.800,00/t.



CUSTO DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA (2 ciclos - solo argiloso)

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 25.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA DE CULTIVO: 3 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR t
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Março/82	13.625	20.400	38.400	3.768	76.193	23.110	99.303	3.972
Junho/82	16.475	34.000	51.200	6.152	107.827	32.734	140.561	5.622
Setembro/82	21.300	42.500	62.500	5.445	131.745	36.909	168.654	6.746
Dezembro/82	21.500	51.000	93.750	5.446	171.696	40.509	212.205	8.488

Fonte: CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA (2 ciclos - solo arenoso)

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 18.000 kg/ha

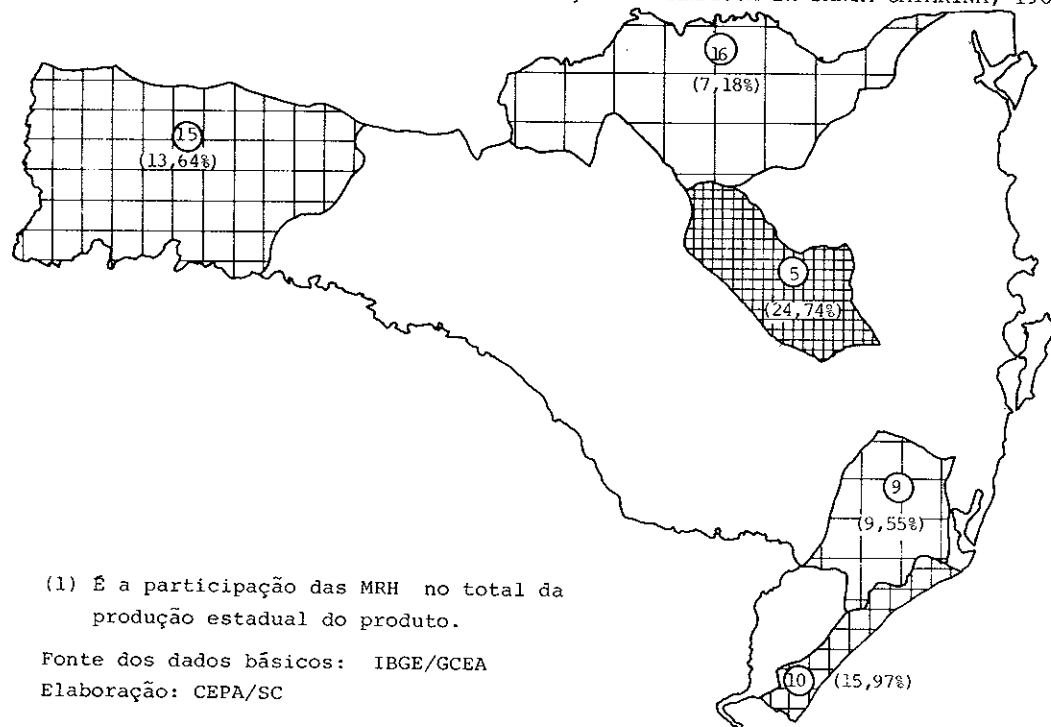
ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 4 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR t
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Março/82	14.315	9.600	28.800	2.661	55.376	18.110	73.486	4.083
Junho/82	15.865	16.000	38.400	4.338	74.603	25.493	100.096	5.561
Setembro/82	21.410	20.000	48.000	4.113	93.523	28.716	122.239	6.791
Dezembro/82	22.420	24.000	62.400	4.113	112.933	31.417	144.350	8.019

Fonte: CEPA/SC

Mapa 11 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA, 1981/82<sup>(1)</sup>



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DA MANDIOCA, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Litoral Sul Catarinense	36,96
Carbonífera	12,94
Litoral de Laguna	17,89
Florianópolis	16,00
Carbonífera de Joinville	10,53
Demais	1,31

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: IBGE  
 Elaboração: CEPA/SC

## 2.11. Milho

### EVOLUÇÃO DA CULTURA DO MILHO EM SANTA CATARINA, SAFRAS 1976/77 A 1982/83

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	1.063.584	2.674.175	2.514
1977/78	1.005.633	1.587.902	1.579
1978/79	1.078.025	1.708.649	1.585
1979/80	1.128.441	3.016.233	2.673
1980/81	1.150.000	3.162.500	2.750
1981/82	1.108.615	2.628.756	2.371
1982/83 (*)	1.100.000	2.860.000	2.600

(\*) Estimativa IBGE/GCEA

Fonte: IBGE

Mesmo tendo sofrido alguns percalços em face das condições climáticas desfavoráveis, o milho continuou a sobressair-se, em 1982, como o produto de maior importância na lavoura estadual.

Sendo plantado em todas as regiões do Estado, por aproximadamente 167.000 produtores, estima-se que cerca de 135.000 destes o façam com o intuito de transformá-lo suínos na própria propriedade.

Embora o milho já venha sendo plantado em parcelas maiores, é proveniente, na sua grande maioria, das pequenas propriedades

A prática de plantio em consórcio com feijão e com soja, que apesar de ainda ter significância principalmente nas microrregiões do Oeste e Vale do Rio do Peixe, tem diminuído substancialmente nos últimos anos, em face de os preços da soja não terem sido estimulantes e de os preços do feijão terem-se situado em níveis que encorajaram seu cultivo isolado (solteiro).

A área plantada, que pelas estatísticas vinha crescendo de forma lenta, porém gradual, até a safra 1980/81, sofreu redução na safra 1981/82 (1.108.615 ha) e apresentou tendência de estabilidade para 1982/83.

Na safra 1981/82, a redução de 3,6% na área plantada, em relação à da safra anterior, foi creditada ao atraso no plantio, ocasionado pela estiagem de agosto/setembro, seguido de excesso de chuvas em outubro e novembro; à demora na reação dos preços do milho, que permaneceram praticamente estagnados até outubro/81; e ao maior interesse demonstrado pelos produtores no cultivo do feijão, tanto na primeira como na segunda safra.

Não obstante o excesso de chuvas e as baixas temperaturas de outubro, somados à queda de granizo em alguns municípios do Oeste e Vale do Rio do Peixe (novembro), terem atrapalhado o desenvolvimento das lavouras, as condições climáticas não chegaram a comprometer seriamente o desempenho da cultura até o final de dezembro. No entanto, a produção que, até o final de 1981, era estimada em 3,2 milhões de toneladas, reduziu-se a 2,63 milhões, em decorrência da estiagem que se verificou durante todo o mês de janeiro e início de fevereiro/82, prejudicando sensível parcela de milho em fase de floração. As lavouras plantadas no cedo, até meados de outubro, e aquelas cultivadas após a segunda quinzena de novembro foram pouco afetadas. Porém, o milho plantado entre 15 de outubro e 15 de novembro foi duramente castigado, com as lavouras apresentando má formação de espigas e pouca granação (restolho). Ainda que as condições climáticas adversas tenham ocasionado uma queda de 533,5 mil toneladas, quando comparada à excelente safra de 1980/81, não chegaram a atingir os níveis violentos das frustrações de 1977/78, e 1978/79.

No contexto estadual, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, com cerca de 57% da produção, continuou a despontar como a principal região produtora de milho, seguindo-se-lhe, por ordem de importância, a microrregião Colonial do Rio do Peixe, com cerca de 19,6%; a microrregião Planalto de Canoinhas, com 5,5%; a microrregião Campos de Curitibanos, com 4,0%; a microrregião Colonial do Alto Itajaí, com cerca de 3,4%; e as demais microrregiões com aproximadamente 10,5% da produção interna. (mapa nº 12).

Em 1982, Santa Catarina, com 2.629 mil toneladas, participou com aproximadamente 11,9% da produção nacional (15% na safra anterior), tendo caído da 3<sup>a</sup> (1981) para a 5<sup>a</sup> colocação no âmbito dos maiores Estados produtores, ficando atrás do Paraná, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

A produção nacional de milho das safras 1980/81 e 1981/82 pode ser visualizada nas tabelas a seguir.

PRODUÇÃO DE MILHO NO BRASIL, POR REGIÕES,  
SAFRAS DE 1980/81 E 1981/82

(em 1.000 t)

REGIÃO	SAFRA		VARIÇÃO (%)
	1980/81	1981/82	
Norte	240,6	315,4 <sup>(1)</sup>	31,1
Nordeste	514,2	1.331,6 <sup>(2)</sup>	159,0
Centro-Oeste	2.087,4	2.470,6	18,4
Sudeste	5.935,0	6.735,5	13,5
Sul	12.321,3	11.206,0	(-) 9,1
TOTAL	21.098,5	22.059,1	4,6

(1) Produção confirmada, menos território de Roraima

(2) Produções confirmadas só nos Estados do MA, CE, RN E BA, primeira safra

Fonte: CSNPA/MA - IBGE/CEPAGRO (set/82)

Elaboração: CEPA/SC

PRODUÇÃO DE MILHO DOS SEIS PRINCIPAIS ESTADOS  
PRODUTORES, SAFRAS 1980/81 E 1981/82

(em 1.000 t)

ESTADO	SAFRA		VARIÇÃO (%)
	1980/81	1981/82	
Paraná	5.350,0	5.430,0	1,5
Rio G.do Sul	3.808,8	3.147,2	(-) 17,4
Santa Catarina	3.162,5	2.628,8	(-) 16,9
São Paulo	2.752,8	3.392,4	23,2
Minas Gerais	2.905,8	3.053,8	5,1
Goiás	1.667,0	1.922,1	15,3
TOTAL DOS SEIS ESTADOS	19.646,9	19.574,3	(-) 0,4

Fonte: CSNPA/MA - IBGE/CEPAGRO (set/82)

Elaboração: CEPA/SC

Para a safra 1982/83, as estimativas de novembro do IBGE/GCEA indicavam para Santa Catarina uma área culti

vada de 1.100,00 ha, uma produção de 2.860.000 t e um rendimento médio previsto em 2.600 kg/ha.

Os principais fatores que levaram à expectativa de que a área plantada permanecesse praticamente idêntica à da safra passada foram, por um lado, a recuperação do preço real do suíno, com conseqüentes reflexos na lenta recuperação dos plantéis, devendo levar o agricultor à manutenção ou mesmo a uma leve expansão na sua área plantada com milho e, por outro lado, a estagna - ção do preço a nível de produtor em aproximadamente Cr\$ 1.000,00/ sc até outubro, constituindo-se em fator de desestímulo.

Ainda que a deficiência hídrica verificada em setem - bro e a ocorrência de excesso de chuvas em outubro/novembro tenham atrasado o plantio e causado problemas com a germinação de sementes, e as inundações no Planalto de Canoinhas tenham ocasionado perdas em algumas lavouras, a melhoria das condições climá - ticas em dezembro faziam crer que a área prevista fosse totalmen plantada.

Por outro lado, mesmo que as condições climáticas desfavoráveis tenham dificultado os tratos culturais e prejudicado o desenvolvimento vegetativo, e tenha-se notado, também, um decrêscimo na venda de sementes híbridas e uma maior utilização de sementes comuns, ainda assim acreditava-se, em dezembro, que o rendimento médio previsto em 2.600 kg/ha pudesse ser alcançado.

Estimava-se que em cerca de 65% da área plantada fos - sem utilizadas sementes híbridas, cujos preços oscilaram entre Cr\$ 138,00 e Cr\$ 141,00/kg, e que aproximadamente 50% da área recebesse adubação em diferentes níveis. No entanto, o alto custo dos fertilizantes e a liberação na concessão dos créditos de custeio contribuíram para a queda no nível de adubação por unida de de área.

A nível de Brasil, a primeira estimativa do Ministério da Agricultura, para a safra 1982/83, com dados coletados até o final de outubro, apontavam uma produção de 24,0 milhões de tone ladas. Esses números, quando comparados à produção de 22,06 mi - lhões de toneladas estimadas para a safra passada, 1981/82, apre sentavam um acréscimo de aproximadamente 9%.

A produção brasileira de milho nas últimas safras pode

ser apreciada a seguir.

PRODUÇÃO DE MILHO NO BRASIL, SAFRAS DE 1979/80  
A 1982/83

(em 1.000 t)

1979/80	1980/81	1981/82	1982/83 <sup>(*)</sup>
20.372	21.098	22.509	24.060

(\*) Estimativa do Ministério da Agricultura, outubro/82

Fonte: IBGE

Elaboração: CEPA/SC

A produção mundial das últimas safras e a previsão para 1982/83 formulada pelo USDA em agosto, foram as seguintes:

PRODUÇÃO MUNDIAL DE MILHO - SAFRAS DE 1978/79  
A 1982/83

(em milhões de toneladas)

PAÍS \ SAFRA	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83
Brasil	16,3	20,2	22,6	23,3	22,8
México	10,2	9,2	10,4	12,5	12,2
Argentina	9,0	6,4	12,8	9,7	11,0
África do Sul	8,3	10,8	14,6	8,4	10,6
Tailândia	2,8	3,3	3,2	4,0	4,0
Comunidade Europeia	16,9	18,1	17,7	18,6	18,7
URSS	9,0	8,4	9,5	8,4	10,5
Leste Europeu	27,7	34,5	30,3	32,0	30,4
China	55,9	60,0	61,0	59,0	60,0
Outros	50,3	50,7	54,0	53,8	54,7
Total menos EUA	206,2	221,7	236,0	229,7	234,9
EUA	184,6	201,7	168,8	208,3	211,2
TOTAL MUNDIAL	390,8	423,3	404,8	438,0	446,1

Fonte: USDA

Os Valores Básicos de Custeio (VBC) aprovados pelo Conselho Monetário Nacional para as safras 1981/82 e 1982/83 podem

ser vistos na tabela a seguir.

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO DO MILHO  
SAFRA 1981/82 E 1982/83

(em Cr\$ 1,00)

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	SAFRA		REAJUSTE NO MINAL (%)
	1981/82	1982/83	
Até - 900	7.700	14.100	83,1
901 - 1.300	11.700	20.100	71,8
1.301 - 1.700	13.400	25.800	92,5
1.701 - 2.100	16.200	29.700	83,3
2.101 - 2.500	18.900	34.300	81,5
2.501 - 3.000	21.800	41.000	88,1
3.001 - 3.500	24.700	45.000	82,2
3.501 - 4.000	28.400	50.800	78,9
4.001 - 5.000	32.800	57.900	76,5
Acima de 5.000	-	68.000	-

Fonte: CFP

Elaboração: CEPA/SC

Ainda que os Valores Básicos de Custeio (VBC) tenham sofrido reajustes médios de somente 82,0%, bastante inferiores ao índice inflacionário, esse fato não teve maiores conseqüências, já que não influenciaram negativamente na intenção de plantio, pois a maioria dos produtores de milho se enquadram como pequenos produtores e receberam 100% dos valores fixados.

O preço-base para a safra 1981/82, que havia sido fixado em julho/82 em Cr\$ 735,00/sc, após sofrer as correções do INPC de julho/81 a fevereiro/82, alcançou o preço mínimo de Cr\$. 1.028,00/sc. Para a safra 1982/83, o preço-base foi fixado em Cr\$ 1.392,00/sc, projetando-se para fevereiro/83 um preço mínimo ao redor de Cr\$ 1.900,00/sc.

A nível de Brasil, a estimativa da oferta global de milho, em 1982, situou-se ao redor de 23,5 toneladas, fruto de uma produção de cerca de 22,06 milhões de toneladas e de um "carry-over" do ano anterior estimado em 1,4 milhões de toneladas.

Com a demanda de 1982 tendo-se situado ao redor de 22 milhões de toneladas, das quais a indústrias de ração e as áreas



de suinocultura e avicultura demandaram cerca de 12,7 milhões de toneladas, o autoconsumo (propriedade) demandou entre 7,1 e 7,8 milhões de toneladas, as exportações, cerca de 500 mil toneladas e as outras atividades, o restante, pode-se afirmar que a oferta de milho nacional cobriu a demanda com relativa tranqüilidade.

Em novembro, acreditava-se que, até a entrada da nova safra, a oferta deveria configurar-se bastante ajustada à demanda. Essa perspectiva baseou-se no pressuposto de que, em inícios de novembro, existiriam ainda em mãos da CFP cerca de 4,6 milhões de toneladas do produto sob a forma de EGF e AGF, volume que, somadas à entrada em janeiro/fevereiro de 1983 de mais 1,5 milhões de toneladas de milho das safrinhas do Paraná e São Paulo, perfazeriam uma oferta total, no período, de 6,1 milhões de toneladas, contra uma demanda aproximada de 5,2 milhões até o final de fevereiro.

Para 1983, ainda que as principais previsões oficiais apontem para uma produção nacional ao redor de 24 milhões de toneladas, espera-se que a persistência de condições climáticas negativas até inícios de dezembro leve a uma perspectiva menos favorável do que aquela pelo Ministério da Agricultura.

De qualquer modo, trabalhando-se com o volume de 23,5 milhões de toneladas, menos otimista do que as previsões oficiais, e pressupondo-se que o clima venha a ter comportamento favorável de ora em diante, pode-se visualizar uma tranqüilidade no abastecimento nacional para 1983. Admitindo-se ainda que a produção brasileira venha a situar-se nesse patamar e que os estoques, ao final do ano, se estabeleçam entre 0,8 e 1,0 milhão de toneladas, projeta-se uma oferta global em 1983, entre 24,3 e 24,5 milhões de toneladas. Por outro lado, aceitando-se como premissa que o consumo, em 1983, possa girar ao redor de 22,8 milhões de toneladas, acredita-se que o Brasil tenha condições, no ano vindouro, de cumprir o acordo firmado com a União Soviética de exportar 500 mil toneladas de milho por ano para aquele país. Essa última assertiva baseia-se no fato de que, mesmo no ano de 1982, quanto se produziu 22,06 milhões de toneladas, aquela quantidade já foi exportada.

Em Santa Catarina, os estoques de milho velho em mãos dos produtores, cooperativas e indústrias foram suficientes para

atender com folga a demanda até a entrada da safra 1981/82, em março/abril.

No transcorrer de 1982, apesar de a produção estadual ter decrescido em cerca de 544 mil toneladas com relação à safra anterior, o abastecimento se configurou tranqüilo até o final do ano, pois, além da produção interna, contou-se também com as tradicionais entradas de milho do Paraná.

Ao final do ano, mesmo se sabendo que não existiam grandes estoques em mãos de cooperativas e consumidores, continuava a ser prevista uma relativa tranqüilidade até a entrada da nova safra, pois, além do remanescente da produção interna, podiam ser contadas como certas as entradas de milho do Paraná, através de aquisições diretas ou dos leilões da CFP.

Com referência à oferta e à demanda regionais, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, não obstante tenha sido a maior consumidora do cereal, foi também a maior produtora, gerando inclusive excedentes que foram exportados para outras regiões do Estado e também em pequena escala para o Rio Grande do Sul.

A microrregião do Vale do Rio do Peixe, além da própria produção, é tradicional compradora de milho produzido na microrregião Colonial do Oeste Catarinense e de produto do vizinho Estado do Paraná. Essa microrregião, apesar de ser a segunda produtora de milho, possui 26% do rebanho suinícola e foi responsável por cerca de 60% do abate inspecionado de aves.

Nas microrregiões Planalto de Canoinhas e Campos de Curitiba, que responderam em conjunto por cerca de 9,5% da produção estadual, a oferta foi superior à demanda, gerando excedentes que foram comercializados para o Meio-Oeste e para o Vale do Itajaí.

As microrregiões litorâneas, além da própria produção, abasteceram-se em outras regiões e no Estado do Paraná.

Por outro lado, a demanda mundial e os estoques das temporadas 1981/82 e 1982/83, segundo o USDA, são os seguintes:

DEMANDA MUNDIAL DE MILHO, TEMPORADAS DE  
1978/79 A 1982/83

(em milhões de t)

PAÍS \ SAFRA	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83
Leste Europeu	41,0	41,5	39,4	40,9	40,5
URSS	18,6	22,9	21,3	25,5	28,0
Japão	10,7	11,8	13,6	13,0	13,5
China	58,9	62,0	61,8	60,1	61,0
Outros	134,4	143,4	153,3	147,0	152,6
<u>Total menos EUA</u>	<u>263,6</u>	<u>281,6</u>	<u>289,3</u>	<u>286,5</u>	<u>295,5</u>
EUA	125,6	131,9	123,8	129,2	133,3
<b>TOTAL MUNDIAL</b>	<b>389,2</b>	<b>413,5</b>	<b>413,1</b>	<b>415,7</b>	<b>428,8</b>

Fonte: USDA

ESTOQUE MUNDIAL DE MILHO, TEMPORADAS DE  
1978/79 A 1982/83

(em milhões de t)

PAÍS \ SAFRA	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83
Total menos EUA	14,5	16,4	22,9	18,8	17,9
EUA	33,1	41,1	26,3	52,7	70,9
<b>TOTAL MUNDIAL</b>	<b>47,6</b>	<b>57,5</b>	<b>49,2</b>	<b>71,5</b>	<b>88,8</b>

Fonte: USDA

No que tange às vendas para o exterior, estima-se que o Brasil, no ano de 1982, tenha exportado um volume aproximado de 500 mil toneladas de milho para países da Europa, África e Oriente Médio, contra somente 7,2 mil toneladas exportadas no ano anterior.

Até 07/11/82, os volumes exportados, por porto, foram os seguintes:

PORTO	VOLUME (t)
Porto Alegre	7.500
Rio Grande	16.000
Paranaguá	448.400
TOTAL	471.900

As 472,5 mil toneladas exportadas até aquela data tiveram os seguintes destinos: 447.700 t para a Espanha, 23.800 t para a Síria e 1.000 t para a Nigéria.

As cotações a nível de atacado, que em janeiro situaram-se entre Cr\$ 930,00 e Cr\$ 1.000,00/sc, evoluíram para cerca de Cr\$ 1.150,00/sc, tão logo foi anunciado o novo mínimo (Cr\$... 1.028,00/sc), em fevereiro, tendo permanecido praticamente estagnadas até setembro/início de outubro.

A resistência na elevação do preço do milho se deu não só pela existência de boa oferta, mas também pelo fato de as indústrias e consumidores terem apresentado comportamento similar ao do ano anterior, quando, em função do alto custo do dinheiro, as aquisições se processaram de forma lenta. Outro fator que colaborou para a estagnação dos preços, isso a partir de agosto, foi a certeza, por parte dos consumidores, da existência de grandes volumes de milho em mãos da CFP.

Em decorrência desse grande volume de milho em poder do Governo, a CFP, que já havia começado a "desova" do estoque a través de vendas do produto destinado ao mercado externo e aos produtores/exportadores de frango, a preços subsidiados, passou também, ao final de setembro, a leiloar milho ao preço básico de Cr\$ 1.250,00/sc.

Esse último fato ajudou a segurar os preços do milho até princípios de outubro, pois os compradores esperavam que as cotações nos leilões viessem a se situar pouco acima do preço básico de venda estabelecido pela CFP.

No entanto, ao contrário do esperado, os preços apresentaram sensível aumento já em outubro. Segundo o Boletim ETAC nº 70, as causas dessa elevação, resumidamente, foram as seguin-

tes: frustração das expectativas dos consumidores de que o milho tivesse, nos pregões, o mesmo tratamento subsidiado do feijão; oferta, em muitas praças, de milho ensacado, o que não interessam aos consumidores, por onerar o produto; pequenas quantidades oferecidas nos leilões, o que tornou a disputa pelos lotes bastante acirrada. Esses fatos fizeram com que, nas Bolsas de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, os pregões de milho de certas localidades tivessem de ser suspensos, pois os preços chegaram a atingir Cr\$ 1.500,00/sc, tendo havido, em Porto Alegre, ordens de compra de até Cr\$ 1.700,00/sc.

Após elevações continuadas das cotações nos leilões, os preços, ao final de novembro, e a nível do Paraná, começaram a mostrar um declínio consolidado em função do aumento da oferta, da entrada em leilão de milho depositado em Santa Catarina e da possibilidade de compras reguláveis no pregão.

Entretanto, para o produto depositado em Santa Catarina, os preços nos leilões da CFP continuaram em elevação até dezembro, em decorrência principalmente das pequenas quantidades ofertadas (cerca de 5.000 t por semana). Essa elevação das cotações forçou uma maior movimentação no mercado interno catarinense e favoreceu os preços para os vendedores que ainda detinham algum estoque.

Para janeiro, acredita-se que o preço do milho deverá seguir o comportamento das cotações que forem atingidas nos leilões da CFP, devendo, no entanto, já em fevereiro, situarem-se levemente acima do novo mínimo, estimado em cerca de Cr\$ 1.000,00/sc de 60 kg.

PREÇO MENSAL DO MILHO A NÍVEL DE PRODUTOR, DE  
 ATACADO E NOS LEILÕES DA CFP, PARA O PRODUTO  
 ESTOCADO EM SANTA CATARINA - 1982

(Cr\$ 1,00/sc 60 kg)

MÊS	PRODUTOR (*)	ATACADO	LEILÕES CFP PA RA O MILHO ES- Tocado em SC
Janeiro	850/900	930/1.000	-
Fevereiro	900/1.000	1.000/1.150	-
Março	980/1.000	1.150	-
Abril	930/1.050	1.110/1.150	-
Maiο	980/1.080	1.120/1.150	-
Junho	950/1.050	1.040/1.150	-
Julho	950/1.050	1.150/1.180	-
Agosto	950/1.050	1.180/1.220	-
Setembro	980/1.110	1.250/1.300	-
Outubro	1.110/1.300	1.300/1.600	-
Novembro	1.300/1.500	1.700	1.600/1.750
Dezembro	-	2.000	1.850/2.000

(\*) Preços da região Oeste, principal produtora

Fonte: FECOAGRO e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DO MILHO (Colonial Rotineiro)

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO: 3.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 2 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACA DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Março/82	11.190	14.400	10.200	1.190	36.980	15.100	52.080	1.042
Junho/82	12.565	21.200	12.410	2.716	48.891	16.312	65.203	1.304
Setembro/82	12.980	23.050	14.110	1.785	51.925	19.124	71.049	1.421
Dezembro/82	15.740	26.700	15.810	2.021	60.271	20.884	81.155	1.623

Fonte: CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DO MILHO (tração animal)

RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO: 4.800 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 4 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACADA DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Março/82	22.760	27.360	8.940	1.839	60.899	17.634	78.533	982
Junho/82	25.520	40.040	10.877	4.426	80.863	18.777	99.640	1.246
Setembro/82	28.546	44.080	12.367	2.617	87.610	20.021	107.631	1.346
Dezembro/82	34.648	51.720	13.857	2.995	103.220	24.697	127.917	1.599

Fonte: CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DO MILHO (tração motora)

RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO: 4.800 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 10 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACADA DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Março/82	28.080	29.880	6.000	1.839	65.799	15.984	81.783	1.022
Junho/82	32.264	41.000	7.300	4.553	85.117	16.921	102.038	1.275
Setembro/82	36.946	50.020	8.300	2.617	96.883	17.958	114.841	1.436
Dezembro/82	44.648	56.680	9.300	2.995	113.623	22.634	136.257	1.703

Fonte: CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DO MILHO/FEIJÃO (consorciado)

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO - Milho: 3.000 kg/ha  
- Feijão: 800 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 2 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACADA DE MILHO	CUSTO POR SACADA DE FEIJÃO
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis					
Março/82	25.510	19.322	13.500	3.290	61.622	20.300	81.922	957	2.632
Junho/82	29.200	28.170	16.425	4.376	78.171	22.613	100.784	1.178	3.128
Setembro/82	31.597	30.900	18.675	4.505	85.677	23.520	109.197	1.263	3.436
Dezembro/82	38.336	36.385	20.925	5.580	101.226	30.137	131.363	1.494	4.229

Fonte: CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DO MILHO/SOJA (consorciado)

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO - Milho: 3.000 kg/ha  
- Soja: 900 kg/ha

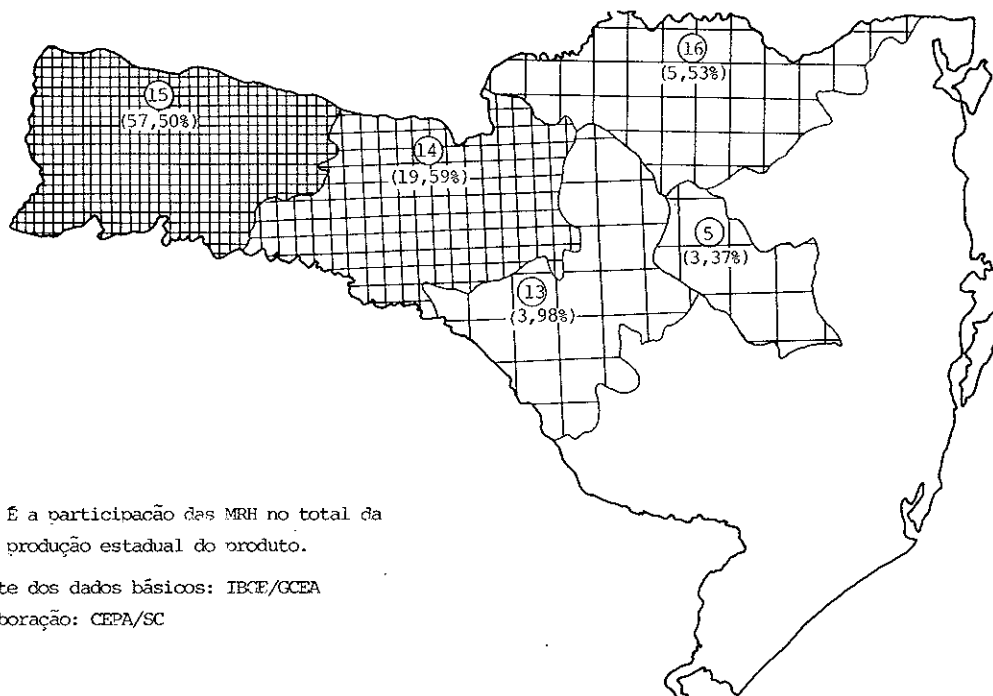
ÁREA MÉDIA DE CULTIVO: 2 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACADA DE MILHO	CUSTO POR SACADA DE SOJA
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis					
Março/82	19.355	20.050	15.600	2.213	57.218	16.883	74.101	975	1.690
Junho/82	22.380	28.380	18.980	3.462	73.122	19.462	92.584	1.203	2.164
Setembro/82	24.785	31.050	21.580	3.499	80.914	20.549	101.463	1.313	2.387
Dezembro/82	29.785	36.625	24.180	3.904	94.494	24.484	118.978	1.539	2.829

Fonte: CEPA/SC

Mapa 12 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SANTA CATARINA, 1981/82 <sup>(1)</sup>



(1) É a participação das MRH no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO MILHO, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Planalto de Canoinhas	42,63
Colonial do Oeste Catarinense	51,91
Colonial do Rio do Peixe	69,95
Colonial de Curitibanos	49,97
Campos de Lages	62,62
Demais	5,88

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: IBGE

Elaboração: CEPA/SC



## 2.12 Soja

### EVOLUÇÃO DA CULTURA DA SOJA EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1976/77 A 1982/83

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	350.642	476.365	1.359
1977/78	408.785	354.681	868
1978/79	504.570	433.863	860
1979/80	520.401	718.764	1.381
1980/81	483.880	648.000	1.340
1981/82	445.000	534.000	1.200
1982/83 (*)	426.000	592.140	1.390

(\*) Estimativa: IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE e CEPA/SC

Na safra 1981/82, embora tenha continuado a manifestar-se a tendência de declínio na área plantada, já sentida desde a safra anterior, a soja, dentre os produtos do subsetor lavoura, continuou a manter-se no 4º lugar em volume da produção, situando-se atrás somente do milho, da mandioca e da cana-de-açúcar. Ainda no subsetor lavoura, a leguminosa apresentou-se como o 4º produto na formação do Valor Bruto da produção.

Em Santa Catarina, o plantio da oleaginosa é efetuado por aproximadamente 59.000 produtores, que a cultivam em duas formas: solteira e consorciada com milho. O plantio em consórcio com milho, que, segundo o Censo de 1975, era superior em 65% declinou no período 1975/79, em face de o crescimento da área plantada com soja ter ocorrido, na grande maioria dos casos, com lavouras mecanizadas. De 1980 para cá, o declínio se acentuou, porém em decorrência da substituição do consórcio milho/soja, por milho ou por feijão solteiros, principalmente por esse último, cujos preços têm sido mais estimulantes. Atualmente acredita-se que o cultivo consorciado deva atingir menos de 40% da área total plantada com soja no Estado.

Na safra 1981/82, a redução de 8% na área, quando comparada ao plantio da safra anterior, deveu-se entre outros aos

seguintes fatores:

- . financiamento de custeio baseado em apenas 60% do VBC para os grandes e em 80% para os médios produtores;

- . carência e encarecimento dos créditos de investimento;

- . fixação do preço-base em apenas Cr\$ 945,00/sc;

- . perspectivas não muito promissoras de preços no mercado internacional;

- . substituição da soja por feijão e por milho. A área cultivada diminuiu principalmente nas regiões de pequenas propriedades (consórcio) e permaneceu praticamente estável naqueles municípios onde a cultura é largamente mecanizada.

Apesar de o excesso de chuvas no mês de outubro e primeira quinzena de novembro (1981) ter atrasado o plantio e ocasionado erosão, e, ainda, de a queda de granizo (novembro) ter causado prejuízos em alguns municípios das regiões Oeste e Vale do Rio do Peixe, as condições climáticas, de um modo geral, foram favoráveis ao desenvolvimento vegetativo da soja até o final de 1981. A produção, no entanto, que em fins de dezembro estava estimada em 630.000 t, reduziu-se para 534.000 t em decorrência principalmente da falta de chuvas em janeiro e de seqüelas das estiagens da primeira quinzena de março e abril. Ainda que as condições climáticas adversas tenham tido repercussão altamente desfavorável no volume da produção, não chegaram a atingir os níveis alarmantes das frustradas safras de 1977/78 e 1978/79.

Nota-se também que, apesar de a produção ter sofrido redução no Estado como um todo, houve regiões onde as quebras foram mais acentuadas, caso da microrregião dos Campos de Curitiba nos, e outras em que as quebras foram de pequena monta, a exemplo da microrregião Planalto de Canoinhas.

Foi expressiva a incidência de pragas nas lavouras, com ocorrência de "brocas dos ponteiros" no período das secas e ataque de lagartas após o reinício das chuvas. Os surtos foram, entretanto, plenamente controlados pela utilização de inseticidas.

No âmbito estadual, a microrregião Colonial Oeste Catarinense continuou como a principal produtora, tendo respondido,

na safra 1981/82, com cerca de 66,2% da produção catarinense de soja, seguindo-se, em importância, a microrregião Planalto de Canoinhas com 11,7% e as microrregiões Campos de Curitibanos e Colonial do Rio do Peixe com 10,4% respectivamente. No conjunto, essas quatro microrregiões responderam por aproximadamente 98,7% da produção estadual. (ver mapa 13).

Com 534.000 t, Santa Catarina continuou participando, em 1982, com aproximadamente 4,2% da produção nacional, tendo, no entanto, caído da 5ª (1981) para a 6ª posição no contexto dos Estados produtores, ficando atrás, por ordem de importância, dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Goiás.

A produção nacional da soja das safras 1980/81 e 1981/82, por Estados, pode ser visualizada na tabela que segue:

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE SOJA, POR ESTADOS,  
SAFRAS 1980/81 E 1981/82

(em 1.000 t)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SAFRAS		VARIACÃO ANUAL (%)
	1980/81	1981/82	
Paraná	5.246,0	4.200,0	- 19,9
Rio G.do Sul	6.090,0	4.196,0	- 31,1
Mato G.do Sul	1.389,0	1.517,0	9,2
São Paulo	1.088,0	993,0	- 8,7
Goiás	407,0	560,0	37,6
Santa Catarina	686,0	534,0	- 22,2
Minas Gerais	284,0	390,0	37,3
Mato Grosso	225,0	372,0	65,3
Distrito Federal	25,5	32,3	26,7
Bahia	1,1	0,4	- 64,9
<b>TOTAL</b>	<b>15.441,6</b>	<b>12.794,7</b>	<b>- 17,1</b>

Fonte: IBGE/CEPAGRO (set/82)

Salientou-se que as quebras verificadas, nos principais Estados produtores, na safra 1981/82, foram causadas pelas estiagens de janeiro de 1982.

Para a safra 1982/83, as primeiras estimativas do

IBGE/GCEA indicavam para Santa Catarina um plantio de 426.000 ha e uma produção de 592.000 t. Embora fosse estimada uma redução de 4,3% na área cultivada, esperava-se uma produção 10,9% superior à sofrível safra de 1981/82, em função da expectativa de recuperação na produtividade das lavouras.

No entanto, mesmo com a relativa melhoria das condições climáticas em dezembro, o excesso de chuvas nos meses de outubro e novembro ocasionou diversos entraves à cultura (erosão, redução de "stand", atraso de plantio), podendo comprometer a previsão.

A redução na área de plantio, a exemplo da safra anterior, foi creditada, entre outros, aos seguintes fatores: financiamento de custeio baseado em apenas 50% do VBC para os grandes e em 70% para os médios produtores; aumento dos custos de produção; fixação do preço-base em apenas Cr\$ 1.800,00/sc; comportamento negativo dos preços recebidos pelos produtores; perspectivas não promissoras de preços no mercado internacional e tendência à substituição de soja por feijão, principalmente nas pequenas propriedades.

A disponibilidade de sementes fiscalizadas foi suficiente para atender a demanda interna estadual e gerar excedentes que foram comercializados com outros Estados.

Estima-se que cerca de 70% da área esteja plantada com sementes fiscalizadas, cujos preços, em 1982, giraram ao redor de Cr\$ 3.750,00/sc de 50 kg.

O uso de fertilizantes deve atingir aproximadamente 65% da área plantada. No entanto, o seu alto custo e a liberalização na concessão dos créditos de custeio contribuíram para a queda no nível de fertilização por unidade de área.

Por sua vez, a área a ser plantada a nível de Brasil estava estimada, em inícios de dezembro, num intervalo entre 8,0 e 8,2 milhões de hectares, com média potencial de 8,1 milhões, ou cerca de 2% abaixo da área plantada na safra passada. Mesmo assim, com base nessa intenção de plantio, a CFP - Companhia de Financiamento da Produção projetava uma produção potencial de 14,5 milhões de toneladas.

A produção de soja no Brasil, nos últimos 10 anos, po

de ser visualizada na tabela a seguir:

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE SOJA, BRASIL,  
SAFRAS 1972/73 A 1982/83

SAFRA	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1972/73	3.615	5.012	1.386
1973/74	5.143	7.877	1.531
1974/75	5.825	9.893	1.698
1975/76	6.417	11.227	1.749
1976/77	7.070	12.513	1.769
1977/78	7.782	9.541	1.225
1978/79	8.256	10.240	1.240
1979/80	8.774	15.156	1.727
1980/81	8.485	14.978	1.765
1981/82	8.202	12.810	1.562
1982/83 (*)	8.143	14.315	1.758

(\*) Média das previsões de novembro de "Safras & Mercado".

Fonte: IBGE

Os valores Básicos de Custeio (VBC) aprovados pelo Conselho Monetário Nacional para as safras 1981/82 e 1982/83, podem ser visualizados na tabela abaixo:

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO, SAFRAS 1981/82 E 1982/83  
(em Cr\$ 1,00)

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	SAFRAS		REAJUSTE NOMINAL (%)
	1981/82	1982/83	
Até 1.250	17.000,00	31.700,00	86,5
1.251 a 1.500	20.200,00	35.000,00	73,3
1.501 a 1.750	22.000,00	41.200,00	87,3
1.751 a 2.000	25.200,00	46.900,00	86,1
2.001 a 2.400	27.000,00	54.100,00	100,4
Acima de 2.400	-	59.700,00	-

Fonte: CFP

Elaboração: CEPA/SC

Os novos Valores Básicos de Custeio, com correção média de 87,5%, ainda que possam ter sido considerados razoavelmente compatíveis com o aumento dos custos de produção, calculados pela CEPA/SC em 94% no período julho/81 a junho/82, foram reputados insuficientes pelos produtores. Essa insatisfação decorreu de esses reajustes terem sido aplicados sobre o VBC oficial do ano anterior, que já era considerado bastante defasado. A situação foi mais grave para os médios e grandes produtores, cujos financiamentos foram concedidos com base em apenas 70% e 50% do VBC respectivamente.

O preço-base para a safra 1981/82, que havia sido estabelecido, em julho/81, em Cr\$ 945,00/sc, após as correções do INPC no período de julho/81 a fevereiro/82 alcançou o preço mínimo de Cr\$ 1.321,80/sc. Para a safra 1982/83, o preço-base foi fixado em Cr\$ 1.800,00/sc, projetando-se, para fevereiro/83, um preço mínimo entre Cr\$ 2.430,00 a Cr\$ 2.520,00/sc de 60 kg.

A produção catarinense, a exemplo do que tem ocorrido em anos anteriores, foi insuficiente para atender a demanda das indústrias instaladas no Estado, cuja capacidade nominal de esmagamento está anualmente estimada em 1.350.000 t.

A produção microrregional continuou a manter aproximadamente o seguinte fluxo:

- . os grãos colhidos na microrregião Planalto de Canoinhas destinam-se aos mercados do Paraná, às indústrias de Gaspar e Videira e também ao exterior;

- . a produção das microrregiões Colonial do Rio do Peixe e Colonial do Oeste Catarinense destina-se às indústrias instaladas na região e ao município de Gaspar, sendo uma parcela comercializada para o mercado do Paraná e para o exterior;

- . a soja colhida na microrregião Campos de Curitibanos é comercializada, principalmente, com as indústrias de Chapecó, Joaçaba, Videira e Gaspar, havendo também uma parcela de exportação para o Paraná e exterior.

A produção mundial, safra 1982/83, foi estimada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (dezembro) em 97,4 milhões de toneladas, ou 13,0% superior à da última safra.

PRODUÇÃO MUNDIAL DE SOJA, SAFRAS 1981/82 E 1982/83

(em milhões de t)

PAÍS	SAFRA 1981/82	SAFRA 1982/83
EUA	54,4	62,6
Brasil	12,8	14,0
China	9,2	9,8
Argentina	4,0	4,6
Paraguai	0,6	0,7
Outros	5,1	5,7
TOTAL	86,2	97,4

Fonte: USDA (dezembro/82)

Os estoques mundiais, por sua vez, foram estimados pela USDA, também para a temporada 1982/83, em 19,50 milhões de toneladas, contra 14,50 milhões ao final da temporada passada.

OFERTA/DEMANDA MUNDIAL DE SOJA EM GRÃOS

(em milhões de t)

SOJA EM GRÃOS	TEMPORADA 1981/82	TEMPORADA 1982/83
Estoque inicial	15,5	14,5
Produção	86,2	97,4
Importação	29,1	30,9
Moagem	73,9	78,9
Outros usos	13,2	13,6
Exportações	29,2	30,8
Estoque final	14,5	19,5

Fonte: USDA (dezembro/82)

Embora existam alguns sinais animadores quanto ao aumento das exportações americanas, principalmente para a União Soviética, o USDA projeta que a demanda mundial em 1983 deva crescer entre 5 a 6%, contra um incremento aproximado de 10% na oferta global.

No que tange às exportações brasileiras do complexo soja, estima-se que até o final do ano a receita global deva atingir entre 2,05 e 2,25 bilhões de dólares e uma receita líquida, exportação menos importação, entre 1,75 e 1,95 bilhões de

dólares, o que significa uma queda potencial de mais de 1 bilhão relativamente ao ano passado.

Com relação à oferta/demanda de soja no Brasil, o Boletim "Safras & Mercado" nº 270 estima que as importações deverão cair para uma faixa ao redor de 1,0 milhão de toneladas, contra 1,25 milhões de toneladas estimadas para esta temporada. Com base nesse número e na estimativa de que sejam produzidas ao redor de 14,3 milhões de toneladas nesta safra 1982/83, aquela publicação projeta para a temporada comercial 1983/84 uma oferta total de soja em grão não superior a 15,8 milhões de toneladas, ou um incremento da ordem de 9% sobre a atual temporada. Lastreada nessa oferta, está projetada uma exportação ao redor de 1,0 milhão de toneladas, uma reserva para sementes e outros usos também de 1,0 milhão de toneladas e um esmagamento em torno de 13,5 milhões de toneladas.

OFERTA/DEMANDA DE SOJA NO BRASIL, SAFRAS  
1982/83 E 1983/84

(em 1.000 t)

	GRÃO		FARELO		ÓLEO	
	1982/83*	1983/84*	1982/83*	1983/84*	1982/83*	1983/84*
<u>OFERTA</u>	<u>13.201</u>	<u>14.766</u>	<u>10.018</u>	<u>10.613</u>	<u>2.480</u>	<u>2.680</u>
. Estoque inicial	391	451	393	218	145	180
. Produção	12.810	14.315	9.625	10.395	2.315	2.500
. Importação	1.250	1.000	-	-	20	-
<u>DEMANDA</u>	<u>13.950</u>	<u>15.500</u>	<u>9.800</u>	<u>10.400</u>	<u>2.300</u>	<u>2.500</u>
. Moagem	12.500	13.500	-	-	-	-
. Exportação	650	1.000	7.400	7.900	850	1.000
. Sementes	850	1.000	-	-	-	-
. Consumo	-	-	2.400	2.500	1.450	1.500
<u>ESTOQUE FINAL</u>	<u>451</u>	<u>266</u>	<u>218</u>	<u>213</u>	<u>180</u>	<u>180</u>

(\*) Temporadas de fevereiro a janeiro

Fonte: Safras & Mercado

Por sua vez, as atuais tendências das exportações brasileiras do complexo soja indicam que, em 1983/84, as vendas de farelo para o exterior poderão alcançar 7,9 milhões de toneladas,



as de óleo 1,0 milhão de toneladas e as de grão também ao redor de 1,0 milhão de toneladas.

As importações brasileiras de soja em grão, no período janeiro/fevereiro de 1982, por origem, segundo o Boletim ETAC, foram as seguintes:

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE SOJA NO PERÍODO DE  
JANEIRO A SETEMBRO/82

PAÍS DE ORIGEM	VOLUME (t)
Estados Unidos	183.899 (a)
Paraguai	450.000 (b)
Argentina	452.235 (a)
Uruguai	19.189 (a)
TOTAL	1.105.323

Fonte: (a) SGS/DEPREC

Estimativas: (b) ETAC

No mercado internacional, as cotações da soja, que ao final de 1981 apresentavam tendência declinante, voltaram a sofrer leve recuperação logo ao início de janeiro, tendo-se mantido com tendência ascendente até a primeira semana de fevereiro, em face principalmente das notícias de estiagem no Sul do Brasil. A partir daí até a primeira quinzena de março, os preços internacionais voltaram a declinar, influenciados basicamente pelas perspectivas de um déficit recorde no orçamento interno americano. Na segunda quinzena de março, as cotações apresentaram-se em alta, em função da recuperação dos preços dos metais e da ocorrência de enchentes na região de Indiana (EUA) que dificultou a movimentação da soja americana, tendo-se fortalecido ainda mais em abril, em face da crise das Malvinas. Em maio, as cotações permaneceram praticamente estabilizadas, indiferentes a fatores como a crise das Malvinas e o anúncio de maiores quebras na safra brasileira. De junho em diante, o mercado apresentou tendência baixista, chegando a registrar os mais baixos níveis dos últimos 5 anos em outubro, motivado principalmente pelas perspectivas de uma boa safra americana, pela alta cotação do dólar em relação às moedas européias e pelos altos juros no mercado internacional. Em novembro, as cotações voltaram a situar-se em níveis mais al

tos, em decorrência do relativo atraso no andamento da colheita americana, em função do excesso de chuvas e da maior movimentação do produto no mercado europeu, decorrente da baixa dos juros internacionais.

Segundo alguns analistas, que se basearam na provável recuperação da economia americana, no esperado aumento da demanda internacional, na perspectiva de retenção de vendas por parte dos produtores americanos e no pequeno crescimento da safra brasileira, é esperado, para o ano de 1983, um processo lento, porém gradual, de recuperação nas cotações da soja.

Os preços no mercado interno seguiram praticamente a mesma tendência de evolução das cotações internacionais, porém com paridade sempre superior aos de exportações, em virtude da relativa escassez de grãos produzidos internamente.

PREÇO MENSAL DA SOJA EM GRÃO A NÍVEL DE PRODUTOR E DE ATACADO EM SANTA CATARINA, E NO MERCADO EXTERNO, 1982

MÊS	PRODUTOR (Cr\$/sc)	ATACADO (Cr\$/sc)	EXPORTAÇÃO C./PRÊMIO (Cr\$/sc)	BOLSA DE CHICAGO 1 <sup>a</sup> EN- TREGA (US\$/t)
Jan	-	1.480	1.550	233,74
Fev	-	1.675	1.500	232,12
Mar	1.670	1.700	1.671	227,04
Abr	1.950	2.000	1.902	239,98
Mai	2.100	2.200	2.024	242,33
Jun	2.050	2.150	2.048	231,48
Jul	2.050	2.150	2.029	227,02
Ago	1.950	2.050	2.121	211,11
Set	1.950	2.050	2.125	200,36
Out	2.000	2.150	2.050	195,59
Nov	2.300	2.400	2.272	207,18
Dez	-	2.600	2.589	208,91

OBS.: Os preços representam a média aritmética mensal

Fonte: FECOAGRO e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DA SOJA (tração animal)

RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO: 1.620 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 2 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACADA DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Março/82	14.435	19.860	9.960	1.574	45.829	12.429	58.258	2.158
Junho/82	16.206	25.930	12.118	3.100	57.354	15.604	72.958	2.702
Setembro/82	19.150	28.870	13.778	2.593	64.391	16.374	80.765	2.991
Dezembro/82	23.425	34.535	15.438	2.897	76.295	18.489	94.784	3.511

Fonte: CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DA SOJA (Tração motora)

RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO: 1.800 kg/ha

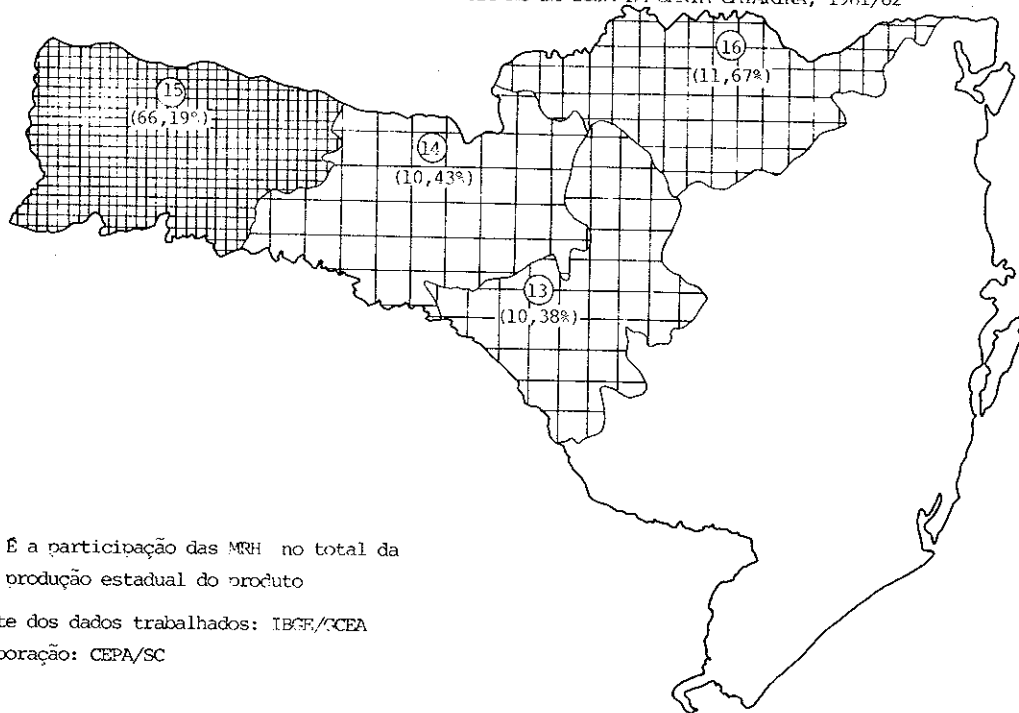
ÁREA MÉDIA DE CULTIVO: 60 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACADA DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Março/82	23.273	22.500	420	1.772	47.965	10.918	58.883	1.963
Junho/82	29.714	30.380	511	3.454	64.059	14.089	78.148	2.605
Setembro/82	32.249	37.580	581	2.917	73.327	14.576	87.903	2.930
Dezembro/82	38.566	43.070	651	3.254	85.541	16.826	102.367	3.412

Fonte: CEPA/SC

Mapa 13 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE SOJA EM SANTA CATARINA, 1981/82 (1)



(1) É a participação das MRH no total da produção estadual do produto

Fonte dos dados trabalhados: IBGE/CCEA  
Elaboração: CEPA/SC

TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DE SOJA, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Planalto de Canoinhas	19,21
Colonial do Oeste Catarinense	29,06
Colonial do Rio do Peixe	20,71
Campos de Curitibanos	26,76
Campos de Lages	9,76
Demais	0,062

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH

Fonte dos dados básicos: IBGE  
Elaboração: CEPA/SC

### 2.13. Tomate

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TOMATE EM SANTA CATARINA, SAFRAS 1975/76 A 1982/83

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1975/76	943	25.217	26.741
1976/77	926	22.917	24.748
1977/78	997	28.029	28.113
1978/79	1.100	32.930	29.936
1979/80	1.260	35.197	27.934
1980/81	1.389	41.004	29.520
1981/82	1.426	38.900	27.279
1982/83 <sup>(1)</sup>	1.400	42.000	30.000

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (dez/82)

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: CEPA/SC

Embora privilegiada com uma diversidade muito grande de clima, permitindo o seu cultivo em todas as regiões produtoras do Estado, a cultura do tomate, em Santa Catarina, atividade que absorve ao redor de 3.200 produtores rurais, que plantam em média 0,40 hectares por ano agrícola, não tem apresentado, nas últimas safras, ganhos significativos em termos de área plantada e de produção obtida.

Esse fato é devido a uma série de características peculiares a esse tipo de exploração, entre as quais destacam-se a inexistência, em nosso meio, de uma estrutura de comercialização adequada e a alta perecibilidade do produto, que, por isso, necessita de comercialização imediata. Dessa forma, ficam os produtores à mercê dos intermediários, o que torna muito inseguro o cultivo econômico desse empreendimento agrícola.

Em decorrência do exposto, Santa Catarina é ainda dependente, em certas épocas do ano, notadamente nos meses de agosto, setembro e outubro, da produção de outras Unidades da Federação, a fim de suprir a sua demanda interna, calculada em torno de 2.000 t/mês, embora existam, em alguns municípios do Estado, mi

croclimas propícios ao cultivo dessa hortaliça durante todos os meses do ano.

Dadas as características de clima e a proximidade de grandes centros consumidores, as microrregiões onde a cultura do tomate apresenta uma importância econômica mais significativa são as de Florianópolis, dos Campos de Lages e de Curitibanos, Carbonífera, Colonial Serrana Catarinense, Colonial de Joinville, Colonial do Rio do Peixe e Colonial de Blumenau. Essas regiões, na atual safra, deverão responder por mais de 75% do plantio e da produção prevista para o Estado.

Apesar da divulgação, pelos órgãos estatísticos oficiais, da existência de somente uma safra em cada ano agrícola, é possível distinguir-se, em Santa Catarina, dadas as características de clima verificadas no Estado, duas safras bem distintas, ou seja, a safra de verão e a safra de inverno.

Na primeira, o cultivo do tomate é feito em todas as regiões do Estado, destacando-se como mais representativas as microrregiões dos Campos de Lages e de Curitibanos, Colonial Serrana Catarinense, de Joinville e Carbonífera. Essas safras tem nos meses de outubro, novembro e dezembro o seu maior incremento de plantio, e o pique de colheita ocorre nos meses de janeiro, fevereiro e março.

A safra de inverno, no entanto, apresenta limitações quanto à sua abrangência, em termos de regiões que a cultivam, só sendo viável naquelas onde a ocorrência de geadas, nessa época do ano, é praticamente impossível ou ocorre em pequenas proporções, caso particular de toda a região litorânea do Estado e ainda das microrregiões Colonial de Blumenau, do Alto Itajaí e Colonial Serrana Catarinense. O início e o término do plantio dessa safra ocorre nos meses de fevereiro e junho, respectivamente, sendo que a colheita estende-se de maio até fins de setembro ou meados de outubro.

Na safra 1981/82, Santa Catarina, cultivando uma área de 1.426 ha, obteve uma produção da ordem de 38.900 t de tomate, volume este que o destacou como o 11º produtor nacional dessa hortaliça. O rendimento médio alcançado foi de 27.279 kg/ha.

Na tabela a seguir são mostrados os valores de área

plantada e produção obtida na última safra, no país, nos principais Estados produtores, bem como as suas participações relativas na área cultivada e no total da produção alcançada.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TOMATE, SAFRA 1981/82<sup>(\*)</sup>

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PLAN-TADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	
			Área	Produção
Ceará	1.000	26.000	1,81	1,47
Paraíba	1.831	84.449	3,32	4,78
Pernambuco	8.858	210.467	16,06	11,92
Bahia	3.417	89.211	6,19	5,05
Minas Gerais	4.023	141.582	7,29	8,02
Espírito Santo	854	41.185	1,55	2,33
Rio de Janeiro	2.696	118.085	4,89	6,69
São Paulo	23.200	826.000	42,06	46,78
Paraná	1.080	46.494	1,96	2,63
Santa Catarina	1.426	38.900	2,58	2,20
Rio Grande do Sul	3.573	47.374	6,48	2,68
Goiás	1.340	54.672	2,43	3,10
Outros	1.863	41.492	3,38	2,35
TOTAL	55.161	1.765.911	100,00	100,00

(\*) Dados sujeitos a modificação

Fonte: CEPAGRO/IBGE

Elaboração: CEPA/SC

Os fatores de ordem climática como estiagem, chuva em excesso e freqüente variação de temperatura foram, a exemplo de safras anteriores, os principais problemas enfrentados pelos agricultores, na safra passada, no tocante à atividade de produção.

O tomate produzido em Santa Catarina nessa última safra, além de atender em parte ao consumo interno, serviu, também, para suprir algumas das necessidades dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Com relação à safra 1982/83, as últimas informações (dez/82) da Fundação IBGE/GCEA-SC indicaram uma área de cultivo

de cerca de 1.400 ha e produção da ordem de 42.000 t do produto.

Apesar do excesso de chuva verificado nos meses de outubro e novembro, as operações de preparo do solo, sementeira e transplante de mudas ficaram dentro do cronograma estipulado para a cultura.

Estima-se que até o final do mês de dezembro foram implantados ao redor de 1.000 ha, devendo o plantio restante ser concluído até meados do mês de junho vindouro.

Em virtude dessas condições adversas de clima, houve necessidade de um maior número de tratamentos fitossanitários, a fim de manter as lavouras livres de doenças e pragas, aumentando, dessa forma, o já elevado custo de produção.

As operações de colheita, que tiveram início no mês de outubro próximo passado, prosseguem dentro do escalonamento previsto para tal atividade, acreditando-se que cerca de 200 ha já tinham sido colhidos até dezembro. O volume de produto obtido neste período foi calculado em cerca de 5.700 t.

Durante o ano de 1982, a CEASA/SC - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina, responsável pelo abastecimento de hortigranjeiros da região da Grande Florianópolis, movimentou um volume da ordem de 3.464,51 t de tomate. Desse total, cerca de 1.169,94 t constituíram-se de remessas efetuadas pelos Estados de São Paulo (679,15 t), Paraná (430,54 t), Minas Gerais (54,00 t) e Rio Grande do Sul (6,25 t).

O volume restante (2.294,57 t) constituiu - se de produto oriundo do próprio Estado catarinense, merecendo destacar, em termos de participação no total ofertado, os municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São José, Palhoça, Rancho Queimado, Angelina e Urubici.

Na tabela a seguir, são mostrados os volumes movimentados mensalmente durante o ano de 1982, pela CEASA/SC - unidade de Florianópolis, bem como os preços médios de comercialização a nível de produtor, atacado e varejo, nos anos de 1981 e 1982.



VOLUME DE TOMATE COMERCIALIZADO NA CEASA/SC EM  
1982 E PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO  
EM 1981 E 1982

MÊS	VOLUME (t)	PREÇOS MÉDIOS (Cr\$/kg)					
		Produtor (*)		Atacado (**)		Varejo (**)	
		1981	1982	1981	1982	1981	1982
Jan	347,04	13,00	14,00	14,50	16,80	19,50	30,09
Fev	304,20	14,60	20,00	15,48	25,78	23,39	43,34
Mar	333,26	22,50	22,00	26,67	30,50	32,56	51,41
Abr	285,41	32,00	22,00	39,91	31,22	55,10	52,56
Mai	237,67	18,00	23,00	24,13	39,45	40,97	63,83
Jun	198,70	17,50	35,00	19,75	46,09	29,79	70,57
Jul	200,53	12,50	40,00	13,81	47,76	23,84	72,03
Ago	232,88	16,50	42,50	17,99	59,30	30,62	85,59
Set	393,22	32,50	50,00	53,29	65,05	63,40	94,24
Out	348,25	45,00	50,00	51,73	65,32	71,90	88,63
Nov	361,55	22,00	50,00	31,80	63,64	45,04	97,89
Dez (1)	221,80	17,00	60,00	21,21	75,99	33,85	112,44
TOTAL	3.464,51	-	-	-	-	-	-

(1) Período considerado de 19 a 20/12/82

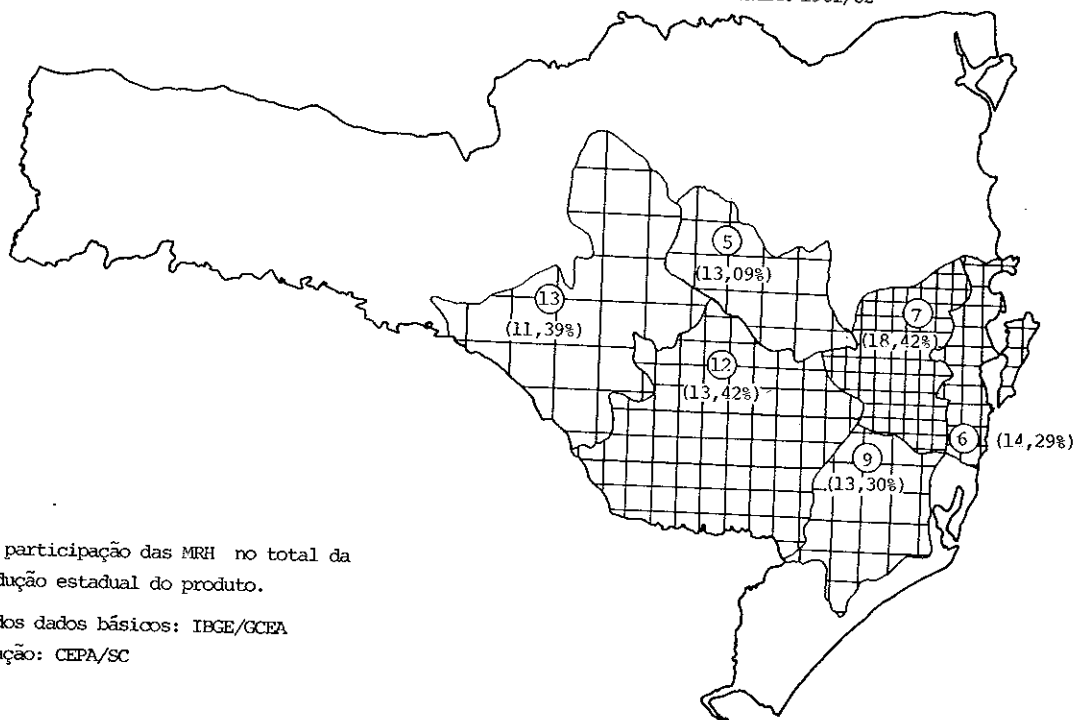
(\*) Preços coletados pela CEPA/SC nas várias regiões produtoras

(\*\*) Preços médios ponderados

Fonte: CEASA/SC e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Mapa 14 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TOMATE EM SANTA CATARINA 1981/82 (1)



(1) É a participação das MRH no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: IBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO TOMATE, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Colonial Serrana Catarinense	0,53
Florianópolis	1,43
Litoral de Itajaí	0,92
Demais	0,049

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH

Fonte dos dados básicos: IBGE

Elaboração: CEPA/SC

## 2.14. Trigo

### EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TRIGO EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1976/77 A 1982/83

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	37.522	20.328	542
1977/78	11.620	4.279	368
1978/79	4.587	3.791	826
1979/80	34.749	18.864	615
1980/81	19.255	9.033	469
1981/82	8.953	8.606	961
1982/83 <sup>(1)</sup>	25.812	18.990	732

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE/GCEA-SC e CEPA/SC

Nos últimos anos, as flutuações da área plantada com trigo, no Estado, têm tido como causa principal a reação negativa demonstrada pelos produtores após os anos de frustração de safras motivada por adversidades climáticas. Além do efeito rendimento, a política de preços mínimos (VBC, PROAGRO, preço de aquisição) também influenciado na intenção dos produtores, estimulando o plantio em alguns anos e desestimulando em outros.

O quadro evolutivo da cultura permite visualizar as reações na área plantada, de acordo com os rendimentos obtidos no ano anterior. Os números mostram que, após os anos de frustração, a área plantada cai sensivelmente, voltando a aumentar no ano seguinte ao da safra em que se obteve bons rendimentos.

Na safra 1981/82, a produção catarinense continuou a concentrar-se, pela ordem, nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas, Campos de Curitibanos e Colonial do Rio do Peixe. (mapa 15)

Ainda naquela safra, ao contrário da anterior, a cultura apresentou bom desempenho em termos de rendimento físico. Embora a área plantada tenha sido 53,6% inferior à cultivada na safra 1980/81, a produção foi inferior em apenas 4,7% à obtida naquele ano. Apesar de as freqüentes chuvas de out/nov de 1981 te

rem prejudicado a colheita em algumas regiões, a qualidade do produto foi considerada boa, ainda que com alto teor de umidade.

Em inícios de janeiro de 1982, os Ministros da Fazenda e da Agricultura, em decisão referendada pelo Conselho Monetário Nacional, resolveram isentar de juros, no último trimestre de 1981, todos os agricultores que obtiveram financiamento para custeio de trigo na safra 1981/82. Com essa medida, ao que parece, os Ministros procuraram minimizar os custos de produção do cereal, visando incentivar o plantio da safra 1982/83.

Em fevereiro, foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional a nova tabela de Valores Básicos de Custeio (VBC) para a safra 1982/83, os quais, comparados aos do ano anterior, assim se apresentaram:

PRODUTIVIDADE (kg/ha)	(Cr\$/ha)		
	VALOR BÁSICO DE CUSTEIO - VBC		VARIAÇÃO ANUAL
	1981	1982	(%)
Até 600	9.900,00	19.000,00	91,9
De 601 a 800	13.100,00	25.200,00	92,4
De 801 a 1.000	15.200,00	29.800,00	96,1
De 1.001 a 1.200	17.800,00	34.200,00	92,1
De 1.201 a 1.400	21.200,00	41.200,00	94,3
De 1.401 a 1.600	25.000,00	46.800,00	87,2
Acima de 1.600	28.200,00	54.200,00	92,2

Fonte: CFP

Elaboração: CEPA/SC

O reajuste médio de 92% foi levemente inferior ao índice inflacionário do período jun/81 a jan/82, que se situou em aproximadamente 94,7%. Os novos Valores Básicos de Custeio, mesmo que à primeira vista tenham apresentado um aumento razoável, não satisfizeram, principalmente aos grandes e médios produtores, cujos empréstimos não cobriram os custos de produção, uma vez que os financiamentos de custeio, para aquelas duas classes de produtores, foram concedidos com base em apenas 50% e 70 do VBC, respectivamente.

Na safra 1982/83, o crescimento da área plantada decorreu principalmente de a cultura ter apresentado um bom desempenho em termos de rendimento físico na safra passada. Por outro lado

do, apesar de os Valores Básicos de Custeio não terem satisfeito plenamente os produtores, principalmente os grandes e médios, o novo critério de fixação do preço de compra pelo Governo, com base numa cotação arbitrada em dólares, influiu positivamente nas intenções de plantio.

Os preços recebidos pelos produtores baseou-se na cotação fixada pelo Governo em US\$ 275,00/t, que foi convertida em cruzeiros de acordo com o câmbio do dia, a partir de 1º de abril. Daí em diante, os preços sofreram reajustes mensais em todos os primeiros dias do mês subsequente, até 1º de dezembro.

A incidência de chuvas e altas temperaturas, verificadas durante o transcorrer dos meses de julho e agosto, e a estiagem de setembro não chegaram a prejudicar a cultura. No entanto, a queda acentuada de chuvas em outubro e novembro e a ocorrência de geadas nos dias 14 e 19 de outubro causaram prejuízos significativos.

No Oeste, onde grande parte das lavouras encontrava-se na fase de maturação, embora as geadas não tivessem causado maiores problemas, o excesso de chuvas e a ocorrência de ventos acamaram o trigo e atrapalharam a colheita, acarretando prejuízos em parcelas significativas das lavouras. Já nas regiões do Planalto, onde o plantio ocorre mais tarde (junho/julho), os prejuízos correram por conta das geadas, que atingiram as lavouras nas fases de floração e formação de grãos, e também devido às chuvas na colheita, na segunda quinzena de novembro.

Ainda que a colheita já se tenha encerrado em dezembro, os dados finais da safra somente serão conhecidos em inícios de 1983. De qualquer modo, a estimativa inicial de uma produção de 25.220 t caiu, em dezembro, para 18.890 t, acreditando-se que venha a se reduzir ainda mais, após a tabulação final das informações do interior.

A nível nacional, mesmo com o plantio tendo sido cerca de 50% superior ao da safra passada, a produção, que inicialmente estava prevista em 3,0 milhões de toneladas, caiu para cerca de 1,8 milhões de toneladas (2,2 milhões de toneladas na safra anterior), em decorrência das condições climáticas desfavoráveis e da proliferação de doenças fúngicas nos dois principais Estados produtores (Rio grande do Sul e Paraná).

PRODUÇÃO NACIONAL DE TRIGO, 1973 A 1982

ANO	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1973	1.839	2.031	1.104
1974	2.471	2.859	1.156
1975	2.932	1.788	610
1976	3.540	3.216	908
1977	3.153	2.066	655
1978	2.811	2.691	957
1979	3.831	2.927	764
1980	3.122	2.702	865
1981	1.920	2.209	1.151
1982	2.900	1.800 (*)	620

(\*) Projeção de "safras & Mercado" em inícios de dezembro

Fonte: "Safras & Mercado"

Diante do quadro pessimista desta safra, o boletim "Safras & Mercado" projeta para a próxima temporada uma importação da ordem de 4,24/4,5 milhões de toneladas, contra apenas 3,5 milhões esperados para este ano. Essa projeção está baseada não só na diminuição do volume desta safra, mas também no fato de o Brasil provavelmente terminar este ano com um estoque deficitário, em função da contenção das importações.

Ainda segundo aquela publicação, apesar do declínio dos preços médios do trigo no mercado internacional, o país, em 1983, vai aumentar significativamente o dispêndio com a importação do cereal, estimando-se um desembolso entre 700 e 900 milhões de dólares, contra cerca de US\$ 700 milhões para o corrente ano.

OFERTA/DEMANDA DE TRIGO NO BRASIL

(em 1.000 t)

DISTRIMINAÇÃO	TEMPORADA		
	1980/81	1981/82	1982/83
Produção	2.702	2.209	2.000/2.300
ph médio	(75)	(78)	(74/75)
Importação	4.360	3.500	4.500/4.200
Oferta	7.062	5.709	6.500
Consumo	6.300	5.890	5.800
Sementes/outros	300	400	400
Demanda	6.600	6.290	6.200
Estoque	462	(-) 581	300

Estimativas e projeções de "Safras & Mercado"

De acordo com o USDA, a produção mundial de trigo, para a safra 1982/83, por país, deverá ser a seguinte:

PRODUÇÃO MUNDIAL DE TRIGO - SAFRAS 1981/82 E  
1982/83

(em milhões de t)

PAÍS	1981/82	1982/83
EUA	76,0	76,6
Canadá	24,5	26,0
Europa Ocidental	60,8	64,7
Europa Oriental	30,5	33,0
URSS	88,0	79,0
China	58,5	58,5
Índia	36,5	36,5
Turquia	13,2	13,3
Argentina	7,8	9,7
Austrália	16,4	9,3
Demais países	41,1	42,4
<b>TOTAL MUNDIAL</b>	<b>453,3</b>	<b>449,0</b>

Fonte: USDA

A aquisição de toda a produção do país se dá sob a égide de governamental, através do Departamento de Comercialização do Trigo Nacional - CTRIN, por intermédio do Banco do Brasil. Por

outro lado, a distribuição de cotas, bem como a fixação dos preços de venda aos moinhos, tanto do trigo nacional como do importado, é de responsabilidade do Departamento de Trigo da SUNAB.

Os preços pagos ao trigo nacional, segundo a cotação de US\$ 275,00/t, nos diversos meses do ano, foram os seguintes:

PREÇOS PAGO AO TRIGO NACIONAL SEGUNDO O PESO  
HECTOLÍTRICO

PESO HEC TOLÍTRICO	(Cr\$/t)				
	ABRIL	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO (*)
84	43.043	56.255	60.193	64.406	68.893
83	42.617	55.698	59.598	63.768	68.210
82	42.195	55.147	59.007	63.137	67.535
81	41.778	54.601	58.423	62.512	66.867
80	41.364	54.060	57.845	61.893	66.205
79	40.955	53.525	57.272	61.280	65.549
78	40.550	52.995	56.705	60.673	64.900
77	40.144	52.465	56.138	60.066	64.250
76	39.743	51.940	55.577	59.466	63.609
75	39.345	51.421	55.021	58.871	62.972
74	38.952	50.907	54.471	58.282	62.342
73	38.563	50.398	53.926	57.700	61.719
72	38.177	49.894	53.387	57.123	61.103
71	37.795	49.395	52.853	56.551	60.491
70	37.477	48.901	52.324	55.986	59.886
69	36.482	47.678	51.016	54.586	58.389
68	35.570	46.486	49.741	53.222	56.930
67	34.680	45.324	48.497	51.891	55.506
66	33.813	44.191	47.285	50.594	54.119
65	32.968	43.086	46.103	49.329	52.766

(\*) Projeção CEPA/SC

Fonte: SUNAB

Durante o ano e dando prosseguimento à política de retirada gradativa do subsídio ao trigo, a SUNAB fixou os preços do produto em grão destinado à moagem, bem como os preços da farinha destinada à comercialização, nos seguintes níveis:



PREÇOS SUNAB PARA O TRIGO EM GRÃO DESTINADO À MOAGEM

(Cr\$/t)

PROCEDÊNCIA	PESO HECTO- LÍTRICO	PORTARIA SU PER Nº 59 DE 17/12/81	PORTARIA SU PER Nº 15 DE 07/05/82	% DE AUMENTO DEZ/81 ATÉ 07/05/82
Importado	-	18.096	27.144	50,0
Nacional	78	18.096	27.144	50,0
	77	17.744	26.510	49,4
	76	17.569	26.194	49,1
	75	17.217	25.560	48,5
	74	17.041	25.243	48,1
	73	16.689	24.610	47,5
	72	16.514	24.293	47,1
	71	16.162	23.659	46,4
	70	15.986	23.342	46,0
	69	15.810	23.026	45,6
	68	15.459	22.392	44,8
	67	15.283	22.075	44,4
	66	15.107	21.758	44,0
	65	14.932	21.442	43,6

OBS.: Situação até o dia 13/12/82

Fonte: SUNAB

Elaboração: CEPA/SC

PREÇOS MÁXIMOS DE VENDA DA FARINHA DE TRIGO FOB MOINHOS

(Cr\$ 1,00)

PRODUTO	PESO kg	PORTARIA SU PER Nº 59 DE 17/12/81	PORTARIA SU PER Nº 15 DE 07/05/82	% DE AUMENTO DE DEZ/81 A MAIO/82
Farinha comum	50	1.240,00	1.894,00	52,7
	25	620,00	947,00	52,7
	05	135,20	204,40	51,2
	01	29,80	45,40	51,3
Farinha especial	50	1.587,00	2.424,00	52,7
	25	793,50	1.212,00	52,7
	05	171,00	258,50	51,2
	01	37,30	56,40	51,2

OBS.: Situação até o dia 13/12/82

Fonte: SUNAB

Elaboração: CEPA/SC

O aumento dos preços do grão destinado à moagem, para o produto com peso hectolítrico básico de 78, foi da ordem de 50% sobre o valor estipulado em dezembro de 1981. Para a farinha, os valores fixados demonstraram evolução da ordem de 52,6% no mesmo período.

A relativa morosidade na política governamental de retirada do subsídio ao trigo, ainda que tenha demonstrado preocupação do Governo ao aumento do custo de vida, continuou a se constituir em fator de desequilíbrio da balança comercial, com perda substancial de divisas.

A farinha de trigo, com preços artificialmente baixos, constituiu-se em fator de estímulo ao consumo do cereal e causou mudanças no hábito alimentar da população, com reflexos negativos para outras culturas da produção interna.

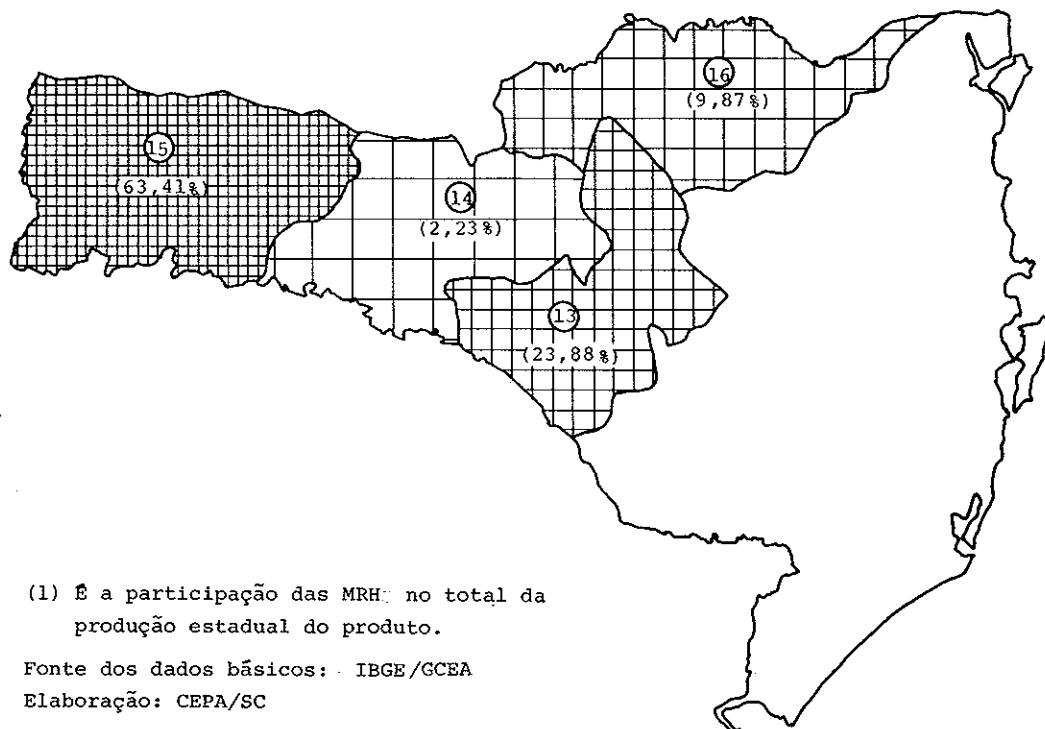
Além do subsídio estar sendo empregado em produto errado, essa política é elitista e concentradora de renda, uma vez que estudos efetuados com base em pesquisas do IBGE demonstram que as famílias de maior poder aquisitivo gastam 154% a mais com trigo do que as famílias de menor renda<sup>(1)</sup>.

Ainda de conformidade com a mesma fonte, existem outros produtos que possuem maior participação que a do trigo no orçamento das famílias mais pobres, produtos esses com maior valor nutritivo, como o arroz e o feijão.

---

(1) SELIGMAN, G. Argumentos contra o subsídio. Gazeta Mercantil, São Paulo, 10 jul. 1982. p. 15.

Mapa 15 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TRIGO EM SANTA CATARINA, 1981/82 <sup>(1)</sup>



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO TRIGO, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Planalto de Canoinhas	1,26
Colonial do Oeste Catarinense	1,33
Campos de Curitibanos	0,96
Demais	0,015

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: IBGE  
 Elaboração: CEPA/SC

## 2.15. Uva

### ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, SAFRAS DE 1976/77 A 1981/82

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	4.043	57.323	14.178
1978/79	4.946	65.104	13.163
1979/80	5.086	44.428	8.735
1980/81	5.255	75.383	14.345
1981/82	5.080	80.530	15.852

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Aproximadamente 19.700 estabelecimentos rurais cultivam videira em Santa Catarina.

A produção se concentra principalmente na microrregião Colonial do Rio do Peixe, responsável por 69% da produção catariense. Os principais municípios produtores de uva nessa região são os de Videira, Caçador, Pinheiro Preto, Tangará, Fraiburgo e Rio das Antas.

Na realidade, a produção de uva adquire importância apenas nas microrregiões Colonial do Vale do Rio do Peixe e Carbonífera, mais especificamente no município de Urussanga. Aproximadamente, calcula-se que 20% da produção é industrializada na primeira, e o restante na segunda. Na região do Oeste Catarinense, responsável por 15,5% da produção na safra 1981/82, o produto destina-se ao consumo familiar, não ocorrendo, em regra, a comercialização dos excedentes.

Na região de Videira, acredita-se que haja um total de 1.300 viticultores, dos quais aproximadamente 30% adotam técnicas modernas e para quem a vitivinicultura se constitui numa das principais fontes de renda. Nesta região, como em todo o Estado, predominam plantas com mais de 2 anos de idade (tabela 89 A). O rendimento médio é de 10 toneladas/hectare, embora existam parreirais com produtividade de 25 toneladas/ha, ou seja, com produção somente atingida com uso de tecnologia adequada. A baixa produtividade se deve ao declínio produtivo da maioria dos parreirais

instalados há bastante tempo, sem que haja uma reposição dos nutrientes, bem como a necessária correção de acidez.

Conforme informações da Fundação IBGE, a produção catarinense na safra 1981/82 foi de 80.530 toneladas, numa área colhida de 5.080 ha, com um acréscimo de 6,83% na produção e de 3,33% na área, em relação à safra anterior.

As estimativas para a safra 1982/83 são de redução de até 40% na produção, segundo técnicos ligados ao setor. Contribuem para essa queda do volume produzido os baixos preços praticados na safra anterior, a modalidade de pagamento (em prestações) das indústrias aos produtores e as ocorrências climáticas desfavoráveis à cultura, tais como: falta de frio na fase de dormência, geadas na floração e excesso de chuvas durante o desenvolvimento vegetativo.

Os preços para a próxima safra estavam em fase de negociação no final de 1982. Os produtores se encontravam mobilizados e reivindicavam um preço de custo de Cr\$ 40,11 o kg da uva comum. Por outro lado, o excesso de produto industrializado em estoque e o mercado restrito constituem algumas das dificuldades enfrentadas pelas indústrias do ramo.

Segundo informações colhidas junto ao Serviço de Inspeção do Produto Vegetal, do Ministério da Agricultura, existem no Estado 36 cantinas fiscalizadas, sendo que 29 operam na região de Videira e 7 na região de Urussanga.

Conforme a fonte anteriormente citada, na safra 1981/82 foram comercializadas 34.501 toneladas de uva. A mesma fonte informa que foram produzidos, em 1981, 19.185 mil litros de vinho, sendo 3.680 mil litros de vinho branco (19,2%), 14.803 mil litros de vinho tinto (77,1%) e 702 mil litros de vinho rosado (3,7%). (tabela 89 B).

As principais variedades de uva produzidas e comercializadas foram Isabel, Tercy, Merlot, Cabernet, Niágara, Seibel, Goethe, Bordeaux e Moscato.

Os principais mercados consumidores da uva e vinho são: São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. No mercado estadual, as principais regiões consumidoras de uva "in natura" e vinho são as regiões produtoras e a região litorânea.

Tabela 89

UVA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA, NÚMERO DE PLANTAS, NÚMERO DE PRODUTORES, CONSUMO E PRODUÇÃO COMERCIALIZADA, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

MUNICÍPIO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	NÚMERO DE PLANTAS		NÚMERO DE PRODUTORES	CONSUMO IN NATUREZA E VI NIFICAÇÃO PRÓPRIA (t)	PRODUÇÃO COMERCIALIZADA (t)
			Até 2 anos	Acima de 2 anos			
Pedras Grandes	8,76	105,4	-	21.612	8	20,4	85,0
Urussanga	5,24	80,2	1.200	10.542	6	12,2	68,0
Arroio Trinta	9,51	279,6	874	20.531	22	63,2	216,4
Fraiburgo	215,74	1.847,3	62.931	469.244	35	641,7	1.205,6
Pinheiro Preto	302,29	6.382,7	37.482	637.356	125	147,2	6.235,6
Caçador	230,86	6.279,7	71.201	445.538	263	1.118,6	5.161,2
Rio das Antas	65,88	2.255,2	20.239	126.038	95	353,6	1.901,6
Salto Veloso	29,19	636,4	6.520	59.167	68	283,8	352,5
Tangará	301,71	6.475,3	35.993	645.249	186	252,7	6.222,6
Videira	689,93	14.643,8	135.465	1.416.150	523	1.592,1	13.051,7
Outros municípios	4,10	13,2	-	7.950	5	11,8	1,4
TOTAL	1.863,21	38.998,8	371.905	3.859.377	1.336	4.497,2	34.501,5

Fonte: MA/DFA-SC (SERPV)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 89 A

UVA - NÚMERO DE PLANTAS ACIMA DE 2 ANOS, ATÉ 2 ANOS E TOTAL, SANTA CATARINA,  
SAFRA 1981/82

MRH	NÚMERO DE PLANTAS		TOTAL
	Acima de 2 anos	Até 2 anos	
Colonial de Joinville	8.500	-	8.500
Colonial de Blumenau	25.129	8.949	34.078
Col.do Alto Itajaí	252.250	2.200	254.450
Florianópolis	-	40.800	40.800
Col.Serrana Catarinense	144.494	18.096	162.590
Carbonífera	480.320	243.290	723.610
Col.Sul Catarinense	25.150	-	25.150
Campos de Lages	31.000	2.850	33.850
Campos de Curitibanos	105.600	36.566	142.166
Col.do Rio do Peixe	4.581.968	1.013.327	5.595.295
Col.do Oeste Catarinense	963.300	241.740	1.205.040
Plan.de Canoinhas	109.825	35.480	145.305
<b>SANTA CATARINA</b>	<b>6.727.536</b>	<b>1.643.298</b>	<b>8.370.834</b>

Fonte: IBGE

Tabela 89 B

PRODUÇÃO DE VINHOS, SANTA CATARINA, 1978 A 1982

ANO	(1.000 litros)			
	BRANCO	TINTO	ROSADO	TOTAL
1978	2.549	12.272	395	15.216
1979	2.117	16.697	919	19.735
1980	1.535	14.337	835	16.707
1981	3.635	16.516	928	21.079
1982	3.680	14.803	702	19.185

Fonte: MA/DFA-SC (SERPV)

## 2.16. Produção Florestal

Com 80% de sua superfície originalmente coberta de valias espécies florestais de clima temperado (pinheiro, imbuia, erva-mate) e de clima tropical (canela preta, peroba, palmitreiro), Santa Catarina tem nas atividades florestais uma longa tradição.

Essas atividades tendem a continuar, pois, devido à topografia extremamente acidentada, alta pluviosidade e solos pobres, não só grandes extensões do Estado têm apenas a aptidão florestal como única opção técnica e economicamente viável, como também ainda existe uma razoável cobertura de matas nativas primárias e secundárias, num total aproximado de 33,4% <sup>(1)</sup> da superfície do Estado, o que o torna percentualmente o mais rico em florestas no País, excetuando-se obviamente os Estados da Amazônia. Uma exploração racional dessas florestas remanescentes deve ser desenvolvida para atender tanto a demanda madeireira, como a energética, que, devido à crise insolúvel de derivados de petróleo, tornou a lenha uma importantíssima alternativa para suprir as necessidades caloríficas de expressiva parcela do parque industrial catarinense, superior, em muitos casos, ao carvão mineral.

Produção Setorial - A produção florestal, tanto das florestas naturais como das plantadas, pode ser dividida em 4 subsetores: madeireiro, industrial, alimentício e energético.

O subsetor madeireiro é responsável pela produção de madeira serrada e laminada (tabela 90). É o setor que apenas desdobra a matéria-prima, que embora possa ser destinada para um uso final, como madeira para construção, em grande parte serve de insumo para outras indústrias, como as de mobiliário e madeira compensada. Inicialmente utilizando apenas espécies nativas locais, o subsetor está utilizando volumes crescentes de toras vindas da Amazônia, bem como de Pinus, que se está revelando excelente para mobiliário.

O subsetor alimentício é basicamente representado por duas espécies tradicionais nos hábitos da população sulina - a

---

(1) Segundo dados do IBDF e Faculdade de Florestas da Universidade Federal do Paraná.



erva-mate e o palmitreiro; atualmente estão sendo desenvolvidos esforços com o reflorestamento destas espécies.

O subsetor industrial é aquele que utiliza diretamente a árvore para transformação em produtos altamente diferenciados. É o caso tradicional da produção de óleo de essência a partir da canela sassafrás, e a produção de celulose sob forma de pasta mecânica ou pasta química a partir da araucária, e mais recentemente a produção de papel em quatro grandes instalações industriais, a partir principalmente de florestas plantadas com espécies exóticas.

O subsetor energético tem a tradicional aplicação doméstica na calefação, na região do Planalto, e no preparo de alimentos. Foi ainda a base energética de muitas instalações fabris, no início da industrialização. Com a crise petrolífera, a lenha adquiriu importância praticamente estratégica, pois possibilita a substituição de derivados de petróleo em instalações onde a energia elétrica é anti-econômica. Inclusive, novos processos para transformar a lenha em carvão, gás, álcool e, mais recentemente, em pó poderão substituir o petróleo e o carvão mineral em praticamente todas as aplicações.

A Conjuntura Madeireira Atual - A redução das atividades econômicas, tanto nacionais como mundiais, afetou também o parque industrial vinculado à madeira, desde os artigos mais simples, como tábuas e carvão, até os mais sofisticados como papel e mobiliário.

A esta conjuntura negativa da demanda somou-se uma oferta sempre crescente de coníferas, oriundas dos grandes reflorestamentos implantados nas décadas de 60 e 70 (tabela 92). A resultante foi uma significativa queda nos preços, a níveis por vezes inferiores ao custo de extração e transporte dos exemplares aptos ao corte, como no caso de reflorestamentos implantados a grande distância das fábricas de celulose.

A redução dos pedidos de material para caixaria e de matéria-prima para mobiliário fez com que os preços da madeira nativa permanecessem, em 1982, a nível pouco acima de 1981, ou seja, houve uma elevada redução do valor real do produto. Por outro lado, as crescentes dificuldades de extração da madeira em

pé, atualmente existente em locais de difícil acesso, também tendem a diminuir a produção.

O subsetor energético é o único que está sendo pouco afetado pela atual recessão: apesar da grande queda na produção de carvão vegetal, devido à diminuição de pedidos das fundições e à crescente disseminação de fogões a gás de petróleo, houve uma pequena compensação positiva com a transformação das fontes de energia calorífica, de crescente número de estabelecimentos industriais, do óleo combustível para lenha ou resíduos lenhosos. Assim, apesar de uma pequena baixa na produção, os preços duplicaram relativamente ao ano passado, estando atualmente em torno de Cr\$ 800,00 por metro estere (estere =  $\text{lm}^3$  de lenha empilhada).

Tabela 90

PRODUÇÃO DE MADEIRA BENEFICIADA E TRANSFORMADA EM SANTA CATARINA, 1979-82  
- Volume total resultante do 1º uso dos toros -

DISCRIMINAÇÃO	ANO	1979	1980	1981	1982
Madeira serrada - $\text{m}^3$		2.962.950	1.779.707	1.535.400	1.663.072 <sup>(*)</sup>
Madeira laminada - $\text{m}^3$		154.331	134.217	170.531	196.320 <sup>(*)</sup>
Papel ou celulose - t		132.000	362.000	346.874	321.583 <sup>(**)</sup>
Lenha - estere (st)		8.895.950	8.223.130	7.601.192	7.220.000 <sup>(**)</sup>

(\*) Estimativa total baseada em dados de produção até set/82

(\*\*) Estimativa total baseada em dados de produção até nov/82

Fonte: IBDF e CEPA/SC

Tabela 90 A

EXTRAÇÃO DE MADEIRA BRUTA, SANTA CATARINA, 1979 A 1982

DISCRIMINAÇÃO	FATOR DE CONVERSÃO	(em $\text{m}^3$ sólidos)			
		1979	1980	1981	1982
Madeira para serraria	1,9 $\text{m}^3/\text{m}^3$	5.629.600	3.381.443	2.917.260	3.159.834
Madeira para laminação	2,4 $\text{m}^3/\text{m}^3$	370.394	322.120	409.274	471.168
Madeira para celulose	5,3 $\text{m}^3/\text{m}^3$	699.600	3.508.600	1.838.432	1.704.387
Lenha	0,7 $\text{m}^3/\text{st}$	6.227.165	5.756.191	5.320.834	5.054.000
TOTAL	-	12.926.759	12.968.354	10.485.800	10.389.389

Fonte: Tabela 89

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 91

## VALOR DA PRODUÇÃO MADEIREIRA DE SANTA CATARINA, 1982

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO POSTO PÁTIO INDÚSTRIA - Cr\$ (A)	VOLUME TOTAL DE MADEIRA BRUTA (B)	VALOR TOTAL (Cr\$ mil) (C=AxB)
Madeira para serrarias	m <sup>3</sup>	6.000,00	3.159.834	18.959.004
Madeira para laminação	m <sup>3</sup>	10.000,00	471.168	4.711.680
Madeira para celulose	m <sup>3</sup>	3.000,00	1.704.387	5.113.161
Lenha	st	800,00	7.220.000	5.776.000
<b>TOTAL</b>	-	-	-	<b>34.559.845</b>

Fonte: Tabelas 89, 90 e SAA/Coordenação da Agricultura

Tabela 92

ÁREA REFLORESTADA EM SANTA CATARINA, CONFORME PROJETO REGISTRADO NO IBDF,  
DE 1967 A MARÇO DE 1982

MRH	(hectare)							TOTAL
	ARAUCÁRIA	PINUS	FRUTÍFERAS	EUCALÍPTO	PALMITO	OUTRAS ESPÉCIES NATIVAS		
Col.de Joinville	799,60	24.370,25	1.076,90	5.122,22	4.325,28	3.805,61	39.499,86	
Lit.de Itajaí	5,00	1.045,80	-	714,20	319,90	118,51	2.203,41	
Col.de Blumenau	702,61	9.347,77	-	2.063,33	1.887,49	2.166,61	16.167,81	
Col.de Itajaí Norte	320,66	2.738,13	-	41,00	-	246,66	3.346,45	
Col.Alto Itajaí	1.180,16	5.768,73	-	324,78	135,90	692,95	8.102,52	
Florianópolis	53,85	3.229,38	-	1.795,25	296,00	860,00	6.234,48	
Col.Serrana Cat.	605,83	7.894,60	-	911,74	50,07	268,07	9.730,31	
Lit.de Laguna	37,20	1.455,10	-	936,70	892,00	105,25	3.426,25	
Carbonífera	143,80	639,25	-	11.891,58	-	239,86	12.914,49	
Litoral Sul Cat.	-	2.909,08	-	12.940,15	-	33,84	15.883,07	
Colonial Sul.Cat.	12,00	314,40	-	4.781,30	90,00	104,60	5.302,30	
Campos de Lages	4.754,40	65.875,40	103,60	1.240,56	-	161,00	72.134,96	
Campos de Curitiba	8.880,51	67.113,80	1.260,00	1.847,74	-	304,72	79.406,77	
Col.do Rio do Peixe	12.285,55	34.252,07	1.199,61	1.231,25	-	927,88	49.896,36	
Col.Oeste Cat.	6.158,26	8.870,53	4.022,50	1.810,50	-	2.133,47	23.005,26	
Plan.de Canoinhas	6.995,97	69.337,80	104,00	1.447,11	-	986,94	78.871,82	
<b>SANTA CATARINA</b>	<b>42.935,40</b>	<b>305.162,09</b>	<b>7.776,61</b>	<b>49.099,41</b>	<b>7.996,64</b>	<b>13.155,97</b>	<b>426.126,12</b>	

Fonte dos dados básicos: IBDF/SC

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

### 3 - DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL

#### 3.1. Avicultura

##### 3.1.1. Produção e Mercado Mundial

A produção mundial de carne de aves apresentou um crescimento de 5,5%, em 1981. Para 1982, é esperado um aumento de apenas 1,0%, consideravelmente menor do que os de anos anteriores. Esse incremento, moderado para uma atividade bastante dinâmica, deu-se pela queda da produção norte-americana, cujos avicultores estiveram às voltas com problemas de custos de produção e quedas no consumo interno. Também ocorreram baixas nas produções da Espanha, cujas causas foram os baixos preços verificados no ano anterior e a grande concorrência no Mercado Comum Europeu; da Austrália, devido à seca deste ano; da Argentina, em função das dificuldades econômicas e políticas vividas por aquele país; e da Polônia, principalmente, pelos problemas com o abastecimento de grãos (tabela 93).

Pode-se destacar, pela sua importância, a participação da produção francesa, a qual somou um terço da produção do Mercado Comum Europeu, por ter sido estimulada às custas de altos subsídios. Ela representou, em 1982, 6,5% da produção mundial e foi o principal concorrente das exportações brasileiras.

No mercado mundial, o Oriente Médio continuou sendo o "carro chefe", que balisou o comércio internacional, porém aparece como destaque o crescimento do mercado do Leste Europeu, que embora não figure nas estatísticas oficiais de forma muito clara, tornou-se um grande e potencial mercado comprador do Brasil e da França (tabela 94).

Espera-se para 1983 um aumento pouco expressivo na produção, ao lado da expectativa de um provável aquecimento no mercado mundial, notadamente no segundo semestre, como consequência da diminuição do alojamento de matrizes nos países do Bloco Soviético e das possibilidades do abastecimento de grãos continuar prejudicado.

Todavia, o mercado poderá permanecer ainda competitivo pela pressão das produções americana, francesa e brasileira, que poderão ainda representar 20,34%, 21,28% e 20,71%, respectivamente, do volume total comercializado no mundo.

### 3.1.2. Produção e Mercado Brasileiros

A produção nacional de carne de aves registrou, em 1980, 1,22 milhões de toneladas; em 1981, 1,40 milhões de toneladas e, para 1982, estima-se a obtenção aproximada de 1,49 milhões de toneladas, 6,3% a mais do que no ano passado (tabela 95).

Esse incremento da produção nacional apresentou, em 1982, uma taxa de redução bem abaixo dos percentuais verificados em anos anteriores. O pequeno crescimento ocorrido deu-se, principalmente, pela solidificação da avicultura nos três Estados sulinos.

As causas principais do insatisfatório desempenho da avicultura brasileira estiveram centradas nas ascendentes elevações dos custos de produção, no fraco desempenho das exportações (muito concorridas), na oferta abundante e no abastecimento calmo da carne bovina. Esses foram os grandes fatores que proporcionaram as elevações dos estoques internos e o aviltamento dos preços até setembro, pressionando a saída do mercado, tanto de pequenas empresas, como de alguns grandes grupos industriais.

Apesar da conjuntura desfavorável, o Brasil foi o segundo maior exportador mundial, com 20,8% do total comercializado para os principais mercados do Oriente Médio e Leste Europeu. Embora não exportando o volume esperado, a produção nacional adequou-se, no segundo semestre, às potencialidades dos mercados internos e externos. Nos primeiros seis meses do ano, registrou-se uma redução de 14% e, nos meses restantes, houve um crescimento negativo, quando comparado com igual período do ano passado (tabela 95).

O consumo interno "per capita", após ter crescido 9,2% em 1981 (de 8,7 kg para 9,5 kg), mostrou um aumento de apenas 4,42% em 1982, passando para 9,92 kg por habitante. Dentre as causas determinantes desse aumento da procura de carne de frango pelos consumidores brasileiros, destacam-se as facilidades para

penetrar em mercados de outras carnes, cujos preços no varejo continuaram desestimulando o consumo e facilitando a substituição das carnes vermelhas na cesta do consumidor.

Como pode ser evidenciado (gráfico nº 16, item suínos), os preços das carnes bovina e suína apresentaram uma curva ascendente, proporcionando a atratividade de consumo alternativo da carne de frango, pois a elevação dos preços relativos da carne bovina/carne suína/carne de frango, no mercado varejista, esteve em níveis estimulantes para o incremento da produção dessa última.

É necessário ressaltar, no entanto, que os problemas e conômicos enfrentados pelo País afetaram o consumo das carnes em geral, não escapando, inclusive, as de preços mais acessíveis. Se não tivessem ocorrido encaixos nas exportações, e a produção continuasse crescendo nas taxas históricas, o consumo teria sido bem maior.

É sabido que, nos últimos três anos, as restrições creditícias, tanto para custeio como para investimento, causaram uma queda no crescimento da avicultura; no entanto, as boas perspectivas do mercado externo estimularam a produção, com uma certa euforia. Essas foram sustadas pelas incertezas do não cumprimento das cotas de exportações, identificadas na concorrência do mercado externo e, internamente, nos altos preços dos insumos e dos custos de industrialização e armazenagem. Os estoques internos se elevaram, aviltando os preços e reduzindo os retornos da atividade, a ponto de apresentar um modesto desempenho.

A atividade avícola, porém, dentre os outros segmentos produtores de carnes, tem-se ressaltado como o mais ágil e organizado. Importante fornecedor de proteína animal, deve continuar a ser amparado por uma política de subsídios, visando incrementar as exportações e a produção, pois espera-se que o mercado externo, em 1983, seja mais comprador que em 1982.

### 3.1.3. Produção e Mercado catarinenses

A avicultura catarinense, após apresentar um crescimento recorde de 23,6%, em 1981, cresceu neste ano apenas 14,8%, o que, embora menor, representou um percentual superior às taxas anuais de incremento da avicultura nacional nos últimos três anos.

O volume de carne de aves totalizou 338,6 mil toneladas, ou seja 22,7% da produção nacional, participação essa que vem aumentando de ano para ano.

Com custos de produção mais compatíveis, uma organização da produção capaz de adaptar-se aos desajustes do mercado, e embasada na disponibilidade regional dos insumos, a avicultura de Santa Catarina não sofreu a influência da reversão do ciclo pecuário e da escassez de cereais que ocorreu em 1980. Mostrou uma excelente "performance", em 1981, e apresentou competitividade no mercado externo e interno, em 1982, consolidando-se como o mais importante produtor nacional de carne de aves.

A exportação catarinense (tabela 98) apresentou, em 1981, um aumento de 47%, superando 68,2 mil toneladas; já para 1982 espera-se uma expansão de 38%, devendo atingir o volume de 138 mil toneladas, ou seja 45% das exportações brasileiras.

No mercado interno, apesar das dificuldades no período de janeiro a agosto deste ano, quando os estoques internos eram elevados e a demanda calma, diante da oferta abundante de carne bovina, a produção catarinense elevou a sua participação para 17%.

Do mesmo modo, o consumo "per capita" estadual tem apresentado substanciais incrementos, acusando um crescimento, em 1982, de 11,9%, passando de 21 kg para 23,5 kg, incluindo neste total a produção para autoconsumo. Essa ampliação do mercado catarinense ocorreu em cima dos potenciais consumidores das carnes vermelhas, com a ampliação das vendas regionais dos frigoríficos mais tradicionais, que mantiveram uma campanha promocional na comercialização e no abastecimento de carnes.

Apesar do crescimento tanto na produção como no mercado, os resultados econômicos até agosto foram negativos, pois a demanda e os preços, tanto do frango vivo como da carne, não reagiram como o esperado. Os fatores principais foram os altos estoques de frango congelado para exportação, a produção nacional situada acima do consumo potencial e a entressafra do boi que não aconteceu.

Embora a relação dos preços das carnes se mantivesse favorável à procura da carne de frango, o mercado esteve desca-

racterizado, não sō em função do volume ofertado e dos estoques altos, mas também pelo fato de os grandes compradores internos terem armazenado expressivas quantidades do produto, quando as cotações estavam favoráveis, possibilitando a promoção de vendas a preços incompatíveis aos custos de produção e industrialização, tornando o mercado calmo no período em que se esperava o seu aquecimento.

Todavia, medidas preventivas foram tomadas, com a implantação de novas políticas de subsídios às exportações, a fim de fazer frente às conhecidas pressões do comércio internacional, verificando-se, a partir de setembro, a conformação de pedidos em carteira e o surgimento de outros negócios.

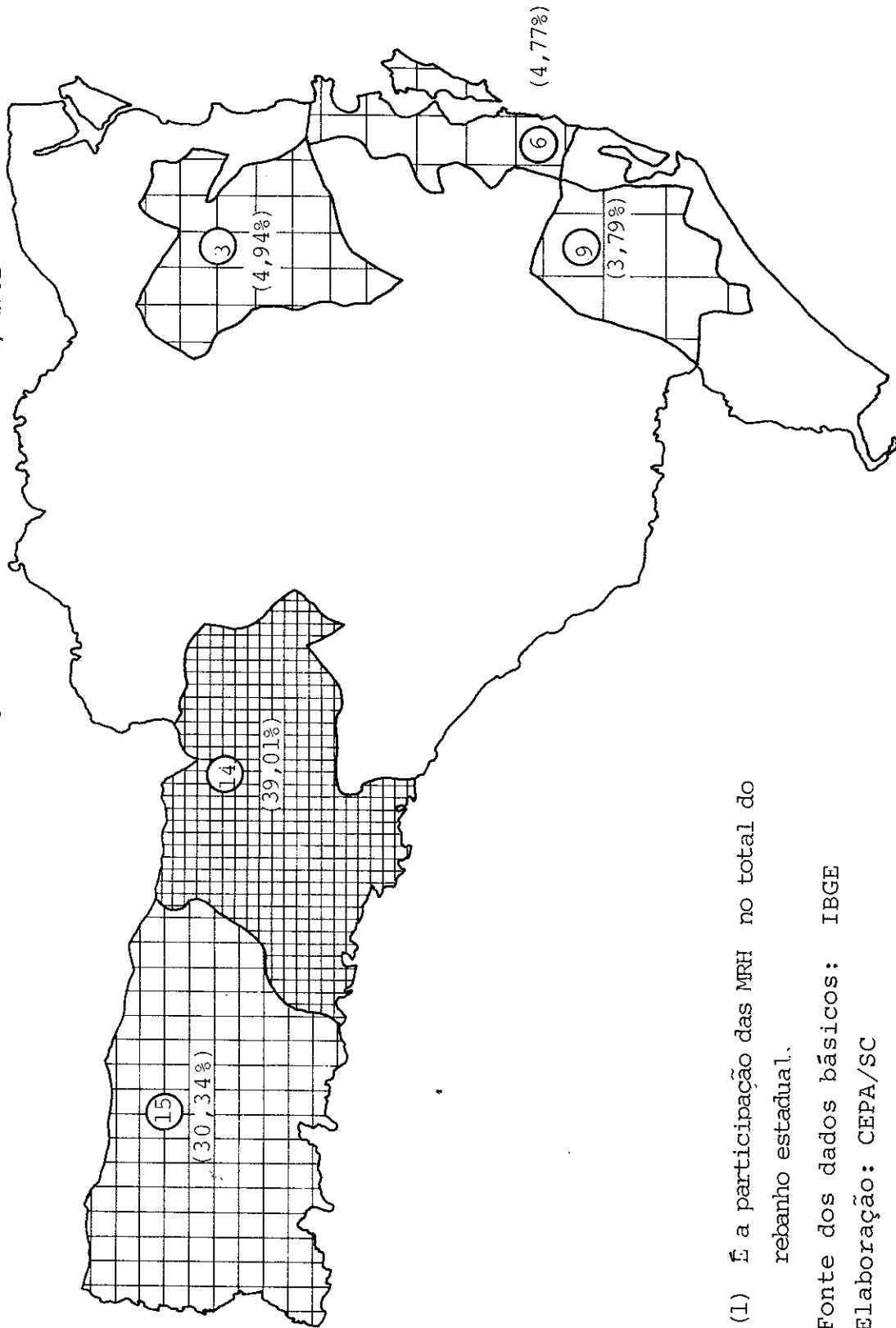
A partir daquele mês (setembro), com o revigoramento das vendas externas rebaixando os estoques, e a reativação do mercado brasileiro, com o reinício das compras de final de ano, a atividade tornou-se mais rentável, dando maior sustentação à produção obtida.

Nesse particular, espera-se para 1983 uma melhoria dos fatores condicionantes do mercado externo, com menor pressão da oferta mundial, notadamente no 2º semestre do próximo ano; manutenção da atual política de subsídios nacionais às exportações; desvalorização cambial mais realista; maior poder de compra do Oriente Médio e aquecimento no mercado do Leste Europeu.

O comportamento futuro do mercado interno, porém, estará na dependência da política que for seguida para a produção, comércio e abastecimento da carne bovina, do comportamento da próxima safra de cereais e do volume de carnes vermelhas exportado.



Mapa 16 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO AVÍCOLA EM S C, 1982 (1)



(1) É a participação das MRH no total do rebanho estadual.

Fonte dos dados básicos: IBGE

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 93

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE DE AVES, MÉDIA DE 1973-77 E ANUAL DE 1978 A 1982

(em mil t métricas)

P A Í S	MÉDIA 1973-77	1978	1979	1980	1981 (a)	1982 (b)	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (em 1982)	VARIÇÃO ANUAL $\frac{(b-a)}{a} \times 100$
U.R.S.S	1.391	1.902	2.017	2.103	2.300	2.450	11,07	6,52
Itália	851	896	908	953	950	966	4,36	1,68
França	844	963	1.034	1.122	1.252	1.342	6,47	7,19
Japão	791	1.027	1.109	1.145	1.131	1.160	5,24	2,56
Grã-Bretanha	688	783	752	754	743	760	3,43	2,29
Espanha	662	755	748	771	886	851	3,84	- 3,95
Brasil	534	858	1.096	1.330	1.485	1.585	7,16	6,73
Canadá	455	484	539	530	543	550	2,48	1,29
México	328	388	404	476	522	561	2,53	7,47
Romênia	328	332	383	377	381	382	1,72	0,26
Holanda	327	347	359	376	399	435	1,46	9,02
Alemanha	290	350	364	374	380	385	1,74	1,31
Hungria	273	315	313	325	360	360	1,63	-
Polônia	257	380	421	445	454	154	0,70	-66,08
Argentina	232	181	193	231	234	223	1,01	- 4,70
África do Sul	222	279	281	299	309	334	1,50	8,09
Austrália	196	245	271	313	303	297	1,34	- 1,98
Iugoslávia	192	254	267	276	290	304	1,37	4,82
Venezuela	150	188	191	232	241	250	1,13	3,73
TOTAL	14.127	16.807	18.157	19.060	20.148	20.254	91,50	0,53
TOTAL DEMAIS PAÍSES	1.320	1.613	1.708	1.777	1.834	1.882	8,50	2,6
TOTAL MUNDIAL	15.447	18.420	19.865	20.837	21.982	22.136	100,0	0,7

Fonte: USDA

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 94

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CARNE DE FRANGO, MÉDIA DE 1974-78 E ANUAL DE 1979 A 1982

(mil t métricas)

PAÍS/MERCADO	MÉDIA 1974-78		1979		1980		1981 (a)		1982 (b)		PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (em 1982)		VARIÇÃO ANUAL $\frac{(a-b)}{a} \times 100$	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
E.U.A	148	-	228	-	322	-	382	-	393	-	20,35	-	2,88	-
C.E.E	473	389	604	420	676	425	818	396	910	418	47,12	40,94	11,25	5,55
Leste Europeu	173	8	196	13	208	13*	188	12	180	18	9,32	1,76	- 4,25	50,0
U.R.S.S	-	71	-	140	-	159	-	180	-	220	-	21,55	-	22,22
Japão	2	39	-	72	-	72	-	103	-	104	-	10,19	-	0,97
Brasil	23	-	81	-	171	-	280	-	400	-	20,71	-	42,86	-
Canadá	3	23	2	30	6	22	4	28	4	29	0,21	2,84	-	3,57
Hong-Kong	-	36	1	79	1	88	1	94	1	97	0,05	9,50	-	3,19
Egito	-	-	-	26	-	55	-	77	-	79	-	7,74	-	2,60
TOTAL	822	566	1.112	780	1.384	834	1.673	890	1.888	965	97,8	94,5	12,85	8,43
TOTAL OUTROS PAÍSES	30	24	52	67	57	65	38	91	43	56	2,2	5,5	13,15	-38,46
TOTAL PAÍSES SELECIONADOS	852	590	1.164	847	1.441	899	1.711	981	1.931	1.021	100,0	100,0	12,85	4,07

Fonte: USDA

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 95

ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO NACIONAL DE CARNE DE FRANGOS, 1981 E 1982\*

MÊS	ANO	1981	1982	1981	1982	VARIAÇÃO ANUAL
		Abate (mil cab)	Abate (mil cab)	Produção de carne t. (a)	Produção de carne t. (b)	$\frac{(a-b)}{a} \times 100$
Jan		77.269	90.584	104.314	124.644	19,49
Fev		71.970	84.371	97.159	116.094	19,44
Mar		78.820	84.596	106.609	116.404	9,19
Abr		77.200	88.872	104.220	122.288	17,34
Mai		79.188	89.717	106.904	123.450	15,48
Jun		88.221	90.392	119.098	124.379	4,43
Jul		90.963	92.392	122.800	127.131	3,53
Ago		94.709	93.286	127.857	128.361	0,39
Set		95.305	92.106	128.662	126.738	- 1,49
Out		94.796	92.010	127.974	126.605	- 1,07
Nov		95.305	92.453	128.662	127.215	- 1,12
Dez		94.914	92.117	127.932	126.753	- 0,92
TOTAL		1.038.660	1.082.590	1.402.191	1.490.062	6,27

(\*) Para chegar-se às estimativas de abate e Produção Nacional de carne de frangos, levou-se em consideração o alojamento efetivo de pintos de corte; decrescido de uma taxa de mortalidade (4%), perdas da manança (3%) e peso médio das carcaças (1,376 kg).

Fonte dos dados básicos: APINCO

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 96

ABATE TOTAL DE AVES (SIF, NÃO SIF E AUTOCONSUMO),  
SANTA CATARINA, 1980 A 1982

(1.000 cabeças)

MESES	ANO			VARIACÃO ANUAL $\frac{(a-b)}{a} \times 100$
	1980	1981 (a)	1982 (b)	
Jan	13.870,3	17.401,2	19.540,4	10,90
Fev	12.875,8	15.904,0	18.678,3	14,66
Mar	13.217,8	16.493,4	21.161,4	22,06
Abr	12.837,2	16.778,4	20.262,7	17,20
Mai	13.797,1	17.287,4	20.668,0	16,36
Jun	13.394,9	17.359,2	20.318,0	14,59
Jul	14.742,0	18.473,6	20.991,0	12,00
Ago	14.206,1	18.107,2	20.357,0	12,39
Set	14.888,2	18.371,3	19.730,0	6,90
Out	15.925,4	18.530,0	21.410,0	11,50
Nov	16.062,5	18.952,9	21.394,0	12,90
Dez	16.704,8	19.603,4	21.480,0*	9,60
TOTAL	172.522,3	213.293,3	244.980,8	14,81

(\*) Estimativa: CEPA/SC

Fonte: MA-DFA/SC (SERPA) e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 97

ABATE DE AVES SOB INSPEÇÃO FEDERAL EM SANTA CATARINA,  
- 1975 a 1982 -

ANO	TOTAL ABATIDO (Cabeças)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE DE CRESCIMENTO
1975	49.686.513	69.561	100
1976	62.000.000	84.150	121
1977	81.557.494	111.733	161
1978	98.984.266	139.047	200
1979	115.911.011	162.275	233
1980	136.025.376	190.435	234
1981	182.340.000	255.276	366
1982	216.451.800	299.137	430
1983 <sup>(*)</sup>	240.910.533	332.939	485

(\*) Estimativa: CEPA/SC

Fonte: MA/SERPA-SC

Tabela 98

VOLUME E VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CARNES DE FRANGO PRATICADO NOS MERCADOS DE  
SANTA CATARINA, MÉDIA DE 1975-77 E ANUAL DE 1978-81

A N O	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA (t)	VALOR FOB (US\$)	EXPORTAÇÃO CATARINENSE (t)	VALOR FOB (US\$)	PARTICIPAÇÃO CATAR. DO TO TAL DO BRASIL (%)
1975-77 <sup>(*)</sup>	55.934	54.426.880,00	37.402	36.190.584,00	67
1978	50.805	46.871.775,00	31.975	29.457.050,00	63
1979	81.095	81.148.255,00	52.305	52.338.475,00	65
1980	170.400	209.315.136,00	68.156	83.726.055,00	40
1981	290.000	350.900.000,00	100.159	121.192.390,00	40
1982 <sup>(**)</sup>	310.000	325.500.000,00	138.000	144.900.000,00	45
1983 <sup>(**)</sup>	350.000	385.000.000,00	175.000	192.500.000,00	50

(\*) Considerou-se o somatório do período de 1975 a 1977

(\*\*) Estimativa

Fonte: Associação Brasileira de Exportadores de Frango - ABEF  
Elaboração: CEPA/SC

Tabela 99

DESTINO DA PRODUÇÃO CATARINENSE DE CARNE DE AVES NO PERÍODO DE  
1980 A 1982<sup>(\*)</sup>

MERCADO COMPRADOR	VOLUME COMERCIALIZADO (t)			PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL		
	1980	1981	1982 <sup>(**)</sup>	1980	1981	1982 <sup>(**)</sup>
São Paulo	28.759,5	29.590,9	29.105,7	13,85	12,28	10,64
Rio de Janeiro	26.048,7	25.477,6	27.282,8	12,55	10,57	9,97
Paraná	10.291,6	10.869,8	7.481,3	5,20	4,51	2,73
Minas Gerais	7.558,8	9.713,2	10.576,7	3,64	4,03	3,86
Rio G. do Sul	5.986,9	3.703,3	3.715,8	2,88	1,54	1,36
Bahia	4.741,4	5.061,2	8.005,5	2,28	2,10	2,93
Pernambuco	4.107,2	3.397,9	6.689,5	1,98	1,41	2,44
Demais Estados	10.502,8	17.030,6	19.470,9	5,10	7,07	7,11
Mercado Catarin.	40.863,8	35.951,9	54.046,0	19,68	14,92	19,75
Mercado Internac.	68.155,2	100.158,3	107.293,7	32,84	41,57	39,21
<b>TOTAL</b>	<b>207.515,9</b>	<b>240.954,7</b>	<b>273.667,9</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

(\*) Considerados somente os abates sob inspeção federal

(\*\*) Período de janeiro a outubro

Fonte: MA-DFA/SC (SERPA)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 100

COMÉRCIO INTERNO, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE CARNES DE AVES, SANTA CATARINA, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1980

MES	PRODUÇÃO (*)	COMÉRCIO INTERNO	COMÉRCIO INTERESTADUAL								COMÉRCIO INTERNACIONAL	TOTAL COMÉRCIO ALIZADO
			(Tonelada)									
			RS	PR	SP	RJ	MG	BA	PE	Outros		
Jan	15.973,4	3.136,4	210,1	739,8	2.249,7	2.522,0	726,7	345,9	448,0	886,1	6.120,4	17.385,1
Fev	13.752,4	2.566,2	104,9	966,3	1.880,2	1.879,0	636,4	177,4	341,2	896,2	4.063,5	13.311,3
Mar	14.642,6	2.077,3	136,5	1.068,1	2.973,7	1.895,2	445,1	178,6	262,2	884,9	5.369,2	15.290,8
Abr	14.399,5	2.948,7	3.113,6	826,3	1.827,8	2.280,3	506,1	818,6	1.037,1	799,4	4.755,1	18.913,0
Mai	15.952,2	3.680,8	212,5	1.994,6	2.093,4	2.089,2	712,7	407,8	257,2	622,7	6.203,3	18.274,2
Jun	14.714,5	720,7	180,8	68,8	1.923,8	1.385,7	606,1	700,4	268,1	815,3	6.478,8	13.148,5
Jul	16.895,4	3.576,5	242,0	767,4	1.969,6	2.436,3	864,7	201,0	287,2	772,7	7.627,6	18.745,0
Ago	16.455,9	3.359,7	276,5	632,2	1.947,3	1.681,5	682,1	306,0	108,5	896,4	2.598,0	12.488,2
Set	18.772,7	5.338,0	838,3	1.151,9	1.820,0	2.018,6	835,0	189,4	229,3	921,0	8.250,8	21.592,0
Out	19.768,9	4.686,0	277,7	1.176,6	2.688,0	2.939,4	443,9	353,9	186,7	909,5	6.275,3	19.937,6
Nov	18.518,6	3.862,6	53,6	664,4	3.815,7	1.997,4	466,8	486,6	308,6	1.125,3	1.468,0	14.249,0
Dez	17.902,9	4.910,9	340,4	735,2	3.570,3	2.924,1	633,2	575,8	373,1	1.173,3	8.945,2	24.181,5
<b>TOTAL</b>	<b>197.749,0</b>	<b>40.863,8</b>	<b>5.986,9</b>	<b>10.791,6</b>	<b>28.759,5</b>	<b>26.048,7</b>	<b>7.558,8</b>	<b>4.741,4</b>	<b>4.107,2</b>	<b>10.502,8</b>	<b>68.155,2</b>	<b>207.515,6</b>

(\*) A diferença entre a produção e o total comercializado é o estoque do ano anterior.

Fonte: MA-DFA/SC (SERPA)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 101

## COMÉRCIO INTERNO, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE CARNES DE AVES, SANTA CATARINA, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1981

(tonelada)

MÊS	PRODUÇÃO	COMÉRCIO INTERNO	COMÉRCIO INTERESTADUAL									COMÉRCIO INTERNACIONAL	TOTAL COMERCIALIZADO
			RS	PR	SP	RJ	MG	BA	PE	Outros Estados			
Jan	20.199,3	3.853,8	198,2	506,5	2.570,3	1.554,8	734,2	159,1	206,0	916,8	1.648,0	12.347,7	
Fev	19.487,1	3.647,3	182,5	521,3	1.563,1	2.145,1	143,8	83,2	144,9	800,3	7.831,3	17.062,8	
Mar	19.997,4	3.414,8	229,8	635,5	2.167,3	1.701,8	448,7	482,4	193,6	767,1	5.975,4	16.016,4	
Abr	21.181,6	3.385,2	160,9	1.345,1	2.061,3	2.541,4	656,8	399,7	366,8	1.262,6	14.944,4	12.179,8	
Mai	20.214,6	1.684,3	194,9	1.103,9	2.022,9	1.833,6	1.482,4	384,8	38,3	1.812,4	5.947,7	25.501,9	
Jun	20.777,5	2.371,6	164,4	1.028,0	1.993,2	725,3	840,0	219,4	447,7	968,5	10.249,4	14.705,8	
Jul	21.905,0	2.778,1	187,8	650,5	2.130,6	2.170,3	1.009,8	219,8	40,3	1.709,0	9.076,8	21.145,6	
Ago	21.603,2	2.237,7	278,4	875,1	2.205,8	1.926,9	927,5	462,3	387,7	1.357,7	9.522,1	19.725,9	
Set	21.157,7	2.460,1	284,3	973,6	2.521,3	2.191,3	832,7	509,8	291,0	1.982,3	8.840,4	21.568,5	
Out	22.490,9	2.054,0	426,8	1.211,9	2.404,7	2.839,9	1.058,5	654,4	428,5	1.594,0	15.044,8	30.875,9	
Nov	22.494,9	3.173,9	885,0	812,0	3.766,8	2.776,6	816,3	577,2	365,3	1.658,0	11.078,0	28.311,3	
Dez	22.158,2	3.891,1	510,3	1.206,4	4.183,6	3.080,6	762,5	909,1	487,8	2.201,9	100.158,3	240.954,7	
TOTAL	253.667,4	35.951,9	3.703,3	10.869,8	29.590,9	25.477,6	9.713,2	5.061,2	3.397,9	17.030,6	100.158,3	240.954,7	

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 102

PREÇOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE FRANGO DE CORTE DE SANTA CATARINA, 1981 E 1982

PERÍODO	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS DE SET/82 (*)	
	Cr\$/kg	Índice de crescimento	Cr\$/kg	Índice de Crescimento
<u>1981</u>				
Jan	59,00	100	184,83	100
Fev	57,57	98	166,24	90
Mar	63,00	107	169,46	92
Abr	61,50	104	156,84	85
Maio	58,00	98	139,28	75
Jun	59,33	101	136,38	74
Jul	64,00	108	140,00	76
Ago	80,00	136	163,97	89
Set	84,00	142	163,87	89
Out	84,00	142	157,03	85
Nov	85,00	144	150,89	82
Dez	85,00	144	145,37	79
<u>1982</u>				
Jan	85,00	144	136,77	74
Fev	95,00	161	143,06	77
Mar	102,00	173	143,25	78
Abr	95,00	161	126,63	69
Maio	95,00	161	119,33	65
Jun	98,00	166	113,99	62
Jul	117,00	198	128,31	69
Ago	113,00	192	117,13	63
Set	135,00	229	135,00	73
Out	135,00	229	128,91	70
Nov	145,00	246	132,71	72
Dez	157,00	266	137,36	74

(\*) Utilizou-se o Índice Geral de Preços, col 2, da Revista Conjuntura Econômica da FGV.

Fonte: CEPA/SC e FGV

Elaboração: CEPA/SC



Tabela 103

PREÇOS MENSAIS DE FRANGO DE CORTE NO ATACADO, SANTA CATARINA  
- 1981 E 1982 -

PERÍODO	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS DE SET/82 <sup>(*)</sup>	
	Cr\$/kg	Índice de crescimento	Cr\$/kg	Índice de crescimento
<u>1981</u>				
Jan	87,00	100	272,54	100
Fev	93,00	107	268,55	99
Mar	86,00	99	231,32	85
Abr	88,00	101	224,42	82
Mai	88,00	101	211,31	78
Jun	96,50	111	221,83	81
Jul	105,00	121	229,69	84
Ago	120,00	138	245,96	90
Set	130,00	149	253,60	93
Out	130,00	149	243,03	89
Nov	134,00	154	237,88	87
Dez	143,00	164	244,57	90
<u>1982</u>				
Jan	135,00	155	217,23	80
Fev	152,50	175	229,65	84
Mar	152,50	175	214,17	79
Abr	140,00	161	186,61	68
Mai	140,00	161	175,85	65
Jun	140,00	161	162,84	60
Jul	165,00	190	180,95	66
Ago	172,50	198	178,81	66
Set	191,50	220	191,50	70
Out	214,00	246	204,34	75
Nov	225,00	259	205,93	76
Dez	250,00	287	218,72	80

(\*) Utilizou-se o Índice Geral de Preços, col 2, da Revista Conjuntura Econômica da FGV

Fonte: CEPA/SC e FGV

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 104

PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E CONSUMO DE OVOS,  
SANTA CATARINA, 1980 A 1982

(1.000 dúzias)

ANO	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	CONSUMO	CONSUMO "PER CAPITA"
1980	12.092	14.308	26.400	85,6
1981	11.729	13.670	25.399	82,4
1982	12.106	14.820	26.926	86,2

Fonte: CEPA/SC e ASCAV

Tabela 105

PREÇOS DE OVOS VERMELHOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES, SANTA CATARINA,  
JANEIRO A DEZEMBRO/81 - JANEIRO A NOVEMBRO/82 (\*\*)

PERÍODO	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS DE SETEMBRO (*)	
	Cr\$/cx 30 dz	Índice	Cr\$/cx 30 dz	Índice
<u>1981</u>				
Jan	1.520,00	100	4.761,61	100
Fev	1.650,00	109	4.764,52	100
Mar	1.950,00	128	5.245,04	110
Abr	1.950,00	128	4.972,84	104
Mai	1.950,00	128	4.682,55	98
Jun	2.050,00	135	4.712,43	99
Jul	2.050,00	135	4.484,50	94
Ago	2.050,00	135	4.201,77	88
Set	1.800,00	118	3.511,44	74
Out	2.200,00	145	4.112,76	86
Nov	2.225,00	146	3.949,80	83
Dez	2.300,00	151	3.933,57	83
<u>1982</u>				
Jan	2.340,00	100	3.765,27	100
Fev	3.310,00	141	4.984,45	132
Mar	4.030,00	172	5.659,71	150
Abr	4.360,00	186	5.811,68	154
Mai	4.405,00	188	5.533,00	146
Jun	4.390,00	188	5.106,28	136
Jul	4.410,00	188	4.836,39	128
Ago	4.110,00	176	4.260,37	113
Set	4.050,00	173	4.050,00	108
Out	3.480,00	149	3.322,89	88
Nov	4.105,00	175	3.757,13	100
Dez				

(\*) Utilizou-se o Índice Geral de Preços, col 2, da Revista Conjuntura Econômica da FGV

(\*\*) Produto Comercializado na Grande Florianópolis

Fonte: CEPA/SC, ASCAV

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 106

PREÇOS DE OVOS BRANCOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES, SANTA CATARINA,  
JANEIRO A DEZEMBRO/81 - JANEIRO A NOVEMBRO/82 (\*\*)

PERÍODO	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS DE SETEMBRO/82 (*)	
	Cr\$/cx 30 dz	Índice	Cr\$/cx 30 dz	Índice
<u>1981</u>				
Jan	1.420,00	100	4.448,34	100
Fev	1.520,00	107	4.389,13	99
Mar	1.850,00	130	4.976,06	112
Abr	1.850,00	130	4.717,82	106
Mai	1.850,00	130	4.442,42	100
Jun	1.950,00	137	4.482,55	101
Jul	1.950,00	137	4.265,74	96
Ago	1.950,00	137	3.996,80	90
Set	1.700,00	120	3.316,36	75
Out	2.077,00	146	3.882,82	87
Nov	2.100,00	148	3.727,90	84
Dez	2.120,00	149	3.625,73	82
<u>1982</u>				
Jan	2.120,00	100	3.411,27	100
Fev	2.950,00	139	4.442,34	130
Mar	3.780,00	178	5.308,62	156
Abr	3.830,00	181	5.105,21	150
Mai	4.160,00	196	5.225,26	153
Jun	4.105,00	194	4.774,78	140
Jul	4.140,00	195	4.540,28	133
Ago	4.200,00	198	4.353,66	128
Set	3.890,00	183	3.890,00	114
Out	3.330,00	157	3.179,67	93
Nov	3.890,00	183	3.560,35	104
Dez				

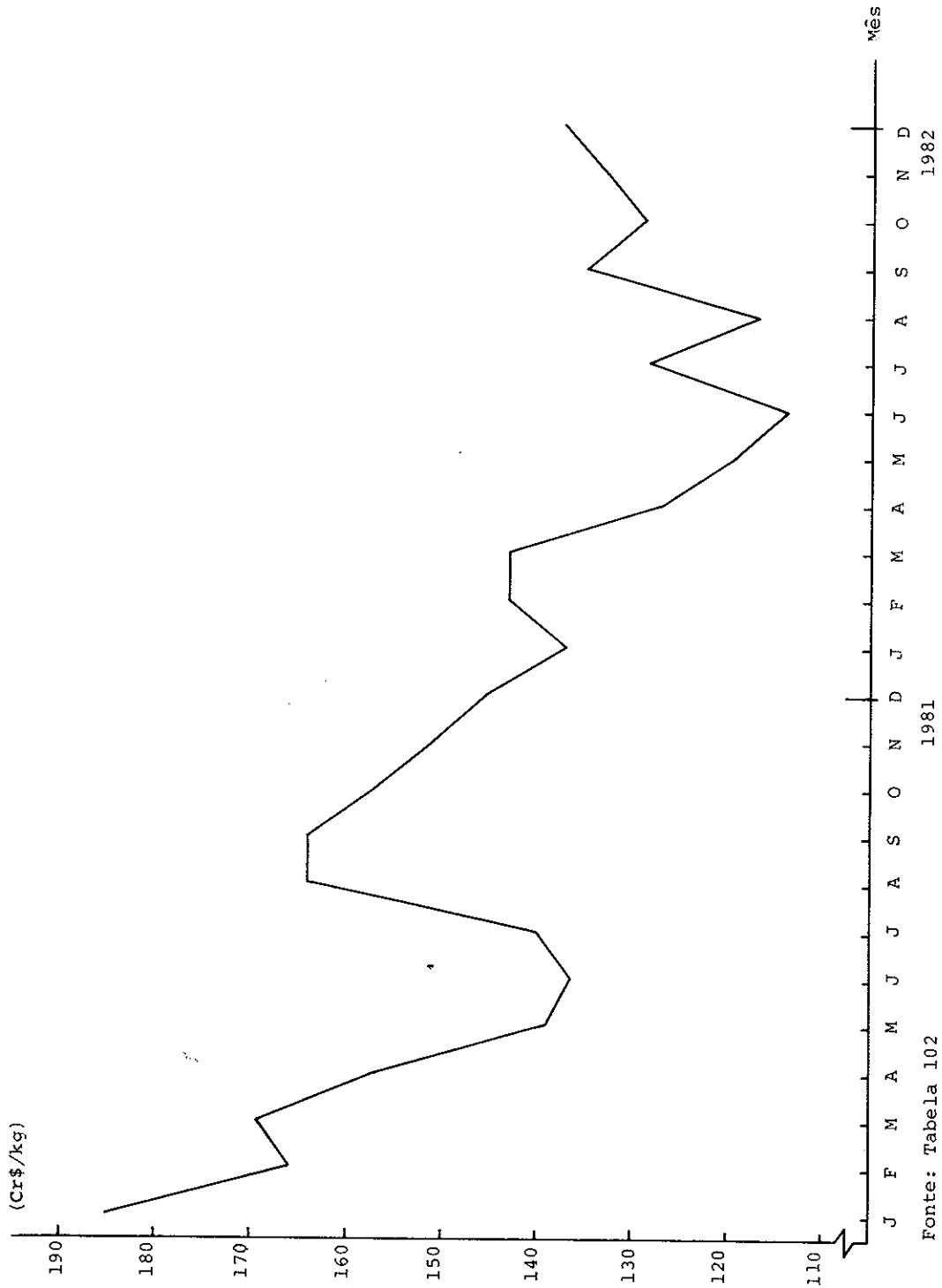
(\*) Utilizou-se o Índice Geral de Preços, col 2, da Revista Conjuntura Econômica da FGV

(\*\*) Produto Comercializado na Grande Florianópolis

Fonte: CEPA/SC e ASCAV

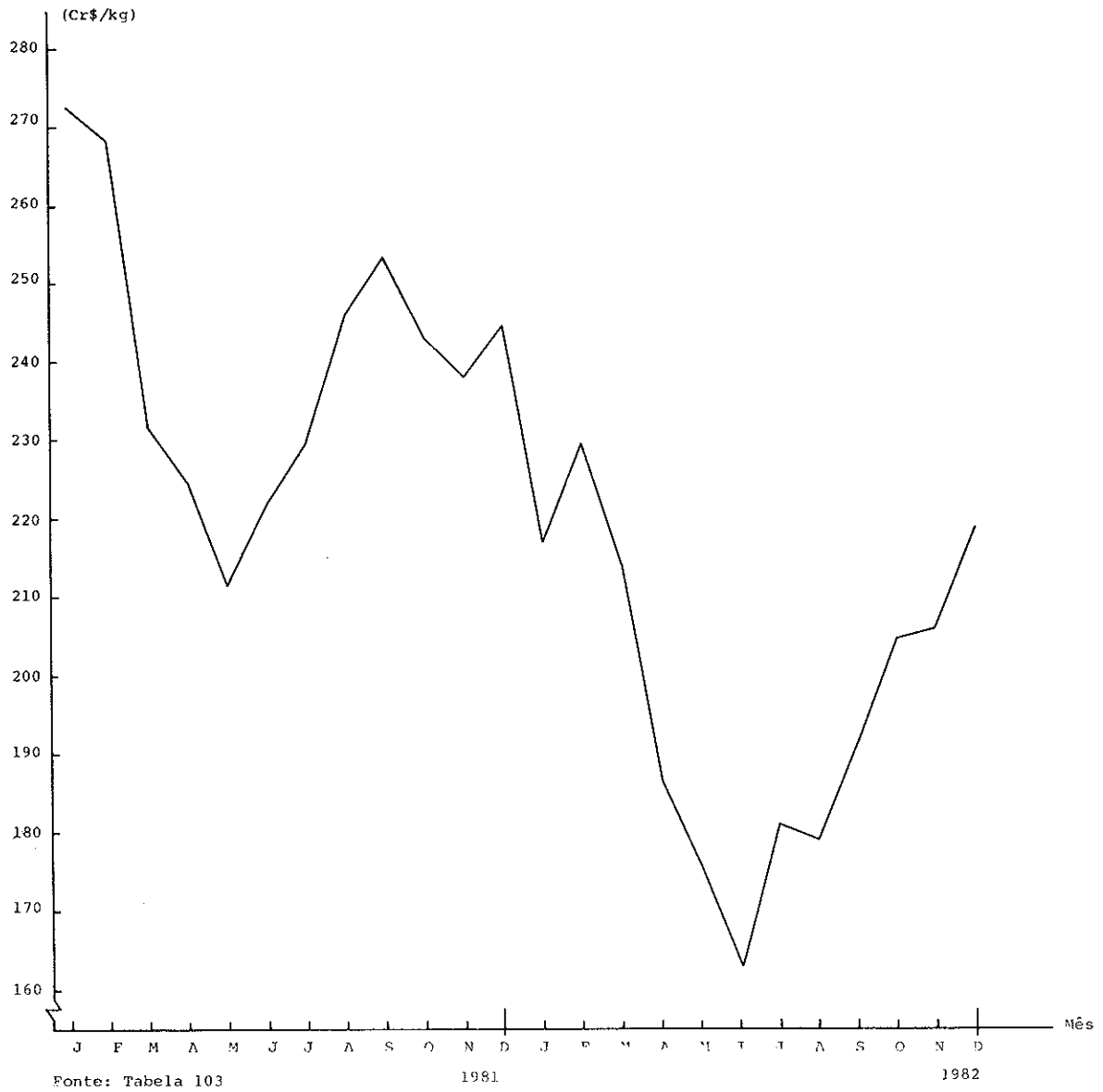
Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 8 - PREÇOS MENSIAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE FRANGO DE CORTE DE SANTA CATARINA, 1981 E 1982 (a preços de set/82)



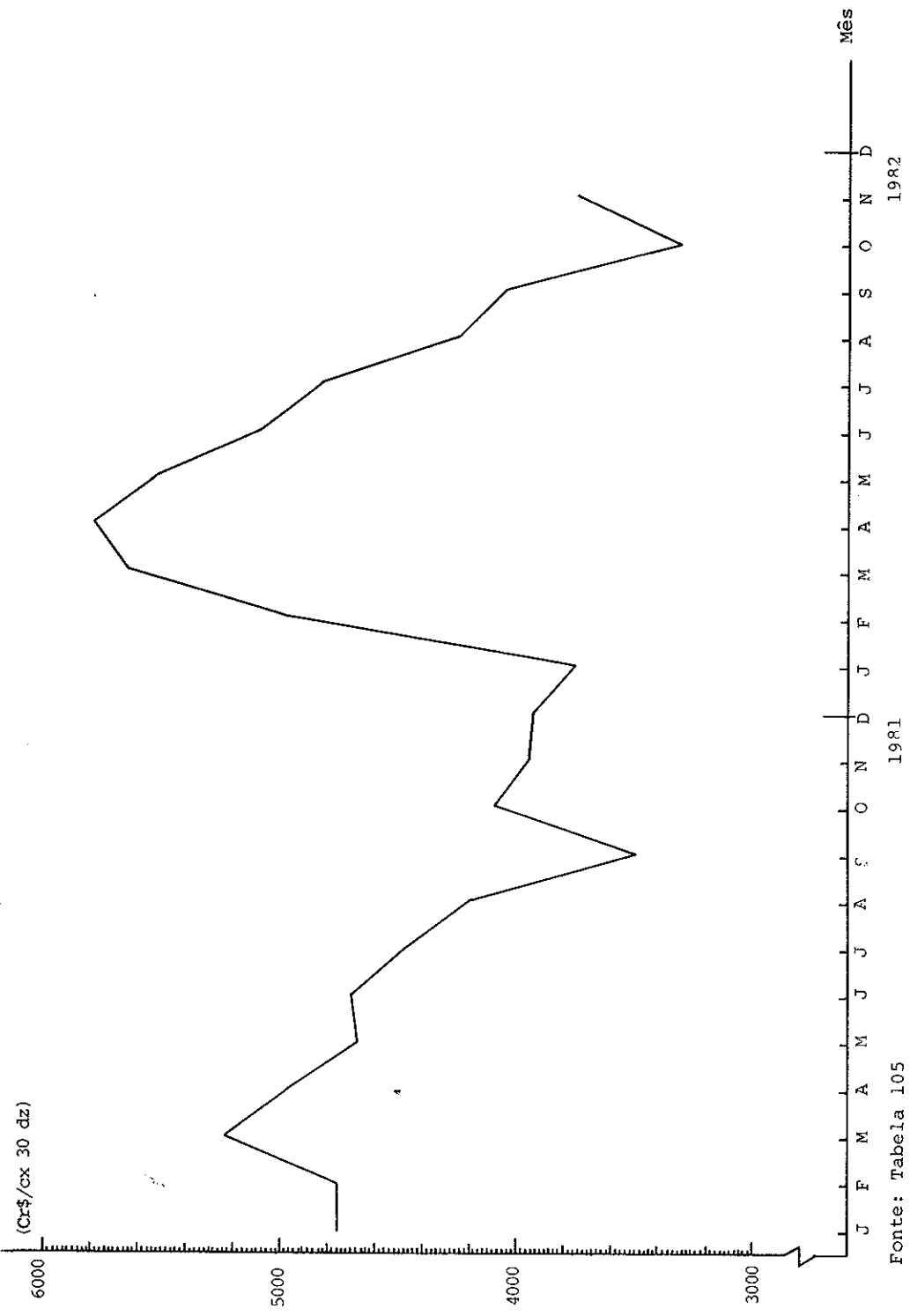
Fonte: Tabela 102  
Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 9 - PREÇOS MENSAIS DE FRANGO DE CORTE NO ATACADO, SANTA CATARINA, 1981 E 1982 (a preços de set/82)



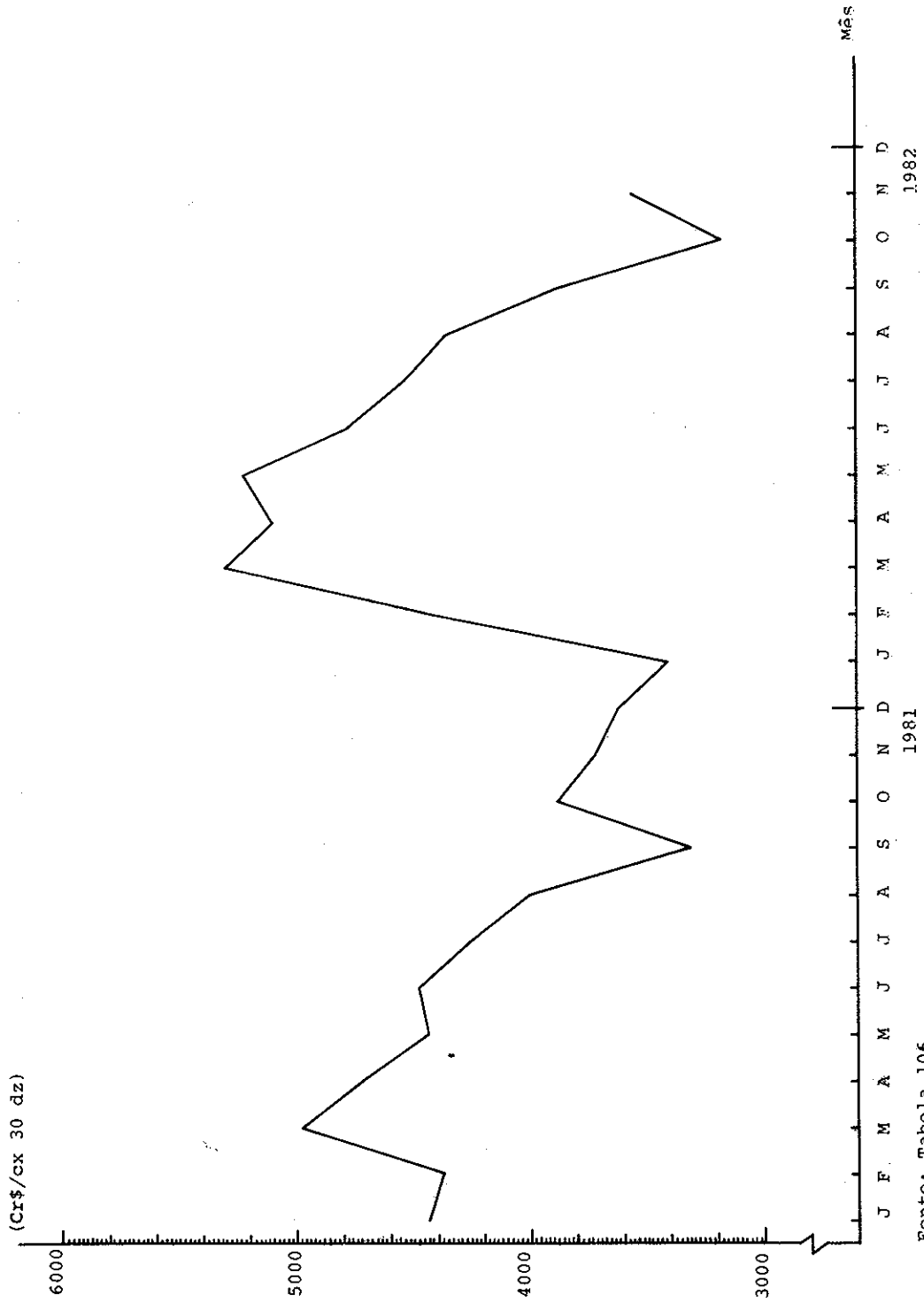
Fonte: Tabela 103  
Elaboração: CEP/SC

Gráfico 10 - PREÇOS MENSAIS DE OVOS VERMELHOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA, 1981 E 1982 (a preços de set/82)



Fonte: Tabela 105  
Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 11 - PREÇOS MENSIAIS DE OVOS BRANCOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA, 1981 E 1982 (a preços de set/82)



Fonte: Tabela 106

Elaboração: CEPA/SC

## 3.2. Bovinos de Corte

### 3.2.1. Produção e Mercado Mundiais

A produção mundial de carne bovina e vitela, (tabela 107) após apresentar aumentos, em 1981, volta a decrescer moderadamente em 1982, tendo influência no comportamento do mercado de carnes e gerando boas expectativas nas exportações para 1983.

Entre os países cuja produção declinou, estão incluídos a Argentina, O Uruguai, a Alemanha, a França, a Espanha, a Polônia, a URSS, a Austrália e a Nova Zelândia.

No Uruguai, o abate de bovinos declinou cerca de 14%, caindo, em decorrência, as suas exportações para o Brasil, MCE e Oriente Médio. Na Argentina, a produção e as exportações continuaram declinando em consequência dos problemas econômicos e políticos do País.

A queda da produção na Europa foi mais evidente nos países socialistas, em função dos problemas enfrentados com abastecimento de grãos. Na Alemanha Ocidental, devido aos altos preços da carne, em 1981, o consumo decresceu, desestimulando a produção em 1982 e provocando uma redução no número de cabeças abatidas e na média de peso das carcaças. Na França e na Espanha, a diminuição da produção se deve à concorrência interna da produção de outras carnes.

Na Austrália e Nova Zelândia a queda de produção é atribuída aos fracos preços do mercado mundial de carnes em 1981, e à forte seca que se abateu por toda a Oceania. No entanto, a produção cresceu na América do Norte: no México, pelo seu programa de aumento de consumo interno de carnes, e no Canadá, pelo aumento dos abates nas criações extensivas.

As exportações aumentaram em 1,65% no período 1981-82 (tabela 108), apesar das quedas verificadas na produção esperada nos países socialistas, na Austrália, na Nova Zelândia, na Argentina e no Uruguai (tabela 107 e 108).

Para 1983, espera-se uma maior expansão do mercado internacional de carne bovina.



### 3.2.2. Produção e Mercado Nacionais

Segundo estimativas, o Brasil produziu, em 1982, 2,35 milhões de toneladas de carne, salientando-se principalmente, nesse particular, a contribuição dada pelo incremento do abate de matrizes que se verificou no primeiro semestre. O consumo interno foi avaliado em 2,0 milhões de toneladas, indicando um consumo "per capita" de 16,7 kg, levemente superior ao do ano anterior.

Como se pode deparar do exposto, apesar das altas constantes dos preços da carne bovina no varejo, não houve reflexo negativo no consumo, pois as medidas anticíclicas adotadas (estocagem de carne, retenção de matrizes e de boi em pé), bem como o fato de a entressafra não se ter feito sentir com intensidade, proporcionaram um abastecimento tranqüilo, com uma certa reação do mercado consumidor.

No entanto, as exportações brasileiras, previstas no início de 1982 em 400 mil toneladas, não deverão atingir 300 mil toneladas, e acredita-se que o Brasil chegará ao final do ano com um estoque remanescente da safra passada avaliado em 50 mil toneladas.

Verificou-se uma intensa movimentação nos negócios de gado a nível nacional, com algumas elevações nas cotações do boi, após o anúncio de medidas visando ao abastecimento da entressafra (não ocorrida), tendo as cotações do mercado futuro atingido altos índices. Com o conhecimento gradativo do comportamento tanto da produção como da comercialização, o mercado físico ditou os preços realisticamente, de forma que, se não retrataram o exposto pelos pecuaristas, foram bem mais satisfatórios do que os praticados em 1981.

### 3.2.3. Produção e Mercado Catarinenses

Com um rebanho estimado em 2,7 milhões de cabeças (projeções para 1982 a partir do Censo Agropecuário de 1980, versão preliminar) Santa Catarina abateu, em 1982, 273,6 mil cabeças, a abate este 2,0% superior ao do ano passado, sendo que dos animais abatidos, ao redor de 2,8% foram importados dos Estados vizinhos,

configurando uma taxa de abate aproximado de 7,3%. Parece, à primeira vista, que essa taxa é muito baixa, porém é preciso levar em consideração as características e as finalidades próprias do rebanho, pois as estimativas não o separam em corte e leite.

Considerando-se que uma parcela significativa de 55% do rebanho bovino é destinada à produção leiteira, que aproximadamente 7% deste rebanho tem a função de tração e que o restante (38%) tem como finalidade principal a produção de carne, pode-se admitir uma taxa de abate de 16,44%, se for levado em conta apenas este rebanho, descontados ainda o abate de 60 mil animais provenientes do rebanho leiteiro.

Essas estimativas estão baseadas no acompanhamento da produção durante os últimos quatro anos. Todavia, a análise intercessória indica uma redução substancial, tanto no desfrute como na taxa de abate do rebanho geral. As causas possíveis que determinaram as quedas nas taxas indicadoras do desempenho do rebanho podem estar relacionadas com o ciclo pecuário, que, de 1977 a 1979, estava com tendência de alta, estimulando a maior retenção de animais, com menor envio para o abate.

A produção interna de carne bovina, em 1982, situou-se no patamar de 64,2 mil toneladas, apresentando um consumo por habitante/ano de 17,6 kg, muito próximo do consumo médio nacional estimado (16,7 kg). O mercado catarinense, no entanto, tem-se caracterizado pelo aumento da presença das carnes de frango e suíno na mesa do consumidor, preenchendo fatias que antes eram ocupadas pela carne bovina.

As condições climáticas, de uma forma geral, foram mais favoráveis do que no ano anterior, muito embora o ciclo das pastagens tenha apresentado maior fibrosidade a partir de maio; o inverno pouco rigoroso forneceu condições para um pastoreio que manteve os plantéis em regular estado nutricional.

Com as condições climáticas mais favoráveis e as pastagens cultivadas de inverno com boa produção de massa verde, a oferta de bois se manteve num determinado nível, durante todo chamado período de entressafra.

As altas verificadas nas cotações do boi nos meses de março a setembro, quando havia ampla oferta e um inverno desca -

racterizado, possibilitaram uma entressafra tranqüila. Essa alta dos preços do boi começou em março, com a retirada da COBAL do mercado. Uma segunda expressiva alta ocorreu, em abril, com a guerra das Malvinas. Logo em seguida, um terceiro aumento decorreu do anúncio da liberação de recursos para a estocagem de carne e do boi em pé. Com isso, os produtores procuraram reter os animais, adotando um procedimento normal diante das perspectivas de melhores preços na entressafra, escasseando de forma relativa a oferta e levando a um aumento irreal as cotações do mercado físico. Após apresentar, no mês de outubro, uma tendência baixista, novamente o mercado reagiu, devido à prorrogação dos EGF dos frigoríficos e criadores, bem como pelas possibilidades de aumento das exportações e dos embarques da carne bovina brasileira, surgidos a partir das estimativas de quedas na produção da Argentina, do Uruguai e da Oceania.

Embora o comportamento, tanto da produção como do mercado consumidor catarinenses, esteja na dependência do que ocorre nos dois Estados vizinhos, importantes produtores e compradores, espera-se uma reação favorável para 1983 na pecuária de corte, principalmente pelo enxugamento que deverá ocorrer nos excedentes de todas as carnes.

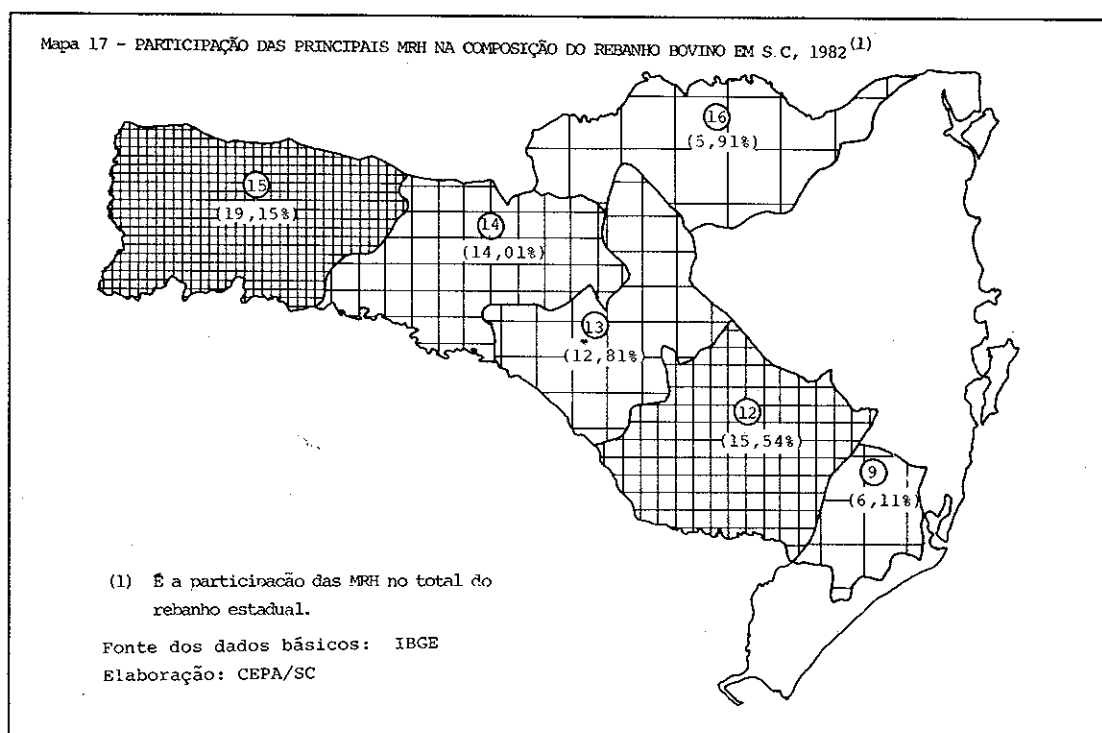


Tabela 107

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE BOVINA E VITELA, MÉDIA 1973-77 E ANUAL DE 1978-82

(em mil t métricas)

PAÍS	MÉDIA DE 1973 a 1977	1978	1979	1980	1981 (a)	1982 (b)	PARTICIPAÇÃO % EM 1982	VARIÇÃO ANUAL (b-a) x 100 a
E.U.A.	11.162	11.283	9.925	9.999	10.353	10.356	25,52	0,03
U.R.S.S.	6.434	7.086	7.029	6.673	6.700	6.650	16,38	- 0,75
Argentina	2.495	3.193	3.092	2.876	3.000	2.810	6,92	- 6,33
Brasil	2.276	2.200	2.100	2.150	2.250	2.400	5,91	6,6
Austrália	1.702	2.134	1.770	1.539	1.411	1.369	3,37	- 2,97
França	1.689	1.663	1.824	1.831	1.840	1.825	4,50	- 0,81
Alemanha Ocid.	1.353	1.435	1.519	1.564	1.535	1.495	3,68	- 2,6
Grã-Bretanha	1.043	1.028	1.042	1.102	1.014	1.000	2,46	- 1,38
Canadá	1.039	1.060	946	971	1.020	1.050	2,59	2,94
Itália	1.037	1.027	1.106	1.148	1.130	1.150	2,83	1,78
México	874	1.054	1.025	1.060	1.105	1.175	2,89	6,33
Polônia	770	802	842	800	640	602	1,48	- 5,94
África do Sul	519	589	637	619	516	527	1,30	2,13
Nova Zelândia	509	562	512	505	490	480	1,18	- 2,04
Colômbia	477	570	614	654	629	623	1,53	- 0,95
Checoslováquia	419	421	432	436	413	413	1,01	-
Espanha	410	391	394	422	415	400	0,98	- 3,61
Alemanha Orient.	409	410	400	386	401	401	0,99	-
Uruguai	346	354	266	336	407	350	0,86	-14,0
Iugoslávia	311	338	341	335	340	345	0,85	1,47
TOTAL	35.274	37.600	35.816	35.406	35.609	35.421	87,3	- 0,53
TOTAL DEMAIS PAÍSES	4.536	4.830	5.091	5.159	5.119	5.164	12,7	0,88
TOTAL DEMAIS SELECIONADOS	39.810	42.430	40.907	40.565	40.728	40.585	100,0	- 0,35

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 108

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CARNE BOVINA E VITELA, MÉDIA DE 1974-78 E ANUAL 1979-82

(em mil t métricas)

PAÍS/MERCADO	MÉDIA DE 1974-78		1979		1980		1981 (a)		1982 (b)		PARTICIPAÇÃO % EM 1982		VARIÇÃO ANUAL (b-a) x 100 a	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
C.E.E.	1.224	1.380	1.472	1.552	1.778	1.497	1.716	1.345	1.741	1.353	40,28	42,19	1,46	0,60
Leste Europeu	195	85	188	90	213	132	176	151	196	91	4,53	2,84	11,36	-39,73
E.U.A.	43	844	78	1.103	80	946	100	799	103	780	2,38	24,32	3,0	- 2,38
U.R.S.S.	38	248	33	250	30	405	30	421	30	440	0,69	13,72	-	4,51
Argentina	483	-	697	-	469	-	486	-	480	-	11,10	-	-1,23	-
Brasil	136	52	110	114	169	46	285	55	330	25	7,63	0,78	15,79	-54,54
Canadá	40	100	53	86	65	80	82	81	84	81	1,94	2,52	2,44	-
Nova Zelândia	335	-	343	-	344	-	335	-	320	-	7,40	-	-4,48	-
Austrália	856	-	1.089	-	840	-	690	-	710	-	16,43	-	2,89	-
Japão	-	107	-	185	-	174	-	165	-	175	-	5,46	-	6,06
Grécia	-	71	-	108	-	110	-	100	-	90	-	2,81	-	-10,0
TOTAL	3.350	2.887	4.063	3.488	3.988	3.390	3.900	3.117	3.994	3.035	92,4	94,6	2,41	- 2,63
TOTAL OUTROS PAÍSES	334	232	311	294	294	138	352	188	328	172	7,6	5,4	-6,82	- 8,51
TOTAL PAÍSES SELECIONADOS	3.684	3.119	4.374	3.782	4.282	3.528	4.252	3.305	4.322	3.207	100,0	100,0	1,65	- 2,96

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 109

REBANHO BOVINO BRASILEIRO E CATARINENSE, E PARTICIPAÇÃO  
DE SANTA CATARINA NO TOTAL, SEGUNDO DADOS CENSITÁRIOS  
DE 1940 A 1980 E ESTIMATIVAS PARA 1981 E 1982

(cabeças)

CENSOS	BRASIL	SANTA CATARINA	PARTICIPAÇÃO DE SC NO TOTAL
1940	34.392.419	734.389	2,14
1950	44.600.159	914.377	2,05
1960	56.041.307	1.201.993	2,14
1970	78.562.250	1.955.228	2,49
1975	101.673.753	2.236.830	2,20
1980	117.755.923	2.613.560	2,22
1981 (*)	121.265.049	2.690.660	2,22
1982 (*)	124.878.748	2.770.034	2,22

(\*) Estimativa

Fonte: IBGE (Aspectos da Evolução da Agropecuária Brasileira,  
período de 1940 a 1980)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 110

REBANHO BOVINO CATARINENSE, POR FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO DADOS  
CENSITÁRIOS DE 1950 A 1980 E ESTIMATIVAS PARA 1981 E 1982

CENSOS	INFORMANTES	(cabeça)			TOTAL
		MENOS DE 1 ANO	DE 1 A ME- NOS DE 2 ANOS	DE 2 ANOS E MAIS	
1950	87.698	175.284	173.448	565.695	914.377
1960	132.576	163.464	212.583	825.946	1.201.993
1970	173.363	349.273	309.743	1.296.212	1.955.228
1975	179.280	413.657	314.639	1.508.534	2.236.830
1980	187.649	471.258	409.751	1.732.551	2.613.560
1981 (*)	-	-	-	-	2.690.660
1982 (*)	-	-	-	-	2.770.034

(\*) Estimativa

Fonte: IBGE (Aspectos da Evolução da Agropecuária Brasileira  
período de 1950 a 1980)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 111

ABATE TOTAL DE BOVINOS (SIF, NÃO SIF e AUTOCONSUMO),  
SANTA CATARINA, 1980 A 1982

(em 1.000 cabeças)

MÊS	ANO	1980	1981 (a)	1982 (b)	VARIAÇÃO ANUAL $\frac{(b-a)}{a} \times 100$
Jan		25,3	26,9	24,4	-10,24
Fev		21,2	23,8	23,0	- 3,92
Mar		22,5	25,8	26,2	1,90
Abr		26,3	26,8	26,8	0,07
Mai		27,4	27,0	25,6	- 5,33
Jun		19,6	20,6	20,3	- 1,52
Jul		20,3	17,9	19,9	9,87
Ago		16,6	18,3	19,8	7,45
Set		16,4	18,2	21,2	14,70
Out		18,3	18,3	21,4	16,70
Nov		19,7	21,0	21,5	2,10
Dez		23,6	23,5	23,5	0,26
TOTAL		257,2	268,1	273,6	2,0

(\*) Estimativa: CEPA/SC

Fonte: MA-DFA/SC (SERPA) e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 112

## PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA, SANTA CATARINA, 1974 A 1982

ANO	PRODUÇÃO EM CARCAÇAS (t)
1974	51.578
1975	54.107
1976	54.497
1977	53.341
1978	54.480
1979	58.520
1980 (*)	41.749
1981 (*)	42.263
1982 (*)	44.323

(\*) Não Considerada a importação de bovinos vivos

Fonte: MA-DFA/SC e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 113

REBANHO BOVINO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE,  
SANTA CATARINA, 1970, 1975 E 1980

A N O	REBANHO (CABEÇA)	TAXA DE ABATE (%)	DESFROUTE (%)
1970	1.955.228	-	-
1975	2.336.830	8,5	24,8
1980	2.673.560 (*)	6,8	17,01

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980) e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC



Tabela 114

PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE BOVINOS PARA  
 ABATE, SANTA CATARINA, JANEIRO A DEZEMBRO/81 -  
 JANEIRO A DEZEMBRO/82

PERÍODO	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS DE SET/82	
	Cr\$/kg	Índice	Cr\$/kg	Índice
<u>1981</u>				
Jan	54,00	100	169,16	100
Fev	52,00	96	150,15	89
Mar	53,00	98	142,56	84
Abr	53,00	98	135,16	80
Mai	52,30	97	125,59	74
Jun	52,90	98	121,60	72
Jul	62,80	116	137,38	81
Ago	70,00	130	143,47	85
Set	72,60	134	141,63	84
Out	72,60	134	135,72	80
Nov	75,00	139	133,14	79
Dez	78,34	145	133,98	79
<u>1982</u>				
Jan	76,66	142	123,35	73
Fev	76,66	142	115,44	68
Mar	76,66	142	107,66	64
Abr	78,33	145	104,41	62
Mai	82,33	152	103,41	61
Jun	86,66	160	100,80	60
Jul	114,00	211	125,02	74
Ago	126,66	235	131,29	78
Set	135,00	250	135,00	80
Out	123,33	228	117,71	70
Nov	127,00	235	116,24	69
Dez	130,00	241	113,74	67

Fonte: CEPA/SC e FGV

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 115

## PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, JAN/80 A OUT/82

(tonelada)

MÊS \ ANO	1980			1981			1982		
	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	TOTAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	TOTAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	TOTAL
Jan	4.108,3	1.837,2	5.945,5	4.260,7	2.060,8	6.321,5	4.129,0	1.605,0	5.734,0
Fev	3.442,6	1.539,4	4.982,0	3.769,7	1.823,3	5.593,0	3.892,0	1.513,0	5.405,0
Mar	3.653,7	1.633,8	5.287,5	4.086,5	1.976,5	6.063,0	4.433,0	1.724,0	6.157,0
Abr	4.270,8	1.909,7	6.180,5	4.244,9	2.053,1	6.298,0	4.535,0	1.763,0	6.298,0
Mai	4.449,4	1.989,6	6.439,0	4.276,6	2.068,4	6.345,0	4.331,0	1.685,0	6.016,0
Jun	3.192,7	1.423,3	4.606,0	3.262,8	1.578,2	4.841,0	3.434,5	1.336,0	4.770,5
Jul	3.280,2	1.466,8	4.747,0	2.835,2	1.371,3	4.206,5	3.367,5	1.209,0	4.676,5
Ago	2.695,6	1.205,4	3.901,0	2.898,5	1.402,0	4.300,5	3.206,5	1.460,0	4.676,5
Set	2.663,1	1.190,9	3.854,0	2.883,0	1.394,0	4.277,0	3.587,0	1.395,0	4.982,0
Out	2.971,7	1.328,8	4.300,5	2.898,5	1.402,0	4.300,5	3.621,0	1.408,0	5.029,0
Nov	3.199,0	1.430,5	4.629,5	3.326,2	1.608,8	4.935,0	-	-	-
Dez	3.832,3	1.713,7	5.546,0	3.519,9	1.702,6	5.222,5	-	-	-
TOTAL	41.749,4	18.669,1	60.418,5	42.262,5	20.441,0	62.703,5	-	-	-

Fonte: CEPA/SC

Tabela 116

## CUSTO DE PRODUÇÃO DE BOVINOS

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ANO	CUSTOS POR kg
	Alimentação	Sanidade	Mão-de-Obra	Outros Custos Variáveis				
Março/82	1.077.604	112.675	212.343	51.705	1.454.327	621.778	2.076.105	76,90
Junho/82	1.252.724	141.685	298.944	56.025	1.749.378	695.622	2.445.000	90,55
Setembro/82	1.529.294	159.910	298.944	85.725	2.073.873	939.023	3.012.896	112,00
Dezembro/82	1.888.588	161.725	424.224	85.725	2.560.262	1.025.593	3.585.855	132,81

Fonte: CEPA/SC

Tabela 117

CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIRO DE UM ANO (ÍNDICE DE NATALIDADE 55%)

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ANO	CUSTO POR BEZERRO
	Alimentação	Sanidade	Mão-de-Obra	Outros Custos Variáveis				
Março/82	276.685	55.939	212.343	14.700	559.667	296.757	856.424	9.587
Junho/82	340.216	71.163	298.944	15.960	726.283	352.043	1.078.325	15.712
Setembro/82	462.370	80.520	298.944	36.750	878.584	607.690	1.486.274	15.581
Dezembro/82	581.944	79.885	424.224	26.250	1.112.303	526.092	1.638.395	21.014

Fonte: CEPA/SC

Tabela 118

CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIRO DE UM ANO (ÍNDICE DE NATALIDADE 85%)

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ANO	CUSTO POR BEZERRO
	Alimentação	Sanidade	Mão-de-Obra	Outros Custos Variáveis				
Março/82	806.160	60.185	215.343	14.700	1.093.388	308.368	1.401.756	12.715
Junho/82	1.057.716	76.383	298.944	15.960	1.449.003	366.990	1.815.993	18.400
Setembro/82	1.223.140	115.899	298.944	26.250	1.704.233	480.028	2.184.261	17.729
Dezembro/82	1.565.786	161.659	424.224	26.250	2.177.919	551.289	2.729.208	26.238

Fonte: CEPA/SC

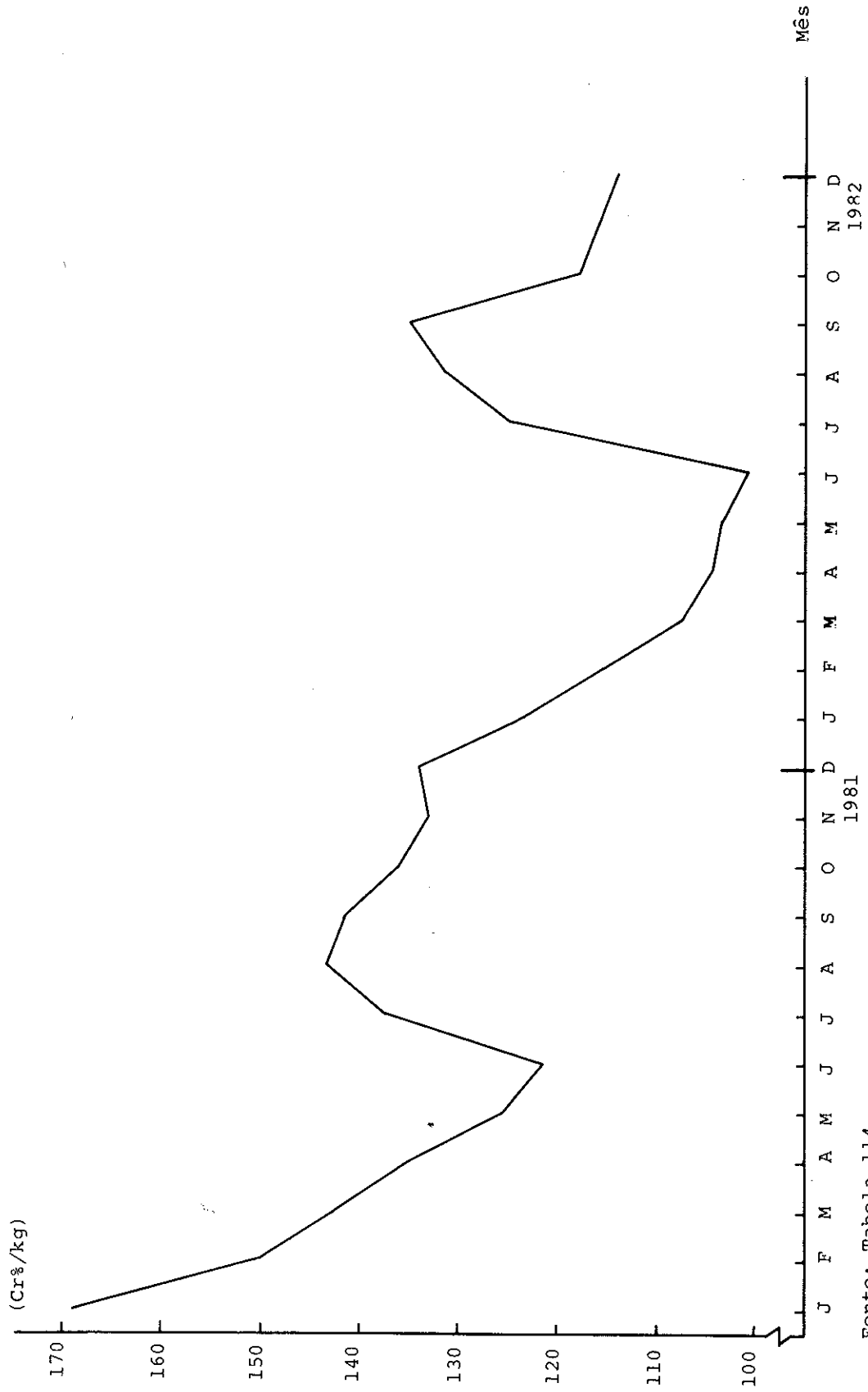
Tabela 119

CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIRO DE UM ANO (BUBALINO)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ANO	CUSTO POR BEZERRO
	Alimentação	Sanidade	Mão-de-Obra	Outros Custos Variáveis				
Março/82	143.681	20.120	212.343	9.450	385.594	342.146	727.740	4.663
Junho/82	172.536	25.052	298.944	10.260	506.792	392.604	899.396	6.520
Setembro/82	229.440	28.712	298.944	63.750	620.846	367.214	988.060	4.174
Dezembro/82	295.128	26.116	424.224	16.875	762.343	598.188	1.360.531	9.140

Fonte: CEPA/SC

Gráfico 12 - PREÇOS MENSUAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE BOVINOS DE CORTE EM SANTA CATARINA, 1981 E 1982 (a preços de set/82)



Fonte: Tabela 114  
Elaboração: CEPA/SC

### 3.3. Bovinos de Leite

Segundo dados divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE<sup>(1)</sup>, em 1980 o rebanho bovino catarinense era de 2.611,7 mil cabeças. Segundo a mesma fonte, naquele ano, 542.289 vacas foram ordenhadas, produzindo 540.404,0 mil litros de leite.

Em 1982, admitindo-se um crescimento do rebanho em torno de 1,8% a partir dos dados de 1981, Santa Catarina dispôs de um plantel de 2.658 mil bovinos.

A área total utilizada com pecuária, de acordo com os dados cadastrais do INCRA de 1978, era de 2.852.902,8 ha, com 1,3 UA/ha, sendo a região Serrana a de menor população bovina por área (0,5 UA/ha), e a região Extremo e Meio Oeste, com 1,34 UA/ha, a de maior densidade animal.

As principais bacias leiteiras localizam-se no Vale do Itajaí, onde se concentra o parque industrial de laticínios do Estado; em torno da Grande Florianópolis; no Planalto Serrano, com uma indústria; e no Oeste Catarinense, onde existem áreas de produção leiteira que vêm sendo incentivadas pelas indústrias localizadas nos municípios de Treze Tílias e Chapecó. Outra região com potencial leiteiro é o sul do Estado, onde, por não existir usina, o leite produzido era entregue às indústrias gaúchas, sendo que, só a partir de 1980, foi instalado o posto de resfriamento de leite em Braço do Norte, pela Cooperativa Central de Leite do Vale do Itajaí, que o transporta para a sua usina inaugurada no final do ano de 1982, no município de Palhoça.

Quanto ao rebanho estadual, apesar de não se dispor de um levantamento confiável, admite-se a existência de 55% de animais com alguma aptidão leiteira, o que representa um plantel de 1.480 mil cabeças, em 1982.

Sem que se disponha de dados concretos, apresenta-se na tabela 121 o rebanho catarinense de vacas, período de 1971 a

---

(1) PRODUÇÃO DA PECUÁRIA MUNICIPAL - 1980; Região Sul e Centro-Oeste. Rio de Janeiro, IBGE, 1980. v.8, t.4, p.84.

1982, sendo que nos últimos três anos os dados foram obtidos a partir de índices técnicos. A referida tabela mostra, também, a produção aparente total de leite destinado ao consumo humano e o volume entregue às usinas localizadas no Estado.

Do número total de vacas existentes em 1980, segundo o IBGE foram ordenhadas 76,7%. Utilizando-se esse dado, cerca de 552.240 vacas teriam sido ordenhadas em 1982. Contudo, técnicos ligados à atividade consideram-no bastante alto, já que as parições anuais estão em torno de 50% das vacas existentes. Esse percentual aproxima-se bastante do número de terneiros registrados pelo serviço de defesa sanitária animal, quando da realização das vacinações contra a febre aftosa no período de 1970 a 1980. No entanto, se forem consideradas as lactações longas de até dois anos, que ocorrem em muitas propriedades, o percentual de vacas em lactação poderá aproximar-se do apresentado pelo IBGE (76,7%).

Segundo ainda o IBGE, o volume de leite produzido em 1980 foi de 540.404 mil litros, apresentando um rendimento aproximado de 764 litros/vaca/ano<sup>(2)</sup> (tabela 120), número esse aceitável, se considerar que estão incluídas todas as vacas do rebanho destinado à produção de carne. Se for multiplicada essa produção vaca/ano pelo número de vacas existentes em 1982 (tabela 121), calcula-se uma produção total de leite, neste ano, na ordem de 550.260 mil litros.

Da produção total de leite, admitindo-se que, em 1982, as mesmas 542.289 vacas foram ordenhadas e que 50% delas possuam terneiros que consomem em média 450 litros, obtém-se uma produção destinada ao consumo humano da ordem de 428.600 mil litros, dos quais 97.090 mil litros foram recebidos "in natura" pelas usinas de leite, destinados à pasteurização e à transformação em derivados lácteos (tabela 122).

Técnicos do setor, baseados no número de propriedades que vendem leite às usinas, estimam que, das 196 mil propriedades existentes com bovinos, cerca de 15% (29.400 propriedades) exploram economicamente a atividade leiteira, o que representaria um rebanho leiteiro de 380.000 cabeças e de 130.000 vacas lei-

---

(2) Cálculo efetuado a partir do nº de vacas apresentados na tabela 121 .

teiras, com potencial médio de produção de 1.500 litros/ano. A par desse rebanho leiteiro existe outro, estimado em cerca de 110.000 cabeças, com algumas características leiteiras e do qual, eventualmente, vende-se algum leite ou derivados.

Quanto à evolução mensal do volume de leite "in natura" recebido pelas usinas catarinenses, verifica-se no gráfico nº 13 que nos últimos três anos ocorreu uma queda sensível, nos meses de fevereiro a julho, enquanto o volume de leite pasteurizado (gráfico 14) não mantém a mesma relação, fato que demonstra um esforço das usinas para o abastecimento da população com leite pasteurizado, principalmente nos dois últimos anos, ou o reflexo da retração da demanda de derivados em decorrência de seus altos preços.

Na tabela 123 apresentam-se os custos de produção do leite dos meses de março, junho, setembro, novembro e dezembro de 1982, elaborados pela CEPA/SC; e, na tabela 124, os preços pagos ao produtor e de venda ao consumidor, verificados nos anos de 1971 a 1982, ambos em valores nominais e reais.

Na tabela 125, apresenta-se um comparativo entre os preços do leite efetivamente recebido pelos produtores e os custos de produção nos anos de 1981 e 1982. Nessa tabela verifica-se que, em 1981, o custo de produção manteve uma certa relação entre os preços estabelecidos pela SUNAB e o efetivamente recebido pelos produtores, ficando os custos, em alguns meses, abaixo dos preços recebidos, enquanto em 1982 o custo de produção apresenta-se com elevações bem superiores às dos preços do leite recebido pelos produtores.

Quanto ao abastecimento da população catarinense em 1982, não se verificou maiores problemas, inclusive nos meses de menor produção (vide tabela 126). Observa-se nessa tabela um volume mínimo de importação, que ocorreu mais por força de interesse das usinas paranaenses no mercado catarinense, que por falta do produto no mercado. Essa tabela tem uma apresentação trimestral e, na oferta, consta exclusivamente o leite destinado ao consumo humano.

No que tange à demanda do leite na forma "in natura", 257.863 mil litros, apenas 76.252,1 mil litros são pasteurizados,

o restante sendo comercializado diretamente do produtor ao consumidor sem qualquer beneficiamento.

No que se refere à transformação em derivados (..... 166.716,8 mil litros), apenas 16.371,8 mil litros foram industrializados pelas usinas com inspeção federal, ficando o restante por conta de pequenas e mini-usinas sem inspeção federal, sendo a grande maioria destinada ao fabrico de queijo a nível de propriedade rural.

As produções brasileira e catarinense, nos anos de 1970 a 1981, são apresentadas na tabela 127, na qual se verifica que o Estado participou nos últimos anos, com cerca de 4% da produção nacional. Observa-se também, na tabela mencionada - tomando-se 1970 igual a 100 - que em 1981 a produção brasileira atinge o índice de 165, enquanto a catarinense chega a 117.

Constata-se pelos dados expostos que o consumo "per capita" anual, no Brasil, nos últimos três anos girou em torno de 86 litros, enquanto o catarinense foi de 116 litros.

Tabela 120

NÚMERO DE BOVINOS, VACAS ORDENHADAS E PRODUÇÃO DE LEITE, POR MRH, SANTA CATARINA, 1980

MRH	NÚMERO E QUANTIDADE	REBANHO BOVINO TOTAL		VACAS ORDENHADAS		VOLUME DE LEITE PRODUZIDO (em 1000 l)	
		Nº de cabeças	Participação Relativa (%)	Número	Participação Relativa (%)	Volume	Participação Relativa (%)
Colonial de Joinville		53.042	2,03	24.886	4,59	37.264	6,90
Litoral de Itajaí		25.016	0,96	5.700	1,05	5.724	1,06
Colonial de Blumenau		131.089	5,02	44.432	8,19	55.991	10,36
Colonial Itajaí Norte		47.207	1,81	16.290	3,00	22.624	4,19
Colonial Alto Itajaí		145.604	5,57	49.282	9,09	55.518	10,27
Florianópolis		51.064	1,96	12.031	2,22	10.073	1,86
Colonial Serrana Catar.		87.724	3,36	19.089	3,52	13.925	2,58
Litoral de Laguna		25.401	0,97	7.075	1,30	4.591	0,85
Carbonífera		159.220	6,10	38.839	7,16	33.724	6,24
Litoral Sul Catar.		73.644	2,82	18.680	3,44	14.390	2,66
Colonial Sul Catar.		50.013	1,91	12.176	2,25	12.579	2,33
Campos de Lages		404.894	15,50	39.846	7,35	28.778	5,33
Campos de Curitiba		339.566	13,00	60.320	11,12	43.754	8,10
Colonial Rio do Peixe		365.514	14,00	66.153	12,20	72.818	13,47
Colonial do Oeste Catar.		498.663	19,09	102.870	18,97	103.378	19,13
Planalto de Canoinhas		154.076	5,90	24.620	4,54	25.275	4,68
<b>TOTAL ESTADUAL</b>		<b>2.611.737</b>	<b>100</b>	<b>542.289</b>	<b>100</b>	<b>540.404</b>	<b>100</b>

Fonte: CIDASC (Serviço de Defesa Sanitária Animal)

Elaboração: CEPA/SC



Tabela 121

REBANHO, PRODUÇÃO LEITEIRA APARENTE E INDUSTRIALIZADA,  
SANTA CATARINA, 1971 A 1982

ANO	Nº DE VACAS	PRODUÇÃO TOTAL APARENTE DE LEITE (1.000 litros) (*)	LEITE INDUSTRIALIZADO (1.000 litros)
1971	682.104	373.452	20.602,7
1972	678.355	371.594	30.948,4
1973	683.397	374.159	32.479,6
1974	693.455	379.666	32.059
1975	721.274	394.898	39.551
1976	747.673	409.350	73.245
1977	759.197	415.660	88.150
1978	704.216	385.558	93.219
1979	714.370	391.118	71.699
1980	707.100 (**)	414.586	83.676
1981	720.000 (**)	422.280	87.644
1982	720.000 (**)	428.600	97.090

(\*) Destinada ao consumo humano

(\*\*) Estimativa da CEPA/SC

Fonte: CEPA/SC, EMATER-SC/ACARESC, CIDASC e MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 122

## LEITE RECEBIDO E PROCESSADO PELAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA, 1981 E 1982

(em 1.000 litros)

MÊS	LEITE "IN NATURA" RECEBIDO		PROCESSADO PELAS INDÚSTRIAS							
	1981	1982 (*)	Pasteurizado c/ 3,2% de gordura		Industrializado		Aproveitamento Condicional		Leite Reconstituído	
			1981	1982 (*)	1981	1982 (*)	1981	1982 (*)	1981	1982 (*)
Janeiro	7.829,0	8.113,5	5.910,1	6.348,7	1.149,6	1.350,6	316,6	331,1	-	163,1
Fevereiro	7.202,4	6.754,0	5.488,7	5.443,6	1.161,8	975,5	246,5	280,6	33,6	55,8
Março	6.765,1	7.309,2	5.509,3	5.960,8	992,6	1.074,6	181,0	231,8	-	5,0
Abril	5.549,6	6.606,2	5.253,6	5.572,1	628,6	792,3	125,7	75,1	141,2	136,0
Mai	5.718,0	6.583,4	5.031,0	5.500,5	834,1	994,3	172,9	55,2	280,5	224,7
Junho	6.128,0	6.944,1	4.968,2	5.803,4	950,3	1.033,0	92,4	76,3	195,2	113,4
Julho	6.862,3	7.980,1	5.522,5	6.537,0	1.286,5	1.271,1	95,7	78,2	15,8	44,8
Agosto	7.625,0	8.943,9	5.321,2	6.919,5	1.719,0	1.609,0	155,9	143,4	67,9	-
Setembro	7.979,8	9.355,6	5.336,5	6.966,5	1.972,4	1.771,4	218,2	212,0	11,6	-
Outubro	8.675,3	9.400,0	5.652,0	7.000,0	2.254,0	1.700,0	304,0	200,0	-	-
Novembro	8.578,1	9.500,0	5.387,7	7.100,0	2.550,0	1.800,0	350,0	300,0	-	-
Dezembro	8.730,8	9.600,0	5.852,3	7.100,0	2.850,0	2.000,0	400,0	350,0	-	-
TOTAL	87.644,0	97.090,0	65.200,0	76.252,1	18.348,9	16.371,8	2.659,2	2.333,7	715,8	742,8

(\*) Estimativa da CEPA/SC

Fonte: MA/DFA-SC(SERPA) e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 123

CUSTO DE PRODUÇÃO DO LEITE PRODUZIDO EM SANTA CATARINA, NOS MESES DE MARÇO A DEZEMBRO DE 1982 (\*)

ESPECIFICAÇÃO	MARÇO		JUNHO		SETEMBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
	Valor (Cr\$ 1.00/L)	Participação Percentual das Variáveis (%)	Valor (Cr\$ 1.00/L)	Participação Percentual das Variáveis (%)	Valor (Cr\$ 1.00/L)	Participação Percentual das Variáveis (%)	Valor (Cr\$ 1.00/L)	Participação Percentual das Variáveis (%)	Valor (Cr\$ 1.00/L)	Participação Percentual das Variáveis (%)
1. CUSTOS VARIÁVEIS	24,06	72,89	33,16	73,5	36,43	73,6	45,13	74,9	47,50	74,96
. Alimentação	11,53	34,92	13,56	30,0	16,13	32,6	18,46	30,6	20,04	31,62
. Sanidade	1,27	3,84	1,56	3,5	1,74	3,5	1,77	2,9	1,78	2,81
. Melhoramento e manejo	1,55	4,68	2,20	4,9	2,50	5,1	2,67	4,4	3,24	5,12
. Mão-de-obra	8,85	26,80	14,72	32,6	14,72	29,7	20,89	34,7	20,89	32,97
. Outros Custos Variáveis	0,87	2,65	1,12	2,5	1,34	2,7	1,34	2,2	1,55	2,44
2. CUSTOS FIXOS	8,95	27,11	11,98	26,5	13,07	26,4	15,14	25,1	15,87	25,04
3. TOTAL DOS CUSTOS POR ANO	33,01	100,00	45,14	100,00	49,49	100,00	60,28	100,00	63,37	100,00
4. CUSTO POR LITRO (considerando só a venda do leite)	33,00		45,14		49,49		60,28		63,37	
5. CUSTO POR LITRO (considerando também venda de excedentes do plantel)	27,43		38,56		41,13		50,91		53,82	
6. PREÇO RECEBIDO PELO PRODUTOR	31,00		31,00		36,00		36,00		45,20	

(\*) O detalhamento dos itens poderá ser obtido junto à CEPA/SC  
 Fonte: CEPA/SC

Tabela 124

PREÇO MÉDIO PONDERADO DO LITRO DE LEITE EM SANTA CATARINA, CONFORME PORTARIAS DA SUNAB - 1971 A 1982

(Cr\$/litro)

A N O	PREÇO PAGO AO PRODUTOR NA PLATAFORMA (a)		PREÇO DE VENDA AO CONSUMIDOR (b)		MARGEM BRUTA (c) = (b) - (a)	
	Valor Corrente	Valor Set/82 (*)	Valor Corrente	Valor Set/82 (*)	Valor Corrente	Valor Set/82 (*)
1971	0,43	38,17	0,61	54,14	0,18	15,97
1972	0,49	37,08	0,68	51,45	0,19	14,37
1973	0,61	40,17	0,85	55,97	0,24	15,8
1974	0,94	48,1	1,34	68,57	0,40	20,47
1975	1,34	53,62	1,95	78,03	0,61	24,41
1976	1,65	46,75	2,32	65,73	0,67	18,98
1977	2,65	52,63	3,32	65,94	0,67	13,31
1978	3,64	52,12	4,52	64,72	0,88	12,6
1979	5,34	49,68	6,69	62,23	1,35	12,55
1980	11,31	52,54	17,14	79,63	5,83	27,09
1981	18,58	41,12	36,25	80,24	17,67	39,12
1982	39,42	45,53	54,50	64,00	15,08	18,47

(\*) Utilizou-se o Índice Geral de Preços, coluna 2, Revista Conjuntura Econômica da FGV

Fonte dos dados básicos: SUNAB

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 125

## COMPARATIVO ENTRE PREÇOS DE LEITE E CUSTO DE PRODUÇÃO

PERÍODO	PREÇO RECEBIDO PELO PRODUTOR		CUSTO DE PRODUÇÃO		PREÇOS SUNAB (3)					
	(1)		(2)		Leite-cota		Leite Extra-cota		Leite excesso	
	(Cr\$/litro)	Índice	(Cr\$/litro)	Índice	(Cr\$/litro)	Índice	(Cr\$/litro)	Índice	(Cr\$/litro)	Índice
<u>1981</u>										
Jan	13,70	100	16,90	100	18,00	100	15,25	100	12,40	100
Mar	15,20	111	17,45	103	18,00	100	15,25	100	12,40	100
Jul	24,00	175	20,60	122	29,00	161	27,00	177	20,00	161
Out	26,00	190	21,71	129	29,00	161	27,00	177	20,00	161
Dez	23,00	168	25,40	150	29,00	161	27,00	177	20,00	161
<u>1982</u>										
Mar	31,00	100	33,00	100	37,00	100	27,00	-	20,00	100
Jun	31,00	100	45,14	137	37,00	100	-	-	26,00	130
Set	36,00	116	49,49	150	44,00	119	-	-	31,00	155
Nov	36,00	116	60,28	183	44,00	119	-	-	31,00	155
Dez	45,20	146	63,37	192	55,00	149	-	-	40,00	200

(1) Preços efetivamente recebidos na propriedade

(2) Calculado pela CEPA/SC

(3) Preço do leite entregue na plataforma da indústria

Fonte dos dados básicos: CEPA/SC e SUNAB

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 126

## BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE LEITE, SANTA CATARINA, 1982 (\*)

TRIMESTRE	O F E R T A					D E M A N D A			SALDO (Déficit/ Superávit)
	Produção (a)	Importação (b)	Leite Reidratado (c)	Total (d=a+b+c)	Consumo "in natura" (e)	Exportação "in natura" (f)	Transformação em derivados (g)	Total (h=e+fg)	
1º	103.176,7	600,0	223,9	104.000,6	67.060,0	313,0	35.427,6	102.800,6	1.200,0
2º	88.720,2	900,0	474,1	90.094,3	61.825,0	-	28.269,3	90.094,3	-
3º	108.123,1	-	44,8	108.167,9	63.480,0	-	44.087,9	107.567,9	600,0
4º	128.580,0	-	-	128.580,0	65.498,0	650,0	58.932,0	125.080,0	3.500,0
TOTAL	428.600,0	1.500,0	742,8	430.842,8	257.863,0	963,0	166.716,8	425.542,8	5.300,0

(\*) Considerado o leite destinado ao consumo humano

OBS: A oferta de leite às usinas e seus sub-produtos com "SIF" pode ser vista na tabela 122

Fonte: CEPA/SC

Tabela 127

PRODUÇÃO BRASILEIRA E CATARINENSE DE LEITE "IN NATURA", DE  
1970 A 1981

(em milhões de l)

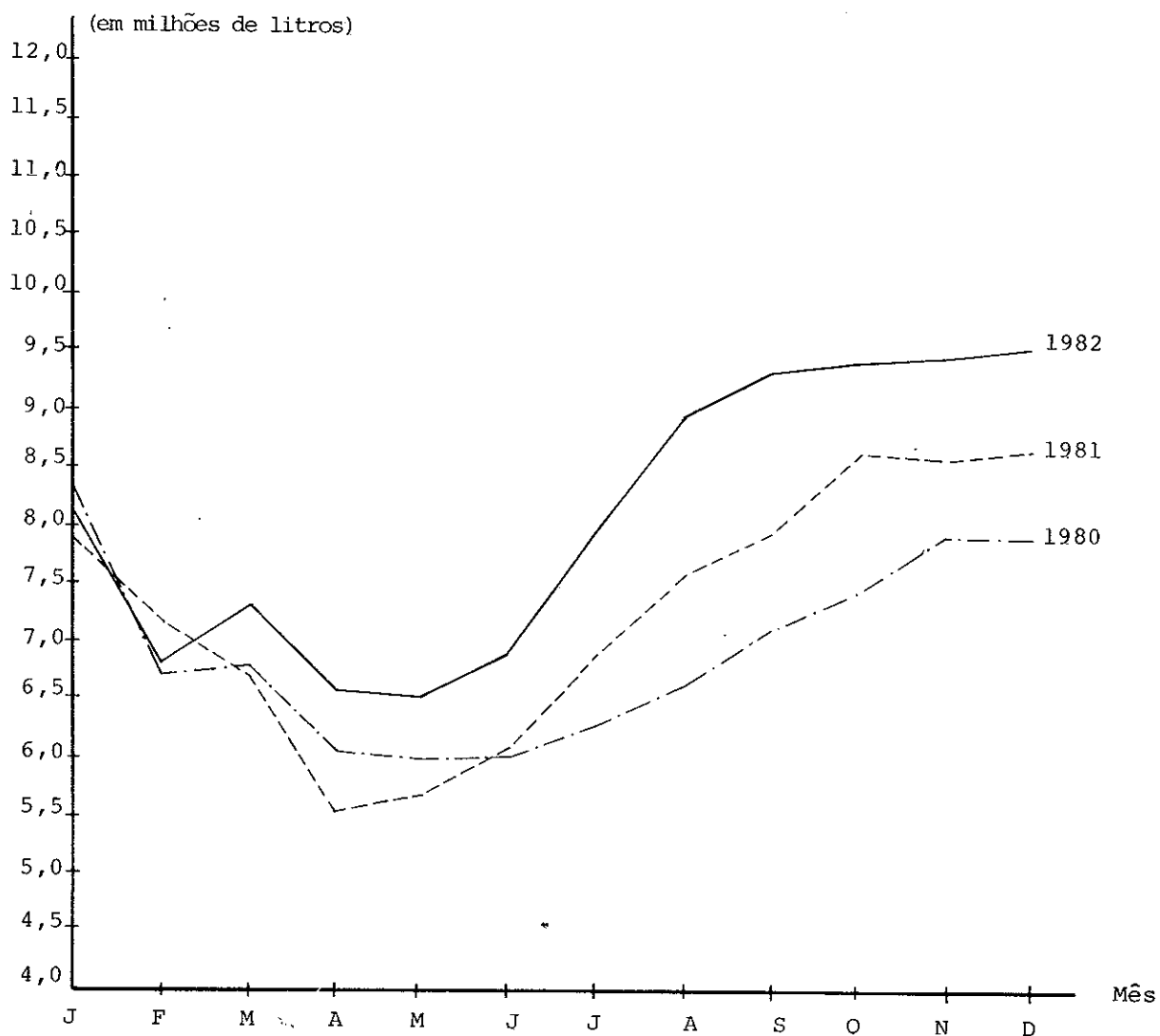
ANO	PRODUÇÃO			ÍNDICE		VARIÇÃO ANUAL DA PRODUÇÃO (%)	
	Brasil	Santa Catarina	Participação %	Brasil	Santa Catarina	Brasil	Santa Catarina
1970	6.303,1	360,3	5,7	100	100	-	-
1971	6.289,1	373,5	5,9	100	104	(-)0,2	3,7
1972	6.317,6	371,6	5,9	100	103	0,4	(-)0,5
1973	6.666,9	374,2	5,6	106	104	5,6	0,7
1974	7.748,9	379,7	4,9	123	105	16,2	1,5
1975	8.591,0	394,9	4,6	136	110	10,9	4,0
1976	9.024,8	409,4	4,5	143	114	5,1	3,7
1977	9.261,1	415,7	4,5	147	115	2,6	1,5
1978	10.474,2	385,6	3,7	166	107	13,1	(-)7,2
1979	9.803,2	391,1	4,0	156	109	6,4	1,5
1980	9.870,9	414,6	4,2	157	115	0,7	(-)1,0
1981 (*)	10.453,3	422,3	4,0	166	117	5,9	1,8

(\*) Dados sujeitos a confirmação

Fonte: SNAB/MA

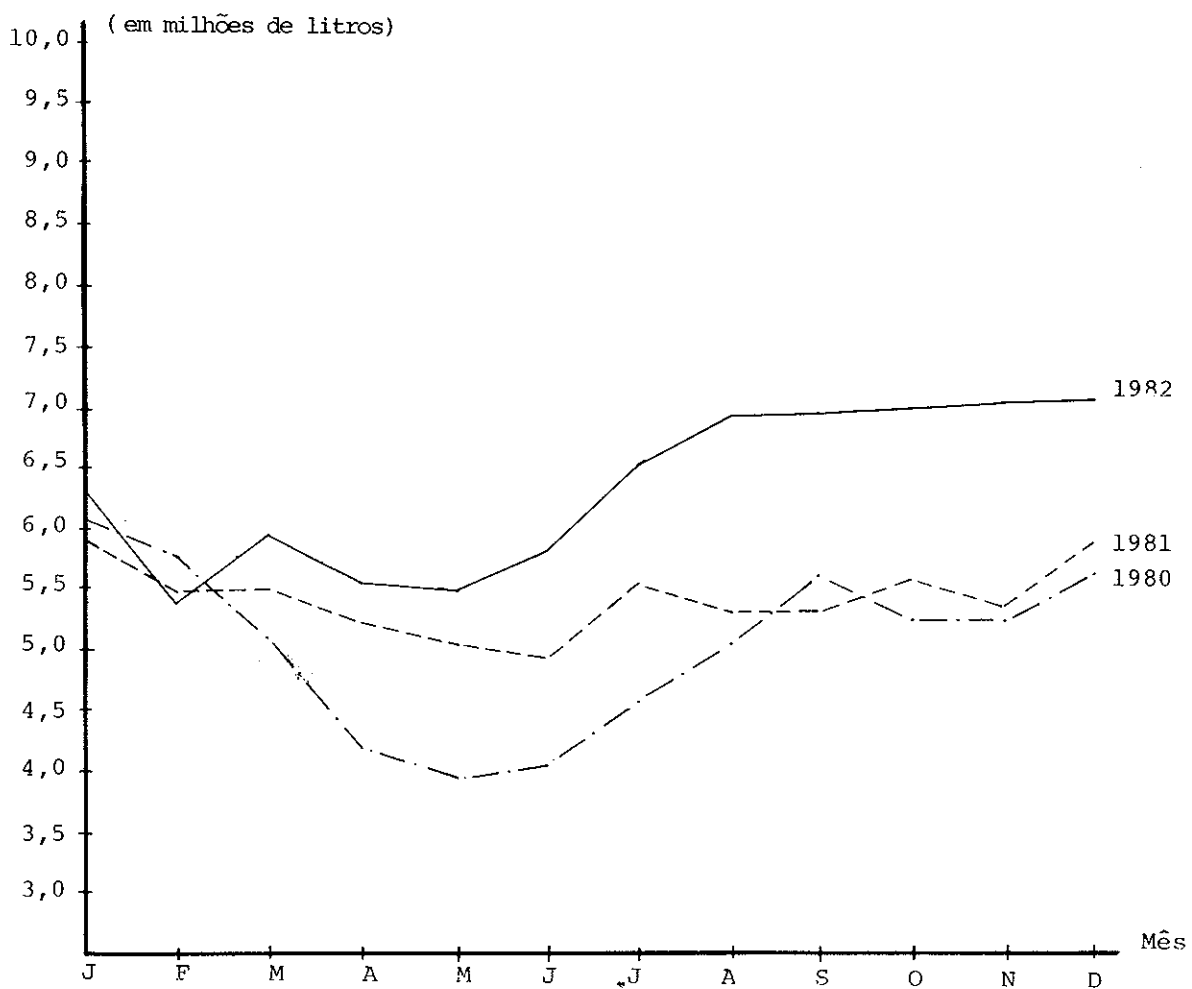
Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 13 - VOLUME MENSAL DE LEITE "IN NATURA", RECEBIDO PELAS  
USINAS DE SANTA CATATINA, DE 1980 A 1982



Fonte dos dados básicos: MA/DFA-SC (SERPA) e CEPA/SC  
Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 14 - VOLUME MENSAL DE LEITE PASTEURIZADO PELAS USINAS DE SANTA CATARINA, DE 1980 A 1982



Fonte dos dados básicos: MA/DFA-SC (SERPA) e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

### 3.4. Mel de Abelha

#### PRODUÇÃO DE MEL DE ABELHA EM SANTA CATARINA, DE 1977 A 1983

ANO	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO
1977	2.980	100
1978	3.200	107
1979	3.800	128
1980	4.500	151
1981	4.500	151
1982	5.000	168
1983 (*)	5.500	184

(\*) Estimativa

Fonte: Instituto de Apicultura do Estado de Santa Catarina-IASC  
Elaboração: CEPA/SC

Santa Catarina participa com 22% da produção nacional de mel, destacando-se como primeiro produtor brasileiro.

A produção inicialmente prevista de 5.000 toneladas em 1982, está apresentando uma considerável redução em função da ocorrência de geadas e chuvas durante o período floral da primavera, o que poderá baixar o total para 4.000 a 4.500 toneladas.

As previsões para 1983 são de 5.500 toneladas, considerando condições normais favoráveis de clima e floração, bem como o início de produção de novos apiários implantados durante o ano de 1982.

A atividade apícola catarinense é exercida principalmente nas microrregiões do Planalto de Canoinhas, Carbonífera, Colonial do Sul Catarinense, Colonial Serrana Catarinense, Campos de Curitibanos e Colonial do Alto Itajaí, por aproximadamente 2.150 apicultores registrados e por 2.650 amadores e apicultores não registrados nas diversas associações existentes no Estado, perfazendo um total de 4.800 apicultores.

A estrutura de produção e comercialização do setor apícola de Santa Catarina, segundo o IASC, órgão pertencente à Se-



cretaria da Agricultura e do Abastecimento, é a seguinte:

. Número de colméias utilizadas para polinização .....	20.000
. Número de associação de apicultores .....	12
. Entrepósitos de mel e cera .....	53
. Fábricas de materiais apícolas .....	05
. Casas especializadas que vendem material apícola .....	02
. Criadores de rainhas .....	02

Além de mel e cera, também são vendidos para o mercado consumidor produtos transformados, como doces, por exemplo.

Quanto à demanda do mel, cerca de 40% da produção é consumida dentro do Estado, enquanto o restante é remetido para as praças de São Paulo, Rio de Janeiro e, inclusive, para a Alemanha.

O mercado apresenta-se amplamente comprador para qualquer quantidade que se queira produzir.

Os preços a nível de produtor são considerados estimulantes, situando-se, em 1982, entre Cr\$ 400,00/600,00 por quilo de mel, dependendo da qualidade, e em Cr\$ 800,00 por quilo de cera; a nível de consumidor, os preços de mel variam entre Cr\$... 800,00 e Cr\$ 1.000,00, por quilo, dependendo do local de venda (feiras, supermercados, etc.), da embalagem final e da qualidade do produto.

Há ainda uma produção indireta das abelhas, que é a fundamental tarefa de polinização na maioria das plantas cultivadas, sem o que a frutificação e a formação de grãos é bastante reduzida. Entre outros insetos, as abelhas assume posição destacada, não só pela vantagem direta de produzir mel e outros produtos para o homem a partir do néctar e do pólen, mas também por ser facilmente controlável pelo manejo das colméias. Existe, inclusive, o processo de apicultura migratória, pelo qual as colméias são trazidas de regiões distantes e colocadas nos pomares durante a floração das árvores frutíferas.

Experiências feitas recentemente em Santa Catarina mostraram que, numa produção de 125 kg de maçãs, apenas 7 kg se for

mam sem a presença dos insetos, ou seja, a polinização autônoma entre as flores das macieiras forma 5,5% dos frutos, sendo os restantes 94,5% formados pela polinização decorrente da atividade das abelhas nas corolas das flores.

As perspectivas da apicultura catarinense são bastante promissoras. Estando já contornado e até parcialmente absorvido o problema da abelha africana, a atividade apícola está novamente se expandindo.

Essa expansão conta também com um aumento do apoio técnico, proporcionado pela evolução do Projeto Apícola para o Instituto de Apicultura do Estado, bem como pelo estabelecimento da sede, em Florianópolis, da Comissão Internacional de Tecnologia e Equipamentos Apícolas e, também, da filial para todas as Américas do Instituto de Tecnologia e Economia Apícola da APIMONDIA - Federação Internacional de Associações de Apicultura.

Em termos de espaço disponível, a potencialidade de Santa Catarina situa-se em torno de 1 milhão de colméias, dada a adversidade de cobertura vegetal do Estado, que possibilita a cada colméia o abastecimento em uma área de 9 hectares.

Como a atual população apícola é de 200 mil colméias, há possibilidade teórica de 400% de expansão. Em termos de produção, a expansão poderá ser maior ainda, em decorrência do maior apoio técnico que está havendo no Estado.

### 3.5. Pescado

Santa Catarina possui uma orla marítima de 531 km de extensão, de águas próprias para a exploração e desenvolvimento da pesca, além de uma infra-estrutura que está sendo implantada gradativamente, tendo por objetivo a intensificação da piscicultura através da utilização mais racional dos rios, lagos, açudes, represas, etc., disponíveis no Estado.

Entre as espécies de maior importância econômica e que se prestam à comercialização destacam-se a sardinha, a anchova, o camarão, o cação, a tainha, a pescadinha e a corvina.

A atividade pesqueira catarinense, até recentemente, fundamentava-se na extração predatória, sem se preocupar em proteger as espécies através da obediência às épocas indicadas para a captura, contribuindo, assim, para o decréscimo gradativo do volume capturado em algumas regiões concentradoras da produção.

Ocorre, também, a falta de recursos humanos especializados no subsetor, com conhecimentos mais detalhados sobre as espécies existentes, acrescida da não conscientização sobre a necessidade de uma educação mais específica e aprofundada, através de treinamentos do pessoal das diferentes funções, quanto ao controle das capturas.

Nesse sentido, preocupada com o desenvolvimento da atividade pesqueira no Estado, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, através da Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina - ACARPESC, vem desenvolvendo trabalhos de conscientização junto ao pescador artesanal, realizando cursos de aperfeiçoamento e especialização e valorização o pescador ao lhe mostrar a importância de seu papel junto a sua comunidade.

Por outro lado, visando à preservação e à exploração mais racional das espécies, a Coordenadoria Regional da SUDEPE em Santa Catarina instituiu, mediante Portaria, o "defeso" para a captura de sardinha, produto mais representativo economicamente no setor pesqueiro industrial, medida esta sempre acionada durante os meses de dezembro e janeiro, procurando, desta forma, garantir a desova dessa espécie, que normalmente ocorre nesse período.

Ao se analisar a produção pesqueira estadual, coletada através do sistema de "Controle de Desembarque" realizado pela Base de Operações do PDP em Florianópolis, mediante formulários próprios nos quais são registrados o movimento diário de todos os desembarques ocorridos nos vários locais ou portos de descargas existentes no Estado, verifica-se que normalmente os maiores volumes capturados são, pela ordem de importância, as espécies de sardinha verdadeira, seguidas de camarões sete barbas e rosa, de vieiras e de mariscos.

Em 1981, o subsetor pesqueiro catarinense obteve uma produção "in natura" de 70.297 toneladas, assim distribuídas: peixes, 62.575 toneladas; crustáceos, 7.278 toneladas; moluscos e outros, 445 toneladas, representando em seu conjunto um valor total de 6.245 milhões de cruzeiros (a preços de setembro de 1982).

Em 1982, até o mês de agosto, foram capturadas 48.538 toneladas de pescado, contra 45.993 toneladas em igual período de 1981, verificando-se um aumento de 5,53%, ocasionado pela intensificação de captura de algumas espécies tais como: tainha, sardinha, palombeta, anchova, corvina, camarão legítimo, berbigão, marisco, bonito, etc. . Essa intensificação se deve aos seguintes fatores: aumento do esforço de pesca, aprimoramento nas técnicas pesqueiras e aumento dos cardumes nas áreas de captura. Esses fatores ocorreram com espécies de importância econômica significativa para o subsetor pesqueiro catarinense, como a sardinha e a tainha.

Quanto à evolução do produto pesqueiro desembarcado no período de 1977 a 1982, tomando-se por base o ano de 1977 (tabela 129), verificam-se índices de crescimento positivo do total capturado nos anos de 1978, 1979 e 1980, com 115, 108 e 140, respectivamente, ocorrendo apenas índice negativo de crescimento em 1981, com 83.

Salientam-se no período analisado grandes variações de capturas, principalmente de 1980 para 1981, quando os peixes de cresceram em 40% devido à menor produção de sardinhas e tainhas. Também decaí vertiginosamente a produção de moluscos, como consequência da não captura de vieiras (conchas) em 1981. Não existem barcos específicos para a captura desses moluscos, a qual é feita pelos camaroneiros; por outro lado, os estoques de vieiras mu

dam constantemente de lugar, estando, no entanto, mais concentrados entre Paranaguá, no Paraná, e Bom Abrigo, em São Paulo. Assim, quando os barcos capturadores de camarão deparam, ao acaso, com estoques de vieiras no Estado de Santa Catarina, a produção de moluscos aumenta.

Em 1982, em relação a igual período de 1981 (janeiro a agosto), constatou-se um índice de crescimento de 106, com o grupo de peixes contribuindo com 107, o grupo de moluscos e outros com 158 e, finalmente, o grupo dos crustáceos com um índice de 92 evidenciando diminuição de produção.

No que se refere ao Valor Bruto do Pescado desembarcado em Santa Catarina, no mesmo período (1977 a 1982 - tabela 64), a preços de setembro de 1982, os índices se comportaram de maneira positiva nos anos de 1978, 1979 e 1980, e negativa em 1981, com 118, 135, 136 e 85, respectivamente.

No período de janeiro a agosto de 1982, comparado com igual período de 1981, a produção pesqueira de produtos "in natura" apresentou índice de crescimento de 236, destacando-se o grupo dos peixes com 252, seguido pelo grupo dos moluscos e outros com 248 e, finalmente, pelo grupo dos crustáceos com 208.

Quanto à participação relativa da pesca industrial e artesanal no total de pescado capturado no Estado, observa-se que a pesca industrial é responsável por cerca de 75% da captura do grupo dos peixes, tendo na sardinha verdadeira sua principal fonte de renda, enquanto, na pesca artesanal, o grupo dos crustáceos, constituído pelo camarão sete barbas, rosa e legítimo, representa cerca de 80%.

Ainda na formação do Valor Bruto da Produção Pesqueira, as espécies oriundas da pesca industrial, no grupo dos peixes, representam aproximadamente 55%; no grupo dos crustáceos, a pesca artesanal participa com 63%.

Segundo a Coordenadoria Regional da SUDEPE em Santa Catarina, há no Estado 53 empresas de pesca operando no setor industrial, distribuídas entre 33 indústrias e 20 armadores, possuindo uma capacidade total instalada de 12.559,4 toneladas.

Essas empresas atuam na área de congelamento de pescado, conserva, semi-conserva, salga, resfriamento, bem como na

produção de óleo, farinha de peixe e gelo.

O transporte do pescado é realizado através de caminhões frigoríficos e isotérmicos.

Os recursos humanos envolvidos pelas indústrias somam no seu conjunto um total de 4.166 pessoas, sendo 1.304 pescadores profissionais, 2.337 operários fixos, 348 administrativos, e 177 operários como mão-de-obra flutuante, pois operam na instituição somente em época de maior movimentação.

Quanto às atividades desenvolvidas pelas indústrias de pesca em Santa Catarina, estão assim caracterizadas:

<u>ATIVIDADE</u>	<u>Nº DE EMPRESAS</u>
Captura	34
Beneficiamento	14
Industrialização	31
Armazenagem	15
Comercialização	39
Transporte	22

Essas empresas possuem barcos que operam com redes de traineiras, arrastos de portas e combinados. No seu conjunto, são 148 barcos, com capacidade acima de 20 toneladas, totalizando 10.520,3 t de carga bruta. Esses barcos estão distribuídos entre 34 do tipo combinado, 58 do tipo arrasto, e 56 do tipo traineira ou cerco.

A distribuição do produto capturado na pesca industrial é feita através das próprias indústrias ao comprador, e deste às cadeias e redes distribuidoras. Nesse estágio começa um novo processo distributivo, que são os entrepostos de venda, tais como os mercados públicos, as peixarias, os supermercados, os restaurantes, etc., atingindo, assim, o consumidor final.

O papel do intermediário é pouco significativo na pesca industrial, pois as indústrias, em sua maioria, obtêm matéria-prima diretamente dos barcos, tanto das frotas próprias como de barcos de outros armadores.

Segundo a Federação dos Pescadores de Santa Catarina e a Associação de Crédito e Assistência Técnica de Santa Catarina,

existem atualmente, na pesca artesanal, entre 15.000 e 20.000 pescadores associados no Estado, entre profissionais e amadores, distribuídos nas 16 Colônias de Pesca implantadas ao longo do litoral.

A pesca artesanal opera na área de atuação da ACARPESC, com um total de 4.415 embarcações, com capacidade de até 5 toneladas, distribuídas entre 631 baleeiras, 444 botes, 2.582 canoas com motor e 758 bateiras.

A intermediação, na pesca artesanal, exerce forte influência no processo de comercialização, onerando sobremaneira o produto. O pescador percebe, por sua produção, importâncias pouco expressivas em dinheiro, havendo disparidade de preços de comunidade para comunidade, uma vez que, na maioria dos casos, assume o compromisso de entregar todo o produto capturado ao comprador, recebendo, em troca, suprimentos para a manutenção e conservação dos instrumentos de pesca, bem como alimentação e remédios para sua família, ficando, em alguns casos, na dependência total do intermediário.

Cabe salientar a existência da Cooperativa de Pesca de Porto Belo - COOPERBELO, com sede no município de Porto Belo, com área de abrangência nos municípios litorâneos, desde Garuva até São João do Sul.

A cooperativa foi criada com o objetivo de operar na área de compra e venda de insumos pesqueiros e gêneros de primeira necessidade; posteriormente, ingressou nas linhas de produção e comercialização, tendo como meta normalizar a estrutura de comercialização.

São 260 os associados da Cooperativa, podendo atingir 1.000 cooperativados, em 1983.

Existe um entreposto de pescado em Porto Belo com capacidade para 80 toneladas, bem como uma fábrica de gelo em escamas com capacidade para 16 toneladas; um outro entreposto de pescado situado no município de Garopaba, para 20 toneladas, e fábrica de gelo para 5 toneladas.

Estão sendo construídos postos para recepção de pescado e venda de insumos e gêneros alimentícios no município de Florianópolis, mais precisamente na Barra da Lagoa, Pântano do Sul e

Ingleses, além dos municípios de Araquari, Garuva e Palhoca (Pinheira).

A comercialização da produção através da COOPERBELO é realizada nos municípios de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Itajaí, Canelinha, Nova Trento e Brusque, estando penetrando gradativamente junto aos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo.

A Cooperativa pretende ampliar suas vendas para a região do Oeste Catarinense, pois pesquisas efetuadas mostraram boa receptividade pelo produto pesqueiro.

A COOPERBELO comercializou (computada somente a captura oriunda do município de Porto Belo), de agosto a dezembro de 1981, um volume total de 252 toneladas de pescado, representando cerca de 16 milhões de cruzeiros. No período de janeiro a dezembro de 1982, foram vendidas 144 toneladas de pescado, principalmente cação e corvina, resultando em 17.280 mil cruzeiros. Quanto ao preço de mercado, praticado junto aos cooperativados, são considerados satisfatórios, em função do comportamento da demanda.

Segundo a Delegacia Federal de Agricultura, através do Serviço de Inspeção do Produto Animal - SERPA/SC, o setor pesqueiro catarinense transformou, em 1981, através das indústrias, sob a forma de produtos resfriados, congelados, salgados, enlatados e outros, um volume total de 137.878 toneladas. Em 1982 (situação até julho para os mesmos produtos) foram elaboradas 76.688 toneladas (tabelas 133 e 134). A mesma fonte informa que foram exportadas, para os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, 81.140 toneladas, em 1981, e 48.821 toneladas até julho de 1982, apresentando uma taxa anual de crescimento nas vendas, no período de 1976 a 1981, de 20,12% (tabela 135).

Nas vendas para o mercado internacional, o subsetor vêm se firmando gradativamente, destacando-se os produtos congelados e enlatados, principalmente as espécies do camarão e da sardinha. Em 1978, foram vendidas 1.991 toneladas; em 1979, 2.698 toneladas; em 1980, 3.770 toneladas; em 1981, 9.437 toneladas; e em 1982 (até julho), 4.985 toneladas, representando taxa anual de crescimento de vendas, no período de 1978 a 1981, de 35,78% (tabela 136). Os principais mercados compradores são Estados Unidos, Argentina, França e Japão.



Tabela 128

## DESEMBARQUE DE PESCADO CONTROLADO EM SANTA CATARINA, 1977 A 1982

GRUPO	(em toneladas)					
	1977	1978	1979	1980	1981	1982 <sup>(*)</sup>
Peixe	75.158	86.946	78.172	103.595	62.575	42.546
Crustáceos	8.899	10.045	7.583	9.997	7.278	5.303
Moluscos e outros	433	214	5.750	4.513	445	689
TOTAL	84.490	97.205	91.505	118.105	70.298	48.538

(\*) A produção do período set/dez foi estimada, tendo por base, igual período de captura de 1981.

Fonte dos dados básicos: SUDEPE/PDP

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 129

## ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO PESCADO DESEMBARCADO NOS PRINCIPAIS PORTOS E LOCAIS, SANTA CATARINA, 1978 A 1982

GRUPO	(1977 = 100)				
	1978	1979	1980	1981	1982
Peixes	116	104	138	83	143
Crustáceos	113	85	112	82	63
Moluscos e outros	49	1.328	1.042	103	115
TOTAL	115	108	140	83	—

Fonte dos dados básicos: Tabela 128

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 130

## VALOR BRUTO DO PESCADO DESEMBARCADO, SANTA CATARINA, 1977 A 1982

GRUPO	(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)					
	1977	1978	1979	1980	1981	1982 <sup>(*)</sup>
Peixes	209.687	334.023	692.765	1.350.781	1.928.972	2.726.574
Crustáceos	158.768	269.520	319.153	677.232	866.529	1.230.868
Moluscos e outros	2.051	1.710	54.456	114.871	25.915	54.000
TOTAL	370.506	605.253	1.066.374	2.142.884	2.821.416	4.011.442

(\*) Situação até agosto de 1982

Fonte dos dados básicos: SUDEPE/PDP

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 131

## VALOR BRUTO DO PESCADO DESEMBARCADO, SANTA CATARINA, 1977 A 1982

(a preços de setembro de 1982 - Cr\$ 1.000,00<sup>(\*)</sup>)

GRUPO	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Peixes	4.164.588	4.783.007	6.444.500	6.275.522	4.269.620	3.458.041
Crustáceos	3.153.287	3.859.363	2.968.945	3.146.316	1.917.990	1.560.760
Moluscos e outros	40.735	24.486	506.591	533.673	57.360	68.423
TOTAL	7.358.610	8.666.856	9.920.036	9.955.511	6.244.970	5.087.224

(\*) Utilizou-se os deflatores "Índice Geral de Preços - IGP", coluna 2 da revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, vol. 36 nº 10 mês de outubro de 1982

Fonte dos dados básicos: Tabela 130

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 132

## PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PESCADO INSPECIONADAS EM SANTA CATARINA, 1980

(em toneladas)

DISCRIMINAÇÃO	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
Produção	128.312,8	22.015,0	6.423,6	3.632,9	11.304,1	171.688,4
Transformação Industrial	44.941,9	-	-	-	-	44.941,9
Comercialização	76.847,8	20.529,7	6.396,5	3.136,6	7.954,6	114.865,2

Fonte dos dados básicos: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 133

## PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PESCADO INSPECIONADAS EM SANTA CATARINA, 1981

(em toneladas)

DISCRIMINAÇÃO	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
Produção	85.078,72	31.296,15	5.414,19	3.756,30	12.332,84	137.878,20
Transformação Industrial	46.055,04	-	-	-	-	46.055,04
Comercialização	37.010,64	26.538,62	5.799,51	4.128,69	7.662,69	81.140,15

Fonte dos dados básicos: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 134

PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PESCADO INSPECIONADAS  
EM SANTA CATARINA, 1982(\*)

DISCRIMINAÇÃO	(em toneladas)					TOTAL
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	
Produção	45.460,80	20.607,56	2.632,80	2.506,47	5.480,67	76.688,30
Transformação Industrial	20.214,65	-	-	-	-	20.214,65
Comercialização	22.142,13	18.213,24	2.261,14	2.958,03	3.246,62	48.821,16

(\*) Situação até julho

Fonte dos dados básicos: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 135

VENDAS DE PRODUTOS PESQUEIROS PARA O MERCADO DE SANTA CATARINA E PARA O MERCADO  
INTERESTADUAL, 1976-82

ANO	(em toneladas)					TOTAL
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	
1976	18.324,2	7.054,1	4.084,7	2.330,6	657,1	32.450,7
1977	28.072,8	8.171,2	6.718,5	1.761,6	1.560,5	46.284,6
1978	41.701,5	12.807,7	234,3	1.667,3	5.825,4	62.236,2
1979	52.659,4	12.936,9	5.625,4	3.002,0	3.006,7	77.230,4
1980	76.847,8	20.529,7	3.136,6	6.396,5	7.954,6	114.865,2
1981	37.010,6	26.538,6	5.799,5	4.128,7	7.662,7	81.140,1
1982(*)	22.142,1	18.213,2	2.261,1	2.958,0	3.246,6	48.821,0

(\*) Situação até julho

Fonte dos dados básicos: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 136

EXPORTAÇÃO INTERNACIONAL DE PRODUTOS PESQUEIROS, SANTA CATARINA, 1978 A 1982

ANO	(em toneladas)					Total
	PAÍSES IMPORTADORES					
	EUA	Argentina	França	Japão	Outros	
1978	-	1.431	-	16	544	1.991
1979	1.240	622	191	625	20	2.698
1980	2.631	807	291	-	41	3.770
1981	6.184	2.960	38	25	230	9.437
1982(*)	3.460	923	-	96	506	4.985

(\*) Situação até julho

Fonte dos dados básicos: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: CEPA/SC

### 3.6. Suínos

#### 3.6.1. Produção e Mercado Mundiais

A produção mundial (tabela 137) de carne suína compo-  
tou-se, em 1982, com uma tendência de baixa, permanecendo o mes-  
mo quadro apresentado no ano anterior. Estima-se que o volume produ-  
zido de 36.373 mil toneladas métricas contra as 37.285 mil tone-  
ladas métricas, produzidas em 1981, tenha sofrido uma redução de  
2,45%.

O comércio internacional (tabela 138) permaneceu retraí-  
do em 1982, sendo que as exportações dos principais países produ-  
tores caíram 3,09%, e as importações do Leste Europeu, dos EUA  
e do Japão caíram 62,5%, 7,72% e 21,75%, respectivamente. O to-  
tal das importações que movimentaram o mercado mundial foi 3,8%  
inferior (2.438,0 contra 2.345,0 mil toneladas métrica) ao  
ano anterior.

A contínua redução da produção mundial, que se vem de-  
lineando há dois anos, está sendo influenciada, notadamente, pe-  
las reduções tanto nos efetivos como nos abates e nos pesos das  
carcaças na América do Norte, com exceção do México, que vem au-  
mentando a sua produção em função dos programas de aumento do  
consumo interno das carnes.

Observam-se também significativas reduções na produção  
dos países do Leste Europeu, tendo como causa os problemas com  
o abastecimento de grãos. Na Espanha, a redução está sendo atri-  
buída a problemas sanitários e à diminuição nas exportações de  
suínos vivos, causada pela concorrência do Mercado Comum Europeu.

Os efeitos da proibição das importações de carne suína  
fresca e congelada da Dinamarca, pelos EUA, Japão e outros paí-  
ses, devido ao aparecimento de focos de febre aftosa, afetaram  
os propósitos dos produtores dinamarqueses de aumentar a produ-  
ção em 1982; dessa forma, há possibilidade de haver uma procura  
maior que a oferta de carne suína no mercado mundial, em 1983,  
já que o maior exportador mundial - a Dinamarca - terá provavel-  
mente sua produção exportável prejudicada.

Para 1983, as previsões indicam o reerguimento da pro-  
dução nos EUA e no Canadá, pois, com os sinais de reativação da

economia desses países, espera-se redução dos custos de produção e aumento do consumo interno. O Japão deverá continuar com a produção crescente, diminuindo as suas importações. Há grande expectativa com relação ao comportamento da produção nos países do Bloco Soviético; se confirmadas as estimativas de novas quedas na produção, poderá ocorrer, em 1983, a tão esperada reação do comércio internacional de carne suína e derivados.

### 3.6.2. Produção e Mercado Brasileiros

O fato de a suinocultura nacional coexistir com uma bovino cultura de corte extensiva, depender das safras de cereais e de um mercado intermediário bastante oligopolizado e de ter sua estrutura de produção ligada à pequena propriedade resulta em uma atividade que se tem adaptado às circunstâncias conjunturais, ora favoráveis, ora desfavoráveis. Embora apresentando alguns defeitos de organização na produção e no mercado, dificultando um crescimento uniforme e sem problemas cíclicos, vem-se caracterizando como uma atividade dinâmica e importante no complexo abastecimento das carnes.

Tal afirmação é evidenciada no salto dado pela suinocultura brasileira no período compreendido entre 1975 e 1980, quando, amparada pela política de crédito, começou a dar sinais de sua potencialidade. Se não fossem os problemas sanitários de 1979, a crise de cereais do mesmo ano e do seguinte e a retratação do consumo com elevação da oferta até o final de 1981, a atividade entraria na década de 80 com maior estabilidade em termos econômicos.

O desempenho do rebanho suíno pode ser analisado sob duas formas. A primeira (tabela 139) baseia-se nos dados censitários, cotejados pelas informações conjunturais da produção e do mercado; é preciso acrescentar, no entanto, que o rebanho conhecido no censo é estático e indica a situação no mês de fevereiro, quando, segundo o conhecimento prático do comportamento dos plantéis, o rebanho encontra-se com o efetivo reduzido, em função do abastecimento de grãos das safras de verão estar comprometido, além dos próprios problemas fisiológicos do rebanho.

Mesmo assim, evidencia-se que a taxa de abate cresceu

no período 1975-80, refletindo o comportamento ascendente da atividade e culminando com uma expressiva oferta de carne suína e derivados em 1981. A partir daí, pela maior competitividade entre as diversas carnes, vendas externas suspensas, elevações dos custos de produção e retração da demanda, a produção caiu, em 1982, aproximadamente 5%.

Conforme a mesma fonte, a distribuição espacial do rebanho no País ficaria em torno de 5,6% na região Norte, 22,4% na região Nordeste, 17,9% na região Sudeste, 45,9% na região Sul e 8,2% na região Centro-Oeste, destacando-se a região Sul como responsável por 65% dos abates totais.

A segunda fonte (tabela 140) que merece ser analisada, está mais ligada à situação do rebanho, incluído no contexto de safra e entressafra, acompanhada à luz do comportamento conjuntural do mercado, do volume de crédito aplicado, dos níveis de preços, do abastecimento de cereais e das tendências dos consumidores diante da oferta das outras carnes.

Observa-se que a tendência da produção é a mesma, com a suinocultura tentando firmar-se no mesmo lustro, porém com índices técnicos mais realistas diante das condições zootécnicas e sanitárias conhecidas.

Desse modo, o rebanho apresentou, em 1981, o seu melhor desempenho, quando produziu 1.183 mil toneladas de carne suína em equivalentes-carcaça, passando a produzir 1.130 mil toneladas, em 1982. Esse decréscimo na oferta total de derivados suínos ocorreu pelo aumento do descarte de fêmeas e pela diminuição do rebanho, notadamente na região Sudeste e Nordeste, já que na principal região produtora (Sul) a redução não chegou a atingir 3 pontos percentuais.

O consumo nacional de carne suína e seus derivados, após situar-se ao redor de 9,8 kg/habitante/ano, atingiu no ano em estudo o volume aproximado de 9,4 kg "per capita", como reflexo natural da diminuição da oferta, estando incluído no total o pequeno volume que foi exportado. A análise desses números explica, em parte, a inexistência de estoques preocupantes. As indústrias operaram durante todo o ano, com reposição a cada 10 ou 15 dias, perfeitamente normal para o volume abatido, ficando apenas

a preocupação com os estoques da banha.

A reação do mercado de produtos finais, a partir dos dois últimos meses de 1981, e os custos mais baixos permitiram a recuperação econômica da atividade, tanto para produtores como para industriais. Contudo, apesar dos preços estimulantes, os suinocultores incrementaram lentamente a produção. Por outro lado, o descarte de fêmeas ocorrido no ano anterior foi executado nos animais de mais idade e de menor produtividade, procedimento benéfico visto acelerar os processos de seleção, determinando ganhos de produtividade, como se pode comparar pelo desempenho do rebanho.

Também tomando-se como base o desempenho econômico da suinocultura, ao se considerar a relação na qual o preço recebido pelo quilograma do suíno vivo deve pagar mais de 6 kg de milho para que a produção suinícola esteja operando sem prejuízo (gráfico nº 15), verifica-se que, no período compreendido entre janeiro de 1981 e novembro de 1982, na região Sul, a relação esteve favorável aos suinocultores.

Os preços da carne suína no varejo, fonte balisadora do comportamento do mercado consumidor, manteve-se, ao longo do ano, com suas cotações sempre acima dos preços da carne bovina, em função do consumo não declinante e de uma oferta retraída. Porém, a demanda da banha, após apresentar uma reação para cima, até setembro, voltou a se retrair, visto os óleos vegetais estarem com os seus preços consideravelmente baixos (gráfico nº 16).

Desse modo, a produção se manteve dentro do esperado, em consonância com o ciclo e a estacionalidade da produção, mesmo porque está associada à pequena propriedade. A boa safra de milho, a diminuição da oferta de cevados e o consumo de carne bovina levemente retraído permitiram um fluxo normal da comercialização de produtos finais e forneceram o substrato necessário para a elevação real dos preços.

### 3.6.3. Produção e Mercado Catarinenses

Apesar das dificuldades apresentadas, desde meados de 1980, pela mais importante atividade pecuária do Estado, não ocorreu o esperado arrefecimento da oferta de matéria-prima, que

comprometesse a capacidade instalada das indústrias, ficando apenas prejudicado o comércio interestadual de suínos, com a redução de 2% na oferta global. É claro que se acirrou a procura de animais para abate, entre os principais frigoríficos, mesmo por que se instalou uma nova indústria, próxima aos municípios grandes produtores.

O rebanho médio estadual, em 1982, situou-se num efetivo próximo de 3,55 milhões de cabeças, com uma produção ao redor de 4,1 milhões de cabeças em suas proporções econômicas, obtendo-se a taxa de abate de 113,9% e um desfrute de 112,5%. Representando 11% do efetivo suíno nacional e tendo os melhores índices de produtividade do País, Santa Catarina produziu 292,8 mil toneladas, ou seja, 25,9% da produção nacional de carne suína em equivalentes-carcaça.

O comportamento da produção caracterizou-se pela extrema lentidão, com os suinocultores recompondo os rebanhos, refletindo a cautela surgida a partir dos problemas vividos no mercado no ano anterior.

O comércio de reprodutores encontrou-se desaquecido, quando comparado ao volume de animais disponíveis à venda. As razões do lento incremento da comercialização de reprodutores estão na perda da capacidade de investimento próprio da atividade, ao longo dos últimos dois anos, e na inexistência de recursos financeiros, nos agentes bancários, para investimento na suinocultura. Esses recursos foram também escassos até mesmo para o crédito de custeio, sendo que os valores aplicados originaram-se de recursos já emprestados, anteriormente, e que retornaram aos bancos. Verificou-se apenas uma reativação das vendas de reprodutores nos leilões e uma intensa movimentação na reposição dos plantéis nas integrações, através de produção própria, o que, embora não promovesse uma maior procura de animais, facilitou uma certa recomposição do rebanho.

O aumento da oferta global de carnes no País e a maior competição no mercado internacional, que prejudicou as exportações brasileiras elevando os estoques internos, à primeira vista poderiam influir, de forma negativa, no mercado da carne suína, mas com a redução da oferta nacional de 5%, a comercialização foi aquecida. Diante desses novos acontecimentos, o produtor



catarinense foi o mais beneficiado, por ter reduzido em apenas 2% a sua oferta.

Esse revigoreamento da comercialização esbarrou, naturalmente, nos fatores estruturais que, ora aquecem, ora desaquecem o mercado, influenciando nas decisões de quem produz ou consome. Dentre os mais discutivos<sup>(1)</sup>, destacam-se a desorganização do mercado das carnes e as constantes mudanças das políticas de abastecimento, sem a correspondente preocupação com a produção e o mercado da carne suína.

Mesmo assim, o mercado da carne suína se manteve caracterizado por uma relativa escassez na oferta de cevados, e as cotações do suíno vivo acompanharam os índices inflacionários. A nível de atacado, no geral, os preços mantiveram-se firmes, exceto para a banha, que apresentou cotações satisfatórias até meados de setembro, para, a partir daquele mês, serem aviltados. Esse comportamento do mercado da banha não permitiu uma redução mais acentuada dos preços recebidos pelos produtores.

Notou-se entre os criadores melhores cuidados com a alimentação, manejo e sanidade dos plantéis, que, em períodos anteriores, foram desestimulados pelos baixos preços. Na diminuição da oferta observada, atuaram como fatores determinantes do atual estágio do ciclo pecuário a estacionalidade da produção e as possibilidades de ter ocorrido uma maior retenção de animais do próprio plantel, para a reprodução.

#### 3.6.4. Perspectivas da Produção e do Mercado

Ao se tentar diagnosticar as tendências de um novo ano agrícola, as previsões devem ser balisadas nas decisões de quem produz, ou consome, uma vez que tal procedimento, tanto para o suinocultor, como para o consumidor, é influenciado por alguns fatores, que ora aquecem, ora desaquecem o mercado. Dentre eles estão a desorganização dos produtores; o seu desconhecimento das potencialidades do mercado; dependência da política de crédito, do comportamento futuro da produção de cereais, dos estoques reguladores da carne bovina e da política adotada para a produção

---

(1) SUÍNOS. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense. Florianópolis, 4(11):76-7, nov.1982.

de carne de aves.

A experiência dos suinocultores, no entanto, aliada aos baixos preços praticados em 1981, trouxe um novo aprendizado de como deverá ocorrer o comportamento da produção, que deve ser adequada às necessidades do mercado interno, sem apresentar muita euforia diante das possíveis expectativas de exportações. Assim, seguindo os acontecimentos de 1982, quando a produção foi muito cautelosa, para 1983 espera-se um aumento máximo de 2,4%. Em Santa Catarina, as primeiras estimativas apontam um incremento da oferta de suínos ao redor de 3%, tendo como núcleo básico o crescimento das integrações.

Por outro lado, é esperado um aumento da produção de carne de frango, que continuará sendo escoada via exportações, notadamente a partir do segundo semestre, quando se acredita que haverá maior procura no mercado mundial. Em relação à carne bovina, indica-se uma redução da oferta no mercado interno, pela diminuição do abate de matrizes, ao lado de uma possível melhora na "performance" das exportações, visto haver previsões de nova queda na produção mundial.

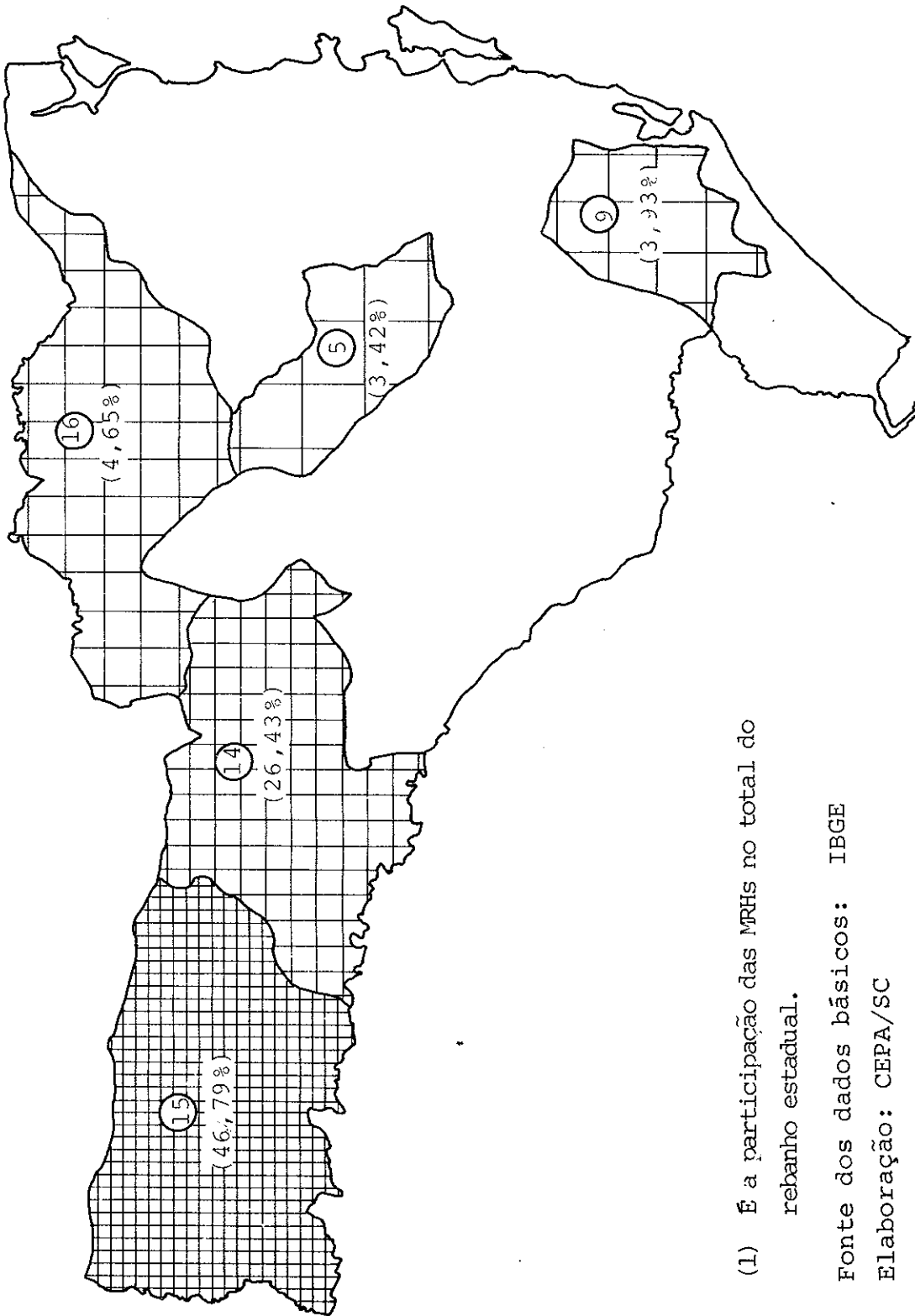
Deve ser considerada, dentro da interação de abastecimento interno das carnes, a preferência dos consumidores pela carne bovina se a política de estocagem não for modificada, os preços destas poderão dar sustentação, no varejo, a bons preços para a carne suína e seus derivados. Por outro lado, a carne de frango, fatalmente, continuará penetrando em fatias do mercado, tanto da carne bovina como da carne suína, pois é quase certo que terá preços mais competitivos.

As maiores preocupações ao se fazer qualquer estimativa inicial, para uma atividade pecuária tão dependente da safra de grãos, é de como será a próxima colheita e quais os preços que deverá atingir o milho, para se saber se a cotação para o suíno vivo será rentável ou não, revigorando ou desestimulando o desempenho da produção.

Diante da possível reação a uma conjuntura favorável à produção e ao mercado suinícola, deve-se ressaltar a hipótese de ocorrerem excedentes de carne bovina por retração do consumo e de surgirem incertezas nas exportações de carnes, podendo pres -

tionar os preços dos suínos e seus derivados para baixo e os estoques para cima, pelo menor consumo no segundo semestre de 1983.

Mapa 18 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO SUÍNO EM S C, 1982 (1)



(1) É a participação das MRHs no total do rebanho estadual.

Fonte dos dados básicos: IBGE

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 137

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE SUÍNA, MÉDIA DE 1973-77 E ANUAL DE 1978 A 1982

(em mil t métricas)

PAÍS	MÉDIA 1973-77	1978	1979	1980	1981 (a)	1982 (b)	PARTICIPAÇÃO % EM 1982	VARIACÃO % (b-a) x 100 a
E.U.A	5.921	6.075	7.008	7.537	7.200	6.248	17,18	- 13,22
U.R.S.S	5.108	5.302	5.289	5.092	5.200	5.200	14,30	-
Alemanha Ocidental	2.389	2.618	2.688	2.726	2.700	2.670	7,34	- 1,11
Polônia	1.765	1.843	1.855	1.768	1.430	1.525	4,19	6,64
França	1.467	1.609	1.686	1.691	1.742	1.750	4,81	0,46
Alemanha Oriental	1.075	1.139	1.168	1.253	1.355	1.253	3,44	- 7,53
Japão	1.039	1.284	1.430	1.476	1.396	1.415	3,89	1,36
Grão-Bretanha	919	910	968	947	960	980	2,69	2,08
Holanda	848	989	1.045	1.062	1.134	1.150	3,16	1,41
Hungria	824	882	918	920	932	910	2,50	- 2,36
Romênia	763	852	925	977	995	990	2,72	- 0,50
Brasil	761	850	900	1.000	980	970	2,67	- 1,02
Dinamarca	742	812	899	971	980	985	2,70	0,51
Itália	738	873	933	981	990	995	2,73	0,50
Checoslováquia	724	830	828	854	858	850	2,34	- 0,93
Espanha	657	803	939	986	1.050	1.000	2,75	- 4,76
Iugoslávia	655	814	781	740	705	750	2,06	- 1,96
Canadá	564	620	750	877	865	845	2,32	- 2,31
Rep. da China	452	568	686	677	686	700	1,92	2,0
México	384	425	430	470	490	515	1,41	5,10
TOTAL	27.795	30.098	32.126	33.005	32.708	31.701	87,15	- 3,08
TOTAL DEMAIS PAÍSES	3.777	4.066	4.382	4.515	4.577	4.672	12,85	2,07
TOTAL PAÍSES SELECIONADOS	31.572	34.164	36.508	37.520	37.285	36.373	100,0	- 2,45

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 138

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CARNE SUÍNA, MÉDIA DE 1974-78 E ANUAL DE 1979 A 1981

(em mil toneladas métricas)

PAÍS/MERCADO	MÉDIA 1974-77		1979		1980		1981 (a)		1982 (a)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA EM 1982 (%)		VARIACÃO PERCENTUAL (%)	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
C.E.E	1.455	1.403	1.736	1.575	1.798	1.692	1.967	1.652	1.975	1.668	75,15	71,13	0,41	0,97
Leste Europeu	291	44	391	10	423	26	452	96	351	36	13,36	1,53	-22,34	-62,5
E.U.A	109	211	132	226	114	249	139	246	159	227	6,05	9,70	14,39	- 7,72
U.R.S.S	26	59	-	125	-	100	-	115	-	140	-	6,0	-	21,74
Canadá	45	62	80	33	118	18	125	21	115	25	4,37	1,07	- 8,0	19,05
Japão	-	148	-	188	-	155	-	262	-	205	-	8,74	-	-21,75
TOTAL	1.926	1.927	2.339	2.157	2.453	2.240	2.683	2.392	2.600	2.301	98,9	98,1	- 3,09	- 3,80
TOTAL OUTROS PAÍSES	47	58	64	105	70	58	29	46	28	44	1,1	1,9	- 3,44	- 4,34
TOTAL PAÍSES SELECIONADOS	1.973	1.985	2.403	2.262	2.523	2.298	2.712	2.438	2.628	2.345	100,0	100,0	- 3,09	- 3,80

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 139

REBANHO SUÍNO<sup>(\*)</sup>, ABATE, TAXA DE ABATE E PRODUÇÃO DE CARNE EM EQUIVALENTE CARCAÇA NO BRASIL, 1970, 1975 e 1980 A 1983

DISCRIMINAÇÃO	1970	1975	1980	1981	1982	1983
Rebanho (milhões cab.)	31,5	35,2	32,6	32,1	31,6 <sup>(**)</sup>	32,0 <sup>(**)</sup>
Abate (milhões cab.)	11,2	13,2	17,7	18,2	17,4	17,8
Taxa de Abate (%)	35,5	37,5	54,3	56,7	54,2	55,6
Produção de carne (1.000 t.)	728	884	1.150	1.183	1.130	1.157

(\*) Analizadas a partir dos dados censitários, levantados nos meses de fevereiro de cada ano, onde não foram levados em consideração o comportamento conjuntural da produção. Estão cotejados com o acompanhamento da produção e do mercado nos respectivos anos estudados.

(\*\*) Estimativas a partir dos dados censitários

Fonte: IBGE (Aspectos da Evolução da Agropecuária Brasileira 1940 a 1980)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 140

REBANHO SUÍNO, ABATE, TAXA DE ABATE E PRODUÇÃO DE CARNE EM EQUIVALENTE CARCAÇA NO BRASIL, 1977 A 1983

DISCRIMINAÇÃO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983 <sup>(*)</sup>
Rebanho (milhões cab)	36,8	37,6	36,0	36,8	36,3	35,8	36,0
Abate (milhões cab.)	15,0	17,0	15,8	17,7	18,2	17,4	17,8
Taxa de Abate (%)	41	45	44	48	50	48,0	49
Produção de carne (1.000 t.)	834	850	900	1.150	1.183	1.130	1.157

(\*) Estimativa: CEPA/SC

Fonte: SNAD/SIPA, USDA e CEPA/SC

Tabela 141

ABATE SUÍNO, PRODUÇÃO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE EM  
SANTA CATARINA, 1977 A 1983

ANO	REBANHO (1.000 cab)	PRODUÇÃO (*) (1.000 cab)	TAXA DE ABATE (*) (%)	DESFROUTE (%)
1977	3.242	2.643	81,5	-
1978	3.200	3.001	93,8	92,5
1979	3.400	3.352	98,6	104,5
1980	3.600	3.882	107,8	113,4
1981	3.600	4.175	116,7	116,7
1982	3.550	4.045	113,9	112,5
1983 (**)	3.600	4.194	116,5	117,9

(\*) Abate SIF e não SIF, autoconsumo e comercialização de suínos vivos para o mercado interestadual

(\*\*) Estimativa: CEPA/SC

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA), CIDASC e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

## Tabela 142

SUÍNOS ABATIDOS E COMERCIALIZADOS PARA OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO,  
SANTA CATARINA, 1975 A 1983

(cabeça)

A N O	PRODUÇÃO REGISTRADA		PRODUÇÃO ESTIMADA		
	ABATE (SIF)	COMÉRCIO INTE RESTADUAL DE SUÍNOS	AUTOCONSUMO	ABATE NÃO SIF	TOTAL
1975	1.335.400	700.000	369.000	118.000	2.522.400
1976	1.552.318	700.000	375.000	124.000	2.751.318
1977	1.499.592	633.162	380.000	130.000	2.642.754
1978	1.999.346	480.000	386.000	136.000	3.001.346
1979	2.297.505	520.000	392.000	142.000	3.351.505
1980	2.912.027	500.000	304.426	165.280	3.881.733
1981	3.045.446	650.000	308.255	172.160	4.175.861
1982	2.951.793	600.000	309.732	174.275	4.035.801
1983 (*)	3.067.855	630.000	314.968	180.941	4.193.764

(\*) Estimativa: CEPA/SC

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 143

ABATE TOTAL DE SUÍNOS (SIF, NÃO SIF E AUTOCONSUMO),  
SANTA CATARINA, 1980 A 1982

(1.000 cabeças)

MÊS \ ANO	1980	1981 (a)	1982 (b)	VARIAÇÃO ANUAL $\frac{(b-a)}{a} \times 100$
Jan	243,2	273,5	257,1	- 6,42
Fev	223,7	259,4	246,7	- 5,55
Mar	255,1	257,5	291,9	11,85
Abr	255,5	284,5	252,9	-12,50
Mai	246,4	289,8	275,7	- 5,10
Jun	295,1	314,5	282,1	-11,48
Jul	314,5	310,4	332,6	6,68
Ago	321,7	338,4	305,2	-10,90
Set	335,1	387,5	312,2	7,90
Out	302,5	296,9	299,4	0,83
Nov	297,6	289,9	297,8	2,73
Dez	296,6	286,7	282,2 <sup>(*)</sup>	- 1,57
TOTAL	3.387,0	3.489,0	3.435,8	- 1,52

(\*) Estimativa: CEPA/SC

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: CEPA/SC



Tabela 144

RELAÇÃO DE PREÇOS DO MILHO/PREÇOS DO SUÍNO, PRATICADOS NA REGIÃO  
SUL, 1981 E 1982

(Cr\$/kg)

PERÍODO	MILHO (PREÇOS CORRENTES)			RELAÇÃO PREÇOS DO MILHO/ PREÇOS DO SUÍNO		
	RS	SC	PR	RS	SC	PR
<u>1981</u>						
Jan	12,81	11,69	11,50	4,29	4,15	4,26
Fev	12,45	12,18	11,22	4,66	4,13	4,21
Mar	10,57	11,31	9,47	5,49	4,89	5,24
Abr	10,42	10,14	8,70	6,09	6,44	6,85
Mai	11,70	10,34	9,16	5,51	5,65	6,42
Jun	11,13	10,55	9,67	5,30	5,45	5,50
Jul	10,63	10,35	8,98	5,79	5,34	5,66
Ago	10,68	10,27	9,08	6,55	6,35	6,70
Set	10,92	10,54	9,28	6,41	6,20	6,81
Out	11,41	10,67	10,03	6,89	6,62	6,76
Nov	14,17	13,96	12,30	5,68	5,57	6,03
Dez	14,17	15,64	13,38	5,87	5,71	6,50
<u>1982</u>						
Jan	13,67	15,89	13,25	6,39	6,43	7,09
Fev	14,72	16,66	13,32	7,47	7,44	8,24
Mar	17,14	18,39	13,98	7,13	6,68	8,83
Abr	17,14	16,50	15,34	7,24	7,58	7,93
Mai	17,50	17,17	15,24	7,52	7,79	8,23
Jun	17,13	17,13	15,88	8,41	8,29	8,69
Jul	18,45	17,13	15,88	7,92	9,34	9,89
Ago	18,58	17,13	15,88	7,80	8,93	9,63
Set	18,33	17,15	16,33	8,46	9,09	9,55
Out	23,00	20,00	18,16	6,91	8,25	9,36
Nov	25,83	25,00	21,83	6,50	7,24	8,20

(1) Baseado na relação prática de um quilograma de suíno vivo para comprar 6,0 kg de milho.

Fonte: CEPA/SC/PR/RS

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 145

## PREÇOS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES DA REGIÃO SUL, 1981 E 1982

(Cr\$/kg)

PERÍODO	PREÇOS CORRENTES			PREÇOS DE SET/82 <sup>(1)</sup>			ÍNDICE DE PREÇOS REAIS		
	RS	SC	PR	RS	SC	PR	RS	SC	PR
<u>1981</u>									
Jan	55,00	48,49	49,00	172,29	151,90	153,50	100	100	100
Fev	58,00	50,30	47,20	167,48	145,25	136,29	97	96	89
Mar	58,00	55,25	49,60	156,00	148,61	133,41	91	98	87
Abr	63,50	65,28	59,60	161,94	166,48	151,99	94	110	99
Mai	64,50	58,40	58,80	154,88	140,24	141,20	90	92	92
Jun	59,00	57,46	53,20	135,63	132,09	122,29	79	87	80
Jul	61,50	55,30	50,80	134,54	120,97	111,13	78	80	72
Ago	70,00	65,20	60,80	143,47	133,64	124,62	83	88	81
Set	70,00	65,34	63,20	136,56	127,47	123,29	79	84	80
Out	78,67	70,66	67,80	147,07	132,09	126,75	85	87	83
Nov	80,50	77,78	74,20	142,90	138,07	131,72	83	91	86
Dez	83,24	89,30	87,00	142,36	152,73	148,79	83	101	97
<u>1982</u>									
Jan	87,34	102,20	94,00	140,54	164,45	151,25	100	100	100
Fev	140,00	124,00	109,80	165,65	186,73	165,35	118	114	109
Mar	122,20	122,80	123,40	171,51	172,35	173,19	122	105	115
Abr	124,17	125,00	121,60	165,51	166,62	162,09	118	101	107
Mai	131,58	133,70	126,20	165,27	167,94	158,52	118	102	105
Jun	144,00	142,00	138,00	167,50	165,17	160,52	119	100	106
Jul	146,20	160,00	157,00	160,34	175,47	172,18	114	107	114
Ago	145,00	153,00	153,00	150,31	158,60	158,60	107	96	105
Set	155,00	156,00	156,00	155,00	156,00	156,00	110	95	103
Out	159,00	165,00	170,00	151,82	157,55	162,33	108	96	107
Nov	168,00	181,00	179,00	153,76	165,66	163,83	109	101	108
Dez	-	188,00	-	-	164,48	-	-	100	-

(1) Base dos cálculos : IGP (Col 2) da FGV

Fonte: CEPA/RS/SC/PR

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 146

PREÇOS MÉDIOS MENSIAIS, A NÍVEL DE VAREJO EM SÃO PAULO (CAPITAL), DE CARNES E GORDURAS, 1981 E 1982

MÊS	1981					1982				
	BOVINA	SUÍNA	FRANGO	BANHA	ÓLEO DE SOJA	BOVINA	SUÍNA	FRANGO	BANHA	ÓLEO DE SOJA
Jan	196,51	182,85	121,14	66,99	54,84	313,30	333,70	182,85	162,60	96,55
Fev	197,44	187,87	121,79	70,66	65,77	321,40	362,20	196,00	214,85	104,80
Mar	201,31	189,32	117,57	68,54	66,02	321,05	399,30	204,64	259,30	110,02
Abr	203,41	206,84	120,15	81,95	65,08	336,00	405,00	202,15	263,15	112,90
Mai	205,94	211,31	116,40	78,01	66,37	338,25	423,75	200,05	277,05	128,20
Jun	203,88	211,59	120,00	80,33	68,18	373,70	459,15	200,65	341,05	163,45
Jul	221,61	218,06	128,62	86,20	73,38	477,70	494,35	221,15	359,65	177,50
Ago	243,51	231,35	145,66	87,62	85,13	504,00	489,70	234,55	340,45	178,75
Set	266,52	223,34	149,82	86,72	90,93	532,00	510,90	239,60	309,55	169,35
Out	283,86	242,08	150,23	91,62	89,70	549,35	542,25	247,70	271,65	169,10
Nov	289,82	273,38	152,58	99,82	91,80	557,30	593,60	268,50	266,35	166,65
Dez	300,39	305,29	156,72	104,32	91,87					

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (São Paulo)

Tabela 147

PREÇOS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES DE SANTA CATARINA NO  
PERÍODO DE JANEIRO DE 1981 A DEZEMBRO DE 1982

PERÍODO	PREÇOS CORRENTES PONDERADOS		PREÇOS DE SETEMBRO/82	
	Cr\$/kg	Índice	Cr\$/kg	Índice
<u>1981</u>				
Jan	48,49	100	151,90	100
Fev	50,30	104	145,25	96
Mar	55,25	114	148,61	98
Abr	65,28	135	166,48	110
Mai	58,40	120	140,24	92
Jun	57,46	118	132,09	87
Jul	55,30	114	120,97	80
Ago	65,20	134	133,64	88
Set	65,34	135	127,47	84
Out	70,66	146	132,09	87
Nov	77,78	160	138,07	91
Dez	89,30	184	152,73	101
<u>1982</u>				
Jan	102,10	210	164,13	108
Fev	124,00	256	186,73	123
Mar	122,80	253	172,46	114
Abr	125,00	258	166,62	110
Mai	133,70	276	167,94	111
Jun	142,00	293	165,17	109
Jul	160,00	330	175,47	116
Ago	153,00	316	158,60	104
Set	156,00	322	156,00	103
Out	165,00	340	157,55	104
Nov	181,00	373	165,66	109
Dez	188,00	388	164,48	108

Fonte: CEPA/SC, FGV

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 148

REBANHO SUÍNO NO BRASIL E SANTA CATARINA SEGUNDO OS  
CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1940 A 1980

(cabeça)

CENSOS	BRASIL	SANTA CATARINA	PARTICIPAÇÃO %
1940	16.839.192	1.124.426	6,68
1950	22.970.814	1.639.037	7,14
1960	25.579.851	2.393.474	9,36
1970	31.523.640	3.145.337	9,98
1975	35.151.668	3.505.778	9,97
1980	32.569.586	3.886.928	11,93
1981 (*)	32.077.786	3.778.094	11,77
1982 (*)	31.593.412	3.672.307	11,62

(\*) Estimativas a partir dos dados censitários

Fonte: IBGE

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 149

## CUSTO DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS

Nº DE MATRIZES = 16

Nº DE TERMINADOS/ANO = 208

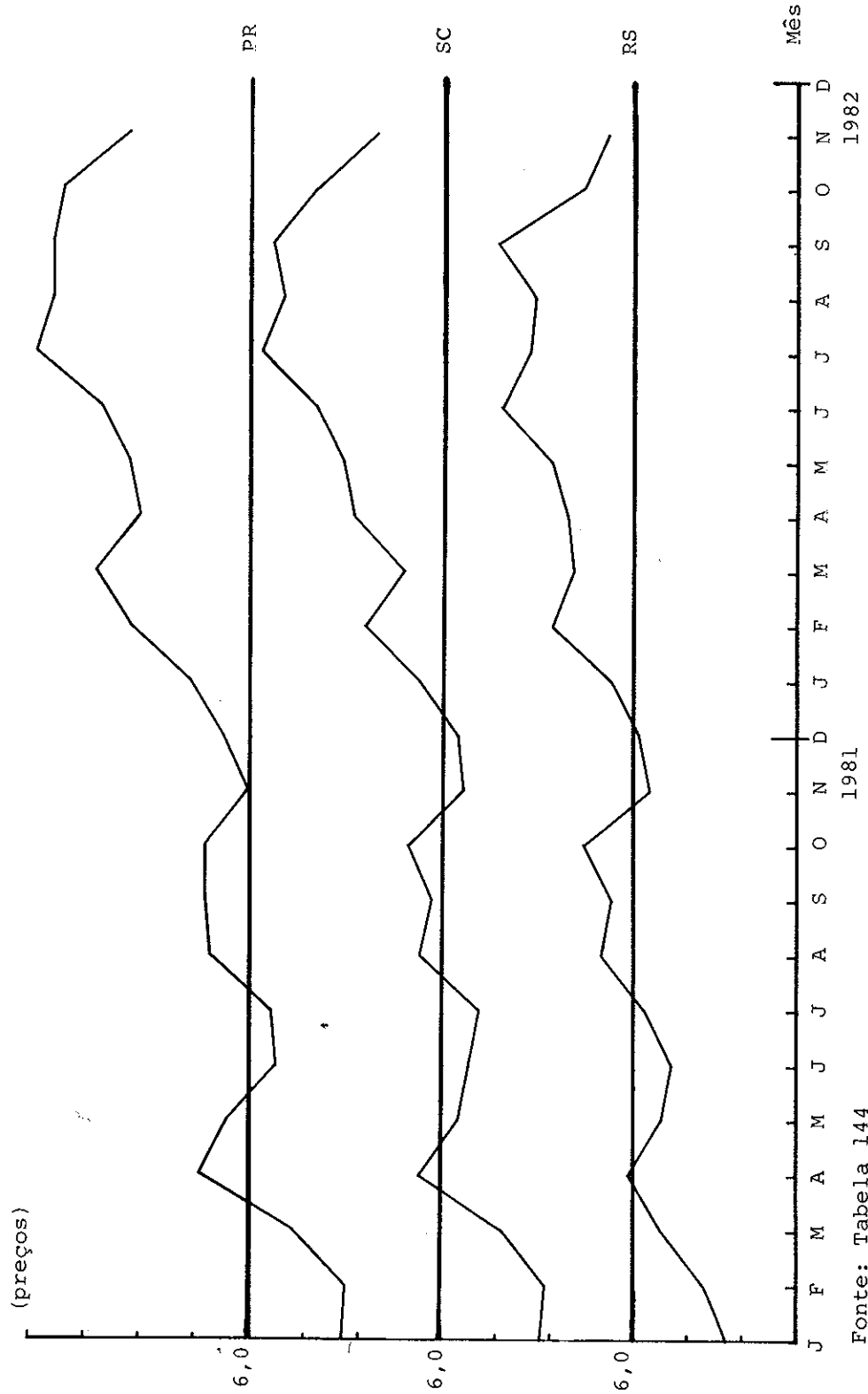
PESO TOTAL DOS TERMINADOS NO ANO = 19.870 kg

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS			TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ANO	CUSTO P/kg
	Alimentação	Sanidade	Outros Custos Variáveis				
Março/82	1.689.500	49.590	424.549	2.163.639	211.875	2.375.514	119,55
Junho/82	1.869.215	46.920	506.542	2.422.677	265.808	2.688.485	135,30
Setembro/82	1.965.476	44.360	536.579	2.546.415	309.370	2.855.785	143,72
Dezembro/82	2.542.010	52.932	819.104	3.414.046	370.422	3.784.468	190,46

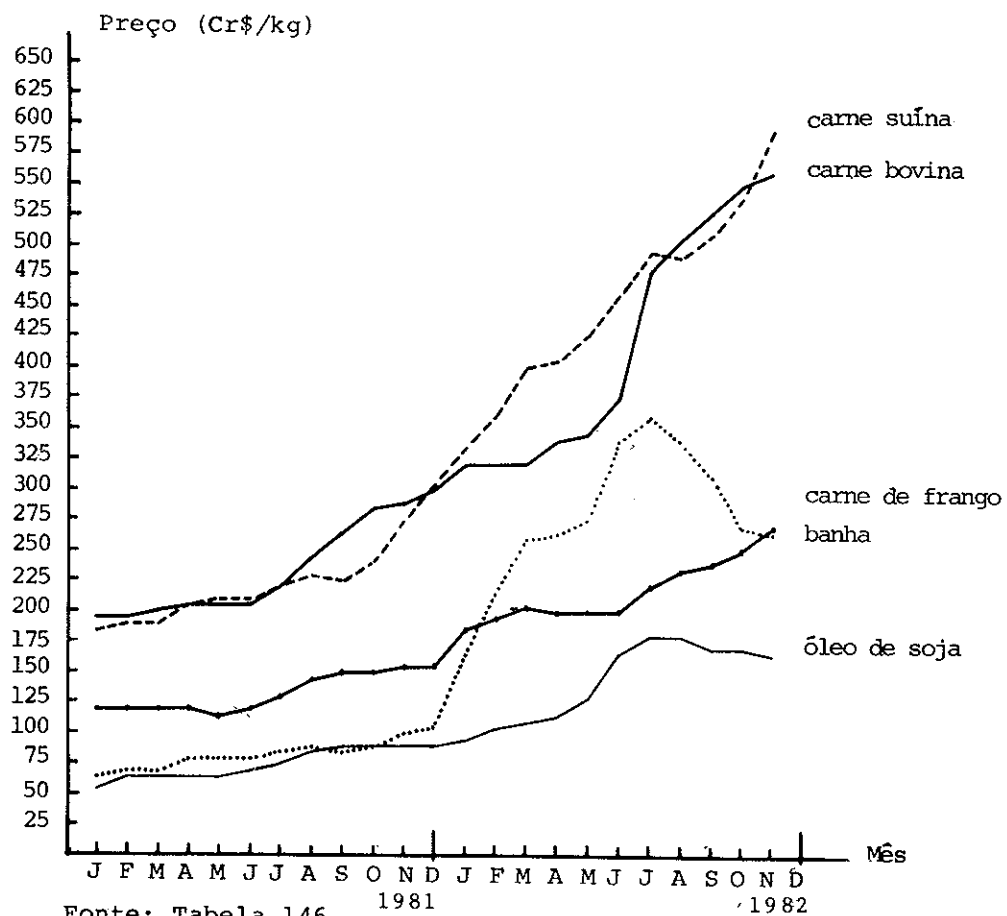
Fonte: CEPA/SC

Gráfico 15 - RELAÇÃO PREÇOS DO MILHO/PREÇOS DO SUÍNO, PRATICADOS NA REGIÃO SUL, 1981 E 1982



Fonte: Tabela 144  
Elaboração: CEPA/SC

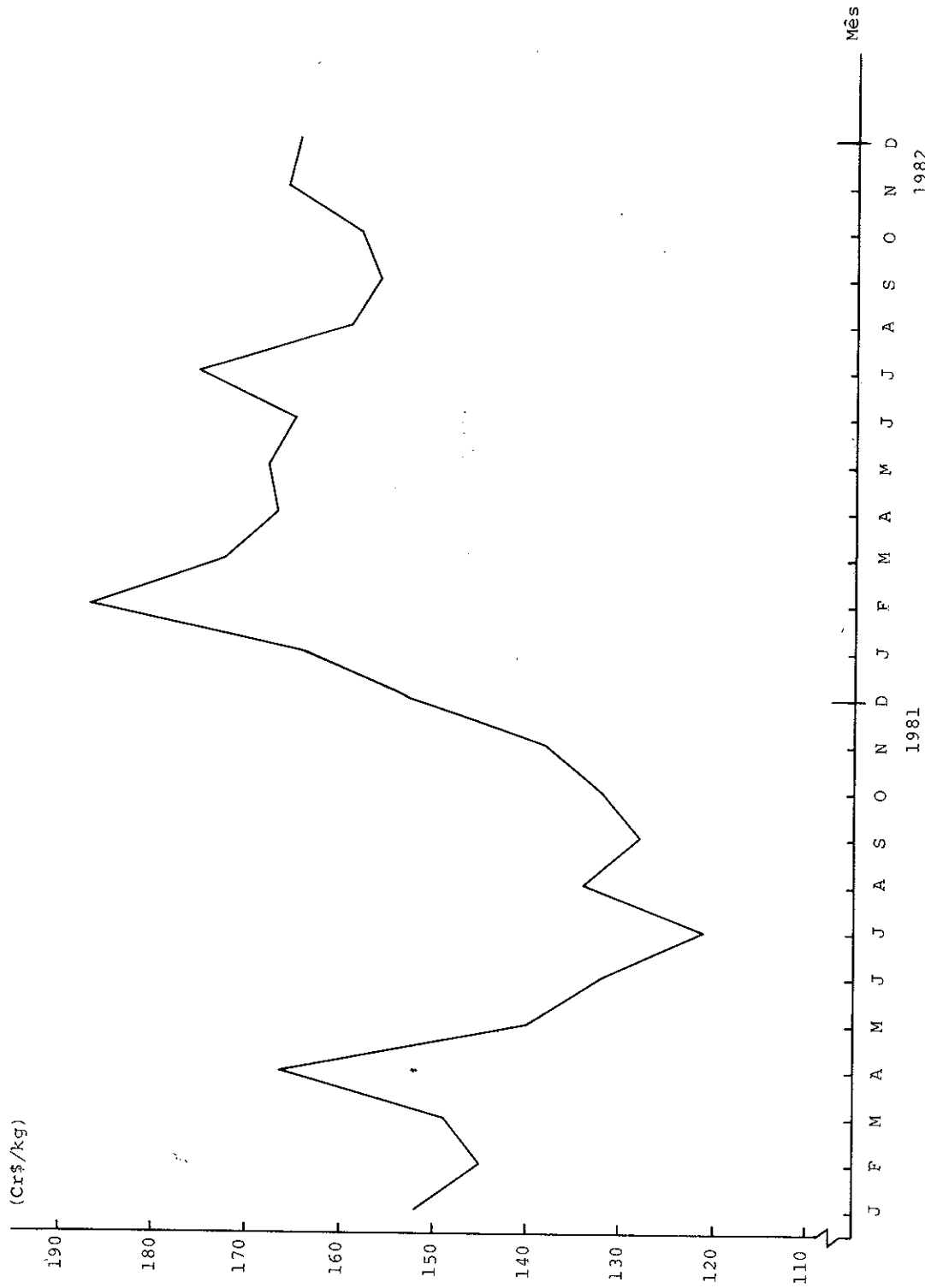
Gráfico 16 - PREÇOS MÉDIOS MENSAIS, A NÍVEL DE VAREJO EM SÃO PAULO (CAPITAL), DE CARNES E GORDURAS, 1981 E 1982



Fonte: Tabela 146

Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 17 - PREÇOS RECEBIDOS PELOS SUINICULTORES DE SANTA CATARINA NO PERÍODO DE  
 JAN/81 A DEZ/82 (a preços de set/82)



Fonte: Tabela 147  
 Elaboração: CEPA/SC



### *III. Fontes Consultadas*

---

1. ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGRICULTURA CATARINENSE. Florianópolis, v.4, n.11, nov. 1982.
2. \_\_\_\_\_. Florianópolis, v.4, n. 12, dez. 1982.
3. ANUÁRIO ESTATÍSTICO; controle de desembarque de pescado em Santa Catarina. Florianópolis, SUDEPE/PDP, 1979.
4. \_\_\_\_\_. Florianópolis, SUDEPE/PDP, 1980.
5. \_\_\_\_\_. Florianópolis, SUDEPE/PDP, 1981.
6. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, 1974.
7. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.
8. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IBGE, 1976.
9. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IBGE, 1977.
10. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IBGE, 1978.
11. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
12. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.
13. ARROZ. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense, Florianópolis, 4 (1):31-3, jan. 1982.
14. \_\_\_\_\_. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense, Florianópolis, 4 (5):32-3, maio 1982.
15. BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Produção Agropecuária. Gerência de Horticultura. Programa nacional de produção e abastecimento de alho (versão 1981-1982). Brasília, s.d. n.p.
16. \_\_\_\_\_. Programa nacional de produção e abastecimento de maçã (1980-1984). Brasília, 1980. 21 p.
17. BRUGNAGO NETO, S. & GOMES, J. de M. Os novos preços mínimos; uma abordagem sobre o tema. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense, Florianópolis, 3 (7):3-9, jul. 1981.
18. BUBLITZ, E.O.; CARDOSO, V.T.M.; SILVEIRA, M.M. da & KOLLER, O.L. Diagnóstico da cultura da banana em Santa Catarina. Florianópolis, EMPASC, 1980. 84 p. (EMPASC. Boletim Técnico, 5)

19. CENSO AGROPECUÁRIO; Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1970.
20. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.
21. CENSO DEMOGRÁFICO; Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1970.
22. COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - CEPA/SC. Custos de produção atualizados dos principais produtos agrícolas - março 1982. Florianópolis, 1982. 50 p. (Cadernos de Economia Agrícola, 8)
23. \_\_\_\_\_. Custos de produção dos principais produtos agrícolas - junho 1982. Florianópolis, 1982. 57 p. (Cadernos de Economia Agrícola, 10)
24. \_\_\_\_\_. Custos de produção dos principais produtos agrícolas - setembro 1982. Florianópolis, 1982. 55 p. (Cadernos de Economia Agrícola, 12)
25. \_\_\_\_\_. Custos de produção dos principais produtos agrícolas - dezembro 1982. Florianópolis, 1982. 57 p. (Cadernos de Economia Agrícola, 13)
26. \_\_\_\_\_. Diagnóstico da suinocultura nacional. Florianópolis, 1977. 229 p.
27. \_\_\_\_\_. Suínos; estrutura de mercado e tendências da produção. Florianópolis, 1981. 29 p. (Cadernos de Economia Agrícola, 7)
28. COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO. Cadastro nacional de unidades armazenadoras; manual de preenchimento. Brasília, 1977. 43 p.
29. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, v.36, n.9, set. 1982.
30. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, v.36, n.10, out. 1982.
31. \_\_\_\_\_. Índices econômicos; retrospecto na nova base. Rio de Janeiro, v.33, n.11, nov. 1979. Suplemento especial
32. CRÉDITO RURAL; dados estatísticos. Brasília, Banco Central do Brasil, 1970.
33. \_\_\_\_\_. Brasília, Banco Central do Brasil, 1971.
34. \_\_\_\_\_. Brasília, Banco Central do Brasil, 1972.

35. CRÉDITO RURAL; dados estatísticos. Brasília, Banco Central do Brasil, 1973.
36. \_\_\_\_\_. Brasília, Banco Central do Brasil, 1974.
37. \_\_\_\_\_. Brasília, Banco Central do Brasil, 1975.
38. \_\_\_\_\_. Brasília, Banco Central do Brasil, 1976.
39. \_\_\_\_\_. Brasília, Banco Central do Brasil, 1977.
40. \_\_\_\_\_. Brasília, Banco Central do Brasil, 1978.
41. \_\_\_\_\_. Brasília, Banco Central do Brasil, 1979.
42. \_\_\_\_\_. Brasília, Banco Central do Brasil. 1980.
43. FAO PRODUCTION YEARBOOK. Roma, 1980. v.34
44. FOREIGN AGRICULTURE CIRCULAR. Washington, Aug. 1982.
45. FRUTAS DE CLIMA TEMPERADO; produções da safra 1979/80. Florianópolis, EMATER-SC/ACARESC, 1980.
46. \_\_\_\_\_; produções da safra 1980/81. Florianópolis, EMATER-SC/ACARESC, 1981.
47. \_\_\_\_\_; produções da safra 1981/82. Florianópolis, EMATER-SC/ACARESC, 1982.
48. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.  
Despesas das famílias; Região III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1978. 99 p.  
(Estudo Nacional da Despesa Familiar. v.1. Dados preliminares)
49. GOMES, J. de M. As novas taxas de crédito rural e seus efeitos sobre o setor agrícola catarinense. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense, Florianópolis, 3 (1):3-8, jan. 1981.
50. \_\_\_\_\_. População, emprego, concentração fundiária e renda. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense, Florianópolis, 3 (9):3-14, set. 1981.
51. \_\_\_\_\_. Reflexões sumárias sobre a fixação dos novos preços mínimos para a safra 1980/81. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense, Florianópolis, 2 (7): 10-4, jul. 1980.

52. GOMES, J. de M. A situação catarinense frente a falta de crédito para investimento. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense, Florianópolis, 2 (8):9-12, ago. 1982.
53. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Estatísticas cadastrais. Brasília, 1974. 4v.
54. LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro, IBGE, out. 1982.
55. MAÇÃ; proposições à auto-suficiência nacional. s.n.t. 7 p.
56. PREÇOS PAGOS PELOS AGRICULTORES; médias anuais 1970/1975; médias mensais 1975. Rio de Janeiro, FGV, 1976.
57. \_\_\_\_\_; médias anuais 1971/1976; médias mensais 1976. Rio de Janeiro, FGV, 1977.
58. \_\_\_\_\_; médias anuais 1972/1977; médias mensais 1977. Rio de Janeiro, FGV, 1978.
59. \_\_\_\_\_; médias anuais 1973/1978; médias mensais 1978. Rio de Janeiro, FGV, 1979.
60. \_\_\_\_\_; médias anuais 1974/1979; médias mensais 1979. Rio de Janeiro, FGV, 1980.
61. \_\_\_\_\_; médias anuais 1975/1980; médias mensais 1980. Rio de Janeiro, FGV, 1981.
62. \_\_\_\_\_; médias anuais 1976/1981; médias mensais 1981. Rio de Janeiro, FGV, 1982.
63. PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES; médias anuais 1970/1975; médias mensais 1975. Rio de Janeiro, FGV, 1976.
64. \_\_\_\_\_; médias anuais 1971/1976; médias mensais 1976. Rio de Janeiro, FGV, 1977.
65. \_\_\_\_\_; médias anuais 1972/1977; médias mensais 1977. Rio de Janeiro, FGV, 1978.
66. \_\_\_\_\_; médias anuais 1973/1978; médias mensais 1978. Rio de Janeiro, FGV, 1979.
67. \_\_\_\_\_; médias anuais 1974/1979; médias mensais 1979. Rio de Janeiro, FGV, 1980.

68. PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES; médias anuais 1975/1980; médias mensais 1980. Rio de Janeiro, FGV, 1981.
69. \_\_\_\_\_; médias anuais 1976/1981; médias mensais 1981. Rio de Janeiro, FGV, 1982.
70. PRODUÇÃO DA PECUÁRIA MUNICIPAL - 1980; Região Sul e Centro Oeste. Rio de Janeiro, IBGE, 1980. v.8, t. 4
71. PRODUÇÃO PESQUEIRA - 1975. Florianópolis, SUDEPE/PDP, 1976.
72. PRODUÇÃO PESQUEIRA - 1976. Florianópolis, SUDEPE/PDP, 1976.
73. PROGNÓSTICO; Região Centro-Sul. São Paulo, IEA, 1982.
74. RETROSPECTIVA DA AGROPECUÁRIA - 1º semestre 1982. Rio de Janeiro, FGV, 1982.
75. SELIGMAN, G. Argumentos contra o subsídio. Gazeta Mercantil, São Paulo, 10 jul. 1982. p. 15
76. SILVA, C.A.F. Algumas observações sobre os reflexos das políticas agrícolas na agricultura catarinense. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense, Florianópolis, 4 (3):3-7, mar. 1982.
77. \_\_\_\_\_. A desburocratização do crédito rural. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense, Florianópolis, 4 (6):11-5, jun. 1982.
78. \_\_\_\_\_. A evolução da política de crédito rural. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense, Florianópolis, 4 (4):11-3, abr. 1982.
79. \_\_\_\_\_. Repercussões das novas diretrizes sobre o crédito rural. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense, Florianópolis, 3 (6):3-4, jun. 1981.
80. SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO; Paraná, Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.
81. SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO; Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.
82. SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA. Florianópolis, CEPA/SC, 1981.
83. \_\_\_\_\_. Florianópolis, CEPA/SC, 1982.

84. SUÍNOS. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinen  
se, Florianópolis, 4 (11):76-7, nov. 1982.